



a
fonte

FORTE DE ESTÍMULO INTELECTUAL

FICHA TÉCNICA

DIRETOR

Armando Coelho

COORDENAÇÃO

Marília Costa

CONSELHO EDITORIAL

Albuquerque Mendes
Francisco Ribeiro da Silva
Helder Pacheco
Isabel Ponce de Leão
José Manuel Tedim
Maria Fernanda Bahia
Marie Hélène Abreu

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Albertina Pinto Ribeiro
Celeste Alves
Marília Costa

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Vitorino Barros

ISSN

2182-1062

DEPÓSITO LEGAL

416315/16

TIRAGEM

500 exemplares

ANO DE EDIÇÃO

2018

© Artigos e outros textos são da responsabilidade dos autores

ÍNDICE

Editorial	9
Armando Coelho	
SESSÃO SOLENE	
Sessão Solene de Abertura do Ano 2017-2018 do Instituto Cultural	
D. António Ferreira Gomes	12
Abertura	15
Armando Coelho	
Dom António Ferreira Gomes	
“...mas não posso escapar a descer ao baú das memórias”	21
José Ferreira Gomes	
A diocese do Porto: uma história longa	27
Luís Carlos Amaral	
Dom António Ferreira Gomes	33
D. António Taipa	
CIÊNCIA • Ensaio	
“Dourar a pílula”	37
Maria Fernanda Bahia	
HISTÓRIA/ARQUEOLOGIA • Ensaio	
Incursão normanda ao Castelo de Vermoim:	
O espírito do tempo e do lugar	57
Armando Coelho Ferreira da Silva	
O Torques	
O poder do ouro e o ouro do poder	71
Marie Hélène Abreu	

O casamento através dos tempos	87
Manuel José de Almeida e Silva	
ARTES • Ensaio	
Auto-retratos - apontamentos sobre Álvaro Lapa	109
Maria de Fátima Lambert	
ARTES • Pintura	
Cúmplices na Arte do Jogo	131
Antónia Santos, Fernanda Magalhães, Maria Helena Seabra, Maria Augusta Naves, Helena Branco, Maria Corte Real, Fernanda Alves Monteiro, Nelma Guimarães, Carlos Amaro, Teresa Gomes, Albuquerque Mendes, Cândida Canossa Amorim, Claro Sousa, Ana Amaro, Guilherme Ferreira, Laura Areias, Beatriz Rangel, Teresa Lacerda, Aparício Farinha.	
ARTES • Desenho	
Oficina Livre de Desenho	135
Graça Ribeiro da Silva Godinho, Lídia Cochofel, Maria José Pestana Vasconcelos, Antónia Cruz Santos, Maria José Branco, Maria Teresa Gomes, Maria Helena Ponce de Leão, Ana Maria Aparicio, Nina Guimarães, Cândida Canossa Amorim	
ARTES • Fotografia	
Fotografia	143
Marília Costa, José Marcílio Teles, António Girão, Carlos Santos, António Martins Correia, Jorge Mariano Pires, Ângela Magalhães, Eva Guimarães, António Giesta, Maria da Luz Dias	
ARTES • Restauro	
Escultura de S. João Baptista da capela de S. João da casa Cabral Pinto em Cassurrães	153
Isabel Figueiredo, Jean Louis Albessard, Célia Marques	
LETRAS • Ensaio	
A saga do busto de Camões em Paris (1912-2018): a sede dos deuses	159
Isabel Ponce de Leão	

José Luís Peixoto	
“Em Teu Ventre” - Da enunciação a enunciados deveras surpreendentes.	171
Maria Manuela Maldonado	
Praia - contos exemplares - Sophia de Mello Breyner	177
Albertina Pinto Ribeiro	
LETRAS • Memórias	
No Yungfraujoch, a estação mais alta da Europa	179
António José Vasconcelos	
LETRAS • Leituras, Reflexões e Opiniões	
“A arte de amar”	
Considerações sobre o amor em Erich Fromm	189
Marina Prieto Afonso Lencastre	
O 13: Mistério, Magia, Mudança!	197
Maria Antónia Jardim	
Preparando o futuro qualitativo	201
Frei Bernardo Domingues,OP	
LETRAS • Oficina de Comunicação e de Escrita	
Oficina de comunicação e de escrita	205
Alexandra Guedes Pinto	
A magia de viver no tempo presente	206
Manuela Miguens	
Teclas companheiras	208
Maria Fernanda Bahia	
Quem me dera	210
Maria Fernanda Bahia	
Memórias ao correr da pena	211
Maria de Fátima Martins	
A partida para África - Parte II	213
José Quinto Barcelos	
Memórias de África - Parte IV	214
José Quinto Barcelos	

“Patriota, não: só português” - Alberto Caeiro	217
Maria de Fátima Martins	
Aprender o espanto	218
Maria Fernanda Bahia	
“Há almas perfumadas...”	219
Maria de Fátima Martins	
“Almas perfumadas”	220
José Quinto Barcelos	
“Gosto de Ser Portuguesa”	221
Manuela Miguens	
Libelinha	
À maneira de Mia Couto	224
Manuela Miguens	
“Sim, gosto de ser portuguesa”	226
Maria Fernanda Bahia	
Ao correr da pena	229
Maria de Fátima Martins	
Visto e revisto	231
Maria Fernanda Bahia	
Gostar de Portugal - aspetos para a sustentabilidade	233
José Quinto Barcelos	
LETRAS • Poesia	
O devir...	235
Laura Aroso	
Natal	236
Manuel José Almeida e Silva	
L’Amistat	236
Alicia Pando Bahia	
Concurso de Quadras de S. João 2018	237
“Poesia e Dizer”	239
Maria Celeste Alves	
A Mesa de Potsdam	239
Carlos A Silva Santos	

A mesa do parque	241
Maria de Fátima Martins	
A mesa	241
Manuela Miguens	
Cerimónia Hindu	242
Carlos A Silva Santos	
Evocação de Manuel Bandeira	243
Carlos A Silva Santos	
O Sonho	244
José Marcílio Teles	
Casa	244
Manuela Miguens	
O Cheiro das algas	245
Maria Fernanda Bahia	
Frases em “Poesia e Dizer” ou homenagem poética à Dr^a Celeste	245
Maria Fernanda Bahia	
 GRANDE PORTO • Ensaio	
A casa dos vinte e quatro/casa-torre da câmara do porto	249
Francisco Ribeiro da Silva	
S. João da Foz do Douro: Uma Vila na Cidade	259
Helder Pacheco	





Editorial

Armando Coelho

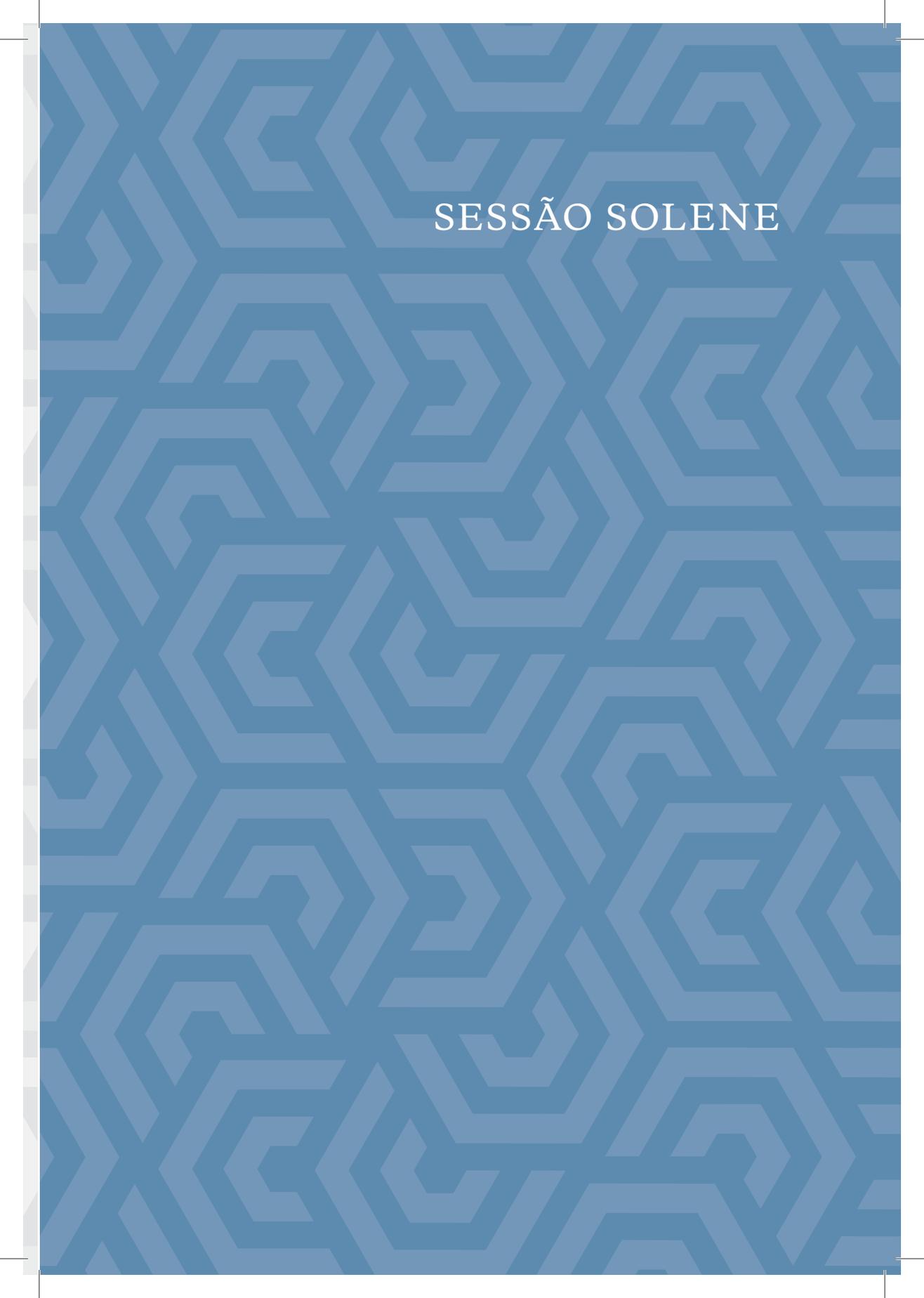
É com muita honra que apresentamos mais um número da revista do nosso Instituto no vigésimo ano da sua vida, que quisemos fosse consagrado ao seu patrono D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, “o bispo do Porto”, que temos sempre presente como referência eclesial e cívica, paladino da dignidade humana, da liberdade e da justiça social, cujo pensamento e voz se distinguiram como “um poder entre poderes”, mas que nos habituámos a ver também como referente exponencial de cultura, quer enquanto matéria de reflexão quer como fermento de ação pastoral.

Cumpre-nos, por isso, começar por sublinhar a originalidade das intervenções, tão profundas e tão próximas, que nos foram oferecidas em sua homenagem por ocasião da sessão solene de abertura de um novo ciclo de atividades do Instituto, e que ficam como um testemunho irrepetível para a história da instituição que se identifica pelo seu nome.

E mais uma vez se divulga um notável conjunto de artigos que se dão a conhecer como reflexo das (inter)atividades do programa cultural do Instituto, com abordagens de temas de natureza científica, histórica, teológica, filosófica, literária e artística, que se assumem sob a espécie de ensaios, leituras, narrativas, memórias, reflexões e/ou expressões plásticas de pintura, desenho e fotografia, que fazem desta “fonte de estímulo intelectual” um espaço de desejo.

Exprimindo a nossa gratidão a todos os autores pela riqueza dos seus contributos, cumpre-nos renovar o nosso reconhecimento a todos os elementos de coordenação, conselho editorial e comissão de redação, que tornaram possível contar com mais um número desta publicação que, sendo, por sinal, o seu número 13, conforme houve oportunidade de se ver glosado num dos seus textos, porque não cultivamos qualquer forma de superstição, mais o auguramos como um passo, positivo, de um longo itinerário.

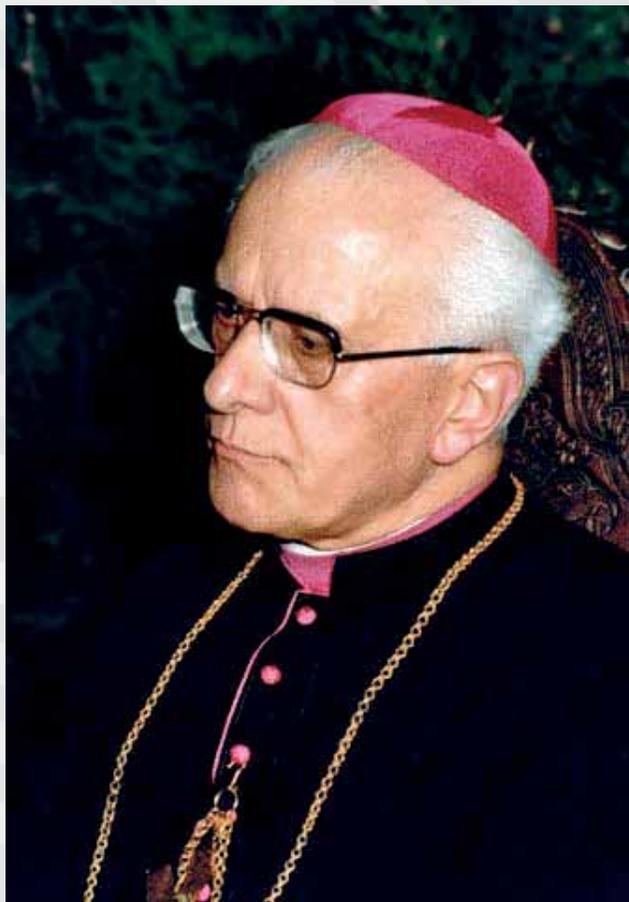




SESSÃO SOLENE

Sessão Solene de Abertura do Ano 2017-2018 do Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes

HOMENAGEM AO SEU PATRONO



*«O homem existe, cumpre-se e pensa-se na história.
E a história não existe, faz-se. É o homem que a faz e escreve;
mas também é ela, feita e escrita, que faz o homem...».*
*“cremos e professamos que o Bem supera o mal, que onde abundou
o pecado superabundou a Redenção e que no fim o Bem triunfará.
É isto que dá sentido à história” (Cartas, p. 148)*

A Sessão realizou-se na Sé do Porto, foi presidida por Sua Ex^{cia} D. António Taipa, Administrador Diocesano do Porto, contou com a contribuição do Sr. Prof. Doutor José Ferreira Gomes, sobrinho do homenageado, e do Sr. Prof. Doutor Luís Carlos Amaral, que proferiu a Lição de Sapiência sobre o tema “A diocese do Porto: uma história longa”. O Sr. Prof. Doutor Armando Coelho, presidente da Direcção do ICAFG, abriu a sessão.

A MESA



Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, Prof. Doutor Luís Carlos Amaral, D. António Taipa, Prof. Doutor José Ferreira Gomes, Prof. Doutor Armando Coelho e Dr. Helder Pacheco.

A ASSEMBLEIA

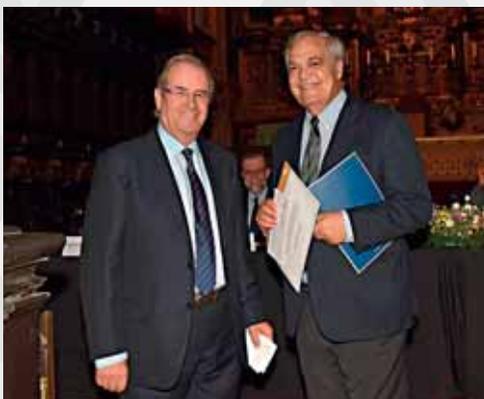


“PRÉMIO FREI BERNARDO DOMINGUES” CONCURSO 2017

O júri constituído pelo Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva (Instituto Cultural), Prof.^a Doutora Ana Sofia Carvalho (Univ. Católica), Prof.^a Doutora Maria Celeste Natário (Univ. do Porto) e pelo Prof. Doutor José Carlos Seabra Pereira (Univ. de Coimbra) atribuiu o prémio “Premio Frei Bernardo Domingues” 2017 ao Prof. Doutor Arnaldo Cardoso de Pinho pela obra:

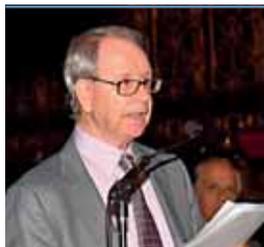
D. António Ferreira Gomes - Biografia e Pensamento

ENTREGA DO PRÉMIO



Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva e Cónego Prof. Doutor Arnaldo Cardoso de Pinho





Abertura

Armando Coelho

Ex.mo e Rev.mo Senhor D. António Taipa

Ex.ma Mesa

Ex.mos membros do Conselho Consultivo

Ex.mo Presidente emérito

Caríssimos colegas da Direção e membros dos outros órgãos sociais

Caríssimos associados, responsáveis pelas unidades culturais, “alunos”,
funcionários e colaboradores do Instituto,

Convidados amigos,

1. Quis o Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes que, após um ciclo de duas décadas, a sessão solene de abertura das atividades do novo ano, se reunisse para homenagear o seu excelso patrono, D. António Ferreira Gomes, cuja vida, obra e pensamento adotou como fonte de permanente inspiração dos valores assumidos em prol da promoção sociocultural, que se constituiu, de raiz, como objetivo programático do Instituto.

Por vontade expressa de D. António Francisco dos Santos, que a surpresa do 11 de setembro deste ano nos levou, essa homenagem se faz aqui, na Sé Catedral, “a sua Sé”, de modo a evidenciar, na medida do possível, a sublimação do seu simbolismo. O nosso muito saudoso tributo de gratidão a D. António Francisco por mais esta derradeira expressão de carinho sempre demonstrado para com a nossa instituição.

E cumpre-nos agradecer ao nosso Administrador Diocesano, Sua Ex^a Rev. ma D. António Taipa, a graça de presidir a este ato de homenagem ao nome e à herança de D. António Ferreira Gomes, com quem V^a Ex^a Rev.ma teve a felicidade de conviver muito de perto, permitindo-nos, por nossa parte, manifestar-lhe os nossos mais vivos sentimentos de muita estima e, segundo cremos, de mútua amizade, que nos foram afetuosamente criados pela proximidade de vizinhança geográfica e do percurso de formação.

2. Tem o nosso instituto, por orago, a iminente figura de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, “o bispo do Porto”, que temos sempre presente como referência eclesial e cívica, paladino da dignidade humana, da liberdade e da justiça social, cujo pensamento e voz se distinguiram como “um poder entre poderes”, mas que nos habituámos a ver também como referente exponencial de cultura, quer enquanto matéria de reflexividade quer como fermento de ação pastoral.

E não posso deixar de lembrar, neste passo, que a primeira vez que me foi dado conhecê-lo, pessoalmente, foi justamente à procura de bens culturais, desta vez, na minha aldeia, quando por incumbência do, então, reitor do Seminário do Porto, D. Domingos de Pinho Brandão, o esperava no dia 17 de Agosto de 1956, à entrada da casa de um meu tio (de cuja sala de visitas se fizera um museu) para o acompanhar até um monte fabuloso para ver a história que era arrancada à terra por um grupo de alunos de Teologia que, pela primeira vez, aí participava numa campanha de escavações arqueológicas, de que há registo no livro de visitas do museu e no diário de campo. E, do alto dessa colina, intrigado, interrogava o tempo das ruínas e o presente, e, deslumbrado, contemplava a vastidão do espaço, da sua diocese e o mais além, lá longe, até ao horizonte, e avistava o futuro, que seria amargo, com um sorriso.

A imagem de grandeza que me ficou, ao fim do dia, foi a do retrato que mais tarde vi, inteirinho, no poema de Sophia.

Que bênção ele nos deu ao termos à mão quem de si, da sua identidade e mundividência, da sua terra e do seu povo, nos possa deixar, no seu templo, um testemunho que fique para a história da instituição que se identifica pelo seu nome!

O nosso mais sentido agradecimento, Senhor Professor José Ferreira Gomes, pelo testemunho que nos quis trazer, na qualidade de Presidente da Direção da Fundação Spes, criada, testamentariamente, por seu tio D. António, com a missão de perpetuar o seu insigne magistério, que havemos sempre contido nos desígnios do Instituto, mais nos cumprindo lembrar toda a colaboração que nos tem dispensado, em particular, a honra com que nos distingue como membro do nosso Conselho Consultivo. Mas queremos particularmente evocar, simultaneamente, neste momento, a importância que a unidade familiar sempre desempenhou como base organizativa da sociedade, conforme vimos observando através da história.

E muito obrigado, Professor Luís Carlos Amaral, nosso muito estimado antigo aluno e muito prezado colega. Historiador distinto, especialmente dedicado ao estudo do povoamento e da organização social do território, bem como

das instituições eclesiásticas medievais portuguesas, conforme ficou paradigmaticamente ilustrado na profundidade do texto muito recente com que abre o conjunto de estudos, por si coordenados, em comemoração dos 900 anos da restauração da Diocese do Porto, dele vamos ter o privilégio de ouvir, em conferência, o que se nos digne dizer sobre a longa história da Diocese do Porto como emanação da sua brilhante investigação.

Mais agradecemos aos maestros Filipe Veríssimo, mestre-capela da Igreja da Lapa, e Tiago Ferreira, maestro do Coro da Sé Catedral do Porto, por trazerem para esta assembleia a atmosfera de encanto que só a música transmite, cumprindo-me evocar a importância assumida pela Igreja portugalense na renovação litúrgica pós-conciliar, distinguindo, em particular, o enorme contributo artístico e patrimonial prestado, neste campo, à igreja e à sociedade pelo Ex.mo Senhor Cónego António Ferreira dos Santos, ilustre Mestre-Capela desta Sé Catedral e membro do seu cabido, instituição secular, a quem nos cumpre agradecer ter-nos permitido utilizar, a sacralidade deste lugar como espaço cultural, em conformidade com um propósito capitular declarado de o haver como “espaço de culto e de cultura”.

Bem hajam, Senhores Cónegos Jorge Cunha, Presidente do Cabido, e Amadeu Ferreira da Silva, pároco da Sé, pelo apoio dado a esta cerimónia.

3. Faz parte do programa desta sessão a entrega dos prémios aos vencedores do Concurso de quadras sanjoaninas, renovando um compromisso anual do Instituto com a festa da nossa cidade quando ritualiza o solstício de verão, e o anúncio público e outorga, pela segunda vez, do Prémio Frei Bernardo Domingues, criado pelo Instituto, graças à sua generosidade, com a intenção de promover a criação literária de obras de doutrina de “carácter personalista humanista”, seguindo a vontade do seu mentor, em conformidade com o magistério do nosso patrono, com quem manteve relações de amizade e se testemunharam atos de solidariedade.

Reiteramos a nossa gratidão aos senhores presidentes dos júris, professor Helder Pacheco e Professor Doutor Francisco Ribeiro da Silva, historiadores eméritos do Porto, e a todos os restantes membros, a quem expressamos o nosso melhor reconhecimento, saudando com as mais vivas felicitações o galardoado, vendo, deste modo, reafirmada a sua vinculação à vida e à alma do Instituto.

É com muito orgulho que nos é dado apresentar aqui mais um número da nossa revista, cujos conteúdos honram sobremaneira o significado do seu

nome, que, fielmente, se renova como “fonte de estímulo intelectual”, espelhando, quanto possível, o polimorfismo das suas atividades, o mais das vezes com interação entre os responsáveis das unidades culturais e os seus “alunos”, que se há como carisma desta instituição.

Para todos os autores, internos e externos, que colaboram neste volume, assim como para todos os elementos que cuidaram da sua publicação, designadamente, a sua coordenação, comissão de redação e conselho editorial, o nosso muito obrigado pelo serviço prestado à divulgação da produção científica e cultural criada pela distinta comunidade do Instituto.

Mas tem sido de tal modo significativa a sua produtividade, que se nos impõe, para além desta edição impressa, seja criada uma nova publicação periódica, que queremos em versão on line, com mais amplitude e versatilidade de comunicação, que ora nos são proporcionadas pelas capacidades disponibilizadas pela era digital.

Em diversos momentos que me foi dado investigar o processo urbano do Porto, sempre foi relevado este sítio como núcleo primordial das origens da cidade, lugar central, onfálico, donde houve nome a região e o país. E daqui, deste singular ícone do património nacional e mundial, desejamos anunciar o nosso empenho em promover, a partir dos recursos e das linhas programáticas desenvolvidas pelo Instituto, a valorização do património cultural, material e imaterial, do Porto e da sua região, GRANDE PORTO, no quadro das iniciativas do programa do Ano Europeu do Património Cultural designado para o próximo ano de 2018.

E para o próximo ano fica também o compromisso, ora assumido, de homenagem aos dois ilustres amigos do nosso Instituto, que nos deixaram recentemente e de quem queremos manter viva a memória da grandeza de vida e da obra que nos legaram: Suas Excelências Reverendíssimas, o Senhor D. António Francisco dos Santos, Bispo da nossa Diocese e que nos deu a honra de ser membro do nosso conselho consultivo, e o Senhor D. Manuel Martins, bispo emérito de Setúbal, também nosso sócio honorário, cuja exemplaridade da ação pastoral os marcou, a todos os títulos, na linhagem, comunhão e proximidade, na vida e no ministério, de D. António Ferreira Gomes.

E, invocando deste nosso emblemático patrono a sua spes, esperamos que os laços de solidariedade que nos unem em associação numa instituição cultural de interesse público se reforcem, segundo o espírito desta celebração, trazendo-nos o ânimo necessário para garantir a sua sustentabilidade e nos

inspirem formas de continuada renovação e inovação, em fidelidade aos princípios que estiveram na sua fundação.

Hoje, à tarde, quando aqui entrava não deixou de se me repetir o mesmo eco que me fez escrever um dia sobre o sentimento de que

na catedral
quando eu chegava tudo era cerrado
imerso
nem sequer eu me percebia na penumbra

mas eu esperava pela manhã
e pelo filtro dos vitrais
lá vinha um certo nevoeiro
que trazia consigo o cântico dos cânticos

Porto e Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes, 30 de outubro de 2017
Armando Coelho





Dom António Ferreira Gomes

“...mas não posso escapar a
descer ao baú das memórias”...

José Ferreira Gomes¹

Senhor D. António Taipa, Administrador Diocesano do Porto,
Senhor Professor Armando Coelho, Presidente do Instituto Cultural
D. António Ferreira Gomes e, na sua pessoa,
todos os membros da Direção e colaboradores do Instituto,
Professor Luís Carlos Amaral,
Prof. Levi Guerra,
Dr. Fernando Aguiar Branco,
Dr. Rodrigo Lopes, Vereador, CM Penafiel,
D. Januário Torgal Ferreira,
Prof. Arnaldo Pinho,
Frei José Carlos, Pároco de Cristo Rei,
Frei Bernardo
Caros alunos do Instituto,
Caros convidados

Agradeço o convite para dirigir umas palavras a esta comunidade que não para de crescer e de se consolidar em torno do Instituto Cultural que em bom momento o Eng.º Joaquim Macedo concebeu e o Prof. Levi Guerra construiu e que agora é continuada com tanto sucesso pelo Professor Armando Coelho e colaboradores.

É para mim embaraçoso dar testemunho da minha experiência de convívio com meu Tio de quem não poderei falar com neutralidade pela proximidade familiar e pelas memórias de uma experiência muito intensa e algumas vezes traumática.

¹ Presidente da Fundação Spes

É para mim um prazer falar neste local enquanto presidente da Fundação Spes pela preocupação expressa por meu Tio no seu testamento pela “formação e desenvolvimento intelectual dos adultos que se queiram cristãos, e designadamente para os estratos sociais mais cultos e responsáveis.”

O Instituto Cultural propõe-se “dar apoio a quem, entrado na era da disponibilidade de tempo que a reforma traz, encontre na cultura o melhor lenitivo para se motivar intelectualmente e se dispor a continuar a ser útil.” Que melhor complemento para as preocupações expressas no testamento de meu Tio!

Vejo o Instituto como um complemento da ação da Fundação Spes e, em larga medida, uma via alternativa eficaz de satisfazer as intenções expressas pelo meu Tio de “homem livre e que sempre aspirou a oferecer essa liberdade a uma causa que superasse a sua vida humana”. É neste entendimento que presto homenagem ao trabalho que o Instituto tem feito e já mostrou ser capaz de se renovar para uma ação perene.

Mas não posso escapar a descer ao baú das memórias...

1. Uma das minhas primeiras recordações de infância é deste local, do reboiço da entrada solene de meu Tio, no dia 12 de outubro de 1952. Como os meus familiares encontraram o caminho para a tribuna da direita e daí pude acompanhar o espetáculo global! O cortejo automóvel desde o limite da Diocese em Pinheiro de Bemposta, uns 60 km por uma N1 nessa época ainda transitável. Não recordo a sua eleição para Coadjutor de Portalegre e Castelo Branco, mas sei do impacto da sé nominal de Rando e da associação com a velha paróquia de Rande há muito absorvida pela sua paróquia natal de Milhundos. Seria afinal bispo de um lugarejo! Não chegava a Reitor de Milhundos como o seu tio-avô ali sepultado na campa nº 1. Sei do enorme impacto mediático desta eleição em 1948 com os três jornais de Penafiel a fazerem uma edição conjunta dedicada a este evento. Caso único no despique entre pequenos jornais de pequenas tipografias de uma cidade que só devia o título à zanga do Marquês com o então Bispo do Porto. Passados 65 anos, o impacto que a figura episcopal tinha na vida social da coletividade e na vida individual das pessoas é hoje difícil de imaginar. A lei de separação tinha já mais de 40 anos, mas eram ainda tempos de cristandade.

2. Recordo bem o jantar familiar de 23 de julho de 1959. Não o jantar em si, mas a despedida onde gravei na memória o aviso de um familiar de que a PIDE não o deixaria regressar a casa depois das férias prolongadas que iniciava

nos dias seguintes. Foram essas as últimas palavras de despedida quando, já noite, ele entrava para o carro como sempre conduzido pelo Pe. Artur. A excitação geral com as eleições de 1958 não passava ao lado de uma criança de 11 anos, mesmo dos onze anos desse tempo, sem TV nem internet. Uma campanha eleitoral inédita fraturava a sociedade e as famílias; um ato eleitoral formal, mas que muitos tinham ajudado a que desse o resultado certo... E recorro alguns a registarem esse seu contributo para que a soma dos votos contados não atraísse o resultado desejado.

É bem conhecida a sua denúncia da “miséria imerecida do mundo rural” que foi reforçando em intervenções sucessivas nos anos anteriores à crise de 1958. Pedia emprestada a expressão de Leão XIII de “miséria imerecida do operariado” para se referir à situação portuguesa. A vivência da condição rural no Entre-Douro-e-Minho terá chocado com a experiência norte-alentejana. O meu Tio conhecia bem e valorizava as suas origens familiares rurais. Conhecia os antepassados que, desde que se iniciaram os registos paroquiais, extraíam da terra emprazada o seu sustento e o dos filhos. Nos discursos em sucessivas festas familiares de batizado, comunhão ou casamento, sempre recordava estas origens, não deixando de lembrar que quase todas as gerações tinham dado um filho à Igreja. Dessa árvore genealógica ficava uma ideia de estabilidade social e familiar, talvez exagerada por deixar de fora os perdedores, os que não puderam casar por falta de dote ou, mais tarde, tiveram de ir procurar no Brasil o pão que os seus campos lhes negavam.

Desde os fins do século XVIII que Portugal entrou em divergência económica em relação à Europa. As guerras napoleónicas foram particularmente destrutivas e vieram evidenciar a nossa incapacidade de recuperação, a falta de recursos endógenos e a pobreza da agricultura. A abertura dos portos brasileiros seguida da estratégia de terra queimada para negar recursos ao invasor e a independência do Brasil que extinguiu os lucros do comércio atlântico não pode ser compensada internamente. Uma agricultura mais produtiva e uma industrialização nascente permitiam a rápida recuperação de muitas regiões da Europa e deixavam para trás o nosso país (com o sul da Espanha e da Itália). A política de “melhoramentos materiais” dos regeneradores desvalorizou a educação, aumentando o fosso para a Europa. Depois da apropriação dos “bens nacionais” pelos Pares do Reino em compensação da sua heroicidade liberal, os “melhoramentos materiais” criaram novas oportunidades de enriquecimento urbano deixando o mundo rural marginalizado. A República foi um movimento burguês tendo por sujeitos e beneficiá-

rias as populações urbanas, especialmente de Lisboa e Porto. O Estado Novo adotou uma narrativa mais ruralista, mas não foi além de atenuar a fome do mundo rural com iniciativas de obras públicas dispersas (fontanários e estradas) para ocupar a mão de obra excedentária, especialmente no verão. A destruição europeia da 2ª guerra permitiu-nos finalmente recuperar na posição relativa e equilibrar as contas externas. No pós-guerra, a procura tardia de algum desenvolvimento industrial, baseou-se na manutenção do meio rural como reserva de mão de obra barata para as novas indústrias que a eletrificação e a substituição de importações iam permitindo. O fosso entre o urbano e o rural não parava de crescer. A paz social interna era comprada com um crescimento económico robusto, mas, ainda assim, aquém do que era conseguido em toda a Europa. Esta situação viabilizou o esforço de guerra ultramarina a partir de 1961 e manteve-se até à primeira crise do petróleo de 1972 que viria a explodir na revolução de 1974. A válvula de escape para os jovens rurais foi a emigração para as cidades e, a partir da década de 1960, para o centro da Europa. Na década de 1950, começavam a ser visíveis os sinais da nossa divergência em relação à Europa e o abandono do meio rural. Primeiro o esquecimento pela política económica; depois o abandono das populações jovens, especialmente dos soldados desmobilizados da guerra africana.

A “miséria imerecida do mundo rural” registada nas intervenções de meu Tio na década de 1950 está hoje bem compreendida neste quadro mais amplo. Os acontecimentos trágicos deste último verão voltam a trazer às nossas confortáveis salas de estar urbanas esta mesma “miséria imerecida” na forma daqueles que perderam todos os seus parques haveres e meios de subsistência. Muitos destes que nos entram em casa pelos telejornais estão entre os esquecidos no decil mais baixo, enquanto a indústria política se preocupa com os votos dos que estão nos decis 6 e 7, bem acima da linha mediana de rendimento familiar. Sim, estamos perante a pobreza real atual escondida (para quem não a quer ver) de muitos que nasceram nessa mesma década de 1950 e se mantiveram nessa mesma cultura.

A denúncia da “miséria imerecida do nosso mundo rural” terá sido desencadeada pelo choque na transição do Porto para Portalegre onde foi encontrar as consequências de um capitalismo agrário. A desamortização promovida pela revolução liberal tinha entregue a terra ao mercado, deixando a sorte dos cultivadores à vontade e aos interesses dos proprietários. Defendia agora a proteção dos agricultores para o direito a uma exploração estável da terra. Já a Utopia de S. Tomás Morus (1516) reagia às “enclosures” dos proprietários da terra que

violavam o direito antigo ao uso comum da terra. A história repetia-se, pelo menos num paralelo próximo.

Mas devo regressar ao baú das memórias.

3. A década de 1959-1969, Valência-Bona-Lurdes. Foram 10 anos marcados pelo afastamento numa época sem Skype. Presumia-se que todas as cartas de e para a família seriam abertas, o que era confirmado por claros sinais de interferência e, *a posteriori*, pelos arquivos da Pide. Sempre que havia portador, as cartas eram levadas em mão para se poder falar com o coração sem a presença do *Big Brother*. Entre muitos outros, o Eng. Joaquim Macedo foi um portador de cartas em mão de e para a família. A visita de familiares e amigos era rotina de férias anuais, mas não mais que uma vez por ano...

- a. Os meus pais serviram de intermediários para levar o carro que os padres do Porto lhe compraram. A minha mãe manteve sempre presente os receios dos longos quilómetros feitos na planície castelhana com um outro carro na cauda que supunha ser da PIDE. Nunca o confirmou. Felizmente não se apresentaram, mas o receio acompanhou toda a viagem. Na ida e no regresso.
- b. Os anos de Valência (até dezembro de 1963, terminada a 2ª sessão do concílio) foram de progressiva colaboração com o Bispo D. Marcelino Olaechea na pastoral da Diocese. Em Lurdes, foi hóspede de uma casa de hospedagem religiosa numa situação que tenho de presumir de enorme isolamento, se excluirmos as visitas de férias. O ano de Bona foi de estudo. Primeiro do alemão para chegar aos seus teólogos de eleição em versão original. Queixava-se de que se teria de começar o alemão muito novo...
- c. Roma foi o Concílio e a sua descrição bem-humorada do ambiente conciliar em “Pareceu ao Espírito Santo e a Nós”.
- d. No falecimento da minha avó a 21 de novembro de 1965 (aos 88 anos), houve receio de que o meu Tio se apresentasse na fronteira ao ponto de ele ter recebido a notícia em Roma de uma jornalista que lhe telefonou para perguntar se viria ao funeral... Não veio e podemos imaginar a dor da perda e a dor da distância que só veio a ser saciada no dia do regresso à Diocese.

4. O regresso a 24 de junho de 1969 está bem documentado. O nervosismo da espera em Alba de Tormes por uma mensagem postal que desse a luz verde ao regresso. Chegado o correio, partiu de imediato para testar o atravessamento

da fronteira de Vilar Formoso até Fátima. Foram dias de grande emoção depois de 10 anos de expectativa. Entrado no Porto, vai à campa de sua mãe logo no dia seguinte (a 5 de julho de 1969) e retoma as suas raízes com familiares e vizinhos. As pequenas histórias dos que conheceu em miúdo eram tema frequente de conversa na sua preocupação de alimentar a ligação à terra.

5. Retomou depois a rotina que normalmente o levava à tarde familiar de Domingo em Milhundos. A seguir ao almoço, era o longo passeio da Quebrada a Portela do Monte por Rande ficando com Penafiel na linha de horizonte. Eram as conversas com irmãos sobre as peripécias de antanho. A tranquilidade familiar com o remoer dos bons tempos da juventude. Mas também o comentário à atualidade e sempre uma perspetiva nova, um ângulo de observação diferente. Não faltava muitas vezes o ensaio da reflexão que iria aparecer numa próxima homilia, uma peça de oratória algo monocórdica para ser lida e digerida depois na sua *Voz Portucalense* se não aparecesse na íntegra no Comércio ou no Janeiro do dia seguinte.

6. As homilias da paz foram dos textos mais marcantes à época, com transmissão em direto na rádio (não havia TV 24 horas!) e com transcrição nos jornais. A homilia de 01 de janeiro de 1972 ficou na história pelas profundas reflexões sobre a guerra e a paz. Enfrentou aí frontalmente o papel dos capelães militares num contexto de guerra e de contra guerra de guerrilha. Recordo bem a sofreguidão com que era ouvido e discutido nos dias seguintes.

Como assinala o Prof. Barbosa de Melo no prefácio de “D. António Ferreira Gomes: Antologia do seu pensamento” do Prof. Arnaldo Pinho, ele “não leu só nos livros; leu, e com igual mestria, nos factos sociais do seu tempo”. O mesmo autor assinala também que “a avalanche dos factos sociais e políticos, em constante rodopio, que caracterizaram a situação portuguesa no período posterior ao 11 de Março de 1975, também não apanhou distraído quem se recusara sempre a ‘deixar-se ir à deriva dormindo. Cedo D. António percebeu o sentido geral dos acontecimentos”.

7. Faleceu a 13 de abril de 1989, faltavam ainda 7 meses para a queda do muro de Berlim. Com tantos anos a pensar os “mestres da suspeição” não poderia prever que a construção política monstruosa que daí brotava teria fim tão súbito como imprevisto.



A diocese do Porto: uma história longa¹

Luís Carlos Amaral²

De muitos modos se poderá enunciar e compreender a história da Igreja do Porto e das suas gentes. E de outras tantas maneiras poderíamos igualmente contar as pequenas e grandes “estórias” de indivíduos e instituições que ajudaram a desenhar as transformações multisseculares das inúmeras comunidades que se desenvolveram e articularam no interior dos sempre móveis limites diocesanos.

Quando o ilustrado D. Rodrigo da Cunha, bispo do Porto entre 1619 e 1627, concebeu e realizou aquela que pode ser considerada justamente a primeira grande história da diocese portugalense, não deixou de organizar a obra, e à semelhança do que se fazia no seu tempo, como uma espécie de inventário episcopal cronologicamente ordenado, contendo notícias mais ou menos detalhadas sobre as pessoas e o governo dos sucessivos pontífices. O próprio título que encontrou para tão meritório e pioneiro trabalho, *Catalogo e Historia dos Bispos do Porto*³, representa, por si só, uma síntese do seu projecto historiográfico e mesmo da sua concepção de História. Com efeito, publicado em 1623, exibe uma estrutura que traduz na perfeição a crença absoluta na centralidade da figura dos bispos, capazes de condensarem e espelharem nas suas personalidades e acções o essencial da vida diocesana. Melhor dizendo, de traduzirem nas suas actividades e formas de procedimento, aquilo de que interessava preservar testemunho e memória, em razão da sua importância e exemplaridade.

Não obstante os consideráveis equívocos, lacunas e manifestos erros que o *Catalogo* ostenta, criteriosamente assinalados e em muitos casos corrigidos

¹ O presente texto constitui uma síntese da conferência intitulada “A Diocese do Porto: uma história longa de comunidades e de espaços”, proferida na Sessão Solene de Abertura do Novo Ano do Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes, realizada na Igreja Catedral do Porto, no dia 30 de Outubro de 2017.

² Faculdade de Letras da Universidade do Porto. CITCEM-UP; CEHR-UCP.

³ Publicado no Porto, por João Rodrigues, em 1623.

por João Pedro Ribeiro⁴², a verdade é que já em pleno século XX, o cónego bracarense José Augusto Ferreira, nas bem conhecidas *Memorias Archeologico-Historicas da Cidade do Porto*⁵³, não hesitou em afirmar logo no início da *Introdução* do volume I, publicado em 1923, que a “historia politica da cidade do Porto está tão intimamente ligada com a dos prelados, que teem presidido aos destinos da Igreja portugalense, que é impossível mencionar uma sem referir a outra”, sendo que “d’aqui nasceu o projecto de continuar o Catalogo dos Bispos do Porto, de D. Rodrigo da Cunha (...)”⁶⁴. Querendo deixar claro o seu objectivo, escreveu um pouco mais à frente: “Ora para fazer uma obra harmonica com unidade de plano pensei que melhor seria construir um edificio novo sobre bases mais largas e com um methodo mais preciso, utilizando comtudo o material velho aproveitavel. D’ahi o titulo adaptado ao presente estudo, que d’este modo poderá ser considerado uma revisão e continuação do *Catalogo* de D. Rodrigo da Cunha”⁷⁵.

Obviamente, a história da diocese do Porto, como a de qualquer outra, nunca se resumiu, tanto no passado como, sobretudo, na contemporaneidade, à figura de um prelado singular, por mais ilustre que tenha sido. No entanto, também não é menos verdade que a vincada personalidade de muitos bispos, bem como os alargados poderes de que se encontravam revestidos ao longo de todo o Antigo Regime, nomeadamente numa cidade como a do Porto, transformaram-nos em actores maiores a nível local e regional e, com frequência, à escala do reino. Acresce ainda que a partir dos derradeiros séculos da Idade Média, a esmagadora maioria dos bispos passou a ser recrutada nos estratos mais elevados da sociedade, confundindo-se muitas vezes na mesma pessoa o fidalgo e o dignitário eclesiástico. No caso do Porto, bastará pensarmos na grandiosidade do paço episcopal – mais do que na do edifício da catedral – para verificarmos a afirmação anterior. Neste sentido, uma forma possível de homenagearmos D. António Ferreira Gomes e de revisitarmos o passado da Igreja do Porto, será

⁴ Do insigne paleógrafo e diplomata, e sobre esta matéria, deve consultar-se: *Observações Historicas e Criticas para servirem de memorias ao systema da Diplomatica Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1798, p. 71-76; e *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, tomo IV, parte II, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1829, *Dissertação XVIII*, p. 30-63.

⁵ Braga, Livraria Cruz, 2 vols., 1923-1924.

⁶ *Memorias Archeologico-Historicas...*, vol. I, p.7.

⁷ *Memorias Archeologico-Historicas...*, vol. I, p.8.

o de evocarmos um momento muito significativo da construção diocesana, no decurso do qual interveio vigorosamente um prelado muito particular.

Antes, porém, justifica-se uma referência ao primeiro bispo seguramente documentado no território portugalense, ou seja, ao início de toda esta história “particular”. De seu nome Viator, figura na lista dos bispos que assistiram ao II Concílio de Braga, celebrado em 572 e presidido pelo arcebispo bracarense Martinho (c. 569-579), futuro São Martinho de Dume ou de Braga. Aparece associado à sede de Meinedo que, ao que sabemos hoje, constitui a primeira tentativa de criar na zona sul do imenso território dependente de Braga um novo pólo diocesano. A partir de 589, no decisivo III Concílio de Toledo - no decurso do qual se estabeleceu a unidade da fé católica no interior da monarquia visigótica -, a designação de Meinedo desapareceu, afigurando-se clara a sua “substituição” pela de Porto, atribuída, aliás, a dois bispos, Constâncio e Argiovitio, sendo o primeiro cristão católico e o segundo cristão ariano.

Seja como for, o que interessa registar é que nos finais do século VI, ou seja, talvez ainda na fase final do reino suevo, estava encontrada, em definitivo, a centralidade do novo sítio e poder episcopal, grandemente condicionado pela relevância estratégica, tanto política, como militar e económica, da urbe portugalense. Sabemos, inclusivamente, que a nova sede encetara já um processo de organização interna, como transparece no famoso e não menos problemático documento conhecido como *Paroquial suevo* ou *Divisio Theodemiri* (redigido entre 572 e 582), que atribui ao bispado do Porto, genericamente limitado pelo rio Ave a norte e o rio Douro a sul, 25 paróquias, que devem ser entendidas não como uma rede de territórios mais ou menos delimitados e contíguos, mas apenas como 25 pontos de “apoio episcopal” distribuídos pelo espaço diocesano. Em suma, tudo o que acabámos de dizer permite-nos afirmar que a criação da Igreja portugalense resultou da profunda reestruturação eclesial verificada na segunda metade do século VI, e que teve em Martinho de Dume um dos principais mentores e agentes.

A escassez de informações que se constata praticamente até ao século XI, não nos impede de compreender que a realidade diocesana do Porto se enraizou e desenvolveu, reflectindo no seu interior e na articulação com os poderes vizinhos, os complexos processos históricos que experimentou o conjunto da Península a partir de 711 com a chegada e instalação de diversificados grupos muçulmanos. Como a maior parte dos bispados hispânicos nortenhos, o do Porto conheceu também longas vacâncias e uma generalizada desorganização,

que só foram definitivamente ultrapassadas quando se consumou, entre 1112 e 1114, a restauração da diocese. Tratou-se de um acontecimento muito significativo no processo da reconstrução eclesiástica do Noroeste, pelo que se justifica plenamente que o invoquemos uma vez mais, no momento em que sobre ele decorreram já nove longos séculos.

Com efeito, estreitamente relacionada com o intrincado cenário político e militar que então se desenrolava no Norte cristão – e que, não tardaria muito, conduziu à formação do reino de Portugal –, a eleição e sagração do bispo D. Hugo (1112/1114-1136) inscreveu-se, de forma mais precisa, no não menos conflituoso cenário em que se desenrolavam as relações entre as principais figuras do episcopado da monarquia leonesa e castelhana. Impõe-se referir, em primeiro lugar, que o quadro eclesiástico da região a sul do Minho apresentava-se ainda, nos finais do século XI, bastante fragilizado, o que não podia deixar de ser entendido como um reflexo das destruições e ruína causadas pelas campanhas do caudilho muçulmano Almançor, nas últimas décadas do século X, e também pela prolongada crise política e militar que assolou a monarquia asturo-lenonesa, durante largas décadas. Com a relativa excepção da diocese de Coimbra, todas as notícias respeitantes a bispos do Porto, de Lamego, de Viseu e, em particular, de Egitânia (Idanha) são fragmentárias e tornam quase impossível a reconstituição dos respectivos episcopologios. E deve dizer-se que é muito provável que vários dos prelados documentados não tenham sequer chegado a residir nos seus bispados. Qualquer uma das dioceses referidas apenas veio a conhecer a sua definitiva restauração muito tardiamente e só depois da de Braga, ocorrida em 1071. Foi, pois, integrada numa verdadeira “linha-gem” restauracionista que se inscreveu a reorganização da Igreja portuense.

Chegado ao Porto, D. Hugo rapidamente desenhou um caminho próprio, promovendo de imediato a reconstrução da diocese e o fortalecimento da sua autoridade temporal, o que significou uma constante e enérgica intervenção nas questões eclesiásticas e políticas da região galaico-portugalense. Proveniente da Borgonha, D. Hugo fora, antes de ascender ao episcopado em 1112, arcebispo da Igreja do Apóstolo, presidida, nesse tempo, por D. Diogo Gelmires (1100-1140), com quem manteve estreita amizade e de quem foi procurador junto da cúria pontifícia, mesmo depois de sagrado bispo. Ainda ao serviço de Compostela participou na redacção da vasta crónica intitulada *Historia Compostellana*, tendo escrito o capítulo que descreve o “pium latrocinium” que D. Diogo Gelmires protagonizou em Braga, em 1102, privando a vetusta sede

metropolitana da Galécia das suas mais valiosas relíquias, entre as quais se contavam as do venerado monge e bispo S. Frutuoso.

Escolhido para o Porto no contexto da acção política levada a cabo pela condessa D. Teresa (1112-1128) e das conflituosas relações entre os prelados compostelano e bracarense, D. Hugo acabou por ser sagrado pelo arcebispo de Braga, D. Maurício Burdino (1109-1118), no dia 23 de Março de 1113, Domingo de Páscoa, na igreja de S. Salvador de Lérez, não muito distante de Compostela, e na presença dos cónegos e do bispo de Santiago, bem como dos prelados de Ourense e Tui. A sagração do antigo arcediogo compostelano viria a constituir-se num dos esteios fundamentais da reconstrução do burgo portuense e mesmo do processo que levou à independência de Portugal.

Apesar da sagração ter ocorrido em 1113, os primeiros testemunhos incontestáveis do episcopado de D. Hugo datam apenas de 1114. Nesse ano assistiu ao Concílio de Compostela para o qual também fora convidado o bispo de Coimbra, D. Gonçalo Pais (1109-1128), com quem acabou por estabelecer um pacto de amizade e defesa mútua, tendo ambos acordado também os limites entre os dois bispados.

No início de 1120 ausentou-se do Porto uma vez mais, deslocando-se à abadia de Cluny onde se encontrava o recém-eleito papa Calisto II (1119-1124). Obteve, então, vários benefícios e graças destinados a Santiago de Compostela e ainda a confirmação das concessões anteriores de Pascoal II (1099-1118). Talvez em resultado dos bons serviços obtidos na cúria romana a favor da Igreja compostelana, é provável que D. Diogo Gelmires, bem como a própria rainha de Leão e Castela, D. Urraca (1109-1126), tenham intercedido junto de (ou mesmo forçado) D. Teresa no sentido de outorgar ao bispo D. Hugo o couto e o burgo do Porto, doação esta que ocorreu no dia 8 de Abril de 1120. O prelado e os seus sucessores adquiriram, assim, plena posse de toda a jurisdição da cidade. A curto prazo esta autoridade exclusiva dos pontífices haveria de causar sucessivos conflitos com os habitantes da cidade e com os oficiais régios. Mas a longo prazo, esta circunstância transformar-se-ia num dos factores mais dinâmicos e determinantes que moldaram a individualidade do Porto e dos seus cidadãos.

Todo este cenário seria ainda reforçado no ano de 1123. Possuindo já uma longa experiência política e eclesiástica, obtida tanto na Hispânia como em Roma, D. Hugo não perdeu a oportunidade de tornar mais efectiva e eficaz a sua autoridade sobre a urbe. Assim, no dia 14 de Julho de 1123 outorgou, jun-

tamente com os seus clérigos, carta de foral aos habitantes da cidade. O futuro demonstrou plenamente quanto este diploma foi de igual modo determinante no desenvolvimento da cidade e das suas gentes. De facto, o documento foraleiro, apesar de inspirado no de Sahagún, acabou por superar o seu modelo, quer no que toca ao respeito pelos súbditos, quer em relação ao incremento económico.

A segunda década do século XII revelou-se, desta maneira, decisiva no reconhecimento da diocese e da cidade do Porto, assumidas, em definitivo, como agentes incontornáveis no quadro político que culminou na formação do reino de Portugal. Convirá dizer ainda que, aquando da restauração da diocese, deveria existir no Porto apenas uma “pequena ermida” a servir de Sé. Porém, com D. Hugo, e graças ao apoio de D. Teresa e, depois, de D. Mafalda de Saboia (1145-1158), mulher de D. Afonso Henriques (1128-1185) e primeira rainha de Portugal, iniciou-se a construção de uma verdadeira catedral e de um “mosteiro” para residência dos bispos e seus cónegos. D. Hugo viria a falecer no ano de 1136, deixando uma obra vasta, que os seus sucessores se encarregaram de desenvolver e fortalecer.

Ao referirmos, ainda que de forma breve o processo de restauração da Igreja do Porto e a figura do bispo D. Hugo, pretendemos não apenas relembrar um processo histórico decisivo, mas também estabelecer o paralelismo possível com o prelado que hoje lembramos. Em tempos e circunstâncias muito diferentes, e distantes, a acção e, de certa forma, o destino destes dois grandes clérigos entrelaçaram-se com o devir da cidade, da diocese e das comunidades que lhes foram confiadas. Cada um soube ser um homem do seu tempo e cada um, à sua maneira, procurou responder eficazmente aos desafios que se lhe colocaram.



Dom António Ferreira Gomes

D. António Taipa

o - O Senhor Professor Doutor Armando Coelho teve a gentileza de me convidar para presidir a esta sessão. Foi para mim uma grande honra. Agradeço.

1. Começaria por cumprimentar e felicitar o Senhor Professor por trazer para aqui, para esta nossa Sé, a cerimónia da inauguração das atividades do Instituto Cultural D António Ferreira Gomes, e a homenagem que o mesmo instituto lhe quer prestar como à fundação SPES.

O Senhor Professor permite que diga. Foi a mim que pediu para mediar as “negociações” com o Senhor D. António Francisco, no sentido de escolhermos o local. Inicialmente pensava no Paço Episcopal no auditório recentemente construído. Fomos ver. Era pequeno. Foi então que, aí mesmo, pensamos na Biblioteca do Seminário Maior. Qualquer destes lugares faria sentido. Muito sentido.

Mas foi o Senhor D António Francisco que, quando lhe falei, propôs esta Sé, para o efeito. O Senhor Professor ficou encantado. Como eu.

2. Note-se que D. António Francisco tinha uma particular admiração e veneração pelo Senhor D António Ferreira Gomes. Conhecia-o muito bem. Muitas vezes o citou nas suas intervenções escritas e orais. E teve-o como uma grande fonte de inspiração na elaboração do programa pastoral que pensou, pôs à discussão e propôs à Diocese.

3. E aqui nos encontramos junto da Cátedra do magistério de Dom António. Foi daqui que o ouvimos, que o escutamos na sua pregação profética e interventiva. Na sábia leitura que ele nos ia fazendo da vida, dos acontecimentos, da história. Da coragem com que anunciou a palavra do Evangelho, de maneira tão serena como contundente. Com que denunciou vícios e atropelos, na condução da vida. Sabemos o que lhe valeu.

4. Gostaria de felicitar o Senhor Prof Doutor José Ferreira Gomes. Como ouvimos, falar do Sr. D António é sempre bom. Bom e útil. É sempre uma oportunidade para aprender da sua sabedoria, da sua profética maneira de ver e sentir a história e a vida. De viver.

Cumprimento e felicito igualmente o Senhor Prof Doutor Luís Carlos Amaral pela bela e profunda lição que nos deu sobre a nossa querida “ou amada” Diocese, como gostava de dizer o nosso querido dom António Francisco. Conhecer é essencial para a poder amar, para a poder trabalhar, para a poder merecer. Muito obrigado.

5. Aos premiados das Quadras de S. João, ao vencedor do prémio Frei Bernardo instituído por Este Instituto Cultural, os nossos parabéns.

Aos músicos, maestros Filipe Veríssimo e Tiago Ferreira, que de há muito temos o prazer de conhecer e admirar, e que hoje mais uma vez nos deliciaram, a nossa admiração e a nossa gratidão.

6. Para encerrar mesmo, peço licença para contar uma história acontecida com o nosso Senhor Dom António Ferreira Gomes e que revela uma das facetas da sua personalidade que não das mais recordadas.

7. Foi um homem profundamente livre, sabemos-lo, dessa liberdade daqueles que amam a verdade, verdade que para ele era Jesus Cristo.

É a verdade que liberta.

Uma das expressões dessa liberdade era a sua pobreza. Não se fala muito dela.

Desde miúdo que reparei, quando vinha aqui à Missa de sufrágio por Bispos e sacerdotes falecidos (Acontecia na data do falecimento de D. Agostinho de Jesus e Sousa, o bispo anterior) reparei que na respetiva homilia o Senhor D. António falava sempre fala da pobreza do Sr. D Agostinho. E falou num ano, noutro... sempre. Impressionava-me.

Percebi mais tarde: Nas muitas conversas que tive com o Senhor Bispo no tempo em que era reitor do Seminário.

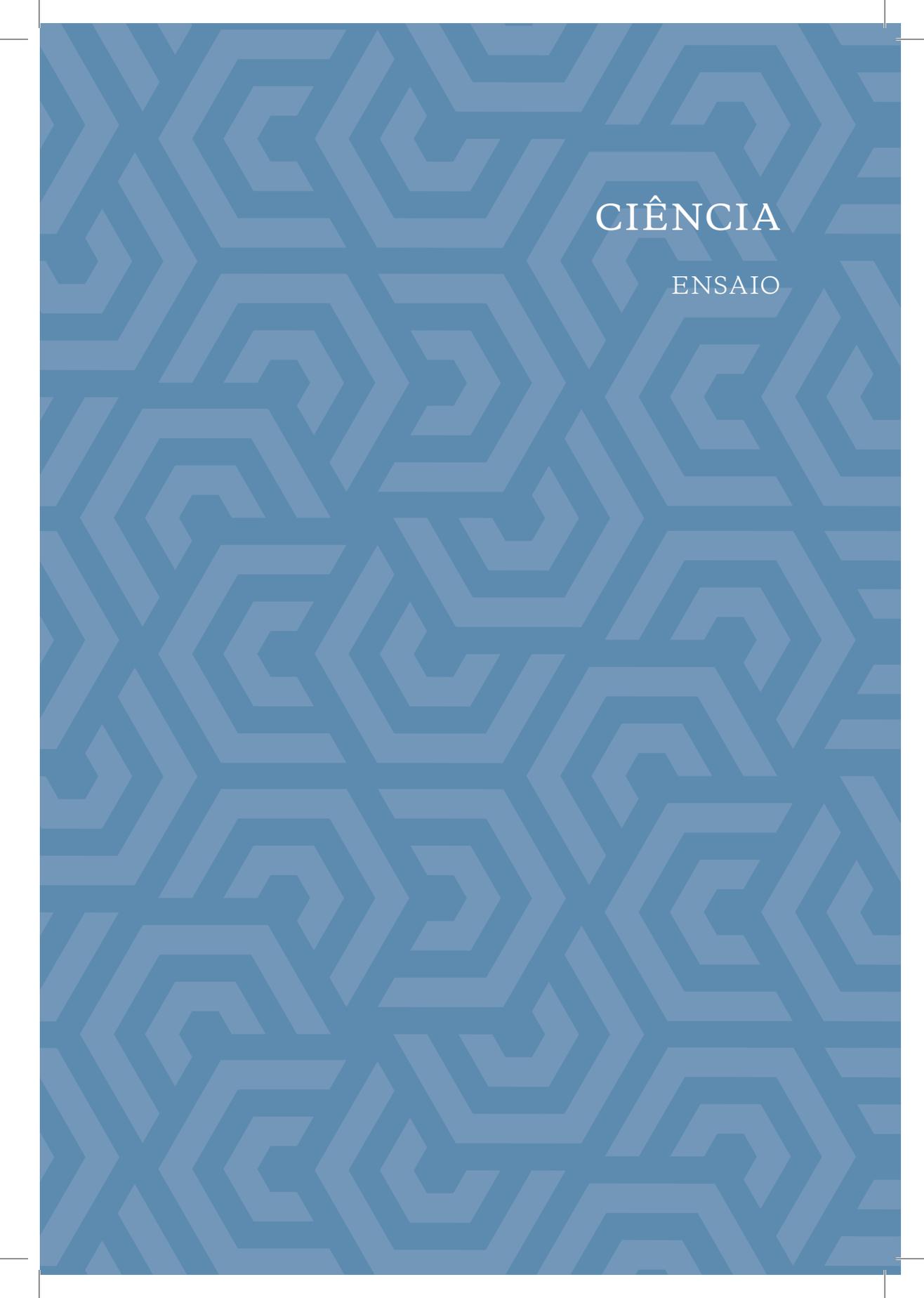
E a história é esta:

Um ano fui à terra santa com o Sr. D Armindo, Bispo Auxiliar, ao tempo. No dia da saída, o Senhor D António veio à porta despedir-se do Sr. D. Armindo. Eram umas 6,30 horas da manhã.

Por perto andava um pobre. Abeirou-se do Sr. Bispo, que meteu a mão ao bolso. Tirou o porta-moedas e deu-lhe uma nota. O mendigo recebeu, e pôs-se a olhar para ela, muito desconfiado... fomos ver a causa do espanto: estava fora de circulação desde há alguns anos... não lidava com dinheiro, o Sr. Bispo. Não usava porta-moedas, o Sr. D António.

Livre, era um homem pobre. Também aqui ensinava...

8. Ao Instituto Cultural Dom António Ferreira Gomes que inicia as suas atividades para este ano letivo, desejamos os maiores êxitos na missão que assumiu. É uma maneira de continuar o Sr. Dom António no meio de nós. O Dom António Mestre, pedagogo, apaixonado pela verdade. O Dom António “pastor”.



CIÊNCIA

ENSAIO



“Dourar a pílula”

Maria Fernanda Bahia

Este artigo insere-se no âmbito da unidade cultural “Ourivesaria Portuguesa: da mina ao objecto”, correspondendo ao incentivo que me foi gentilmente prestado pelo Senhor Prof. Doutor Armando Coelho.

Na generalidade, a resposta à consulta internauta sobre o conceito de pílula é dirigida para o efeito anticoncepcional ou para o emagrecimento, associado à toma de comprimidos de muito pequenas dimensões. Verdadeiramente e por definição, pílulas não estão implicadas no efeito terapêutico especificado, não são comprimidos e estes não são exactamente drageias e muito menos pastilhas. A designação de pílula provém do latim *pilula* que originou em português os termos “pírola” e “pílula”, conforme se transmitiu por via popular ou erudita. É definida como uma *forma farmacêutica de consistência firme, sensivelmente esférica, com peso aproximado de 20 centigramas, destinada a ser deglutida sem mastigar* (Prista, L.N. et al., 1991: 832). O uso de pílulas é muito antigo, tanto quanto a ingestão de medicamentos sólidos e semi-sólidos e, conseqüentemente, a procura da forma arredondada para facilidade de deglutição. Quando o uso de pílulas, inclusivamente para uso veterinário, era bastante comum, até meados do séc. XX e, querendo evidenciar vantagens sobre outras preparações farmacêuticas, era salientado o binário: pequeno volume para grande concentração de agentes medicamentosos e, além disso, a possibilidade de revestimento para mascarar o cheiro e sabor dos fármacos e cuidar da protecção dos agentes medicinais ou promover a sua desagregação somente no meio intestinal. Esta necessidade impõe a resistência ao suco gástrico durante duas horas, a ser comprovada em ensaio laboratorial. A obtenção de pílulas passa por operações preliminares de manipulação, até uma massa pilular esférica e distendida por espá-



Figura 1 - Pilulador - tabuleiro, régua, rolador e polvilhador
Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (foto de Joana Macedo)

tula em cilindro, tipo cigarro (magdaleão) para ser dividida pela sobreposição de réguas caneladas e calibradas de um pilulador como representado na (Fig. 1).

As porções obtidas são posteriormente arredondadas no rolator e revestidas no polvilhador. Em obediência à definição, torna-se necessária uma correcta proporção no comprimento do magdaleão a fim de originar o número pretendido de pílulas, respeitando a dosagem devida. Para isso suceder, são utilizados excipientes (substâncias ou composições inertes) conjuntamente com as substâncias activas, obedecendo a regras de mistura. A selecção dos excipientes é dependente do estado físico das substâncias medicamentosas de modo tal que depois de misturados, se obtenha a massa pilular com consistência adequada para prosseguir a execução técnica atrás referida, até obter as pílulas. Assim, a gama de excipientes abrange os grupos de aglutinantes, absorventes e líquidos.

Alquimistas e filósofos árabes, grandes clínicos, professores e experimentalistas deixaram seu legado rico em muitas metodologias e a grande influência no uso de utensílios com antepassados na agricultura (Fig. 2) e fins domésticos, ainda hoje omnipresentes nas bancadas de laboratório, como seja o almofariz¹, as espátulas e balões, imediatamente associados aos procedimentos farmacêuticos e químicos.



Figura 2 - Almofariz de pedra usado em agricultura
(Iraque, 7000-4000 a. C.) oridesmjir.blogspot.com

Estes pequenos equipamentos têm vindo a ser alterados quanto à geometria e modernizados nas variedades dos materiais da sua produção, com serventia adaptável à técnica, à maior segurança, à arte e decoração com certa exuberância (Figs. 3 a 3C).

¹ Almofariz, gral ou mortar



Figura 3 - Almofarizes de Bronze
www.museudafarmacia.pt



Figura 3A - Almofariz de Marfim
(coleção Pedro Aguiar Branco) pab.pt



Figura 3B - Almofarizes Ouro velho
(Dreamstime)



a)

b)

Figura 3C - a) Almofariz de Ágata com suporte e tampa de prata dourada.
b) Cena do filme "Os Caçadores de Tesouros"
www.museudafarmacia.pt

Vale a pena referir uma nota sobre a história da representação da Fig. 3C - a), o bellissimo almofariz octogonal facetado em ágata e prata dourada do Sec. XVII, período do Sacro Império Romano-Germânico. Tem um aro removível e a mão² com punho apresenta motivos decorativos gravados, bem como o suporte com duas asas em S que assenta em quatro pés. Integrou a coleção Rothschild exposta no Museu Nacional da Áustria, depois do fim da II Guerra Mundial. Actualmente, a peça pertence ao Museu da Farmácia de Lisboa, foi adquirida em 1999 na Christie's de Londres, lá posta em leilão pelos herdeiros de Alphonse Rothschild. A cena representada em b) é do filme "The Monuments Men" (Os Caçadores de Tesouros) realizado e interpretado por George Clooney em 2014, baseado na história verídica da recuperação de obras de arte saqueadas pelos nazis e a sua devolução aos respectivos donos. Aquele almofariz foi um dos muitos objectos roubados e escondidos na mina de sal-gema³ de Altaussee na Áustria, durante a guerra. Alphonse Rothschild foi um dos muitos que conseguiu escapar-se para Lisboa ajudado por Aristides de Sousa Mendes.

De longe surgiu o revestimento de formas farmacêuticas, basta citar os inovadores árabes Rhazes (854-925) e Avicena (980-1073) que implementaram essa metodologia facilitadora da administração medicamentosa, cumprindo um dos objectivos para o aumento de adesão à terapêutica. Nos casos dos fármacos que se degradam em curto período de tempo, está indicado o revestimento para a sua protecção, face às condições deletérias. As pílulas foram sujeitas aos mais diversos revestimentos, entre os quais se encontram o ouro e prata⁴. Após humedecimento das pílulas com soluções acéticas de gelatina, mucilagem de goma ou com xarope comum (1 a 2 gotas por 20 a 30 pílulas), em dois hemisférios de metal (Fig. 1) ou madeira polidos interiormente, adaptáveis no fecho e com uma haste seguradora, imprime-se movimento. Preconiza-se então o recobrimento metálico nobre por meio de folhas que em pequena escala, se procede como a agitação de maracas. Já a um nível industrializado, o revestimento é processado em turbina própria (1 miligrama de pó por pílula) e, em seguida, acabadas com o polimento por agitação num recipiente com o interior envernizado. Dada a possível reacção, os metais são excluídos para revestir pílulas contendo enxofre, sulfuretos, halogenetos alcalinos ou mercúrio e seus

² Mão, pilão ou prístilo.

³ Mistura de cloreto de sódio com cloreto de potássio e cloreto de magnésio.

⁴ Símbolos químicos: Ouro - Au, Prata - Ag, Níquel - Ni, Cobalto - Co, Ródio - Rh, Cobre - Cu, Zinco - Zn, Paládio - Pd, Platina - Pt, Mercúrio - Hg.

sais. As pílulas douradas eram apreciadas pelas boas características organolépticas, visualmente atraentes e com cheiro e sabor desagradáveis atenuados. O ouro é considerado um metal facilmente manejável⁵ para revestimento, com bom rendimento⁶ e não alergénico, ao contrário do Níquel⁴, este bem demonstrado em bijuteria.

Dada esta boa aceitação pela atractividade, a expressão idiomática “dourar a pílula” é usada em muitos idiomas⁷, passou a metáfora largamente transportada a discursos de variados temas com o denominador mais ou menos subtil de se minimizar ou anular o desfavorável e, por sobreposição, salientar o agradável. Não se identifica nem localiza o primeiro discurso havido com o dito termo alegórico. Talvez entrasse já na habilidade discursiva dos gregos como dominadores de expressões verbais quando iam às praças com retórica eloquente inflamar multidões a tentar alterar pontos de vista ou mudar conceitos pré-formados. Nos nossos dias, verificamos tal figura de linguagem em textos teatrais, de humor, no arremesso político, argumentação económica, de certa maneira na fotomontagem, em técnicas de marketing, na ética, ou talvez melhor, na falta dela. Analisando, encontramos sentido na ligação entre o significado real e o discurso mitigado, proporcionando os desvios cognitivos: a fina camada de ouro separa o real (por exemplo, fármaco com sabor amargo) da ilusão (superfície atraente embora sem interferência ou sinergia no efeito). No receituário antigo, a inscrição “*f.s.a.*” (faça segundo a arte) implicava boa técnica e aperfeiçoamento que merece aqui referência especial, porquanto o revestimento é o acabamento, o visível, o chamativo a ser feito com arte e a arte tem a propriedade de libertar a imaginação e criar prazer e, querendo introduzir religiosidade, associa-se facilmente o dourado ao símbolo da glória e da vida eterna.

A farmácia árabe trouxe maior preocupação com a conservação e acondicionamento das matérias primas e dos medicamentos. A embalagem iniciou a sua importância e para o efeito, começaram a ser usados recipientes de madeira, de ouro, de prata e de porcelana. Foi neste âmbito que mais

⁵ Dureza na escala de Mohs : 2,5. [score da escala: 1 (talco) – 10 (diamante)].

⁶ Apenas com um grama de ouro, é possível obter um fio de 3 km e 0,005 mm de diâmetro (ductilidade) ou uma lâmina quadrada de 70 cm de largura e 0,1 micrómetro (µm) de espessura (maleabilidade).

⁷ To sugar the pill, vergolden die Lilie, faire passer la pilule, dorar la pílula, indorare la pillola.

uma vez, os árabes comunicaram inovação à Europa Ocidental. Concluíram acerca da necessidade de um local próprio e de profissionais para o exercício da preparação de medicamentos. Pensa-se que a primeira farmácia foi estabelecida em Bagdad. Destaca-se a produção de medicamentos nas farmácias hospitalares com uma organização que passava por uma direcção e mecanismos de administração próprios e fiscalidade. O cuidado do resguardo dos medicamentos progrediu ao longo dos séculos e, paralelamente, a rotulagem para identificação e informação sobre o conteúdo. Aprimorou-se a decoração dos recipientes de tal forma que eram exibidos para chamar a atenção, ostentando ornamentos geométricos, elementos botânicos e figurativos humanos de santos e cientistas. Os materiais, a policromia e as formas caracterizavam a proveniência e eram dirigidos à armazenagem seleccionada das substâncias. Na segunda metade do século XV, o nome da substância ou do material a dispensar entrou na decoração dos recipientes, e as sucessivas alterações e modas permitem organizar um historial sobre a rotulagem dos produtos de saúde.



Figura 4 - Selos com figurativos farmacêuticos
Cttcorreios

Hoje, é simplificada no design mas complexa na regulamentação e, por isso, o mercado é monitorizado, o embalagem e rotulagem dos produtos estão sujeitos a fiscalização por autoridade competente. Há casos de retirada de produtos do mercado motivados somente por erros na rotulagem ou indicação de conteúdo de alguma substância proibida pelas leis comunitárias. Exemplos são visíveis na Fig. 4 que mostra selos portugueses com ilustrações alusivas ao que tem vindo a ser referido. O tamanho das embalagens também se modificou com os tempos, apurando-se a preferência cada vez mais às de menor dimensão e menor peso.

Com pequenas réplicas foram criadas mini-farmácias (Fig. 5) capazes de serem transportadas para diversos locais, desde os campos de batalha, viagens de recreio e espaciais. No nosso quotidiano, vulgarizaram-se os Kits portáteis adaptados à deslocação geográfica e tempo de estadia.

No início do texto, foi afirmado que as pílulas não são comprimidos e estes não são exactamente drageias e muito menos pastilhas. Depois das considerações sobre as pílulas e querendo apontar as diferenças entre as formas de apresentação, os comprimidos são definidos como preparações farmacêuticas de consistência sólida, forma variada, obtidas agregando, por meio de pressão, várias substâncias medicamentosas secas e podendo ou não encontrarem-se envolvidos por

revestimentos especiais, tomando, neste caso a designação de drageias (Prista, L.N. et al., 1991: 659). As pastilhas são preparações farmacêuticas de consistência sólida, destinadas a dissolverem-se lentamente na boca, preparadas por moldagem de uma massa plástica, constituída na maioria das vezes, por mucilagem e/ou açúcar associados às substâncias medicamentosas (Prista, L.N. et al., 1991: 866). Assinala-se portanto a diferença entre pílulas e pastilhas quanto à forma de administração e dos comprimidos quanto ao método de fabrico.

A par da expressão que dá título a este artigo, existem muitas outras locuções figuradas com a palavra "ouro/oiro", outras equivalentes ou relacionadas. Aqui lembramos algumas muito comuns e apontamentos sobre curiosidades, a saber:

- "Mina de ouro". Além do sentido real, pode figurar um bem diverso ou até mesmo personagem que gera facilmente elevado rendimento económico, em tempo prolongado.
- "Talha dourada". Madeira esculpida e posteriormente dourada. Em Portugal, assume grande expressão artística, de modo a ainda hoje despertar interesse o seu estudo. A Fig. 6 é anúncio de um breve curso livre sobre o tema que foi ministrado em Cascais (www.cm-cascais.pt). No percurso evolutivo da talha em Portugal encontram-se os estilos gótico, manuelino e do renascimento, seguindo-se o maneirismo e o barroco, este o mais monumental património artístico, o rococó subdividido em várias correntes e, por fim, o neoclássico que marca o fim da talha dourada entre nós.



Figura 5 - Farmácia portátil (Sec. XVIII)
www.museudafarmacia.pt



Figura 6 - A Arte da Talha em Portugal - uma Poética da Refulgência

- “Ouro puro”. Teoricamente, é ouro 100%, mas praticamente impossível de obter. Em 1907, a quarta Conferência Geral de Pesos e Medidas (CGPM⁸ reunida em Paris, adoptou o quilate⁹ como a unidade de pureza para materiais preciosos com uma correspondência à massa de 200 miligramas. Porém, como atrás referido, o ouro é impossível obter no estado de pureza absoluta e, como descoberto e experienciado desde o calcolítico, acresce que para ser trabalhado, é necessário associá-lo a outros metais de modo a garantir as características desejadas de dureza e cor. Assim, o convencionado entre massa e quilate não tem independência face ao material, o que significa que 200 miligramas de massa de uma peça de ouro não são um quilate. Como converter então em quilate a massa do ouro de um lingote ou barra? O quilate é a razão entre a massa do conteúdo em ouro presente e a massa total da peça, multiplicada por 24, sendo cada unidade de quilate equivalente a 4,17 % de ouro do total. A pureza do ouro é expressa pelo número de partes de ouro que compõem a barra, pepita ou jóia. O ouro puro é considerado ter 24 quilates correspondendo ao teor máximo de 99,99%, chamado de ouro 999,9 ou mil milésimas (por arredondamento), é impróprio para o fabrico de jóias por ser demasiado maleável. O ouro de um objecto de 19.2 quilates = $19.2/24 = 0,8$ corresponde a 80,0% de ouro misturado com 20% de outros metais (liga). É chamado ouro 800 milésimas, assim conhecido como Ouro Português.

⁸ É um dos três órgãos criados pela Convenção do Metro, assinada em Paris em 20 de Maio de 1875 com a participação de Portugal, para avaliar e gerir o Sistema Internacional de Unidades de Medida (SI). Sob a sua autoridade, funcionam os outros dois órgãos, o Bureau Internacional de Pesos e medidas (BIPM) e o Comité Internacional de Pesos e Medidas (CIPM).

⁹ quilate ou kilate palavra de origem grega Keratio que era uma semente usada como unidade de peso na antiga Grécia. A abreviatura é ct ou K.

- “Ligas metálicas”. Composições ou amálgamas de vários metais com os átomos dos vários elementos distribuídos em determinado arranjo ou ordenamento segundo a proporção e técnica de fabrico. A tecnologia que envolve as ligas metálicas tem vindo a ser desenvolvida visando diversos aspectos como efeitos visuais e estéticos. A título de exemplo, a conhecida liga Ouro-Prata-Cobre (Au-Ag-Cu)⁵ pode apresentar variedade de coloração. Se as proporções de prata e cobre forem iguais resulta uma cor amarela e mais avermelhada se aumentar a quantidade de cobre (ouro róseo). Uma liga bastante utilizada é conhecida como liga de ouro 583¹⁰, tem 14 quilates e contém 58,3% de ouro, 23,7-28,7% de prata, 13,0-18% de paládio ou 17% de níquel, 8,7% de zinco e 16% de cobre⁵. A presença do zinco⁵ confere tom azulado. O “Ouro branco”¹¹ é uma liga de ouro muito empregue em joalharia, composta por ouro, prata e outros metais em pequenas quantidades como cobre, paládio ou níquel, tem cor prateada mas mais brilhante do que a prata, com semelhança à platina⁵. Este visual pode ser conseguido com banho de Ródio⁵, ao mesmo tempo que imprime resistência. Estas propriedades fazem alargar a utilização do ouro branco para outras peças como o exemplo que se mostra na Fig. 7, exibição bastante divulgada aquando da sua aquisição pela família real Bin Thalal de Abu Dhabi.

Entre as características do carro é evidenciado um torque de 2800 Nm. No campo arqueológico da metalurgia, existem jóias de ouro, da era A.C., a que chamam torques, significando este termo torcido ~ virado. Há que assinalar a distinção da palavra acima referida com a menção quantitativa nas unidades em Newton.metro. Aí, trata-se da indicação de momento de força, equacionado em matemática vectorial e que diz especialmente respeito à engenharia mecânica. Para além da ortografia, é interessante a analogia secundária no fio condutor que nos encaminha para o significado de força ou poder. Os torques eram usados pelos guerreiros ou figuras com poder.

¹⁰ Número de prova ou toque. O número posto depois do metal precioso designa a permilagem do metal nobre puro, sendo o resto uma liga.

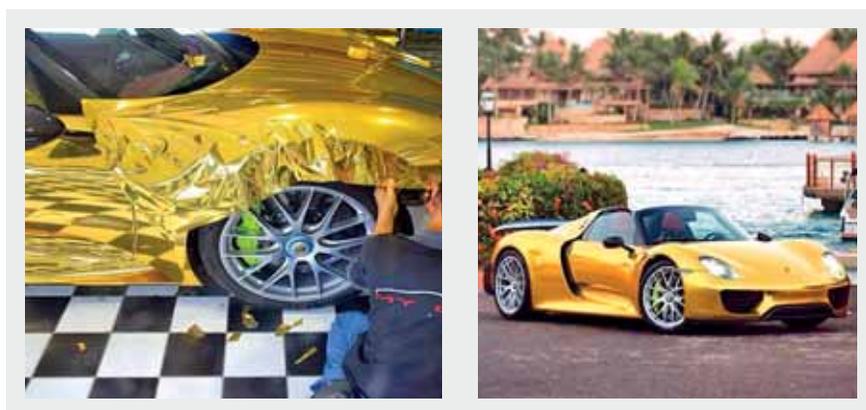
¹¹ Em contexto de escultura, pode aparecer a designação de ouro branco chamado ao mármore, termo local usado nas zonas de Estremoz e Vila Viçosa, conforme a narrativa da escultora Susana Piteira em Talhando a paisagem na Revista Visuais



Figura 7 - Mercedes de ouro branco (2012)
(noticias.sapo.ao)

Na Fig. 8 a) mostra-se o trabalho de revestimento de um modelo da Porsche apresentado em b). Não é conhecida a composição da liga das folhas, porquanto na maioria das aplicações industriais faz parte do sigilo.

A gama de temperaturas a que se processa a fundição das ligas tem influência nas propriedades superficiais e do núcleo, estendendo-se ao envelhecimento das ligas. A ductilidade (capacidade de formar fios) e a maleabilidade (capacidade de formar lâminas) variam em função da sua microestrutura (disposição dos átomos) na qual o tratamento térmico é influente. No caso do restauro de objectos antigos com ligas não identificadas é duvidoso usar o calor ao acaso, uma vez que pode tornar irreversíveis possíveis alterações. Muito atendida em museologia, a conservação de peças antigas tem em consideração o tipo de



a) b)

Figura 8 - Primeiro Porsche 918 Spyder dourado (2014)

liga, por ser decisiva na definição das condições ambientais mais adequadas à manutenção da estabilidade a longo prazo.

- “Ouro coloidal”. Partículas de ouro com dimensão de nanómetros (nm) suspensas em líquido aquoso com características de homogeneidade. Os romanos deixaram-nos provas do uso de partículas de ouro e de prata de dimensão manométrica. O Cálice de Licurgo (Fig. 9) com mais de 1600 anos pode ser visto no Museu Britânico e tem a particularidade de exibir cor verde ou vermelha consoante recebe iluminação pela frente (a) ou por trás (b). Investigação no séc. XX permitiu verificar que o vidro se encontra impregnado de partículas de 50 nm de prata e ouro e que a luz incidente modifica o matiz do copo cheio ou vazio de líquido. A conclusão geral foi o uso da nanotecnologia pelos romanos.

Oficialmente, o ouro coloidal não é um medicamento, havendo estudos sobre a preparação no que respeita ao diagnóstico molecular e na bioengenharia. Embora tido como inerte, o ouro em situações agudas pode gerar envenenamento e o seu antídoto é um composto conhecido por BAL¹². Tem sido usado o ouro coloidal em amálgama com mercúrio⁵ para aplicação em odontologia. Como demonstra o exemplo da Fig. 10, também se usam preparações contendo ouro coloidal em máscaras faciais para embelezamento ou decoração assim como em trabalhos de douramento fino em cerâmica.



a)

b)

Figura 9 - Cálice de Licurgo

¹² British Anti-Lewisite que corresponde ao 2,3-dimercaptopropanol que é quelante do ouro.



Figura 10 - Máscara facial
webluxo.com.br

- “ Mercado do ouro”. É um mercado de risco pois as cotações reagem segundo a conhecida lei da oferta e da procura preconizada por Adam Smith. Os principais centros que negociam ouro são Londres, Zurique e Nova York. Nos últimos 100 anos, a cotação diária internacional tem sido definida pelo *The London Gold Market Fixing* e está indexada ao dólar americano, medindo-se em onças

(1 onça = 31,1 g). Em Portugal, a cotação é registada em Euros por grama ou Euros por onça por conversão ao índice internacional. A cotação do ouro varia diariamente, é influenciada por numerosíssimos factores, desde os desastres naturais e acontecimentos históricos a falências bancárias que preenchem parte dos riscos geopolíticos, pandemias e outros cenários, tendo o preço do ouro importância na economia global do mundo multipolar. O chamado mercado de balcão consiste em operações bolsistas fechadas, muito disputadas entre bancos e correctoras gigantes com fachadas capitalistas complexas a querer ultrapassar o convencional e, talvez por isso, pouco transparentes.

A Fig. 11 dá conta da evolução do precioso metal cuja análise mostra visivelmente um mínimo atingido em 2014.

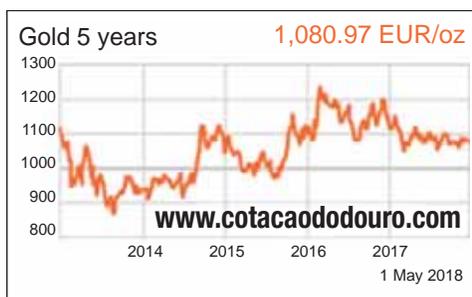


Figura 11 - Evolução da cotação do ouro durante 5 anos
www.cotacaodouro.com

- “Moedas de ouro“. Uma das maiores aplicações do ouro tem sido a cunhagem de moedas. Entretanto, o conteúdo em ouro de cada moeda não corresponde ao verdadeiro valor do ouro de mercado, sujeito constantemente a oscilações. Na era antiga da qual nos separam milhares de anos, a cunhagem atingia o arbitrário, querendo dizer que não era exclusiva do governo ou do chefe. O ouro como sinal de poder, era demonstrado através de moedas com um punção escolhido pelo mandante poderoso. A numismática é valorizada cientificamente quando ajudada pela epigrafia, capaz de situar ou esclarecer factos históricos. Abstraindo a crítica, alertamos para o Museu do Dinheiro, em Lisboa que possui moedas históricas a realçar a época áurea portuguesa. As moedas de ouro são material de investimento e sujeitas, para além do valor do ouro, ao estado de conservação e valor de antiguidade e de raridade, esta sem padrão próprio.
- “Medalhas de ouro“. Condecorações concedidas por entidades a outras entidades ou a personagens por feitos de elevado mérito. As mais conhecidas são as medalhas olímpicas que têm o seu percurso histórico com variações no conteúdo em ouro, dimensões, cunhagem e autor do desenho. As últimas medalhas todas em ouro foram entregues até 1912. As medalhas dos Jogos Olímpicos de Inverno são mais variadas. As medalhas de prata e bronze têm os mesmos desenhos das de ouro. As dos Jogos Paralímpicos incorporam um pequeno dispositivo interno com sinal sonoro em atenção para com os invisuais. O som emitido cresce do bronze para o ouro. É de assinalar a preocupação ecológica com a proibição da introdução do mercúrio nas ligas, dada a toxicidade. Mas outros troféus “em ouro” são muito bem conhecidos entre nós.

A Fig. 12 ilustra exemplos dos mais recentes. O organismo responsável pela atribuição de cada troféu estipula o conteúdo em ouro, a liga a empregar, peso e dimensões.

- “Teste do ouro“. Em diversas circunstâncias, surge a necessidade de avaliar o ouro, seja no minério fósil, pepita ou peça. Trata-se de saber a riqueza do minério, a pureza da pepita ou da peça, se o artefacto é “ouro real” ou “ouro falso” (menos de 10 quilates). Enfim, desde estudar a exploração até saber o toque do ouro para salvaguardar o consumidor dos procedimentos ilícitos. Assim, é de prever que os ensaios conducentes a avaliações sejam diferenciados, consoante se trata de laboratórios adjuntos de minas, laboratórios

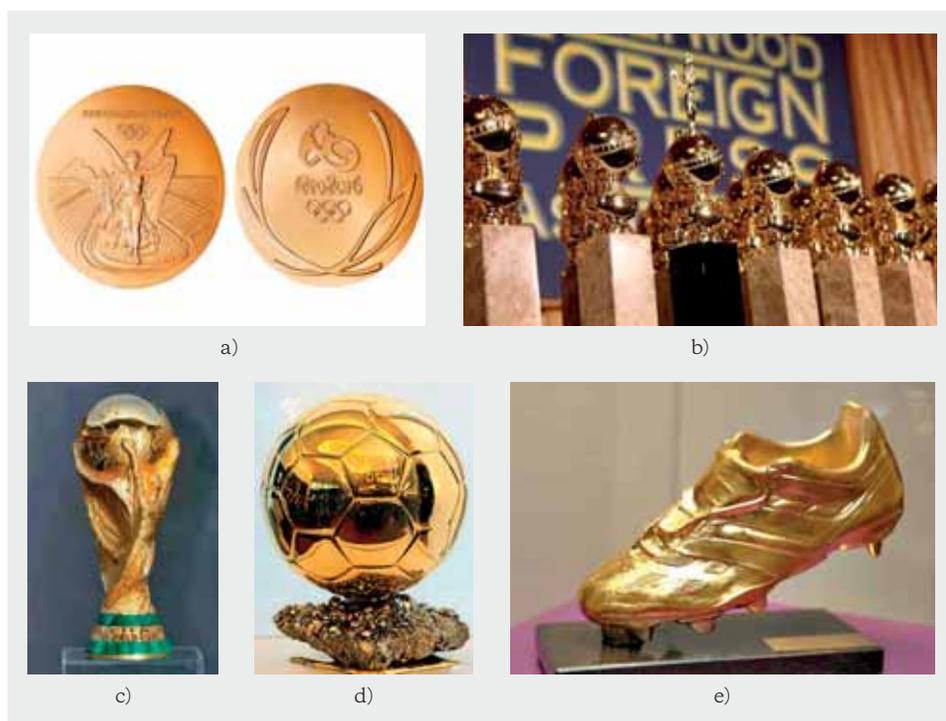


Figura 12 - Troféus em Ouro. a) medalha olímpica 2016; b) globos de ouro 2017; c) taça do campeonato do mundo de futebol; d) bola de ouro 2017; e) bota de ouro 2017

do Estado, de centros investigação ou tecnológicos de apoio a oficinas de joalheria. É fácil compreender que esse vasto campo de actividade implica a necessidade de maior ou menor rigor, conforme a exigência do objectivo e, conseqüentemente, varia o número e o tipo de testes, bem como o equipamento para a sua execução. Hoje, a electrónica avançou para o efeito com a vantagem de maior rapidez e rigor e, já nas rotinas, evita a utilização de ácidos como marcadores de reacção. Os processos que usam técnicas analíticas não destrutivas são os preferidos como seja a espectrometria de fluorescência de raios X (XRF), capaz de insidir sobre amostras de muito pequena dimensão e não implica tratamento prévio das mesmas. Também se valorizam os procedimentos que permitem recuperação total ou parcial do material da amostra. O ensaio de copelação do ouro é disso um exemplo e muito praticado no laboratório da Contrastaria do Porto. As Contrastarias portuguesas são estruturas orgânicas da Imprensa Nacional

- Casa da Moeda (INCM), S.A. que asseguram uma série de actividades das quais se destaca o ensaio e marcação de artefactos de ourivesaria e barras de metais preciosos, mediante o relatório da análise.
- “Contraste”. O punção de contrastaria reproduz uma marca de garantia do toque legal dos artigos com metais preciosos (Fig. 13), ou assinala determinadas circunstâncias, e identifica a contrastaria que o utiliza pela definição do perímetro que identifica, respectivamente, uma figura de contornos curvos, ou um polígono, consoante se trate das Contrastarias de Lisboa ou do Porto.



Figura 13 - marcação por punção

Como se pode observar na Fig. 14, o símbolo varia conforme o metal. Actualmente, para o ouro é uma cabeça de veado para os toques iguais ou superiores a 800 milésimas e andorinha em voo para os toques inferiores.

A vigente Lei nº 98/2015 de 18 de Agosto aprova o regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias e revoga os Decretos-Leis n.ºs 391/79, de 20 de Setembro, 57/98, de 16 de Março, e 171/99, de 19 de Maio, mas já em Janeiro deste ano, em comunicado, o Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que altera o regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias. As novas alterações introduzidas encontram-se alvo de consultas formais legalmente obrigatórias, nomeadamente ao Conselho Nacional de Consumo, às associações representativas do sector e comunicadas igualmente à União Euro-

MARCAS LEGAIS DAS CONTRASTARIAS PORTUGUESES
PORTUGUESE HALLMARKS

Decreto-Lei n.º 391/79, de 20 de Setembro, e 57/98, de 16 de Março.
 Decree n.ºs 391/79, of September 20th, and 57/98, of March 16th.

MARCAS LEGAIS | LEGAL MARKS

	Marca de fabricador ou equivalente Sponsor's mark		Marca de contrastaria Assay office mark
--	--	--	--

TOQUES E PUNÇÕES DAS CONTRASTARIAS | STANDARDS OF FINENESS AND ASSAY OFFICE MARKS

METAL	TOQUE	LISBOA	PORTO
METAL	FINENESS	LABON	OPORTO
PLATINA PLATINUM	800 = 999‰ ¹⁾ , 950‰ ²⁾ , 900‰ ³⁾ , 850‰ ⁴⁾		
OURO GOLD	800 = 999‰ ¹⁾ , 916‰ ²⁾ , 800‰ ³⁾		
	800 = 750‰ ⁴⁾ , 585‰ ⁵⁾ , 375‰ ⁶⁾		
PRATA SILVER	800 = 999‰ ¹⁾ , 925‰ ²⁾		
	800 = 835‰, 800‰ ³⁾ , 837‰ ⁴⁾		

¹⁾ Marca individual do fabricador ou importador. | Individual mark of manufacturer or importer.
²⁾ Aplicável a partir de 21 de Junho de 1998. | Since June 21st 1998.
³⁾ Aplicável a partir de 21 de Junho de 1998. | Since June 21st 1998.
⁴⁾ 800‰ = 19.2 ct, 916‰ = 22 ct, 999‰ = 24 ct, 750‰ = 18 ct, 585‰ = 14 ct, 375‰ = 9 ct.
⁵⁾ 800‰ = 19.2 ct, 916‰ = 22 ct, 999‰ = 24 ct, 750‰ = 18 ct, 585‰ = 14 ct, 375‰ = 9 ct.

Figura 14 - Marcas legais das Contrastarias Portuguesas (gentilmente cedidas pela Contrastaria do Porto, em 13 de Junho de 2017)

peia. O seu objectivo diz ser no sentido de tornar mais fácil a vida das empresas, resolvendo o problema dos licenciamentos morosos, complexos e dispersos. A garantia da alta qualidade da ourivesaria em Portugal continua a ser solicitada pelas diferentes associações representativas dos diversos agentes, através da legalização dos artefactos pelas Contrastarias da INCM. Estas são membros fundadores da Associação Europeia de Contrastarias, estendida já a Associação Internacional de Contrastarias com mais de 50 contrastarias de 35 países. Portugal com o sistema de contrastarias obrigatórias faz parte de uma maioria de países da UE (52%) tendo os outros marcação voluntária ou declaração do fabricante ou auto-certificação dos artefactos. O risco proveniente dos artigos chegados do Espaço Económico Europeu ou do seu exterior, sejam auto-certificados ou sem marca, obriga a cuidados redobrados, dado que aparecem falsificações de marcas por laser.

- “Ouro negro”. É equivalente ao petróleo.
- “Ouro sobre azul”. Encontram-se reportadas várias origens da expressão a qual tem sempre o significado de boa combinação, atraente, impactante, quer seja proveniente de peças de ouro sobre vestes azuis muito usadas desde o Renascimento até finais do séc. XVIII, ou da talha dourada combinada com azulejaria, ou até nas gravações douradas sobre o aço azulado das espingardas.
- “A galinha de ovos de ouro”. A fábula muito contada a crianças para transmitir a mensagem de avareza e ganância.
- “No tempo áureo”. Sempre com significado de período de topo relativo a indivíduos, colectividades, cidades ou países relevando a riqueza ou desenvolvimento cultural, artístico, urbanístico, etc.
- “O silêncio vale ouro”. Em situações difíceis, capazes de gerar atritos, o silêncio é valorizado para prevenir constrangimentos, na medida em que proporciona tempo para reflexão e não agir irreflectidamente.
- “Nem tudo o que reluz é ouro”. O sentido é de uma expectativa criada pela boa aparência que, mais tarde, se percebe não corresponder ao esperado.
- “Tem um coração de ouro”. Ser muito boa pessoa, principalmente dotada de generosidade acima da média.
- “Menino(a) de ouro”. Geralmente referente a crianças ou jovens com comportamentos exemplares. Vem à memória a conhecida canção de José Afonso: Menino de Ouro¹³

¹³ O meu menino é d’oiro / é de oiro fino / não façam caso que é pequenino / o meu menino é d’oiro / d’oiro fagueiro / hei-de levá-lo no meu veleiro / Venham aves do céu pousar de man-

- “Nascer em berço de ouro”. Nascer em família rica, sem dificuldade alguma.
- “Fechar com chave de ouro”. Acabar a tarefa com muito sucesso e realce no final.
- “Está pesado(a) a ouro”. Investimento de várias formas que acrescentam teoricamente valor à pessoa ou ao objecto em que se investiu.
- “O amigo que vale ouro”. Valorização suprema da amizade.
- “Corrida ao/do ouro”. Esta frase tem variadas referências, dependendo essencialmente das circunstâncias geográficas e discursivas. Em contexto de competições desportivas, o sentido da frase é dirigido à luta pelo primeiro lugar, ou seja pela medalha de ouro. De outro modo, aquando da descoberta de ouro no Brasil, no séc. XVII, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, acorreram milhares de pessoas, quer colonos, quer de Portugal. Na história dos EUA, “the gold rush” e “gold fever” são expressões igualmente ligadas à descoberta de ouro, sendo a mais conhecida a da Califórnia, em 1848, desencadeando-se em seguida uma migração intensiva de milhares de viajantes oriundos de vários estados e países. Hoje, diremos que há um “Ouro chamado Cobalto”⁽⁴⁾ empregue nas baterias das nossas já indispensáveis tecnologias quotidianas. Tal como antes, é exercida a actividade exploradora sobre crianças nas minas de extracção de cobalto na República Democrática do Congo para fornecimento dos gigantes multinacionais.
- “Regra de ouro”. Preceito, princípio ou norma de conduta para ser respeitada e julgada essencial. Pode ser adquirida pela lei, superior aconselhamento ou por tradição. Aplicam-se a áreas bem diversificadas, como alguns exemplos: regras de ouro para uma alimentação saudável; Donald Trump quebrou uma das regras de ouro do golfe; regras de ouro no bom atendimento ao cliente; regras de ouro na gestão de recursos humanos, etc.

O aprofundamento da fraseologia é área dos peritos da comunidade linguística. O uso da linguagem pode ser vista como um instrumento para transmitir ideias e ditar preceitos ou como instância notadora de saberes. Uma palavra

sinho/por sobre os ombros do meu menino/do meu menino, do meu menino/venha comigo venham/ que eu não vou só/levo o menino no meu trenó/ Quantos sonhos ligeiros/prá teu sossego/menino avaro não tenhas medo/onde fores no teu sonho/quero ir contigo/ menino de oiro sou teu amigo/ Venham altas montanhas/ventos do mar que o meu menino/nasceu pra amar/venha comigo venham/que eu não vou só/levo o menino no meu trenó.

numa expressão idiomática pode perder o seu verdadeiro significado mas é a expressão que assume valor e categorização no discurso, seja negativo ou positivo, não podendo ser elemento marginal. Umberto Eco trata da interpretação co-textual da metáfora (Eco, Umberto, 1991:187) e de alguma leitura entre as obras ou sinopses, pode colher-se que seria sua convicção de que o discurso com fraude subtil será uma técnica de raciocínio humano controlado pela dúvida e submetido a todos os condicionamentos históricos, psicológicos e biológicos de qualquer ser humano.

BIBLIOGRAFIA

- Adilson Citeli, *Linguagem e Persuasão*, 15ª ed. Ática, São Paulo, 2002.
- Basso P. - *A Farmácia e o Medicamento - Uma História Concisa*, Clube do Coleccionador dos Correios, 2004.
- Eco, Umberto, *Semiotica e Filosofia da Linguagem*. Ed. Gjulio Einaudi. s.p.a. Torino, 1984. Tradução de Mariarosaria Fabris e José Luiz Fiorin, Série Fundamentos, Ed. Ática, S.A. São Paulo, 1991.
- Eco, Umberto, *Sobre Literatura*, Ed. Difel, Algés, 200.
- Eco, Umberto, *Os Limites da Interpretação*, Ed. Difel, Algés, 2004. <http://www.bipm.org/en/cgpm-2014/>
- INCM, S.A. *Um Período Histórico: 125 anos de Contrastarias*, 2007.
- Nogueira Prista, L.; Correia Alves A.; Morgado, Rui M. R.; [et col.] - *Técnica Farmacêutica e Farmácia Galénica*, I vol., Lisboa, 4ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1991
- Pita, J.R. *História da Farmácia*, 3ª ed. Minerva, Coimbra, 2007.
- Link Revista Visuais: <http://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/visuais/article/view/552>
- www.cm-cascais.pt



HISTÓRIA/ARQUEOLOGIA

ENSAIO



Incursoão normanda ao Castelo de Vermoim: O espírito do tempo e do lugar¹

Armando Coelho Ferreira da Silva²



Figura 1 - Montes de Vermoim

1. Sabe-se, por uma breve notícia, que nos foi transmitida pela *Chronica Gothorum*, que o Castelo de Vermoim (Fig 2: 18 e 5), ora situado nessa freguesia do concelho de Vila Nova de Famalicão e, então, cabeça da Terra do mesmo nome, foi alvo de um ataque de piratas normandos, em 6 de setembro de 1016, segundo a correspondência do calendário romano ao da era cristã, quando aí se encontrava, certamente refugiado, o Conde de Portucale, Alvito Nunes:

Era MLIV viii idus septembris veniunt Lormanes ad castellum Vermudii, quod est in provincia Bracharensi. Comes tunc ibi erat Alvitus nuniz (HERCULANO 1856: 9).

¹ Mil anos da incursão normanda ao Castelo de Vermoim”. Atas do colóquio comemorativo (Vila Nova de Famalicão, 17 de setembro de 2016). Porto: CITCEM - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2018.

² Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM; FLUP/FCT); Coordenador científico do Gabinete de Arqueologia de Vila Nova de Famalicão. Presidente da Direção do Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes.

Conforme observou Hélio Pires, na sua obra sobre as incursões normandas no ocidente ibérico (2012: 175-177), a brevidade da fonte não nos permite conhecer nem os contornos do ataque, nem o percurso seguido e nem sequer o seu desfecho, que se presume, por outras informações, ter sido trágico. Mas, só o facto de o referir significará que não terá sido uma investida qualquer, mas certamente uma incursão que terá penetrado mesmo no interior da região minhota e que terá, por isso, tido um impacto significativo, quando ainda ecoavam ressonâncias apocalípticas anunciadas pelos profetas do milenarismo.

Seja como for, tratar-se-á de uma das últimas investidas destes homens do norte, que durante dois séculos, a partir de 844, atacaram mais ou menos intermitentemente as costas do ocidente peninsular, e que agora, sediados junto de *Portucale*, desde julho de 1015, acossaram, durante nove meses consecutivos, a região entre Douro e Ave e levantaram ferro do porto do Douro em abril do ano seguinte.

Segundo Rui Pinto de Azevedo (1974, 88), teria sido este o grupo responsável pelo ataque ao Castelo de Vermoim, concluindo, nestes termos, que tal só se poderia ter efectuado em setembro de 1015, e não no ano seguinte, não estando, assim, certa a data mencionada na *Chronica Gothorum* (AMARAL 2007: 98-99), do que, por sua vez, discorda Hélio Pires, que a considera poder estar correta, sobrando duas hipóteses para o grupo que levou a cabo o ataque de 1016: “A primeira vai no sentido de algo que Rui Pinto de Azevedo também disse (1974, 88), de se tratar do mesmo bando que esteve activo Entre-Os-Rios Douro e Ave e que, após a sua partida em Abril de 1016, pelo menos parte seguiu para sul antes de regressar a norte no final do Verão, altura em que penetrou no território portugalense até Vermoim. A segunda hipótese é que se trata de um grupo distinto do qual nada mais se sabe”, e justifica esta alternativa com outros casos conhecidos de ataques vikings, quase simultâneos e geograficamente próximos, mas levados a cabo por grupos distintos, como a entrada de piratas nórdicos no Somme, em 859, numa altura em que outro bando já se encontrava no Sena, nada obrigando, assim, a que uma incursão nórdica que avançou trinta quilómetros para o interior tenha que estar relacionada com outra que levou a cabo feito idêntico quase ao mesmo tempo (PIRES 2012: 176-177).

Foi este sobressalto precedido, cerca de meio século antes, em 968-969, pela incursão normanda de maior alcance no noroeste peninsular, comandada por Gunderedo, que provocou a devastação de vários centros religiosos na região de Santiago de Compostela, que se tornara, desde a miraculosa “invenção” do túmulo do Apóstolo, em 813 ou 814, no principal lugar de peregrinação do oci-

dente europeu, e, por ricochete, se transformou no alvo da ira dos infiéis, sejam eles gentios sejam muçulmanos.

Contra este centro da cristandade se dirigirá, justamente, a maior campanha de Almançor (RODRIGUES 2011) que, passando por cidades e mosteiros que destrói ou danifica, como as cidades de Coimbra e Braga e os mosteiros de Cete e Ganfei, chegou a Santiago em 11 de agosto de 997, onde saqueou e destruiu a Catedral, servindo-se das portas da igreja para construir navios e levando os sinos da torre para os colocar na Grande Mesquita de Córdoba, como troféu da vitória.

Mas, se a catedral foi destruída e as relíquias do Apóstolo não foram, surpreendentemente, perturbadas por parte de Almançor, não terá sido ele movido, nesta guerra, por motivos exclusivamente religiosos, apesar do seu reconhecido fanatismo e da sua vontade em destruir completamente os estados cristãos, visando fazer do Califado de Córdoba o grande potentado peninsular.

Estes factos, como observou J. Rodrigues (2011: 103), levam a pensar que a expedição empreendida contra Compostela terá sido mais uma tentativa para comprometer o inexorável avanço da reconquista cristã para sul, atacando aquele que era o seu principal centro religioso e símbolo e justificação do espírito de cruzada cristão, pretendendo, com esta ação, desmoralizar o ânimo da cristandade.

Ao não destruir o seu túmulo, porém, este gesto acabará em resultado contraproducente, uma vez que os cristãos veem reforçada a sua fé no Apóstolo, de tal forma poderoso, que nem o Almançor tinha conseguido - ou ousado - destruir o seu túmulo, as suas relíquias, que são, para os cristãos, a sua presença viva e o seu santuário um dos locais privilegiados, onde o Céu e a Terra se encontram, caminho simbólico para a salvação (RODRIGUES 2011: 103).

Não podemos deixar de sinalizar, neste contexto, as diversas invocações a S. Tiago como oragos de uma série de freguesias da Terra de Vermoim, em S. Tiago de Antas, de Castelões, de Gavião, de Moldes (Cruz), de Mouquim, de Outiz, e da capela de Ninães (S. Silvestre de Requião), no concelho de Vila Nova de Famalicão, e de S. Tiago de Landim (Areias), concelho de Santo Tirso, e de Ronfe, concelho de Guimarães (AMARAL 2007: 710-711), para mais tendo essa expedição seguido seguramente pela antiga via romana XVI do Itinerário de Antonino, que no concelho de Vila Nova da Famalicão se encontra bem testemunhada por uma série de marcos miliários que lhe definem o percurso desde a entrada na região da Trofa até às proximidades de Braga.

E sirva esta referência de vitalidade visível na organização religiosa da Terra de Vermoim como sinal do ambiente de maior segurança que se terá observado nos territórios a norte do Douro após a presúria do Porto por Vímara Peres, em 868, não obstante as perturbações causadas pela violência das expedições de Almançor e dos piratas normandos, de que o ataque ao Castelo de Vermoim (Fig.5) não pode deixar de se interpretar como um episódio relevante do protagonismo significativo assumido por Portucale na reorganização do poder regional e no reordenamento do espaço reconquistado sob a tutela de uma nobreza condal, que tivera como fundador o próprio presor Vímara Peres, mesmo que um seu descendente aí tenha encontrado um final menos feliz.

2. Entre as numerosas referências da documentação medieval sobre esta reorganização do território da diocese bracarense (COSTA 1959, MARQUES 2005, AMARAL 2007, MARQUES 2014), selecionamos três delas que se reportam a unidades paroquiais da Terra de Vermoim, dizendo respeito às atuais freguesias de Joane (datada de 1065: in villa Joannis subtus *mons Kastro Vermui*, COSTA 1959: 127), Requião (1114: in villa Requilani subtus *castelo Vermudi territorium Bracarense discurrente ribulo Ageredi* (COSTA 1959: 37) e Pousada de Saramagos (1194: villa que vocitant Pousada subtus *mons Vermui* território Bracarense discurrente rivulo Peelio (COSTA 1959: 32), que ainda mantêm a mesma designação.

Criadas, como dizem os textos, no sopé do monte, em zonas de exploração agrária, que lhe é assignada pela designação de *villa*, termo geral referente a uma propriedade rural, vinda dos tempos romanos, e, mais tarde, a uma aldeia (SAMPAIO 1979), todas se reportam ao *Monte*, *Castro* ou *Castelo* enquanto designativo da cabeça da *Terra de Vermoim*, hoje remanescente na designação paroquial e civil de Vermoim e mantenho a aura do prestígio medieval que deu nome a toda a plataforma montanhosa em que se enquadra.

Cita este antropónimo germânico o nome do seu possessor, que mais assinala a deslocação do centro de poder, que em época do domínio romano cremos estar localizado, em planície, no *vicus* de Perrelos (Fig.2: 39; SILVA *et alii* 2005: 46-47; SILVA 2007a:133-135), para a periferia do Alto das Eiras, em sítio mais apropriado aos desígnios protetores do processo de “encastelamento” altimedieval, que ora substitui as funções do antigo “lugar central” dos finais dos tempos proto-históricos nesta zona do curso médio do Ave, a que se reporta o gesto, hoje comemorado, da *Chronica Gothorum*.

Todas essas designações assumem, segundo J. Piel (1960a: 543), a forma peculiar dos topónimos qualificados como de proprietários, em que se reflete o nome de pessoa na forma do genitivo em *-i*, próprio dos antropónimos godos terminados, no idioma de origem, em *-s* e que foram latinizados em *-us* (PIEL 1960, 9): *Bermudus*, *Bermudi*, com resultado moderno *Vermoim*, aqui registado em Vila Nova de Famalicão e no concelho da Maia (*Vermudi*), ou também *Vermuy*, na Maia, e *Bermuy*, na Corunha.

Não se tratará, assim, como muito bem observou Domingos A. Moreira a propósito de Vermoim, da Maia (MOREIRA 1964: 73), do nome pessoal *Vermoim*, enquanto diminutivo do nome pessoal germânico *Vermudo* (da série de nomes em *Ver-dago*, *Ver-medus*, *Wer-aldo*, etc., e de nomes em *Mod / Mud* como *Floc-muda*, *Lare-mut*, *Milimut*, *Ricmod*, etc.), como cria J. Leite de Vasconcellos (*Opúsculos*, III-287), mas, seguindo J. Piel, simplesmente, do nome *V / Bermudus*, *Bermudo*, *Bermudi*, em genitivo, com deslocação da nasalidade para a última sílaba por via de uma hipercorreção erudita ou, talvez melhor, devido ao peso da tradição popular. Nestes termos, o genitivo *-mudi* teria evoluído para *-ui* sob a ação da nasal, produzindo-se uma deslocação do acento para o segundo elemento do ditongo, como ocorre em português no adjetivo *ruím / róim / ruím* (PIEL 1960a: 553-557).

Constitui este vocábulo, segundo o mesmo investigador (PIEL 1960: 438), um antropónimo bitemático, que quer dizer “valor do urso”, *v / *ber < bair(a)* ‘urso’ + **mud < mod* ‘valor’, em gótico, significando o segundo termo um uso metafórico, apropriado do sentido literal de ‘castanho’, desse temido animal selvagem, certamente por tabu, em consideração à perda da designação indo-europeia, como *ursus*, em latim, e *arctos*, em grego, que se regista nas línguas germânicas, assignando-se-lhe, deste modo, um especial carácter religioso.

Fica-lhe, assim, mais implícito o conceito de que o guerreiro tinha de dar provas de coragem e de valor, não temendo expor-se aos perigos, para poder ambicionar a vitória e, com ela, a paz, a proteção da comunidade e, daí, a fama e a glória. Afinal, o mesmo conceito de ideal de excelência que nos é dado perceber terem sido o dos guerreiros castrejos, cuja estatuária, mais de mil anos antes, imortalizou como heróis divinizados, e que igualmente se depreende dos registos de teor céltico que nos ficaram dos seus nomes transmitidos pela epigrafia latina, bem ajustados à ação e ao funcionamento mítico de chefaturas fundacionais, como entendemos ser a designação referente ao Castelo de Vermoim.

Mais manifestará esta versão o rasto de um substrato matricial indo-europeu, se observarmos a identidade de correspondência geográfica entre esse modo de formação linguística com o da área castreja do noroeste peninsular e o das isoglossas do galaico-português, sendo ele claramente delimitado às províncias galegas (Lugo, Corunha, Ourense e Pontevedra) juntamente com os distritos portugueses do Minho (Viana do Castelo e Braga) e Douro Litoral (Porto), que constituem o núcleo principal, apresentando um prolongamento progressivamente mais débil nas regiões limítrofes, principalmente nas províncias de Oviedo, de Trás-os-Montes e das Beiras (Litoral e Alta), com os distritos de Aveiro e Viseu (PIEL 1960a: 543).

E cremos bem serem tais designações emblemáticas indiciadoras de uma indo-europeização cumulativa, iniciada com o começo da Idade dos metais, bem organizada durante a proto-história com relações ao mundo céltico, dominadas pelo latim durante a romanização, para ressurgirem ao lado de outros protagonistas, germânicos, ao longo da Idade Média.

Uma leitura seletiva da carta arqueológica da região (Fig. 2) mais evidenciará a importância destes sítios e dos nomes destes lugares dos Montes de Vermoim (Fig. 1), que remontam às origens do seu povoamento, cujos primeiros testemunhos estão ligados à difusão do megalitismo na região, acompanhando os passos de um longo e complexo processo comum ao noroeste peninsular

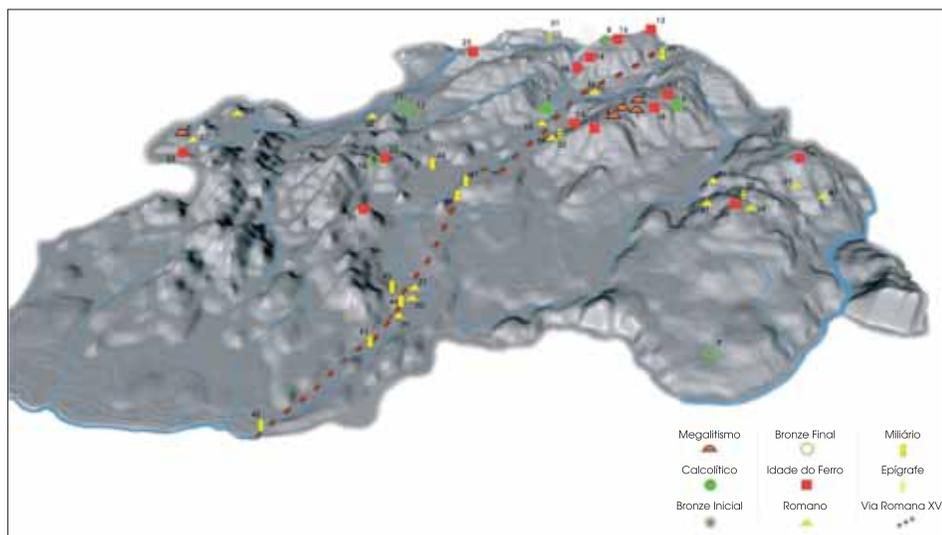


Figura 2 - Carta arqueológica do concelho de Vila Nova de Famalicão

relacionado com uma profunda transformação económica, social e cultural que terá ocorrido durante cerca de dois mil anos a partir do V/IV milénio a.C.

Fenómeno estritamente dependente da mutação da própria estrutura da sociedade, a sua expansão corresponde à transição de sociedades predadoras para formas de economia de subsistência baseadas na produção de recursos alimentares por meio da agricultura e da criação de gado, ainda que com pervivência da caça e atividades recoletoras de frutos espontâneos da natureza.

Implantando-se sobretudo nas zonas planálticas da área mais litoral, marcando decisivamente a densidade de futuras ocupações, as expressões arqueológicas mais características são constituídas por monumentos com uma estrutura dolménica, como ao que foram descobertos nos Montes de Vermoim, conferindo-lhes, deste modo, carácter fundacional.

Formando um conjunto de quatro mamoas muito próximas (Fig. 2: 1-4), três de grandes dimensões e uma mais pequena e baixa, duas delas que se destacam pela volumetria dos seus *tumuli*, estão na parte central da chã, ocupando uma destas, a mamoa de Mar de Água, pela sua monumentalidade e visibilidade, que a localização favorece, uma certa hierarquização dentro do agrupamento.

Assinalará este núcleo megalítico, localizado na freguesia de Vermoim, a existência de pequenas unidades sociais dispersas, dotadas de uma economia baseada em formas incipientes de agricultura, que se complementava com a recolção e muito provavelmente com a criação de gado e a caça, segundo o modelo económico e social mais verosímil, também deduzido da capacidade de recursos propiciados pelo meio, que não difere substancialmente das suas congéneres nortenhas.

E se a construção de tão importantes monumentos funerários dos nossos primeiros agricultores não supõe um ordenamento social fortemente hierarquizado, implica, pelo menos, a utilização de formas de cooperação organizada para o cumprimento de tarefas que, no mínimo simbolicamente, assumiam um sentido coletivo.

A descoberta, nas proximidades, de vestígios característicos da Idade do Cobre no Monte do Facho (Fig. 2: 22), da freguesia do Calendário, poderá assinalar o advento do período calcolítico, que, nesta sequência, também se documenta na Bouça do Pique (Fig. 2: 6), em Pousada de Saramagos, onde foi encontrado um machado polido de quartzito e dois vasos cerâmicos inteiros de forma hemisférica e ornamentados segundo as técnicas e os padrões decorativos da cerâmica “tipo Penha”, típica dos povoados de ar livre da fase final do megalitismo. Podem

tais novidades considerar-se já como calcólicas, em sentido amplo, pois, tanto podem contemplar populações que conheciam o metal como as que o manuseavam, em todo o caso, demonstrando o progressivo desenvolvimento económico da comunidade dos Montes de Vermoim, ora atestado pela introdução de uma nova série de artefactos de prestígio, que não poderemos deixar de associar a influências indo-europeias, segundo as mais plausíveis interpretações para o *puzzle* das origens dessa família linguística na região, ainda hoje pervivente, sobretudo, nos principais orónimos e hidrónimos regionais.

Não tendo sido identificado nenhum povoado relacionado com o fenómeno neolítico, são estes os primeiros lugares de habitat documentados na área do concelho de Famalicão, datáveis do começo da Idade dos Metais, período em que se iniciou a produção de objetos de cobre ao mesmo tempo que se continuaram a fabricar artefactos de pedra e, por isso, ser designado como Calcólico.

Ter-se-á, então, assistido ao desenvolvimento da economia baseada na agricultura e criação de gado e à introdução das primitivas formas de metalurgia, que terão acentuado a divisão geral do trabalho, a acumulação de riqueza e o incremento de formas de intercâmbio, e que está unicamente documentado, na área do concelho de Famalicão, por uma lâmina de ouro de tiras, do Bronze Inicial (SILVA 2007a: 156-157), cuja proveniência se atribui à freguesia de Sezures (Fig. 2: 8).

Constituindo este elemento mais um dado que testemunha a primeira etapa de um reconhecido desenvolvimento da ourivesaria pré-histórica no noroeste peninsular, cuja especificidade morfológica, técnica e funcional se manifesta no âmbito das relações que envolveram a fachada atlântica, do noroeste europeu ao ocidente mediterrânico, a partir dos inícios da Idade do Bronze, sinalizará este bem de prestígio a emergência de um novo modo de produção, conformador das sociedades estratificadas e proto-estatais da Idade do Bronze, que na área do concelho só se encontra representado na sua fase final por uma série de achados cerâmicos e metálicos indicadores do progresso havido durante mais de um milénio.

Perdido, com efeito, o rasto desses primeiros vestígios, não possuímos dados referentes às sequências culturais das etapas imediatas à introdução da metalurgia durante a Idade do Bronze Antigo e Médio, à primeira fase do Final da Idade do Bronze, datável entre 1250 - 1100 a.C., pertencerá o achado, ocorrido na freguesia do Bairro (Fig. 2: 9), de quatro vasos cerâmicos e uma bracelete de ouro maciço (SILVA 2007a: 158-161), de provável contexto funerário de um enterramento de incineração, cuja novidade aponta para um relaciona-

mento centro-europeu, por via de influências dos Campos de Urnas associáveis ao mundo céltico linguisticamente bem visibilizado na onomástica local e regional. Atribuível a um pequeno casal, testemunhará este sítio da Quinta da Bouça um padrão de povoamento antecedente ao dos povoados em altura, que vão caracterizar, de seguida, a fase originária da cultura castreja do noroeste peninsular.

Com efeito, é assinalável, nesta sequência o conjunto de indícios referentes a um número considerável de sítios de povoamento (Fig. 2, 13-27), nomeadamente em altura, segundo critério seletivo que marcará, doravante, a estratégia de domínio e defesa territorial das comunidades indígenas ao longo do primeiro milénio a.C., denunciando a implantação de um novo modelo económico e social comum a toda a região do noroeste peninsular, que se conhece como resultado de um processo paulatino, que fez evoluir a mancha ocupacional do território desde pequenos aglomerados habitacionais do final da Idade do Bronze até ao aparecimento de grandes núcleos urbanos no final da Idade do Ferro.

Conformando uma cultura arqueológica individualizada (SILVA 2007), cujo processo evolutivo nos é particularmente bem conhecido para o curso médio e final do Ave (DINIS 1993), a sua especificidade encontra apoio material numa ergologia, particularmente especializada na artesanaria metalúrgica e cerâmica, e a organização da sociedade se reflete em formas proto-urbanas de ocupação e organização do espaço e singulares expressões simbólicas, de que o monumento para banhos iniciáticos do Alto das Eiras (Fig. 2: 17 e 3) se há como a peça mais emblemática, a que se deverão associar as referências onomásticas primordiais que nos foram sobretudo transmitidas pelos registos epigráficos latinos que nos fazem remontar a um substrato linguístico, que temos de reconhecer como de grande antiguidade.

Será porventura de sublinhar, neste passo, a importância da referência de povoamento indígena da comunidade castreja do curso médio do Ave, que teria estabelecido o seu “lugar central” no “Alto das Eiras” (Fig. 2: 17 e 3) donde dominava um vasto território nuclearizado em torno de uma série de povoados fortificados dependentes e que cremos identificada na inscrição dos *Valabrigenses* (SILVA 2007a: 152-153) que, globalmente, entendemos ver no território que cerca de mil anos mais tarde vai ter por cabeça o Castelo de Vermoim (Fig. 2:18 e 5), donde, então, houve nome a *Terra* que tutelava.

Assentou este castelo as suas bases, justamente, sobre as ruínas de um povoado castrejo, assim, conhecido como Castro de Vermoim (Fig. 2: 18 e 4; DINIS 1993:

65-66), localizado na mais imediata proximidade do Alto das Eiras, em privilegiada situação estratégica, ocupando uma proeminência em posicionamento topográfico de excelente visibilidade para o vale fértil do rio Pele, e que era dotado de um forte sistema defensivo, de que se reconhece um recinto definido por uma muralha que acompanha, *grosso modo*, a curva de nível dos 325m, reforçado do lado mais vulnerável, o norte, por um conjunto de três taludes e três fossos.

Identificado por Francisco Martins Sarmiento em 1880 (1989: 17-22), apesar da sua monumentalidade, só foi objeto de escavações arqueológicas, dirigidas por Francisco Queiroga, entre 1982 e 1985, que evidenciaram a ocupação do sítio entre os séculos III/II a.C. e a época de Augusto, além da posterior ocupação medieval, comprovada historicamente pela *Chronica Gothorum*, que refere a incursão normanda, que hoje celebramos com uma reunião científica, transdisciplinar, sobre a sua memória (QUEIROGA 1985: 56).

E, ao sublinharmos as raízes deste sítio, mais uma vez relevamos a importância do substrato no processo de formação das *Terras* enquanto entidades administrativas, mas também identitárias, que, quanto a nós, não se torna inteligível sem o estudo da realidade proto-histórica que lhe está subjacente e lhes garantia uma profunda solidez de implantação.

3. Foi esta estruturação do território, precursora da fundação da nacionalidade, atingida por continuados movimentos de navegadores vikings que, desde o saque das ilhas britânicas, nos finais do século VIII, ligaram às costas escandinavas o destino da Irlanda, duma parte das ilhas britânicas, da Gronelândia, duma estreita banda costeira do Labrador, da Terra Nova,

da “Nova Escócia” e da “Nova Inglaterra”, implantando, no século XI, uma gigantesca talassocracia, cuja influência abrangia a maior parte do hemisfério norte até à Europa de leste e à Ásia Central.

A importância destas incursões de piratas normandos que, desde meados do século IX, durante o reinado de Ramiro I (842-850), começaram a infestar as costas do noroeste da Península, até ao século XI, foi oportunamente



Figura 3 - Monumento balnear do Alto das Eiras (Escavações de F. Queiroga)

salientada por Alexandre Herculano na *Introdução da História de Portugal* (2007: 109 ss.). Também Alberto Sampaio em *As Póvoas Marítimas* (1979a: 32-36), se refere a esta incursão ao Castelo de Vermoim, que lhe dizia particularmente respeito por ser da sua terra, e às principais dessas investidas em território peninsular e mais particularmente nas costas portuguesas aos danos por elas motivados e às precauções a que deram origem, mas sem que deixe de assinalar situações documentadas de convivência amigável, certamente beneficiada pelo parentesco dos padrões linguísticos e do sistema cultural, também de raiz indo-europeia, que poderia ter resultados de manifesta utilidade para a aprendizagem de conhecimentos da navegação atlântica (SAMPAIO 1979a: 286-289).

Na sequência desta observação de Alberto Sampaio, torna-se-nos legítimo, hoje, apelar aos especialistas em história náutica que retomem as questões genericamente enunciadas por Jaime Cortesão (2016: 192-193) e praticamente desativadas, entre nós, desde os estudos de O. Lixa Filgueiras (vg., Filgueiras 1965), sobre o contributo escandinavo para os descobrimentos portugueses, quando refere que a eles se deve a navegação à vela no Atlântico e um novo tipo de barco, adotado a seguir por todas as marinhas europeias, a ponto de as naves dos séculos XIII e XIV não passarem de barcas normandas, sobrecarregadas pesadamente com adições sucessivas. Contrariando a tradição mediterrânica atribuída ao seu carácter recurvo, mais acrescenta que certos barcos usados pelos pescadores do norte e do centro de Portugal, e muito especialmente na Caparica, parecem ter por veneráveis ascendentes, os *drakkar* normandos, similares aos hodiernos barcos de pesca noruegueses.

Mais se apela a esta pesquisa, a propósito desta incursão ao Castelo de Vermoim, quando, nesta sequência, Jaime Cortesão invoca a iconografia dos capitéis da ábside da igreja românica de Rio Mau (Fig. 6-7), situada no curso do Este, afluente do rio Ave, em relativa proximidade a qualquer dos percursos seguidos na ataque de 1016, representando, em sua opinião, o maior, um *drakkar*, e o mais pequeno, possivelmente, um *holker*, cujo modelo aparece nas tapeçarias de Bayeux, e cuja existência poderá ser avalizada pela menção de embarcações com o nome de *holoc*, *halocas* e *aloques* em diversa documentação do século XIII.

E, a propósito desta referência, não podemos deixar de investigar os caminhos de intermediação de alguns termos náuticos que se conservam na língua portuguesa, igualmente presentes no francês moderno, e que poderão também ver-se como derivados do escandinavo antigo (Ridel 2009).

Formando um conjunto particularmente coerente, nele se pode incluir a série de vocábulos rastreados, entre os termos marítimos, a palavra *vaga* < **vag*, ‘onda’, movimento ondulatório que aparece à superfície de uma extensão líquida por ação do vento ou outros fatores (Ridel 2009: 273); várias designações de elementos da construção naval, como, os vocábulos *bordo* < **bord*, prancha que recobre o exterior da coque do barco (Idem: 178), *carlinga* < **kerling*, peça de madeira fixada à quilha, onde se vai implantar o mastro (Idem: 185-186, fig.13), *guindaste* / *guindar* < **vindass*, ‘içar’, em particular, uma vela, uma âncora, uma carga a bordo de um barco (Idem: 220, fig. 17) *quilha* < **kilir*, ant. esc., pl. de *kjölr*, longa peça de madeira que constitui a peça mestra da carpintaria primitiva de um barco (Idem: 252); *equipar* < **skipa*, prover um navio em homens e material = ‘armar’, ‘aparelhar’ (Idem: 198) e *frota* < **floti*, ‘tropa’, ‘bando’, ‘rebanho’ (Idem: 210) ou armada naval que participa nas expedições vikings, por extensão toda a reunião de navios, de guerra ou comércio (Idem: 206-207), referentes ao equipamento; e ainda *bolina* < **bóglína*, vela orientada de viès (Idem: 179-180), relativa às técnicas de navegação.

E, com estes termos, se pretende concluir sobre a importância da realização deste colóquio que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão resolveu promover como a melhor forma de trazer para o presente tanto passado, tanto de interesse local, como nacional e internacional. E poderá usar, em breve, um verbo, também derivado do escandinavo antigo, e que foi assimilado, para exprimir casos de sucesso: poderá *gabar-se* < **gabba*, ‘ufanar’-se, ‘orgulhar’-se (Ridel 2009: 213-214), quando o conjunto arqueológico dos Montes de Vermoim (Fig. 1) for consagrado, como se espera, com a classificação de património monumental, assim, valorizando tão excepcional riqueza ambiental, paisagística e cultural do seu concelho.

E cumprir-se-á o desígnio do oráculo deste lugar e desta terra, quando, há mais de centena e meia de anos, alguém o consultou:

- *Não tens uma história de feitiços que me contes? (...)*
- *Da crista do monte descobrem-se verdadeiros thesouros, fertilíssimas campinas, povoações a branquejarem entre florestas, bosques cercados pelas agulhas das torres, rios que serpenteiam por entre almargens e hervaçaes, enfim, o Minho, o espetáculo prodigioso que faz amar Portugal e pedir a Deus nos não deixe ir tão longe no caminho do progresso material que, ao cabo de contas, é a phrase própria, fiquemos sem pátria por amor do aperfeiçoamento da matéria.* (Camilo Castelo Branco, *Vinte horas de liteira*, 1864: 99-101. In OLIVEIRA 2007: 212).

Centro de Estudos Camilianos, 17 de setembro de 2016.

BIBLIOGRAFIA

- Adigard des Gautiers, Jean (1954) - *Les noms des personnes scandinaves de 911 à 1066*. Lund: Carl Blum.
- Amaral, Luís Carlos (2007) - *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (diss. Doutoramento, policop.).
- Azevedo, Rui Pinto (1974) - A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997 e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016: *Revista Portuguesa de História*, 14. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, p. 73-93.
- Cortesão, Jaime (2016) - *Os descobrimentos portugueses*, 2. Lisboa: Expresso (INCM-Alêtheia Editores).
- Costa, Avelino Jesus (1959) - *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 2 vol.
- David, Pierre (1947) - *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI.e au XII.e siècle*. Lisboa, Paris: Livraria Portugalia Editora, Les Belles Lettres.
- Dinis, António Pereira (1993) - *Povoamento proto-histórico no curso médio do Ave no I milénio a. C.*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (diss. Mestrado, policop.).
- Filgueiras, Octávio Lixa (1965) - Barcos da costa norte, sua contribuição no estudo de áreas culturais. *Lucerna*, 4. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, p.341-372.
- Herculano, Alexandre (1856-1861) - *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo usque ad quintumdecimum. Scriptores*, 1. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Herculano, Alexandre (2007) - *História de Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Marques, André Evangelista (2014) - *Da representação documental à materialidade do espaço: Território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Porto: CITCEM.
- Marques, José (2005) - A terra de Vermoim na Idade Média. *História de Vila Nova de Famalicão: Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições*, p. 61-107.
- Mattoso, José (1985) - *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1525*. 1: *oposição*; 2: *composição*. Lisboa: Editorial Estampa - Imprensa Universitária.
- Moreira, Domingos A. (1969) - *Paisagem toponímica da Maia*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- Oliveira, José Manuel (2007) - Martins Sarmiento e o arqueólogo da alma. In SILVA, Armando Coelho Ferreira, coord., *Pedra Formosa. Arqueologia experimental*. Vila

- Nova de Famalicão - Lisboa: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - Museu Nacional de Arqueologia, p. 213-215.
- Piel, Joseph M. (1960) - Antroponimia germánica. In M. Alvar *et alii* (dir.), *Enciclopedia lingüística hispánica*, 1. Madrid: CSIC, p. 421-444.
- Piel, Joseph M. (1960a) - Toponimia germánica. In M. Alvar *et alii* (dir.), *Enciclopedia lingüística hispánica*, 1. Madrid: CSIC, p. 531-560.
- Pires, Hélio Fernandes Vitorino (2012) - *Incursões nórdicas no ocidente ibérico (844-1147)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa (diss. Doutoramento).
- Queiroga, Francisco Reimão (1992) - *War and castros. New approaches to the northern Portuguese iron Age*. Oxford University (policop.) (= 2003, Oxford: British Archaeological Reports International Series, 1198).
- Ridel, Elisabeth (2009) - *Les Vikings et les mots. L'apport de l'ancien scandinave à la langue française*. Paris: Éditions Errance.
- Rodrigues, Jorge (2011) - Convivência e conflito no Califado de Córdoba: do início da construção da Grande Mesquita à expedição de Al-Mansur (IBNAMIR). *Cristãos e muçulmanos na Idade Média: Encontros e desencontros*. Lisboa; Instituto de Arqueologia e Paleociências, p. 95-120.
- Sampaio, Alberto Sampaio (1979) - *Estudos históricos e económicos As vilas do norte de Portugal*, 1. Lisboa: Editorial Veja.
- Sampaio, Alberto Sampaio (1979a) - *Estudos históricos e económicos: As póvoas marítimas* 2. Lisboa: Editorial Veja.
- Sarmento, Francisco Martins (1999) - *Antiqua*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Silva, Armando Coelho Ferreira (2007) - *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira - Museu Arqueológica da Citânia de Sanfins (2ª ed.).
- Silva, Armando Coelho Ferreira, coord. (2007a) - *Pedra Formosa. Arqueologia experimental*. Vila Nova de Famalicão - Lisboa: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - Museu Nacional de Arqueologia.
- Silva, Armando Coelho Ferreira; DINIS, António Pereira; QUEIROGA, Francisco (2005) - Vila Nova de Famalicão do Neolítico à Idade Média. *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, p.11-61.

O Torques

O poder do ouro e o ouro do poder

Marie Hélène Abreu

A aparição do bracelete ou do colar rígido deve ter vindo do simples facto de, para facilitar e guardar consigo o ouro como matéria-prima, o pôr à volta do braço.



Figura 1



Figura 2

No caso do fio de ouro mais fino, era transportado em pequenos rolos. Terá sido, além de matéria-prima, uma proto-moeda.



Figura 3 - Rolos de finos fios de ouro

O QUE É UM TORQUES?

É um simples colar rígido de metal precioso (ouro ou prata), de bronze e algumas vezes de ferro. Houve um período em que o ferro era o mais caro dos metais. Os torques têm forma circular e são abertos à frente. O raio dos torques, bem como o tamanho da abertura podem ser muito diferentes.

Pode dizer-se que o torque é uma vareta de metal curvada e / ou em torsadé,¹ para melhor flexibilidade.

No princípio, este colar era em ouro maciço. Depois, este metal foi-se tornando mais escasso e o preço cada mais vezes exorbitante devido ao entusiasmo louco que suscitava. Tudo isto vai fazer com que o torque se torne numa simples aro de ferro, cobre ou mesmo de chumbo coberto de uma fina folha de ouro.

Com algumas raras exceções perde, no fim, o seu valor porque já não é em ouro maciço.

Os torques no mundo celta eram, antes de tudo, feitos com vários fios de ouro, mais ou menos espessos, o que permitia uma certa elasticidade para passar o colar à volta do pescoço. Encontrá-los-emos na Gália, na Bretanha, na Germânia e no centro da Europa.



Figura 4

Mesmo quando estes colares se tornaram rígidos continuaram a chamar-se “os torques”. Depois de uma certa espessura, o colar já não é dúctil e pode quebrar-se. Estes torques, muito importantes no fim da Idade do Ferro, eram fabricados apenas para rituais funerários, para presentes e ofertas votivas.

Etimologia:

“A palavra latina *torquis*, torque é um empréstimo ao gaulês influenciado pelo verbo torquere, torcer em espiral, virar. A raiz indo-europeia é *terk*, torcer em espiral, o que dá o sentido primeiro de “torsader”²

¹ Enrolada em hélice, torcida em espiral.

² Xavier Delamarre, Dictionnaire de la langue gauloise, Ed. Errance, 2003.

Há também a palavra *virolae*, de origem céltica, que significa braceletes. A forma é idêntica mas em formato mais pequeno.



Figura 5 - Virias em ouro maciço

Plínio, o Velho, fala das *virolae* célticas. “[...] os homens daqui têm nos braços o ouro vindo da Dardânia [...]” dito *virolae* em céltico e *viriae* em celtibérico.

O famoso guerreiro lusitano Viriato era a pessoa que tinha uma *víria*. O sufixo -ola - em *virolae* é diminutivo.

Penso que podemos dizer que *víria* seria a palavra utilizada, nesta região, para os torques.

- *Vir* é de raiz indo-europeia.
- *Viros-celt*, *Vir* - latim, *Viráh* - sânscrito, quer dizer: homem. Daí, viril e o que é viril.

O guerreiro desta época é, de facto, viril em todo o sentido da palavra.

Evolução do torques

No fim da Idade do Bronze, na península ibérica, aparecem os torques na sua mais singela expressão, em ouro maciço.



Figura 6 - Torques em ouro maciço

Depois, na Idade do Ferro, os torques modificam-se, embelezam-se, sofisticam-se e, no final, “barroquizam-se”.



Figura 7 - Torques do Castro de Lanhoso, Portugal



Figura 8 - Torques de Valpaços, Portugal



Figura 9 - Torques de Vilas Boas, Portugal



Figura 10 - Torques em ouro, Séc. IV a.C., Alemanha

O poder do Ouro

O homem céltico tem uma paixão doentia pelo ouro.

O ouro, metal nobre, representa o sol, apropria-se desta força e torna-se apotropaico, dando, àquele que o utiliza, força e riqueza. Encarna o poder divino benéfico ao combate e à glória.

“O gaulês costumava ir ao combate com seu ouro”. (Plínio XXXIII,15)

Os torques são um signo de nobreza e de um estrato elevado. Eles simbolizam o poder, a autoridade e a riqueza.

Ele pode ser uma recompensa acordada a um guerreiro valente.

O historiador grego Políbio descreve as filas do exército gaulês assim:

“Quando os romanos viram os Gauleses apertados entre dois exércitos e cercados de todos os lados, não podiam esperar coisa boa do combate. Mas, por outro lado, a disposição das tropas e o barulho que faziam tornavam-nos apavorados! A multidão de trompas e trompetas, junto aos gritos de guerra, faziam um tal barulho que as redondezas ecoavam e amplificavam o alarido. Guerreiros nus, alinhados, homens de estatura excepcional e na força da idade, assustavam pela sua aparência e gritos. Não havia nenhum homem que não tivesse o corpo e os braços decorados com colares e braceletes de ouro. À vista desta armada os Romanos não poderão, na verdade, deixar de ter pavor, mas mantiveram a esperança de um rico espólio”

Segundo Tito Lívio

“Titus Manlius Torquatus derrubou o Gaulês que, caindo, cobriu um espaço grande. Titus Manlius, salvaguardando o cadáver de toda a espécie de ultrajes, pegou como único espólio o torque que pôs à volta do pescoço ainda todo coberto de sangue.”

Depois, a história conta que o chefe tirou dos Gauleses uma grande quantidade de ouro e que o consagrou ao Capitólio, num lugar murado em pedra.

Isto prova que os Romanos acreditavam na força sagrada dos torques, sendo, entre os Gregos e depois os Romanos, definido como o símbolo dos celtas.

O ouro do poder

O torque será utilizado pelo chefe para marcar o seu lugar na sociedade e durante as cerimónias religiosas e, também, como adorno quer se trate de homem ou mulher tanto no campo religioso como no profano.

Os heróis e os deuses são representados, frequentemente, com um torque no pescoço e, às vezes, com um outro na mão. É um atributo divino. O torque parece ser reservado às divindades da guerra, da terra e das águas.



Figura 11 - Caldeirão de Gundestrup, Copenhague. Cernunos com torques na mão. Séc. II a.C.

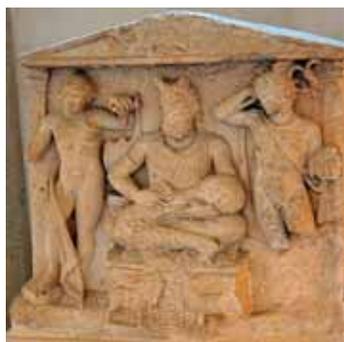


Figura 12 - Estela de Reims,
França - Cernunos



Figura 13 - Cernunos (deus dos
gauleses) no pilar Lutécia enquadrado
por pólo e Mercúrio dos “Nautas”

Cernunnos, deus céltico, com um torques torcido, é identificado por César como o Júpiter dos Gauleses.



Figura 14 - Caldeirão de Rynkeby, deus Esus com o torques. Danemark.
- Esus, deus céltico, faz parte com Taranis e Teutatés de uma trilogia pan-céltica.



Figura 15 - O famoso Gaulês moribundo.



Figura 16 - Guerreiro
de Lezenho Boticas

Cernunnos, deus céltico, com um torques torcido, é identificado por César como o Júpiter dos Gauleses.

Segundo os últimos estudos, parece que as diferentes decorações dos torques representariam a marca identitária do grupo. Seria um marcador étnico.

Poderá então servir de:

- presente de prestígio, no quadro de trocas;
- de objeto votivo, para agradecer à divindade a quem tinham recorrido;
- para os rituais funerários, acompanhando o defunto numa festa de investidura ou religiosa.

FORMA E FUNÇÃO

Olhando com atenção, vemos que os torques têm uma abertura maior ou menor. Este factor vai-nos conduzir à sua utilidade específica.

O **torques aberto**, concebido para ser utilizada facilmente, não permite grande movimento. Ele será utilizado como joia de aparato, para colocar ao pescoço de uma estátua ou de uma pessoa no decorrer de uma cerimónia ou adorno de um defunto. Os remates estão estudados para ser pousados sobre os ossos da clavícula.



Figura 17 - Torques da Princesa de Vix em ouro maciço.

O **torques fechado dúctil**, torcido ou compacto, será para o guerreiro.



Figura 18 - Reims, France



Figura 19 - Fenouillet, France

O **torques espesso, rígido com abertura estreita**, será para as oferendas votivas, presente de prestígio honorífico e rituais funerários. Os defuntos da nobreza eram sepultados com roupas cobertas de motivos em ouro.



Figura 20 - Mailyly, France

O **torque com fecho ou com uma articulação complexa** é o mais sofisticado e barroco, aparece no fim da Idade do Ferro. É marca de poder, riqueza e ostentação. Ele será, então, chamado colar.



Figura 21 - Aurillac, France

Figura 22 - Fenouillet

Nos séc. IV e V a.C. há um fenómeno de mutação das oferendas funerárias para os depósitos de carácter sagrado.

O ouro é dúctil. Podemos alargar o colar se a percentagem da prata ou outro metal na liga que o forma não passa de 20% e se a sua espessura não ultrapassa 10mm a 12mm Senão ele partiria. Isto confirma as utilidades de cada colar rígido.

O torques pesado e sem protuberâncias nas extremidades vai baloiçar à volta do pescoço. Então, para resolver este problema, foram introduzidos uns relevos nas extremidades para estabilizar o colar na clavícula.

Os artistas vão criar verdadeiras obras de arte. De simples esferas, teremos a seguir, cabeças de animais, passando por diversas fantasias com simbologias características de cada etnia.

A magia das plantas na simbologia da decoração dos torques

O chefe que tem o torque, o Torquato, é, antes de tudo, um guerreiro mas pode ter função sacerdotal. Para facilitar a entrada em contacto com as divindades será preciso ter recurso a produtos psicotrópicos.

Esta pequena “pseudo” esfera deve ser um cogumelo alucinogénio que dá uma visão deformada e cores erráticas.

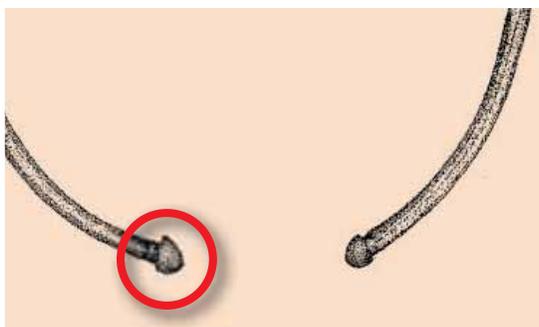


Figura 23 - Bagunte, Portugal (A.C.Silva 2007)

Evolução do formato do rebento e da cápsula da papoila, planta alucinogénia



Figura 23a - Extremidade do torques de Bagunte (A.C.Silva 2007)



Figura 23b - Panéola, *Paneolus sphinctrinus*



Figura 24
Papoila em botão

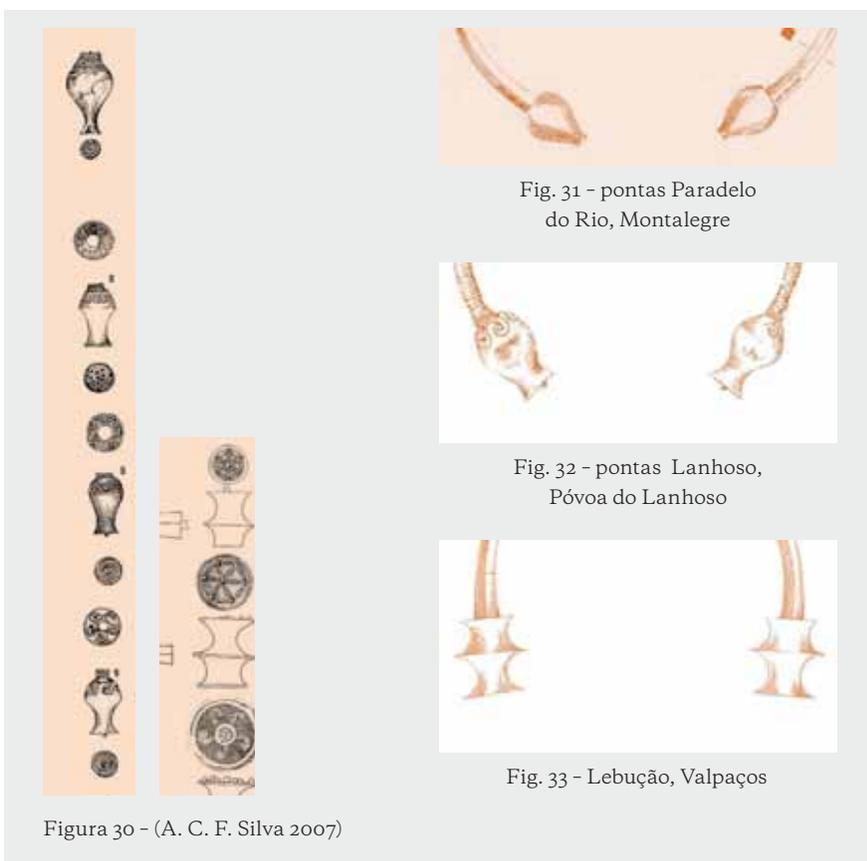


Figuras 25,26,27,28. - Cápsulas da papoila

O Meimendro, ou Belen em Gaulês, é também um alucinogénio que pode ter sido utilizado. Provoca, no consumidor, a sensação de se transformar num animal -*théranthropie*.



Figura 29 - Cápsula de meimendro



Evolução das maçanetas no noroeste da península ibérica. (A.C.Silva 2007)
A papoila e o torques do Museu do Ouro de Travassos.



Figura 35 - Papoila



Figura 36 - Ponta do
Torques de Travassos,
Póvoa do Lanhoso

Com o aparecimento da escócia³, a referência à papoila continua com a cápsula estilizada, o desenho geométrico das pétalas, junto ao símbolo solar.



Figura 37 - Escócia
de Lebução



Figura 37a - Capsula
de papoila

As extremidades do torques da princesa sacerdotisa de Vix têm uma forma globulosa parecida com a fruta da mandrágora, planta muito utilizada na magia. Ela provoca a sensação de levitação, o que explica o cavaleiro alado à esquerda da foto (fig. 38), símbolo de contacto com as entidades superiores.

³ Escócia - moldura de perfil côncavo.



Figura 38 - Ponta do torques de Vix



Figura 38a - Mandragora



Figura 39 - Escócia de Vilas Boas



Figura 40 - Parte de cima da escócia

A dupla *escócia* deve ser de uma etnia aparentada com a etnia que tem *escócia* simples.

Nesta dupla *scotia* a alusão à papoila continua com a cápsula estilizada dando um movimento rotativo, na parte de cima, à forma da corola da cápsula com desenho em **S**. E aparece no meio um volátil nem mais nem menos que o cisne ou o ganso selvagem, símbolo importante no mundo céltico. Símbolo solar por excelência, mediador e mensageiro do outro mundo. Estas duas aves frente a frente têm um carácter apotropaico, tendo como função proteger e neutralizar as energias negativas.

É então que começa a simbólica tipicamente céltica com:

- volutas em **S** dando um movimento (*energia*);
- figuras zoomórficas como o urso, lobo, ganso, cisne entre outros;
- representações fitomórficas como a papoila, o visco, o *taxus bacata*, a mandrágora...

Chega um certo momento, no fim da Idade do Ferro, em que os torques perderam a sua função de adorno guerreiro e passaram a ser práticas culturais, em depósitos votivos, muitas vezes lacustres. Esta mudança chega com a aparição das moedas de ouro, dando ao metal precioso uma outra utilização.

Os mercenários foram o vector da aparição e da difusão da moeda na Europa Céltica.

Não se pode dizer que foram os celtas os primeiros a usar os torques, pois já aparecem representados num baixo-relevo do templo de Apadana, Persepolis, como oferta dos Sírios e com a gestualidade simbólica de proteção e de poder.



Figura 41 - Cortejo dos Sírios



Figura 42 - Sírio com torques



Figura 43 - Torques
Templo de Apadana
Persepolis

Proteção e poder



Figura 44 - Cernunnos contemporâneo



Figura 45
Torques na mão

A título de curiosidade:

Há um santo **Torcato** na Península Ibérica e em França. Há também um santo **Viril** no sul da França.

Atualmente, em magnetoterapia, utiliza-se um bracelete de cobre vermelho para regular as energias corporais e aliviar as dores.



Figura 46 - Bracelete

Não se inventou nada, nada se perdeu!

BIBLIOGRAFIA

- Ambruster, B., Parreira, R., *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia, Coleção de ourivesaria*, 1º Volume, 1993.
- Baray, Luc, *Les mercenaires celtes et la culture de La Tène*. Ed. E.U.D. 2014.
- Correia, V. H., Parreira, R., Silva, A. C. F., *Ourivesaria arcaica em Portugal*. Ed. CTT, 2013.
- Delamarre, Xavier, *Dictionnaire de la langue gauloise*. Ed. Errance, 2003.
- Deyts, Simone, *Images des dieux de la Gaule*. Ed. Errance, 1992.
- Green, Miranda, *Le monde celtique*. Ed. Flammarion, 1996.
- Hatt, JeanJacques, *Mythes et dieux de la Gaule*. Ed. Picard, 1989.
- Hautenuave, Hélène, *Les torques d'or du second âge de Fer en Europe*. Ed. Gaelle Lepage P.E.A.O., 2005.
- Kruta, Vencelas, *Les Celtes, histoire et dictionnaire*. Ed R. Laffont, 2000.
- Laing, Lloyd et Jennifer, *L'art celte*. Ed. Thames et Hudson, 1992.
- Lehane, Brendan, *Le pouvoir des plantes*. Ed. Club France Loisirs, 1977.
- Matthews, John, *Le chaman celtique*. Ed. Broceliande /Du Rocher, 1996.
- Pline l'Ancien, *Histoire naturelle*, livre XXXIII. Ed. Les Belles Lettres, 2003.
- Polybe, *Histoire*, livre II. Ed. Gallimard, 2003.
- Silva, Armando Coelho F., *A cultura castreja*. Ed. Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2007.
- Ugaglia, Evelyne, *L'or de Tolosa, Musée St Raymond*. Toulouse, Ed. Odyssee, 2001.



O casamento através dos tempos

Manuel José de Almeida e Silva¹

Muito embora se venha falando, em vários quadrantes, na crise da família, não há dúvida que esta continua a ser um pilar importante da vida em sociedade.

Através dos séculos e em todas as civilizações, o casamento tem sido o instituto que dá origem à família, embora apresente características diferentes.

Proponho-me fazer um estudo de vários aspectos que o foram caracterizando ao longo dos tempos, sem pretensões de esgotar o tema, quer por carência de tempo e de espaço, quer, sobretudo, por falta de habilitação.

Quanto a esta procurarei atenuá-la, recorrendo a uma equipa de historiadores competentes, a quem desde já peço vénia.

Convido a leitora amável e o leitor condescendente a acompanharem-me neste interessante percurso através da História.

TEMPOS MEDIEVAIS

O casamento era um acto público, devendo ser realizado no interior de cada comunidade.

Consistia fundamentalmente na compra da noiva à respectiva parentela pela parentela do noivo, as quais procuravam realizar de forma equilibrada as trocas matrimoniais.

O marido passava a gerir o dote da esposa, no que era controlado pelo clã a que ela pertencia e a que ele passava a estar associado.

No período carolíngio (séculos VIII a X), verificou-se que, no mundo rural, as noivas eram em geral mais novas do que os noivos.

Nas décadas de 740 a 760, os príncipes francos instaram a Igreja para que organizasse um corpo coerente de princípios canónicos a respeito do casamento e que garantisse, nas decisões dos sínodos francos e das capitulares, o seu cumprimento através dos meios aptos.

No século IX, o matrimónio apresentava uma dupla natureza: era, ao mesmo tempo, uma instituição social (a *nuptiae legalis*) e religiosa (o *myste-*

¹ Juíz-conselheiro do S.T.J jubilado.

rium). Sem este elemento sagrado aquela nada significava, sendo ele que a elevava à dignidade de *nuptiae mysticae*, correspondendo no casal humano à união de Cristo com a sua Igreja.

O casamento suscitava três problemas importantes: o dos impedimentos devido aos laços de parentesco entre os noivos, o da indissolubilidade da união e o das jurisdições competentes em matéria matrimonial.

Aos sacerdotes era imposto o dever de impedirem as uniões clandestinas ou incestuosas, não concedendo a bênção nupcial senão depois de um inquérito rigoroso.

No séc. XI surgiu uma literatura com características didácticas, elaborada pelos bispos, os *specula* ou espelhos, assim chamados por constituírem um modelo onde cada um podia contemplar a imagem que deveria seguir, conforme a ordem a que pertencia (monges, padres ou leigos).

Aí o casamento aparecia como o remédio contra a luxúria, ao mesmo tempo que se reconhecia a mulher como pessoa, *consors*, de pleno direito na sociedade familiar. A valorização da mulher aparece aí a par da valorização do casamento. Reconhecia-se a perfeita igualdade entre os cônjuges e proclamava-se que a lei do matrimónio era só uma, tanto para o homem como para a mulher.

Com Gregório Magno e, no séc. X, Regino de Prüm e Burchard de Worms a Igreja proclamou o laço conjugal único e indissolúvel, a sexualidade controlada e a necessidade do consentimento dos noivos antes da união.

O IV Concílio de Latrão, em 1215, tornou obrigatório o anúncio público do casamento.

Surge, entretanto, o conceito de contrato (*a pactio conjugalis*): uma promessa quase religiosa - um *sacramentum*; feita na presença de testemunhas, ligava dois seres. Este contrato ganha solenidade com a utilização de um ritual de fórmulas (*verba de futuro* antes da *desponsatio* propriamente dita, a que se seguia uma *verba de presenti*) com a troca de beijos, anel e presentes, reflexo da doação e da contradoação, colocando num plano de igualdade os cônjuges, doravante associados, consortes. Pouco importava então que estivesse presente ou não um padre: o que constituía o juramento era a própria afirmação do compromisso.

Com o rodar do tempo, a unidade da cristandade latina foi-se exprimindo através da unidade dos ritmos e dos ritos que a Igreja impunha ou sugeria.

A obrigatoriedade da celebração do matrimónio *in faciem Ecclesiae* acentuou a publicidade da cerimónia fundadora da família, contribuindo para instituir o casal com a cristianização dos ritos do anel e da entrega das compensações.

Não havia outra consagração privada do acto matrimonial, a não ser o banquete, cujo fausto ia sendo limitado pelas leis sumptuárias decretadas pelas autoridades civis.

Nem sempre estas determinações eram observadas com rigor.

Nos tempos medievais surgiu um rito popular de celebração do casamento, que se difundiu sobretudo na Inglaterra, considerando suficiente para que o casamento se reconhecesse como válido que os futuros esposos saltassem por cima de uma vassoura. Era conhecido por *mariage au balai*.

IDADE MODERNA

A partir do séc. XVI verificou-se, na Europa Ocidental e mais tarde e mais lentamente na Europa Meridional, o retardamento da idade do casamento. A sua causa não estará longe da ocupação dos homens nas muitas guerras aí travadas e nas embarcações que, em maior número, passaram a cruzar os oceanos.

O anglicanismo, através da sua doutrina do *holy matrimony*, exaltou o valor dos laços conjugais e, tal como fez do rei o chefe religioso do reino, elegeu o marido a chefe religioso da família.

Cada vez mais os casamentos reais ou principescos são procurados para concluir um tratado de paz ou para evitar uma guerra, constituindo a forma extrema das estratégias de aliança de tipo militar.

Nos séc. XVI e XVII verificou-se na Córsega que a maneira clássica de acabar com uma *vendetta* era acordar num casamento entre as duas famílias rivais.

Foi no final do séc. XII que se elaborou o direito canónico do casamento, tratando este como um casamento constituído pelo consentimento mútuo dos esposos, que eram quem o administrava.

Daí resultava que o acordo dos pais ou mesmo de filhos menores não era indispensável, o mesmo se considerando quanto à presença de testemunhas ou à intervenção de um sacerdote.

Nesse caso, a Igreja reprovava esses casamentos, considerando-os “clandestinos”, mas não os anulava.

Havia numerosos impedimentos ao casamento.

Este, considerado sacramento, era indissolúvel. O Tribunal eclesiástico podia conceder o *divortium* ou separação dos corpos, mas a esses esposos não era permitido voltar a casar. Só a morte quebrava o vínculo conjugal, permitindo-se, então, que o cônjuge sobrevivido voltasse a casar.

A Reforma condenou a obrigação do celibato eclesiástico, a validade dos casamentos clandestinos, a multiplicidade dos impedimentos, a interdição da ruptura do vínculo matrimonial mesmo no caso de adultério. Também aceitava o divórcio no caso de abandono prolongado do domicílio conjugal ou *desertio maliciosa*.

A Igreja Católica, reagindo ao movimento dos “reformadores” através do Concílio de Trento, iniciado em 1547, tomou posição no decreto *De reformatio matrimonii*, reafirmando a natureza sacramental do casamento e condenando os casamentos clandestinos, embora os considerasse válidos enquanto a Igreja os não anulasse.

Determinou que, antes de ser contraído um casamento, o sacerdote anunciasse na igreja, por três vezes, durante a missa solene e em três feriados consecutivos, os nomes dos que iam contrair matrimônio. Se não houvesse qualquer oposição legítima, proceder-se-ia à celebração do casamento perante a Igreja. A presença do sacerdote era exigida, tal como a de duas ou três testemunhas. A sua falta tornava nulos e inválidos tais casamentos.

No mesmo decreto era proibido o casamento de filhos menores sem consentimento dos pais, mas não se considerava nulo se viesse a celebrar-se.

A procriação era considerada a finalidade principal do casamento, acima da felicidade e da consagração dos esposos um ao outro.

Já depois do Concílio de Trento, em França a lei exigia, para contrair casamento, que o noivo tivesse completado trinta anos de idade e a noiva vinte e cinco. Mesmo depois dessas idades, os esposos deviam pedir a opinião dos seus pais sobre as núpcias que se propunham contrair. No caso de menoridade, os recalcitrantes estavam sujeitos a sofrer a pena civil do deseramento e, teoricamente, a pena de morte.

A partir dos fins do séc. XVI, passou a fazer-se a promoção da família de acordo com uma moral austera, que exaltava a ascese individual, a responsabilidade e a autoridade do chefe de família.

No séc. XVIII assiste-se ao despontar da aspiração de escolher o cônjuge e do modelo do amor romântico, que André Burguière hesita em considerar oriundo dos meios populares, “onde os investimentos afectivos substituíam os investimentos patrimoniais”, daí transitando para as classes superiores por efeitos da moda ou contágio ou, pelo contrário, um modelo matrimonial originado nas classes superiores, a um nível de instrução elevado, que se teria transmitido lentamente às classes populares. Para tanto teriam contribuído os pre-

gadores protestantes ao negarem a superioridade do estatuto eclesiástico sobre o estatuto do casamento (doutrina do *holy matrimony*) e os católicos, ao apontarem a Sagrada Família como modelo para a cristianização da vida privada.

Entretanto, com o rodar dos tempos, vai-se notando que os nubentes vão assumindo um protagonismo cada vez mais activo no acto da celebração do casamento: os gestos que um e outro praticam, os objectos simbólicos que trocam, as palavras de compromisso e de doação recíprocas que pronunciam acentuam a importância do seu papel, relegando para segundo plano o sacerdote e os parentes, cuja presença é meramente para verificar e consentir.

Eram relevantes a aprovação do pai, o consentimento da noiva, selado pelo vinho que ela e o noivo bebiam, e pelo beijo dado “em nome do casamento”. A intervenção dos pais e dos amigos dos esposos visava atestar a legalidade do acto e o carácter irreversível do compromisso.

Como vimos, o Concílio de Trento salientou o carácter sacramental do matrimónio.

No final do séc. XVII, o Papa Paulo V estabeleceu o ritual romano do matrimónio, que veio substituir os ritos locais, que reflectiam a diversidade dos costumes.

Entretanto, no início do séc. XIX proliferava a concubinação entre o povo, consequência da descristianização revolucionária e do desenvolvimento industrial. Chamava-se-lhe então, “casamento à parisiense”.

Na França, no fim do *Ancien Régime*, só as filhas de pequenos burgueses, de simples negociantes e do povo é que tinham toda a liberdade de movimentos e de escolha. As outras aceitavam os esposos que os seus pais escolhiam. O casamento era sempre uma transacção em cuja negociação elas não intervinham, nem eram consultadas.

Aliás, entre as famílias reais os casamentos das princesas e das infantas era quase sempre negociado para pôr termo a uma guerra ou evitá-la, situação a que igualmente, por razões de Estado, estavam sujeitos os príncipes e os infantes.

Na alta nobreza também eram frequentes os casamentos de filhos e filhas segundo as conveniências da família.

Em Portugal vigoravam as Ordenações Filipinas, onde se exigia o consentimento paterno para poderem casar as noivas menores de vinte e cinco anos, sujeitando as que ousassem casar sem esse consentimento a serem deserdadas pelo pai, estando prevista a pena de degredo para o noivo.

NA IDADE CONTEMPORÂNEA

No *Dictionnaire Universel* publicado em 1690, Furetière definiu o casamento como “contrato civil através do qual um homem se junta a uma mulher para a procriação dos povos e todos eles o praticam”, acrescentando a seguir “o casamento para os católicos romanos é um sacramento, um vínculo sagrado e indissolúvel”.

Aquela definição expressava o pensamento iluminista a respeito do casamento, vindo a ser consagrada em todos os códigos civis do liberalismo.

O nosso primeiro Código Civil, elaborado pelo Visconde de Seabra, aprovado pelo Parlamento e promulgado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, do rei D. Luís, regulava a matéria do casamento entre os contratos em particular, dando-lhe a prioridade.

No seu artigo 1056.º enunciava o conceito de casamento como “contrato perpétuo feito entre duas pessoas de sexo diferente, com o fim de constituírem legitimamente a família”.

Daqui decorria que o casamento não podia ser dissolvido por divórcio e era o único meio para a constituição legítima da família.

Podia, no entanto, ser anulado.

Até à entrada em vigor do Código Civil aplicava-se o regime previsto nas Ordenações Filipinas, que consagrava apenas uma modalidade de casamento, o católico.

O Código Civil introduziu, além dessa variante, que seria celebrada “pela forma estabelecida na Igreja Católica”, uma outra para os que não professassem essa religião, a celebrar perante o oficial do registo civil, com as condições e pela forma estabelecida na lei civil.

A anulação do casamento decorreria no juízo eclesiástico para os católicos (art.º 1086.º) e nos tribunais civis no caso de súbditos portugueses que o tivessem contraído pela forma instituída na lei civil (art.º 1089.º).

Embora não fosse admitido o divórcio, a lei previa a separação judicial de pessoas e bens nos casos de adultério de um dos cônjuges e nos de condenação a pena perpétua e de sevícias e injúrias graves (o que hoje se diria violência doméstica) (art.º 1204.º).

Quanto ao adultério, se o da esposa era sempre motivo que justificava tal separação, no caso do marido só seria relevante “com escândalo público, ou completo desamparo da mulher, ou com concubina teúda e manteúda no domicílio conjugal” (n.º 2 do art.º 1204.º).

Entre os impedimentos impeditivos do casamento contava-se a menoridade de 21 anos (art.º 1058.º, n.º 1) - a maioridade legal atingia-se ao perfazer essa idade (art.º 97.º) - enquanto os noivos não obtivessem o consentimento dos seus pais ou de quem os representasse.

No entanto, estava vedado contrair casamento aos menores de catorze anos, sendo do sexo masculino, e aos menores de doze anos, sendo do sexo feminino, ainda que com consentimento de seus pais (art.º 1073.º, n.º 4).

O Código Civil considerava obrigações comuns dos cônjuges guardar mútua fidelidade, viver juntos, socorrer-se e ajudar-se mutuamente (art.º 1184.º).

Se a lei impunha igualmente aos dois cônjuges o dever de fidelidade, já vimos que, para o efeito da separação de pessoas e bens, tratava a sua violação em termos escandalosamente diferentes.

Essa diferença de tratamento acentuava-se quanto aos efeitos criminais.

O Código Penal aprovado pelo Decreto de 10 de Dezembro de 1852, reinando D. Maria II, previa para a mulher a pena de degredo para uma das possessões portuguesas de África, enquanto cominava para o marido adúltero a pena de multa de três meses a três anos. Coerentemente com o legislado no Código Civil, o adultério da esposa era considerado crime em qualquer circunstância, enquanto o do marido só integrava crime no caso de ser praticado “com mancha teúda e manteúda na casa conjugal” (art.º 404.º).

Voltando ao Código Civil, impunha-se ao marido o dever de proteger e defender a pessoa e os bens da esposa e a esta, o de “prestar obediência ao marido” (art.º 1185.º), de o acompanhar, desde que não fosse para o estrangeiro (art.º 1186.º).

Entretanto a mulher carecia de autorização do marido para publicar os seus escritos (art.º 1187.º), embora, no caso de ser injusta a recusa dele, ela pudesse recorrer à autoridade judicial. Também lhe era vedado, em certos casos, propor acções ou ser demandada sem autorização do marido (art.º 1192.º), assim como carecia dessa autorização para adquirir ou alienar bens ou contrair obrigações, salvo em casos que a lei permitisse (art.º 1193.º).

Pertencia ao marido a administração de todos os bens do casal e dos bens próprios da esposa, no caso da comunhão geral de bens, só pertencendo a esta na falta ou no impedimento daquele (artigos 1117.º e 1184.º).

Por Carta de Lei de 28 de Junho de 1888, sendo rei D. Luís, foi aprovado o primeiro Código Comercial, que ficaria a ser conhecido por Código de Veiga Beirão. O seu art.º 16.º, conjugado com o art.º 1193.º do Código Civil, permitia à mulher casada o exercício do comércio desde que autorizada pelo seu cônjuge,

mas exigia uma autorização especial deste para ela se associar comercialmente, assumindo responsabilidade ilimitada.

Um consagrado jurista explicava assim estas exigências do legislador: “O instituto da autorização marital não é um poder de força e tirania dado ao homem para dominar a mulher; mas é, pelo contrário, uma prevenção engenhosa da lei, destinada, por um lado, a garantir o princípio fundamental da organização da família e, por outro, a evitar que a mulher se desvie do seu papel sagrado de senhora da vida interna do lar doméstico, para se entregar, com prejuízo da sua própria tranquilidade, à administração espinhosa e ingrata dos negócios externos.” (Tavares citado por Varela, 1950: 75).

Não esqueçamos que no séc. XIX, época em que os três códigos citados foram elaborados, aprovados e entraram em vigor, a instrução da mulher não ia muito além das chamadas “prendas domésticas”: ler, escrever, contar, tocar piano, dançar, cozinhar, bordar, fazer renda, um pouco de francês...

Só em 1906 viria a ser criado o primeiro liceu feminino, em Lisboa. No resto do país não havia senão colégios particulares, não existentes em todas as cidades e vilas, nem acessíveis a todas as famílias.

Reconhecida essa situação, foi permitido em 1920 que as meninas frequentassem liceus masculinos (Silva, 2014: 213).

De qualquer forma a situação da mulher era de inferioridade em relação ao homem. Ainda a propósito do adultério, era flagrante a desigualdade de tratamento: no caso da mulher, era admitido todo o género de provas, enquanto no do co-réu adúltero, isto é, do outro parceiro na prática do mesmo crime, só eram admissíveis as provas de flagrante delito e as resultantes de cartas ou outros documentos por ele escritos (art.º 401.º§2.º do Código Penal), provas manifestamente mais difíceis de obter...

Em 16 de Setembro de 1886 foi aprovada “a nova publicação oficial do Código Penal”, sendo regente o príncipe D. Carlos, durante a viagem de seu pai, o rei D. Luís, à Inglaterra e à Alemanha.

A nova redacção da lei penal continha alterações à de 1852, que, no caso aqui com interesse, consistiram apenas na pena aplicável à adúltera, que passou a ser a de prisão maior celular de dois a oito anos ou, em alternativa, a de degredo temporário.

Proclamada a República em 5 de Outubro de 1910, o governo dela saído não perdeu tempo e, decorrido menos de um mês, a 3 de Novembro, em plena dita-

dura de Afonso Costa, foi aprovado o Decreto com força de lei conhecido por Lei do Divórcio, seguido, no Dia de Natal do mesmo ano, pelo Decreto n.º 1, regulando a matéria do casamento, e pelo Decreto n.º 2 respeitante à temática da filiação.

O Decreto n.º 1 considerava o casamento um contrato puramente civil (art.º 2.º). Para que não houvesse dúvidas, dispunha, no art.º 3.º, que “todos os portugueses celebrarão o casamento perante o respectivo oficial do registo civil, com as condições e pela forma estabelecidas na lei civil, e só esse é válido.”

Não contente com isso: para evitar que motivações religiosas levassem as pessoas a celebrar só religiosamente o seu casamento, o legislador inseriu no Código do Registo Civil de 1911 um preceito a proibir a celebração do casamento religioso sem que antes tivesse sido celebrado o casamento civil.

Com efeito, no art.º 220.º desse código, tornava-se obrigatório que o casamento religioso só fosse celebrado mediante a apresentação de um boletim, cédula pessoal ou certidão, pelos quais se provasse a prévia realização do casamento civil.

O casamento era definido no art.º 1.º, n.º 1, do Decreto n.º 1 como “um contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente, com o fim de constituírem legitimamente a família.” Se compararmos esta disposição com o art.º 1056.º do Código Civil de 1867, verificamos só existir diferença quanto à perpetuidade, o que se compreende por, entretanto, ter sido introduzido no nosso ordenamento jurídico o divórcio.

Dai que no art.º 2.º daquele Decreto n.º 1 se tivesse consignado que o contrato de casamento “presume-se perpétuo, sem prejuízo da sua dissolução por divórcio, nos termos do Decreto com força de Lei de 3 de Novembro de 1910”.

Com o Decreto n.º 1 foi alterada a idade mínima para celebração do casamento, elevando-a para os dezoito anos no caso dos indivíduos do sexo masculino e os dezasseis para os do sexo feminino.

O art.º 24.º desse diploma exigia que o consentimento para o casamento fosse prestado “irrevogavelmente no próprio acto da sua celebração”.

No entanto, o art.º 25.º admitia que o consentimento para o casamento fosse prestado por intermédio de procurador, desde que a procuração fosse especial e contivesse a expressa designação da pessoa com quem o casamento seria contraído.

Relativamente ao divórcio, era permitido pelo art.º 3.º do Decreto de 3 de Novembro de 1910 em duas modalidades: a de mútuo consentimento (pedido por ambos os cônjuges) e a litigiosa (requerida por um contra o outro).

Quer para efeitos civis, quer para efeitos criminais, o adultério do marido era igualado em carácter e gravidade ao adultério da esposa. A pena nunca poderia exceder para qualquer deles e respectivo co-réu o máximo da prisão (art.º 61, §1.º, da Lei do Divórcio).

O cônjuge ofendido teria de optar pela acção criminal de adultério, ou pela civil de divórcio, ou de separação com base em adultério, não podendo cumulá-las em caso algum, nem servir-se numa delas de elementos obtidos em diligências administrativas ou judiciais preparatórias da outra (art.º 61, § 4.º).

Além do adultério, eram causas legítimas do divórcio litigioso a condenação definitiva de um dos cônjuges a qualquer das penas maiores fixas (de prisão maior celular ou de degredo, expulsão do país ou de suspensão dos direitos políticos por tempo de quinze ou vinte anos) e as sevícias ou as injúrias graves (art.º 4.º da Lei do Divórcio), bem como o abandono completo do domicílio conjugal por tempo não inferior a três anos, a ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a quatro anos, a loucura incurável, quando decorridos, pelo menos, três anos sobre a sua verificação por sentença passada em julgado, a separação de facto, livremente consentida, por dez anos consecutivos, qualquer que fosse o motivo dessa separação, o vício inveterado do jogo de fortuna ou de azar e a doença contagiosa reconhecida como incurável ou uma doença incurável que importasse aberração sexual, assim se considerando então a homossexualidade.

Em matéria dos deveres dos cônjuges, o Decreto n.º 1 manteve o disposto no art.º 1184.º do Código Civil (art.º 38.º). Prescrevia o art.º 40.º daquele diploma que a “mulher deve adoptar a residência do marido, excepto se este quiser mudar-se para as colónias ou para o estrangeiro sem acordo dela, pois neste caso, decidirá o juiz”. No entanto, se a esposa violasse essa disposição, não havia sanção prevista, uma vez que o art.º 41.º impunha que “em nenhuma circunstância poderá o marido requerer que lhe seja judicialmente entregue a mulher”.

Em 28 de Maio de 1926 a revolução militar pôs termo à 1ª República, a que se seguiu o período conhecido por Estado Novo.

Só decorridos mais de quatro anos é que, em 16 de Outubro de 1930, o Decreto n.º 19.126 viria alterar e interpretar algumas disposições da legislação vigente no regime anterior, sem alterar o disposto naqueles três decretos da 1ª República. Quanto ao casamento, as alterações introduzidas referem-se mais aos regimes de bens. Só o art.º 1057.º do Código Civil, que dispunha sobre a

inconfessionalidade do casamento, passou a aludir às duas modalidades deste. Continuaram, assim, em vigor aqueles três decretos.

Em 7 de Maio de 1940 foi assinada a Concordata entre o Governo Português e a Santa Sé, que foi convertida em direito interno português pelo Decreto n.º 30.615, de 25 de Julho desse ano.

Por força do disposto nesses dois diplomas, voltava a produzir efeitos civis o casamento católico.

Enquanto o casamento civil não se presumia perpétuo, já que podia ser dissolvido por divórcio, o casamento religioso celebrado depois de 1 de Agosto de 1940 era considerado perpétuo: só a morte de um dos cônjuges o dissolveria.

Para as duas modalidades de casamento era o mesmo o sistema de impedimentos, previsto na lei civil, sendo também único o registo.

O Decreto n.º 1 continuou em vigor, salvo na parte expressamente ressalvada, como era o caso da respeitante à idade mínima para a celebração do casamento, que baixou para os dezasseis anos, para o noivo, e os catorze para a noiva, exigindo-se o consentimento dos seus pais no caso de serem menores de vinte e um anos.

O Código do Registo Civil incluía entre os impedimentos impeditores a falta de licença ou dispensa nos casos em que eram exigidos:

- Os militares em serviço activo careciam de autorização para o casamento, a ser concedida pelo Ministro da Guerra (sendo oficiais do exército) ou pelos comandantes das respectivas Regiões Militares (sendo sargentos ou praças de pré) (art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 31.107, de 18 de Janeiro de 1941);
- Os presos necessitavam de licença passada pelo Ministro da Justiça;
- As professoras primárias deviam obter prévia autorização do Ministro da Educação Nacional (art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 27.279, de 24 de Novembro de 1936);
- Os funcionários diplomáticos e consulares só seriam autorizados a contrair casamento se este fosse com mulher portuguesa originária que nunca tivesse tido outra nacionalidade e as mulheres admitidas ao exercício de cargos no Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos dos artigos 142.º e 143.º do Decreto n.º 29.970, de 13 de Outubro de 1939, perdendo estas o seu lugar logo que se casassem ou tivessem filhos.

Quanto ao divórcio, foi mantido em vigor o Decreto de 3 de Novembro de 1910, inclusive na consideração de que, à face da lei, eram equiparados o adultério do marido e o da esposa.

Em 25 de Novembro de 1966 era publicado o Decreto-Lei n.º 47344, que aprovava o novo Código Civil, sendo Presidente do Conselho Oliveira Salazar e Ministro da Justiça Antunes Varela.

Este Código Civil entrou em vigor no dia em que se completava um século desde a publicação do Código do Visconde Seabra.

No seu artigo 1577.º, definia-se o casamento como “o contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir legitimamente a família mediante uma comunhão plena de vida”.

Só diferia do conceito de casamento consignado no art.º 1, n.º 1, do Decreto n.º 1 na parte iniciada pelo adverbio “mediante”.

O requisito da diversidade de sexos já vinha de trás, como se viu, mas o legislador quis sublinhar a sua exigência, considerando, no artigo 1628.º, que “o casamento contraído por duas pessoas do mesmo sexo” seria inexistente.

Os comentadores anotaram a este respeito: “A identidade de sexo dos contraentes constitui um obstáculo decisivo à comunhão plena de vida, que constitui o substracto sociológico essencial do casamento e por isso a generalidade dos autores a considera como causa incontroversa da existência desse contrato” (Lima, 1992:159).

Continuava a haver duas modalidades de casamento, o civil e o católico. A lei reconhecia valor e eficácia de casamento ao matrimónio católico, nos termos da lei (artigo 1587.º).

Quanto à idade mínima para contrair casamento manteve-se a de 16 anos para o varão e 14 para a noiva (artigo 1601.º).

Cada um dos nubentes devia expressar pessoalmente a sua vontade de contrair casamento (art.º 1618.º), podendo este ser por procuração de um deles, com expressa menção dos poderes especiais para o caso e a designação do outro nubente e da modalidade de casamento (art.º 1620.º).

Foi permitido o “casamento urgente” nos casos de receio fundado de morte próxima de algum dos nubentes e da iminência de parto (art.º 1622.º).

Quanto aos deveres recíprocos dos cônjuges, o novo Código Civil manteve o disposto no art.º 38.º, do Decreto n.º 1 da 1ª República (art.º 1671.º).

À mulher pertencia o governo doméstico (art.º 1677.º, n.º 1), para cujas despesas ambos os cônjuges deviam contribuir em proporção dos respectivos rendimentos e proventos, correspondendo aquelas à condição económica e social da família (art.º 1677.º, n.º 1).

Reconhecia à mulher o direito de usar os apelidos do marido até ser decretado o divórcio ou, em caso de viuvez, até passar a segundas núpcias (art.º 1675.º).

Não necessitava do consentimento do marido para exercer profissões liberais ou funções públicas, para publicar ou fazer representar as suas obras ou dispor da sua propriedade intelectual (art.º 1676.º).

A administração dos bens do casal, incluindo os próprios da esposa e os bens dotais, pertencia, nos termos do art.º 1678.º, n.º 1, “ao marido, como chefe da família”.

Manteve-se, assim, no novo código a figura do “chefe de família”, tão ao gosto dos legisladores da Monarquia Constitucional e da 1ª República, que nas suas leis eleitorais para ele reservavam o direito ao voto.

Permitia-se à esposa que, no exercício do governo doméstico ou como administradora de parte ou da totalidade dos bens do casal, movimentasse livremente, em seu nome exclusivo, depósitos bancários, fosse qual fosse o regime de bens (art.º 1680.º, n.º 1).

A administração de todo o seu património era reservada à mulher quando tivesse sido estipulado o regime de separação de bens e mesmo quanto aos bens comuns do casal no caso de ausência do marido em lugar remoto ou desconhecido e no de o marido lhe ter conferido esse direito por mandato revogável, para além de outros casos previstos na lei (art.º 1678.º).

25 de Abril de 1974. A “revolução dos cravos” derruba o Estado Novo e, tal como acontecera com o 5 de Outubro de 1910 e o 28 de Maio de 1926, vai originar alterações no regime legal dos Direitos de Família e particularmente no do casamento.

Entretanto muitas outras mudanças ocorreram não só em Portugal como em toda a Europa.

Nesta verificou-se, na segunda metade do séc. XX, uma queda da taxa de nupcialidade e um aumento do número de divórcios, sendo o grupo dos jovens casais o que mais contribui para esse aumento.

O egocentrismo e a crise dos afectos tornaram cada vez mais precários os compromissos assumidos.

A esperança média de vida, que no séc. XVIII se situava entre os 35 e os 40 anos, passou em 1992 a ser de 81,3 para as mulheres e de 73,1 para os homens, tendo, entretanto, continuado a aumentar.

Verificou-se um acesso maciço às universidades, que entre nós multiplicaram de número, ao mesmo tempo que os jovens viam prolongado o tempo da sua escolaridade, retardando a sua formatura com a necessidade de a comple-

tar, para além da licenciatura, com o mestrado e o doutoramento, quanto mais não seja para enriquecimento do *curriculum* e melhor habilitação aos concursos. Tudo isto determina um mais tardio ingresso no mercado de trabalho, retardando, conseqüentemente, a sua independência económica e protelando o eventual projecto de casamento.

Daí que o número de casamentos tenha decrescido acentuadamente a partir de 1970.

Se na Idade Moderna as jovens não tinham, praticamente, outras opções aceitáveis para além do casamento e da entrada para um mosteiro, no último quartel do século XX continuou a aumentar o trabalho feminino, não só nas famílias mais modestas. Verificou-se o acesso generalizado da mulher ao ensino e à cultura, apresentando as nossas escolas secundárias e as nossas universidades uma frequência feminina superior à masculina.

Na classe média e mesmo na “superior” são cada vez em maior número as mulheres que concorrem com os homens no sector dos serviços, mesmo em lugares de chefia.

São já mais as mulheres do que os homens que ocupam lugares de magistrado de 1ª instância ou de professor nos ensinos básico e secundário.

Na política o seu número não se equipara ainda ao dos homens, mas, além de várias mulheres terem assumido lugares nas autarquias, na Assembleia da República e no Governo (como ministras ou secretárias de Estado), já tivemos a segunda mulher na Europa a chefiar um governo (a engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo, a seguir a Margaret Tacher, de Inglaterra).

Entretanto, a necessidade de progredir nos estudos e na carreira profissional protela também, se não afasta definitivamente, a ideia do casamento.

Se diminuiu o número de casamentos, verificou-se um acréscimo no das uniões de facto: no último quartel do século XX cresceu o número de jovens casais que passaram a coabitar antes do casamento ou mesmo em vez dele.

O sentido pejorativo que acompanhava o termo “concubinação”, anteriormente ligado mais às classes operárias, dissipou-se com o neologismo “união de facto”, generalizado a todas as classes, o que revela uma aceitação mais generalizada, sem que muitas vezes o justifique qualquer motivação económica.

Entretanto, mais de um quarto dos nascimentos ocorrem fora do casamento e o índice de fecundidade das famílias decresce em toda a Europa.

Sensível também o emergir do fenómeno do “*lobby gay*”. Contidos até então pela expressa censura da sociedade, homossexuais e lésbicas passaram a

deslocar-se às principais cidades europeias em periódicas e ruidosas manifestações provocatórias, proclamando o “orgulho gay”, assim disfarçando o complexo caldeado após séculos de humilhações, marginalizações e perseguições. (Entre nós, país de brandos costumes, eram objecto de medidas de segurança nos raros casos em que ousavam expor-se).

Reivindicam o estatuto de família, assente nos direitos ao casamento entre si e à adopção de crianças, que procuram ir conquistando.

Pouco mais de três anos após o derrube do Estado Novo, foi publicado o Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro, que introduziu importantes alterações ao disposto no Código Civil de 1966.

Foi proclamada a igualdade de direitos e deveres dos cônjuges e a direcção da família passou a pertencer a ambos, devendo acordar sobre a orientação da vida em comum tendo em conta o bem da família e os interesses de um e outro (art.º 1671.º).

Desapareceu, assim, a figura do “chefe de família”, que, como vimos, já vinha do liberalismo.

Aos deveres recíprocos dos cônjuges, a que passou a referir-se o art.º 1672.º, foram acrescentados o de respeito e o de cooperação, estabelecendo o art.º 1674.º, que “importa para os cônjuges a obrigação de socorro e auxílio mútuos e a de assumirem em conjunto as responsabilidades inerentes à vida da família que fundaram”.

A escolha da residência da família passou a ser atribuída aos dois cônjuges, de comum acordo, “atendendo, nomeadamente, às exigências da sua vida profissional e aos interesses dos filhos e procurando salvaguardar a unidade da vida familiar” (art.º 1673.º, n.º 1).

Deixou de se aludir ao “governo doméstico” e às “despesas domésticas”, consignando-se que ambos os cônjuges devem contribuir para os encargos da vida familiar, “de harmonia com as possibilidades de cada um”, e pode esse dever ser cumprido, “por qualquer deles, pela afectação dos seus recursos aqueles encargos e pelo trabalho despendido no lar ou na manutenção e educação dos filhos” (art.º 1676.º, n.º 1).

Quanto ao direito ao nome, estabeleceu-se que “cada um dos cônjuges conserva os seus próprios apelidos, mas pode acrescentar-lhes apelidos do outro até ao máximo de dois”, salvo se conserva apelido de cônjuge de anterior casamento (art.º 1677.º).

Cada um dos cônjuges passou a poder exercer qualquer profissão ou actividade sem o consentimento do outro (art.º 1677.º - D).

Quanto à administração dos bens do casal, passou cada um dos cônjuges a ter a dos seus bens próprios, além dos proventos provenientes do seu trabalho e outros que se indicam em pormenor no art.º 1678.º, sendo-lhe ainda reconhecida “legitimidade para a prática de actos de administração ordinária relativamente aos bens comuns do casal”.

Em matéria de depósitos bancários, passou a poder cada um dos cônjuges fazê-los em seu nome exclusivo e movimentá-los livremente, qualquer que seja o regime de bens (art.º 1680.º).

Em matéria de regime de bens, o Decreto-Lei n.º 496/77 revogou os artigos que diziam respeito ao regime dotal, que, assim, deixou de ter existência legal.

Pela primeira vez faz-se alusão à união de facto, ao estabelecer no art.º 2020.º que “aquele que, no momento da morte da pessoa não casada ou separada judicialmente de pessoas e bens, vivia com ela há mais de dois anos em condições análogas às dos cônjuges, tem direito a exigir alimentos da herança do falecido, se os não puder obter nos termos das alíneas a) a d) do artigo 2009.º”

Na sequência de algumas alterações pontuais decorrentes do protocolo adicional à Concordata com a Santa Sé assinada em 15 de Fevereiro de 1975 e dos Decreto-Leis n.º 261/75, de 27 de Maio, e 605/76, de 24 de Julho, a Reforma introduzida no Código Civil pelo Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro, passou a prever duas modalidades de divórcio: a de mútuo consentimento (só permitido aos cônjuges casados há mais de três anos) e a de divórcio litigioso.

Este só era permitido havendo por parte do demandado violação culposa dos deveres conjugais se esta, pela sua gravidade e reiteração, comprometer a possibilidade da vida em comum (art.º 1779.º) e nos casos de separação de facto por seis anos consecutivos, ausência sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a quatro anos e alteração das faculdades mentais do demandado quando dure há mais de seis anos e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade da vida em comum (art.º 1781.º).

Independentemente de ter sido deduzida reconversão, a sentença que decreta o divórcio deve declarar qual o cônjuge culpado ou principal culpado (art.º 1787.º). Se na acção de divórcio tiver sido deduzido o pertinente pedido, o cônjuge declarado único ou principal culpado e o que tiver alegado o fundamento da separação de facto por seis anos consecutivos “devem reparar os danos não patrimoniais causados ao outro cônjuge pela dissolução do casamento” (art.º 1792.º após a reforma introduzida pelo Decreto-Lei n.º 496/77, matéria inovadora).

UNIÃO DE FACTO

Já vimos que este é um neologismo criado para expressar a mesma realidade que, noutros tempos não muito remotos, se chamava mancebia, concubinato ou concubinação.

Em meados do século passado dizia-se no Porto, ao referir quem se unia por essa forma, que se tinha “casado à moda de Campanhã”, talvez por ser então uma zona da cidade habitada por operários, classe que, por razões económicas, menos se casava pela Igreja ou pelo registo civil.

A situação de crise sofrida pela generalidade dos países europeus com a Guerra Mundial de 1939-1945 deixou graves sequelas nos costumes e na moral dos povos, abalando gravemente o sistema de valores que a civilização foi erguendo e estabilizando, mas que a partir dessa conflagração entrou em crise.

Não foram tanto razões económicas que explicaram o fenómeno do aumento de uniões de facto em detrimento dos casamentos (pela Igreja ou civis). A negar essa explicação está a constatação de que tais uniões já não se restringem ao estrato mais humilde da sociedade, observando-se a sua opção por indivíduos com razoável situação económica.

A razão reside antes na preferência pelo relativo, pelo provisório, pela precariedade dos compromissos, pela curta durabilidade dos afectos.

Todos ouvimos decerto explicações deste género: “o que importa é que gostamos um do outro. Não são precisos papéis... Se não nos dermos bem, não precisamos de ir ao tribunal: vai cada um para seu lado...”

Trata-se de uma união que já se admite venha a romper-se mais tarde ou mais cedo.

Uma vez rompida, não tarda, muitas vezes, que venha a verificar-se outra, com diferente parceiro...

Sublinhe-se que a união de facto não é uma modalidade de casamento, nem fonte de relações familiares (cfr. Art.º 1576.º do Código Civil), muito embora o legislador lhe tenha declarado aplicáveis determinadas normas legais respeitantes, até então a situações que beneficiavam indivíduos unidos por casamento (V. Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, alterada pela Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto).

CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

Como se viu, o casamento foi sempre considerado a união entre um homem e uma mulher.

Já assim era nas sociedades primitivas e continuou a sê-lo na legislação dos países civilizados.

Se consultarmos os dicionários, encontraremos apontado o casamento com o significado de “união legítima entre homem e mulher” (como é exemplo o “Dicionário Universal da Língua Portuguesa, “Texto Editora, Lisboa, 2ª ed. 1997).

O mesmo acontece nas enciclopédias. A “Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Editorial Verbo, Lisboa, 2ª ed., 1966, regista na respectiva entrada: casamento “designa duas realidades estreitamente relacionadas, mas distintas: certo tipo de união ou comunidade de duas pessoas de sexo diferente e o acto que constitui essa comunidade”.

As línguas nascem, evoluem e morrem independentemente da vontade dos legisladores. Veja-se o caso do Esperanto: criado artificialmente num “laboratório”, só conhecido por escassos intelectuais, cedo restaria esquecido no sótão das velharias inúteis.

Não pode qualquer legislador arrogar-se o direito de atribuir a um vocábulo um certo sentido, em manifesta contradição do seu significado tradicional, mantido, sem qualquer discrepância, ao longo de vários séculos.

Indiferente a essas realidades, a Assembleia da República veio, através da Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio, permitir o “casamento civil entre pessoas do mesmo sexo” (art.º 1.º), apagando do texto do art.º 1577.º do Código Civil, onde se definia o casamento, a referência à diferença de sexo dos nubentes e revogando a alínea e) do art.º 1628.º desse código, que fulminava com a inexistência legal “o casamento contraído por duas pessoas do mesmo sexo”.

O art.º 3.º da mesma lei, dispunha no seu n.º 1 que “as alterações introduzidas pela presente Lei não implicam a admissibilidade legal da adopção, em qualquer das suas modalidades, por pessoas casadas com cônjuge do mesmo sexo”.

Foi, porém, curta a duração dessa reserva.

Assim como não bastava o regime da união de facto, a que tantos casais heterossexuais aderiram, também se afigurava pouco para os homossexuais o direito ao casamento entre si sem o direito à adopção, para um maior arremedo do estatuto familiar.

O Código Civil enunciava no seu art.º 1576.º as fontes das relações jurídicas familiares: o casamento, o parentesco, a afinidade e a adoção. Não se incluía a união de facto.

Não tinha decorrido ainda meia dúzia de anos e a Lei n.º 2/2016 de 29 de Fevereiro veio alterar aquele art.º 3, n.º 1, nestes precisos termos: “O regime introduzido pela presente lei implica a admissibilidade legal de adoção, em qualquer das suas modalidades, por pessoas casadas com cônjuge do mesmo sexo”.

(O autor não segue o último acordo ortográfico)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Parte histórica

Burguière, André et all, *História da Família*, Lisboa:Terramar (4º volumes),1998.

Parte jurídica

Código Penal: Decreto de 10 - Dezembro - 1854, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1854.

Faveiro, Vitor António Duarte e Araújo, Laurentino da Silva, *Código Penal Português*, Coimbra: Editora Coimbra, 1960.

Novo Código Penal: Decreto de 16 - Setembro - 1896, Porto: Antiga Livraria Char-dron,Lugan&Genelioux, 1886.

Lima, Pires de e Varela, Antunes, *Código Civil Anotado*, (4º vol.), (2ª ed.), Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

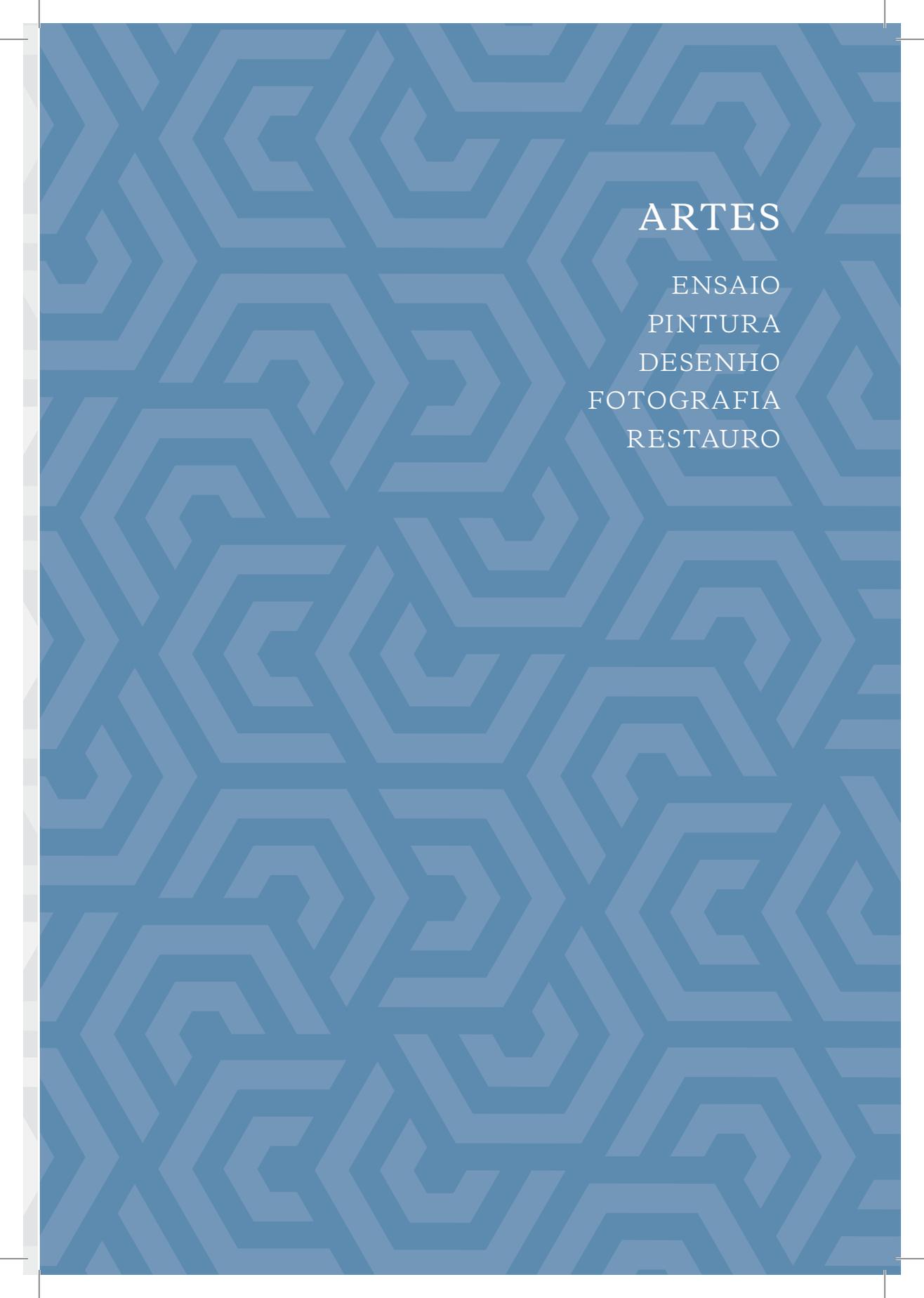
Reis, José Alberto dos e Cabral, António de Amaral, *Código Comercial Português*, (4ª ed.), Coimbra: Coimbra, 1955.

Serra, Adriano Pais da Silva Vaz, *Código Civil Português*: aprovado pela Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, Coimbra: Atlântida,1946.

Silva, Manuel José de Almeida, “Feminino singular” in revista A FONTE, n.º 9, Porto: Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes, 2014.

Varela, Antunes, *Noções Fundamentais de Direito Civil*, (2ºVol.), Coimbra:Coimbra Editora, 1950.





ARTES

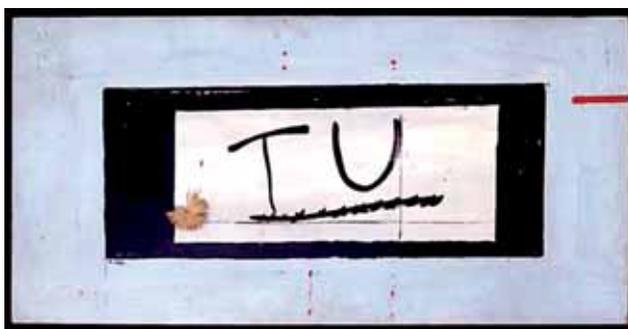
ENSAIO
PINTURA
DESENHO
FOTOGRAFIA
RESTAURO



Auto-retratos - apontamentos sobre Álvaro Lapa

Maria de Fátima Lambert¹

“Ne pers pas mais reste en repos, satisfait, à ta place.” (Álvaro Lapa)



Em que consiste imaginar? Como é possível a imagem, enquanto determinação geral de um conteúdo concreto do imaginar: como é viável equacionar a liberdade com o aleatório de qualquer materialidade conteudística? Quais as relações entre a sobredita liberdade - o próprio ser da obra, sua dedução temporal - e a sua representação sistemática, e seu inventário histórico?²

Álvaro Lapa pergunta: como é possível criar uma pintura que encerra todos os signos do universo? Como é possível fabricar um campo sintáctico que acolha todo o tipo de imagens heterogêneas? Ou ainda: qual o procedimento a utilizar para que se realize a pintura, como arte total, quer dizer, capaz de inscrever todos os signos do mundo (e, por conseguinte, todo o sentido do mundo)?³

¹ Professora Coordenadora
Professora decana ESE
Coord. 1º Ciclo Gestão do Património
Coord. Mestrado Património, Artes e Turismo Cultural
Coord. NEAP - Núcleo de Estudos Artísticos e do Património
UTC Estudos Culturais e Sociais

² Álvaro Lapa, Catálogo da Exposição *Lapa*, Galeria Divulgação, Lisboa, 1965, s/p.

³ José Gil, Texto do Catálogo da Exposição *Reunião*, Galeria Fernando Santos, Porto, 2005, s/p.

Álvaro Lapa foi marcado pela influência de António Areal⁴, igualmente autodidacta na prática das artes e filósofo de formação, tendo emergido “num meio artístico onde a facção académica lhe é hostil, mas a sua obra, desde cedo, foi reconhecida pela crítica que lhe atribui valor indiscutível na arte portuguesa. Praticando um voluntário anti-esteticismo típico de uma experiência pós-surrealista, Lapa confere às imagens que produz uma extraordinária força de emergência, um valor de aparição, jogando por vezes com frases e conteúdos literários.”⁵

A sua primeira exposição individual aconteceu em 1964 na Galeria 111 (Lisboa). Posteriormente, em 1969, na Galeria-livraria *Buchholz* (Lisboa), Álvaro Lapa expôs a convite de Rui Mário Gonçalves. O texto de apresentação da autoria de António Areal situava-o no âmbito do que seria doravante “a sua poética contestatária e algo agressiva”⁶. Alguns meses antes, no Verão de 1964, expusera na Galeria Divulgação (à rua de Ceuta, Porto).

Numa acepção particularmente lata, foi precursor de uma consignação estética e técnica que mais tarde seria assumida por alguns artistas afectos ao *pós-modernismo*; a sua actividade articulada entre o pensamento e a visualidade pictural expandiu-se em séries de trabalhos exaustivos, desenvolvidos ao longo de anos, como é o caso de *Os Criminosos e suas Propriedades*; *Os cadernos de...*; *As profecias de Abdul Varetti*; *Que horas que são que horas...*, entre outras.

⁴ “Eis um dos raros autores portugueses não vinculados à carreira competitiva de nomeações para o panteãozinho do mérito artístico: Álvaro Lapa. As suas obras originam-se noutros intuítos, e focá-los sob a luz crua de uma análise desocultadora seria, prestado ao público em geral, praticar um escandaloso favor a que me recuso.

Se 6 pessoas souberem identificar a pequena frase que é apresentada como denominação de uma destas pinturas (“Homem sem esforço, sem propósito, sem utilidade”) esta exposição terá sido um retumbante acontecimento. Mas descreio dessa possibilidade. E que dizer mais? São obras que não lisonjeiam os finos estetas, que não se promovem à aclamação e à intriga, e que condensam um silêncio de rigor algo solene. Mas a sua presença numa galeria possui uma condição de inevitável equívoco, haverá 6 pessoas que consigam reconhecê-lo? Uma meditação aproximativa perante estas obras processar-se-ia numa exacta objectividade que é método, verdade, plenitude e glória da inesgotável permanência do imediato.” António Areal in Catálogo *Álvaro Lapa*, Galeria Bucholz, 1969, s/p.

⁵ Sílvia Chicó, “Anos 70-80”, in *Panorama da Arte Portuguesa no século XX, Panorama da Arte Portuguesa do Século XX*, Porto, Ed. Serralves/Campo das Letras, 1999

⁶ Bernardo Pinto de Almeida, “Os Anos 60 ou o princípio do fim do processo da modernidade”, *Panorama da Arte Portuguesa do Século XX*, Porto, Ed. Serralves/Campo das Letras, 1999

“O artista é aquele que ousa falhar. O Abdul Varetti era um grande artista num sentido beckettiano. E antes de eu ter encontrado o Beckett.”⁷

Abdul Varetti - personagem e ícone foi configurado na condição de alter-ego, de heterónimo em retrocesso cronológico transponível, “a minha alma do outro mundo” em palavras do próprio Álvaro Lapa, que lhe redigiu notas biográficas. Este protagonista que se poderia denominar “agente/operador estético” (parafrazeando José Ernesto de Sousa): nascido siciliano, séc. XIII, polígamo e escritor falhado.

“Duplo e mito, é o reconhecimento que fiz e que personifiquei de um escritor que considerei falhado.” Álvaro Lapa



A ele atribuiu a autoria o conjunto das Profecias de Abdul Varetti, escritor falhado (1922). As obras foram expostas na Galeria da Livraria Bucholz, pela primeira vez em 1972 e, depois, na Galeria Quadrante, em 1973, Lisboa. As vinte e duas peças pertencem à Coleção da Fundação de Serralves - Museu de Arte Contemporânea, Porto, tendo sido adquiridas em 1998.

Foi um Álvaro Lapa convertido em eremita, que, em Lagos na proximidade de Joaquim Rodrigo e António Palolo (próximo ao que hoje designaríamos por

⁷ Álvaro Lapa, “Mallarmé”, *Textos*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007, p.158

residência artística), bordou as [não suas] profecias, “caligrafando-as” em 22 lonas esticadas em estruturas de ferro. Onde se lê, tal como segue:

1. “A “vida” e a “morte”, indistintas finalmente, serão sentidas na sua raiz comum, como formas de ilusão e alegria excepcional”.
2. “As obras de arte terão uma existência exclusivamente lúdica. A experiência dos vários mundos, suprirá com enigmas e presenças”.
3. “Um anarquismo integral, de produção natural, será a forma que se antevê, irá ser escolhida pela humanidade emancipada”.
4. “A linguagem afastar-se-á do consenso, e exprimirá o desejo e a imaginação”.
5. “Sendo o ‘Exterior à imagem do ‘Interior’ a vida será uma obra de arte. As obras de arte do passado serão tidas por curiosidade de arcaicas. Algumas serão conhecidas e estudadas.”
6. “O amor e as outras actividades de relação serão públicas e tribais. Eles serão reis e elas rainhas”.
7. “Uma guerra planetária deprimirá a humanidade actual. Depois o homem, envergonhado, conhecerá o horror dos ídolos”.
8. “O artista será confrontado com o “político” e com o “sábio”. O artista será louvado, os outros serão excluídos”.
9. “As religiões serão desconsideradas. A experiência mística será reconhecida e um facto comunicável”.
10. “Os deuses, adormecidos, vão recuperar a atenção do homem livre. A curiosidade a crença florirão”.
11. “A experiência interior será transmitida, «ensinada», musicalmente.”
12. “Haverá muitos vagabundos de ambos os sexos. Mover-se-ão entre as tribos, como agentes de experiências”.
13. “A mais bela forma de ser será a preferida, depois que os homens reconhecerem seus tiranos, no interior de si mesmo”.
14. “O dia e a noite deixarão de opor-se. A sua raiz comum na imaginação será reconhecida”.
15. “O sono e a morte serão mais uma vez equiparados. O Homem aprenderá a morrer”.
16. “Os antepassados animais serão venerados, como uma das faces da realidade.
17. Não se falará sem vergonha do velho tempo. Discutir-se-á de preferência o amanhã quotidiano”.
18. “A amizade será livre, o amor não”.

19. “O desejo será declarado. A linguagem e a acção enriquecer-se-ão permanentemente.
20. “Sendo a vida uma arte, a linguagem será universal. (Cfr. Rimbaud), *Incluindo tudo*”.
21. “As crianças chamar-se-ão crianças, e os adultos crianças evoluídas”.
22. “A casa, lugar de repouso, será individual e pessoal. As actividades de relação serão consagradas como tais, públicas e tribais”.

As *Profecias de Abdul Varetti* unem em si, a substância conceptual que caracteriza os auto-retratos e a escrita na pintura – com resíduos e fundamentos literários e filosóficos. Anunciam o que seria a continuidade de produção conceptual e artística do artista nascido em Évora.

Trata-se de uma escrita que reflete as suas profundas convicções sobre a vida; a existência; a subjetividade; o gregário; a humanidade; a ética e a moral – individual e social; em suma: a estética, talvez que um estágio superior do homem, lembrando as *Cartas da Educação Estética* de Schiller.

Trata-se de uma escrita aforística que, ao “reconceber”, lembra uma estratégia literária de receção interpretativa rápida, todavia complexa e enigmática, a que artistas como Leonardo da Vinci haviam recorrido para se expressarem com assertividade polissémica – trata-se do que nomearia por género poético breve, com alguma analogia à tradição dos Hai-kai ou de algumas das *Tisanas* da artista e poeta Ana Hatherly. Tanto quanto se insinua enquanto uma ramificação de “género pictórico breve” – entenda-se minimalista, lúcido e acutilante não cerceando a polissemia implícita.

AUTO-RETRATOS

George Steiner afirmava que o auto-retrato era uma tentativa de conseguir o domínio sobre as formas e os significados do seu próprio ser. Todavia, no caso de diferentes artistas, o auto-retrato cumpre uma função muito específica: de auto-interrogação, de indagação a si mesmo, acerca de suas experiências que podem surgir – em termos picturais – explícitas ou cifradas. As experiências de vida, suas transformações, efabulações ou compulsões acompanham a complexidade das vivências, enfim, assinalam ambiguidades, explanações ou equívocos de identidade. Este auto-centramento procede, mais próxima e intensamente, da tradição romântica (promulgado quer na literatura, quer na pintura) ao privilegiar, exaltou com implicações únicas e definitivas – na historiografia da arte e

da estética - o “eu” do artista. Mas não olvidando, em estéticas de períodos anteriores, o primado do eu/autor glosado por artistas como Albrecht Dürer, Sofonisba Anguissola ou Rembrandt, para mencionar apenas alguns dos casos mais singulares de uma iconografia ímpar centrada na consignação auto-identitária.

Como se pode/deve entender, na atualidade, o auto-retrato e/ou quaisquer outras imagens de/por si, correlacionadas à auto-representação? E, pressupondo que a questão incide, exclusivamente, neste contexto, nos auto-retratos e afins que são produto de artistas e autores. Isto porque qualquer pessoa se pode auto-retratar, auto-registar...Basta colocar o visor do telemóvel de feição...e a selfie já é!

Portanto e para delimitar/focalizar a temática: façam-se desfilar iconografias de auto-retrato enquanto retrato - deliberada e intencionalmente - produzidas por artista e/ou autor. Atendendo a suas motivações, objetivos ou missão...As possibilidades são infindáveis e correspondem a quantos, ao longo da história da cultura mais recente, os pretenderam, decidiram e concretizaram.

A concepção/conceito de auto-retrato pressupõe a figura/figuração (intencionalizada e/ou decidida) do próprio artista, seja em fotografia, pintura, desenho, escultura, vídeo ou performance... O que retém, seduz a atenção do espectador (receptor) foca-se em aspectos como a intensidade dramática inerente, a explicitação de movimentações interiores através da externalização, a ênfase/primazia atribuída a dimensionamentos intrínsecos efectivos que privilegiam distintas missões: simbólica; mítica; religiosa/sagrada; societária/ideológica; estética/artisticidade; histórica/documental; efabulatória/transfiguradora, eivada de interpretações, conjeturas e interpelações plausíveis.

Enfim, o auto-retrato é um território susceptível de cumprir intencionalidades pois, se alguns autores é uma estratégia, noutros é “tão-somente” uma solução plástica; salvaguarda obsessões/densidades narcísicas ou é exercício de registos cronológicos lúcido-visuais.

O “auto-retrato” tem reconhecimento como catalizador cultural, sendo progressivamente plural, na medida em que, certos casos, se tornam menos propriedade intimista e mais sublimação de teor gregário.

Na escrita, na dança ou na filmografia a aceção de identidade, com prioridade, assume, apropria-se de si com o intuito de se externalizar através da “imagem” de si, ou recorrendo e sendo (também ou sobretudo) para usufruto dos outros, para se dar a conhecer; ainda que preservando acessibilidades até à intimidade circunspecta, dissolvendo percentagens de privacidade no público

de forma deliberada. Em casos decisórios, o artista assume o que pretende visibilizar de si, tornando-o visível e apenas isso - o demais reside no espaço por detrás da pele, do eu-pele (Didier Anzieu dixit). Todavia, cada espectador ou leitor que acede à imagem, à palavra, transporta da sua subjectividade, elementos que são “enxertados” no auto-retrato (precisamente pois é de outrem), transfigurando-lhe a verdade ou apreendendo dados supostamente ocultados.

No plano imagético/percepcional, o auto-retrato pode fixar a imagem do indivíduo: de frente, a 3/4, de costas, ocultado por estratégias diferenciadas... ou mesmo sem rosto.

De um modo ou outro, os artistas, ao longo da história da arte e do pensamento, projetaram e projetam suas figuras sobre as respetivas e próprias obras - como se depreende.

A percepção, a receção, a experiência e a vivência estética, tanto quanto, o objeto estético deduzido, decorre da apreensão, precisamente da obra (produto de arte) ganhando particulares qualificações e assumindo novas identidades - para além do artista autorretratado, as projeções/introjeções de todos ou qualquer pessoa que veja e pensa.

A título exemplificativo, enuncio algumas especificidades categoriais, transponíveis no que sejam as tipologias “autorretrato”:

- Auto-retrato metafísico - subjectivado; singularizado; individuado;
- Auto-retrato percepcional (percepto) - especular; reflexo; aparential; visceral;...
- Auto-retrato cognitivo: metafórico; alegórico;
- Auto-retrato ideológico - desafiante; “iconoclasta”;
- Auto-retrato (sócio)analítico - narcísico/egóico; esquizóide; múltiplo;
- Auto-retrato antropológico - introspectivo; especulativo; holístico; societário...
- Auto-retrato gnoseológico - céptico; objectivo e/ou verista;
- Auto-retrato criticista/ironista - detractor; desfragmentador;
- Auto-retrato travestido - de figuras mitológicas, alegóricas...
- Auto-retrato ontológico - trágico; deificado; celebratório; cifrado/desocultador; “filosófico”...



Voici nos Acteurs [Série Auto-retratos].
1972. Acrílico e Grafite s/ tela. 100x81 cm



Sem título, s/d.



Sem título, s/d.

O auto-retrato assume as idiossincrasias e especificidades do autor, reconhecendo-se o artista plástico (neste caso) prioritariamente como agente, actor, intermediário e receptor de si mesmo... procurando uma perspectivacão que se desloca entre indícios de mais verismo/fatualizado, primado do imaginário, primazia do idealizado...enfim, propugnando uma ou outras acepções simbólicas. Aquilo que o auto-retrato transporta do mundo, o que representa no corpo ou no rosto/cabeça é primeiro exterior, explanando-se frequentemente num regime de imaginação, por assim dizer, algo domesticada, estipulada pela convencionalidade de representação plástica - mas que comporta índices filosóficos e literários.

Na exposição “O Rosto da Máscara” (CCB, 1994), os autorretratos de Álvaro Lapa integravam a sub-temática designada por “Corpos Clandestinos”.

Neste agrupamento de obras que, por vontade expressa pelo artista, inclui o texto de 1972 “A pintura do corpo”, incorporavam-se pinturas da série “Milarepa” (1969) e auto-retratos (deliberados, intencionalizados como tal) de 1971 e 1972. Ainda, de sublinhar a apresentação de desenhos a tinta-da-china sobre papel da série “Oral” (1980/90) - relacionáveis pela sua morfologia aproximada aos “alfabetos estruturais” de Ana Hatherly (Cf. Operação I, 1967) ou da série Monotipias, desenhos sobre papel de arroz, da brasileira (de origem Suiça) Mira Schendel.

No texto de António Rodrigues, e no relativo ao núcleo “Corpos Clandestinos”, pode ler-se:

Álvaro Lapa cede o corpo como fundamento da pintura.

Quero dizer que é fundamento da pintura, portanto da possibilidade de obter pintura, - é o funcionamento do corpo na e fora da operação de “pintar”: - escreveu o pintor como duplo da sua assinatura.

Mas como exteriorizar, como tornar matéria de comunicação, de pintura, um corpo que encerra em si mesmo a impermanência e a antinomia? Reconhecer-me neste corpo vulnerável e precário é ver-me tal qual no meu próprio inacabamento, na in-funda ilusão que sustenta o meu corpo e o mundo através dele mesmo. O corpo inscreve o mundo a este, pintado, é a emergência das energias daquele.⁸

Desde 1969 que a assunção externalizadora do eu se constata, embora não dispondo da evidência mais distintiva - numa primeira acepção iconográfica.

Na série “Milarepa” (1969) emerge uma silhueta negra que assinala, marca o espaço através de uma impositividade que, curiosamente, em pinturas posteriores se configura e identifica com o facto de ser um quase “detalhe” (o que nos levaria a ponderar com Daniel Arasse...) Essa forma ocupa, com legitimidade, um lugar que preenche a ausência de um corpo identificado. É a massa quase informe de um corpo anichado, centrado sobre si mesmo, focado numa postura autognóstica que se deve, pois, entender como uma entidade. Tal entidade viria a assegurar a denominação de identidades outras: Gauguin e, sobretudo, a projecção do próprio autor como si-mesmo (em distintas variantes).

Milarepa viveu no séc. XI, no Tibete e caracteriza-se por ter sido um renovador da missão e revisitador dos princípios de Buda: “Tu renonceras au bruit et à l’agitation qui gouvernent le monde. (...) Et tu réalisas avant tout une résolution terrible de méditer oendant toute ta vie.”⁹

Milarepa propugnava a ascese, esclarecendo quanto a abolição da consciência individual e a evanescência da consciência do tempo, deviam ser tomadas, constituindo-se nas condições exigidas para atingir esse estado de serenidade susceptível de conduzir à contemplação, ao “largamento de si”.

A figura preta, ascética e despojada, em termos picturais isolada num contexto de paisagem metafísica, dir-se-ia, externalizar a assunção - tomada por Álvaro Lapa - da permanência, da duração e da eternidade. São imagens austeras, depuradas, donde elementos iconográficos acessórios foram excluídos, cativando uma rigorosa e estóica identidade autoral. Donde, se concordar que conduzem a uma genuína presentificação, de acordo com a tipologia pictural, de se afirmar em transmissores, transportando de essência em existência as referencialidades identitárias diferenciadas: Milarepa converteu-se em Gau-

⁸ António Rodrigues, Lisboa, CCB.

⁹ Milarepa, *Ses méfaits, ses épreuves, son illumination*, Paris, Fayard, 1998, p.189

guin. Álvaro Lapa evocava na externalização da sua pintura, sendo esta directa assunção de princípios filosóficos incontornáveis na sua obra:

“O Gauguin. Chama-se antífrase, isso. O Gauguin ia para fora da terra dele, para descobrir uma terra edémica, que já não havia. Eu, saindo da minha terra natal, Évora, o Sul, vim para um não-paraíso, onde nenhum paraíso encontrei. Mas, a haver paraíso, terá que ser aí. É, de qualquer modo, uma antífrase. Gauguin quer dizer não-Gauguin, já não-Gauguin, nunca mais Gauguin, inclusive o próprio Gauguin. É o autor que tem sido em geral ofuscado pela maldição do Van Gogh.”

Assim, essa forma negra vai incorporando camadas sucessivas e conviviais, carregando uma resistência ontológica agravada que se consolida no peso de sua própria iconicidade. Na série Gauguin a sua pertença à composição pictural é sujeita a variantes estilísticas marcantes: de uma aceção mais directamente abstracto-geométrica - certamente evocadora do quadrado negro de Malévitch que se converte em rectângulo... - a aceções figurais distintas, ora isoladas, ora dialogando com situações de paisagens-corpo (parafraseando Deleuze) e exigindo mesmo o reforço da sua identidade, ao inserir caligraficamente o nome do pintor na tela -num caso mesmo em reflexo/dimensão especular efectiva que traduz a reversibilidade do caso pessoal e humano de cada individuo.

António Rodrigues sublinha que, Milarepa poderia ser compreendida como “um resumo (se tal fosse viável) do projecto da “Pintura do corpo” de Álvaro Lapa. A sê-lo, a pintura de Lapa presentifica, sem quaisquer disfarces ou mediações, como toda a pintura é auto-representação. Por outras palavras. A auto-representação é o fundamento da pintura de Lapa.”¹⁰

¹⁰ A sê-lo, a pintura de Lapa presentifica, sem quaisquer disfarces ou mediações, como toda a pintura é auto-representação. Por outras palavras. A auto-representação é o fundamento da pintura de Lapa.

Os “auto-auto-retratos” de Lapa dão a ver a realidade abismal do auto-centramento do pintor. Constituem uma das mais representativas séries da sua pintura, iniciados em 1972, no mesmo ano em que escreve o texto teórico sobre a sua pintura, que faz questão de publicar, em cópia manuscrita, no catálogo desta exposição, para acompanhar a sua participação plástica na mesma.

Os “auto.auto-retratos” ou apenas auto insistem numa dada figura(ção) insólita, vinda de Milarepa, num trabalho em torno de uma máscara que autentifica o descontorno do corpo. A figura “auto.auto-retrato”, mimando aproximações simbólicas ora à múmia ora ao falo, às duas ilusões físicas terminais e de ultrapassar a morte, remete para uma consciência dos limites da auto-representação e do próprio acto de pintar.

No respeitante à série intitulada “Auto-retratos” 1971/72), acima referida, é de maior pertinência evocar a argumentação desenvolvida por Gilles Deleuze a propósito de Francis Bacon, ou seja:

As cabeças estão preparadas para receber deformações. Tal como o esforço do corpo sobre si mesmo, a deformação é estática. Todo corpo é percorrido por um movimento intenso. Movimento deformantemente disforme que remete a cada instante para a imagem real sobre o corpo para constituir a Figura.

O corpo é a Figura, ou seja, o material da Figura. Não se deve confundir o material da Figura com a estrutura material espacializante que se situa do outro lado.

O corpo é Figura não estrutura. Inversamente a Figura, sendo corpo, não é rosto e nem tem mesmo rosto. Tem uma cabeça, pois esta é parte integrante do corpo. Pode reduzir-se à cabeça, mesmo.

Bacon pinta cabeças, não pinta rostos.

Rosto é uma organização especial estruturada que cobre a cabeça.

Cabeça é uma dependência do corpo, mesmo estando na ponta.(...)

O osso pertence ao rosto, não à cabeça.”¹¹

Os auto-retratos, na sequência que se conhece, organizam-se (em termos de composição) em redor ao contorno linear da cabeça, contorno esse que nos surge com uma elasticidade, flexibilizando a inserção de elementos de valência sígnica e simbólica.

¹¹ Gilles Deleuze, Francis Bacon Logique de la Sensation, Paris, Du Seuil, 1992 : Efectivamente, ao corpo sem órgãos não faltam órgãos, falta apenas organismo, quer dizer, essa organização de órgãos. O corpo sem órgãos define-se, portanto, por um órgão indeterminado, enquanto o organismo se define por órgãos determinados: “em vez de uma boca e de um ânus que correm o risco de se romper, porque não poderíamos ter apenas um orifício polivalente para a alimentação e a defecação? Poder-se-ia murar o nariz e a boca, encher o estômago e fazer um buraco para o ar, directamente, nos pulmões - o que deveria ter sido feito desde a origem.(...) Mas pode dizer-se que se trata de um orifício polivalente ou de um órgão indeterminado? Não há uma boca e um ânus muito distintos, com necessidade de uma passagem ou de um tempo para ir de um a outro? Portanto, o corpo sem órgãos não se define pela ausência de órgãos, não se define apenas pela existência de um órgão indeterminado, define-se pela presença temporária e provisória dos órgãos determinados.



Gauguin. 1979. Papel, tinta acrílica e colagem.

Um desses elementos recorrentes é a mancha tendencialmente ovóide em negro que se associa à forma de Milarepa, que se converte (transmuta) em Gauguin, assumindo-se em substância pictural “auto”.

O título desta série de quadros, desenhos e colagens, foi sugerido a Lapa por um comentário de Fernando Pernes, em artigo publicado na revista Colóquio-Artes (Junho de 1978), onde lhe atribui um precedente, um “ressuscitar fantasmas” do pintor Paul Gauguin. Mas este desenho não tem qualquer referência à obra do pintor francês. Lapa recupera aqui um dos seus signos visuais recorrentes, a silhueta negra, utilizada na série Milarepa, alusiva ao poeta e santo tibetano do século XI. O negro e o vazio dominante do branco, atravessados por uma colagem pontuada a vermelho, remetem para um espaço de ausência. A forma negra, indefinida, da figura em posição de meditação, contrasta com o plano branco e a delinação de um horizonte. No canto inferior direito, o título Gauguin como que substitui a assinatura do autor. O título tem aqui, como em outras obras de Lapa, uma função evocativa de estabelecimento de analogias. Não é a obra de Gauguin que lhe interessa mas sim o exemplo do sujeito que abandonou, sem retorno, as suas raízes civilizacionais ocidentais, tal como Lapa abandonou a sua Évora natal. Na identificação de um duplo do autor, existe neste desenho uma reflexão sobre a auto-representação, sobre a identidade, tal como nas séries Auto e Auto-auto-retratos; um método de conhecimento do próprio eu.¹²

¹² In https://gulbenkian.pt/museu/works_cam/gauguin-147046/; <https://biblioporto.wordpress.com/tag/alvaro-lapa/> (consulta em Janeiro 2018)

Os traços irregulares, dispersos no que se intui como um rosto sem “órgãos”, narram as distâncias com que o autor se aproxima de si mesmo. A mancha “auto”/“eu” situa-se ao nível de orelha, de boca, de nariz, de olhos, de testa... sobretudo então assegurando o primado do pensamento, traduzindo para o exterior o “cérebro”. Este, aliás, é *topo* dominante, apropriando-se de si e de outrem. O preenchimento da cabeça com estes elementos, de valências distintas, gera percepções convergentes que podem ser compreendidas como paisagens de si, sonhos de si para externalização. Então, é legítimo rever a argumentação de Deleuze-Gattari em *Mille-Plateaux*, e aplicá-la por analogia, quando estes afirmam “...que o rosto pode sugerir um ambiente, uma paisagem e sendo uma superfície, um mapa de sinais e forças de cada homem, que o caracterizam tanto ao nível interior como exterior de si.” Assim, dir-se-ia que as cabeças dos auto-retratos de Álvaro Lapa insinuam uma paisagem, tópico aliás consignado num excerto do próprio artista:

“Paisagem” significa um lugar que atravessamos, um lugar onde estamos, onde nos imaginamos. Originalmente, a paisagem é definida por uma exterioridade. Não sei como isto acontece, mas para mim há apenas duas hipóteses: a pintura faz uma “paisagem” ou faz um “retrato”, uma “cabeça”. Não há outros géneros de pintura. A paisagem seria a exterioridade e nas “cabeças” (como acontece nos Notebooks, em que nenhum deles se lê como paisagem) ... as aberturas, a forma central...podem ser lidas como uma boca.”¹³

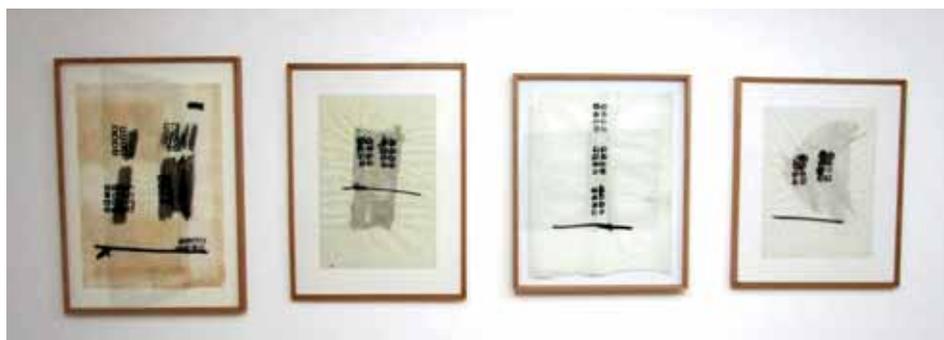
PINTURA, ESCRITA - ESTÉTICA E LITERATURA

Os títulos não explicam, descrevendo ou designando o sentido das imagens.

O título está assim para o quadro como uma imagem para outra, com a diferença que a sua não-relação com o conjunto das imagens impõe mais uma descontinuidade ao plano de consistência.¹⁴

¹³ “Uma conversa com Álvaro Lapa”, excertos da entrevista a Manuel Castro Caldas in Catálogo da Exp. *Tríptico*, Museu Van Hedendaagse Kunst, Gent, 28 Setembro de 1991 a 5 de Janeiro de 1992.

¹⁴ José Gil, Catálogo “Reunião”/Exp. Galeria Fernando Santos, Porto, 2005: “Podem fazê-lo, mas só em parte e com a condição de introduzir mais *non sense* e mais enigmas à já enigmática sequência de imagens (graças aos múltiplos procedimentos retóricos que o pintor utiliza: contraste metafórico, oposição, metonímia, etc)... O significado do título ou de uma palavra, por exemplo “cerca” ou “deserto”, pode aludir ritmicamente a uma figura, um espaço, uma cor. O código linguístico entra então no processo de associação idiolectal.”



Série Oral, C. 1979

O espaço da palavra, isolada e/ou cúmplice na organização sintática, na obra de Álvaro Lapa possui múltiplas acepções e funcionalidades - diria mesmo, cumpre diferentes missões.

Um espaço de transição entre os auto-retratos e a determinação da escrita e imagem, na obra de Álvaro Lapa, concentra-se na Série “Oral”. Como anteriormente se apontou, estes desenhos integram uma intencionalidade comunicacional que os institui enquanto alfabeto visual, uma outra (ante)grafia, parafraseando Almada Negreiros.

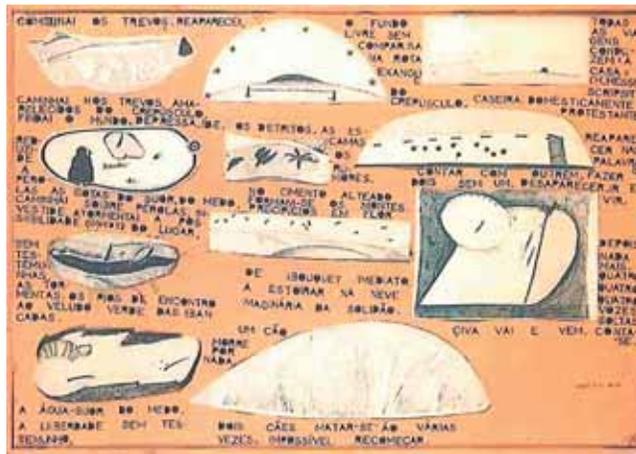
Asérie “Oral”, de 1980-1990, trabalha o próprio limite da auto-representação. Sobre a folha de papel vegetal e integrando-lhe a transparência, Lapa alinha inscrições algo caligráficas, na pura execução instantânea para deixar acontecer a fluência interior e cósmica do auto, intransmissível na sua opacidade revelada, no devir clandestino. Na glorificação da sua interioridade, acrescentaria o pintor.¹⁵

A dominante “criticista/ironista” da sua obra exigiu-lhe uma postura de austeridade que impregna, desde sempre, a sua estética de uma condição ética de que se ausenta qualquer cedência pessoal perante as determinações externas. A sua realização pictural foi gerada por uma emergência racionalizadora articulada a uma dinamização pulsional, que são cúmplices efetivos:

“De um livro que há no Museu Trocadero”: quando nos amamos damo-nos a mão ou não, estamos a dormir ou não” (enunciado num sonho)

“...A escrita pictográfica não é literária na sua tradição nem nos seus meios. Pode sê-lo indirectamente (p. ex. usando letras) sem se situar como forma literária. (...)

¹⁵ António Rodrigues, « Do rosto do espelho » in Catálogo *O Rosto da Máscara*, Lisboa, CCB, 1994, pp.17/18



Um Passeio, 1973, tinta-da-china, desenhos a grafite colados sobre cartão, 62x100cm, col. particular.

*Para o pintor o espectáculo é imagem, onde a consciência se alarga-alegra. Nos restos da função-memória, do que foi o melhor, do que valeu a pena: e dá-lhes vida. (...) No acaso da minha obra constato uma verbalização incessante=tudo pode servir de palavra.*¹⁶

«A escrita pictográfica não é literária na sua tradição nem nos seus meios. Pode sê-lo indiretamente (...) sem se situar como forma literária»

(Álvaro Lapa, “de um livro que há no museu Trocadero...”)

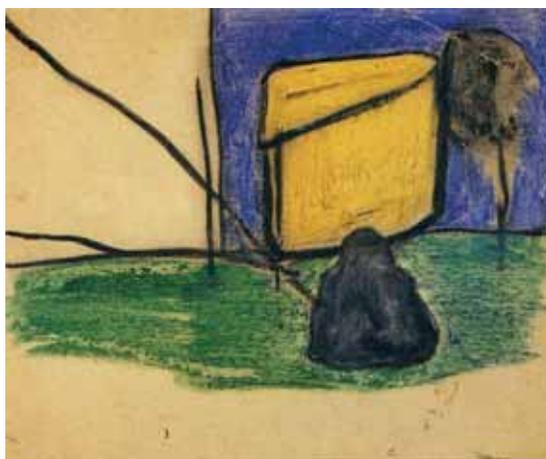
A sua pintura corresponde, pois, a uma missão ideológica, a uma operatividade sócio-estética e a um imperativo ético. Uma das fundações para “dar a ver” a missão cabe ao facto de ser constituída, de possuir como substância primordial a afirmatividade de uma linguagem visual própria, veja-se, na terminologia de José Gil, um “idiolecto”.

*O campo aberto pelo seu modo de fazer não é o do significado, não é o da imagem-símbolo nem o da interpretação. O problema parece ser agora o da abertura total do campo pictural. Álvaro Lapa pergunta: como é possível criar uma pintura que encerra todos os signos do universo? Como é possível fabricar um campo sintáctico que acolha todo o tipo de imagens heterogéneas?*¹⁷

¹⁶ Álvaro Lapa, *De um livro que há no Museu Trocadero*, citado no Catálogo da *Exposição Retrospectiva Álvaro Lapa*, Porto, Fundação de Serralves, 1994, p.19

¹⁷ José Gil, Catálogo “Reunião”/Exp. Galeria Fernando Santos, Porto, 2005: O que se sabe menos é como ele constrói essa linguagem tão singular que ninguém ainda lhe descobriu

“Na obra de Álvaro Lapa, a descoberta da arte depende muito mais de uma experiência da vida e das situações que ela propicia do que de uma integração num contexto estético de linguagens reconhecíveis e pré-definidas. As suas obras estabelecem um diálogo individual e idiossincrático com as referências culturais por ele confrontadas, numa selecção restrita e criteriosa dessas mesmas referências. A sua pintura é auto-reflexiva, na construção de uma ética pessoal que articula a razão com a irrupção de uma aparente espontaneidade das suas “imagens mentais”.”¹⁸



Milarepa.1969

Uma das imagens externo-mentais, que se instituiu enquanto um ícone recorrente, é essa pequena mancha preta - Milarepa-Gauguin-A.Lapa, que se institui como figura emblemática para o reconhecimento da sua linguagem visual, ajustando motivação pictural e semiológica. Possui uma presença múltipla, como se procedesse de uma sociedade tribal. Apresenta uma carga ideológica irreversível nos afetos mentais do autor. Em palavras do autor e, ainda, recuperando a convocação de **Milarepa**:

o código, quer dizer a sintaxe. Só ele a possui.(...) Em Lapa, o idiolecto é o estilo: eis o paradoxo maior desta pintura. Paradoxo que não resulta, no entanto, de uma concessão. (...) Ou ainda: qual o procedimento a utilizar para que se realize a pintura, como arte total, quer dizer, capaz de inscrever todos os signos do mundo (e, por conseguinte, todo o sentido do mundo)?”

¹⁸ João Fernandes/M^a de Fátima Lambert, “Porto 60/70: os artistas e a cidade”, Exposição *Porto 60/70: Os Artistas e a Cidade*, Porto, 2001, p.30

“Esses Milarepas, que foram os primeiros pintados à minha maneira, do ponto de vista do conteúdo. Do ponto de vista da forma era meio Areal, meio eu. (...) Esses quadros eram paisagísticos, a intenção era paisagística. Muito poucos eram quadros, nenhum vertical, eram horizontais. Havia ideias no ar, soltas. Opunha-se o Buda e o Cristo.” (Álvaro Lapa)

A morfologia possui notoriamente uma pulsão quase radical/exaustiva de posse, de apropriação, nunca permitindo questionar a identidade do autor, nela se subsumindo os princípios ontológicos. Possui, em minha perspectiva, uma conotação autobiográfica determinante, onde:

Arte e magia, um meio entre o Homem e a Natureza. Arte e realidade, uma duplicação. De cá para lá sobre o vale como num mapa de onde não saímos: Abstracta reitoria de uma forma dirigida em nome do que as pessoas possam pensar rua fora.¹⁹ (Álvaro Lapa)

Neste ponto, neste momento, nesta mancha, nesta cor, nesta figura, nesta intenção de qualidade e de sentimento se irá inscrever o sentido de actualidade e também o campo, o modo como a energia desenvolveu o elaborado conceito. (...)

Trata-se de um processo longo e lento, um processo que sempre se ergueu pelo lado da existência das mais elementares partículas; escondendo e demonstrando no simples corpo da mancha, da cor, da figura a complexidade crescente que a presença da matéria elementar pode organizar.²⁰ (Álvaro Lapa)

Por outro lado e a título de exemplo, as telas intituladas *Conversa(s)* (1980's), *Sem título (letras)*, são integradas por elementos icónicos/sígnicos que percorreram - em continuidade e intenção - a obra do pintor durante décadas. As letras - que se conjugam em palavras e em frases - associam-se, de forma quase inequívoca a essa pequena mancha preta, que foi instituída enquanto matéria emblemática, para o reconhecimento da sua linguagem visual, ajustando motivação pictural e semiológica, possuindo presença múltipla, como se de uma sociedade tribal de tratasse. Apresenta uma carga ideológica irreversível nos afectos mentais do autor. A morfologia possui notoriamente uma pulsão

¹⁹ Abdul Varetti [Álvaro Lapa] in Catálogo da Exposição, Centro de Arte Contemporânea/ Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto, 1978

²⁰ João Miguel Fernandes Jorge, “Álvaro Lapa”, *Abstract & Tartarugas*, Lisboa, Relógio d'Água, 1995, p.73

de posse, de apropriação que nunca permite questionar a identidade do autor, nela se subsumindo os princípios ontológicos.

Se me proponho o problema de um comum=fundamental sentido para a actividade que desenvolvo como pintor depresta conluo que a sua solução é ela própria inseparável do problema, aliás circunstancial e apenas referível ao desejo de esclarecimento. Mas porque de esclarecimento se trata ou de divulgação o problema persiste. E eu persisto: o que é fundamental é narrar.(...)

Este narrador, sendo assim primordial=primitivo é decerto anterior a uma divisão entre - o ver e o pensar, o dizer e o medir. Ao ser e ao não ser. (...)

Insisto: pois que de narração se trata há um conteúdo que é cada vez mais esclarecidamente (por hipótese sempre agora) a vida, como quem diz o autobiográfico.”²¹
(Álvaro Lapa)

Em termos de referencialidades historiográficas da pintura ocidental, sabe-se que, para Álvaro Lapa, a radicação na obra de Robert Motherwell foi determinante para a conformação de Milarepa-Gauguin. Auto-retrato, tanto quanto para as séries que espelham mais directamente a dimensão paisagística, glosadas ao longo dos anos (*Campésticos*, p.ex.):

“Descobri-o [Robert Motherwell] através do Areal, que o tinha visto na Bienal de São Paulo. E depois havia uma outra mínima reprodução. Na altura a importância das artes plásticas ainda era menor do que é hoje. A primeira obra de Motherwell que eu vi reproduzida vinha numa revista Suiça que ainda ali tenho, Du. Era uma coisa mínima, um desenho em papel, tinta em papel, que inclui a transcrição de um poema de Frank O’Hara, salvo erro, e formas que vêm a ser as das elegias, uma espécie de marca, que é uma obra bem informativa sobre o desenvolvimento da obra de Motherwell. Depois, vi mais alguma coisa, sempre em estado de reprodução mínima, a preto e branco. Mas tive um interesse imediato. (...)

Motherwell era alguém que tinha, do ponto de vista do Areal, e em si, uma formação filosófica, um curso de filosofia (para enganar o pai que era banqueiro). (...) Penso que me interessava genuinamente e não por interessar ao Areal. Não era um simples mimetismo ou macaquice.”

“A partir do que interpretei como a minha autonomização (“originalidade” relativa, claro está) a concepção de pintura-processo-série definiu-se. Proveio de Antó-

²¹ Álvaro Lapa, “Narrações” in *Textos*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2006

*nio Areal, fundamentada (ela própria, e a minha) em Motherwell, justificadamente.*²² (Álvaro Lapa)

Em paridade ao que afirmava Motherwell:

*“...para mi, pintar es una manera de pensar, pero el pensamiento es a priori y tiene mucho más que ver con la relación de lo que en francés se llaman correspondences.”*²³ (Álvaro Lapa)

E, retomando as palavras de Álvaro Lapa:

*“Havia algo - já presente em Motherwell - que era importante: a possibilidade de uma figuração ilimitada. A ideia de que tudo pode ser “figura”, de que se pode fazer uma pintura com qualquer objecto, sem limites. A ideia de que é possível evitar a abstracção puritana.”*²⁴

E Motherwell exigiu Mozart: “Foi por causa do Motherwell, eu ia muito aos livros dele, estava sempre a ver aqueles livros, foi lá que descobri o Mozart, eu não tenho nenhuma formação musical. (...) E o Mozart é uma espécie de ícone, um ícone mais artístico, propriamente, que musical. Musical, é evidente, mas artístico. Como se diz?...É o artista por antonomásia, Mozart. (...)” (Álvaro Lapa)



²² A. Rodrigues, OP.cit., p.206

²³ Flam, Jack - R. Motherwell, BCN, Polígrafa, 1971, p.15

²⁴ “Uma conversa com Álvaro Lapa”, excertos da entrevista a Manuel Castro Caldas in Catálogo da Exp. *Tríptico*, Museu Van Hedendaagse Kunst, Gent, 28 Setembro de 1991 a 5 de Janeiro de 1992.

E assim, adiante, se podem elencar algumas das presenças mais relevantes no mundo literário/imagético de Lapa que reconhece a projecção de si para a introjecção de outrem e, de novo, a sua devolução poiética, a propósito de:

“O Ucello, eu não o conhecia ou me interessava. Não é desse tempo, o Ucello é depois. O Ucello é no Porto, já num ambiente Escola de Belas Artes, como se chamava na altura Escola Superior de Belas Artes. O Ucello tem essa conotação clássica. Mesmo que não fosse, podia ser tratado por mim com nenhuma semelhança clássica, mas era um referente só iconográfico. Porque há um retrato, não me lembro do nome, penso que é uma obra rara, na obra de Ucello. Mas há um retrato de adolescente, e foi por essa aproximação iconográfica que lhe chamei o Ucello.” (Álvaro Lapa)

Ainda de recordar as referências, registadas na entrevista a Jorge Silva Melo, a outros autores como:

Herman Melville (1 de agosto de 1819, Nova York - 28 de setembro de 1891, Nova York) foi um escritor, poeta e ensaísta norte-americano:

“O Melville veio muito tarde, assim como reconhecimento de um grande autor, foi muito tardio. Mas passou, aconteceu. Também pintei sobre Melville, aproveitei o efeito de homenagem.” (Álvaro Lapa)

«Melville na Bastilha»

[...]Uma imagem que ele estudava com uma certa frequência dizia (como um título, nome de fabrico, ou coisa assim) «Melville na Bastilha» - pois as imagens falam por nomes mil ou menos - e representava o desacerto alegórico entre a sua tentação de escritor e o fracassado romance épico («Mardi») do escritor americano. Nessa mesma (única) imagem repetia-se um eco do Sade universal e de um (sábio) escritor local (Herman Melville) que sonhara encontrar no seu passado oceânico a companhia perdida de um feminino vivo, encantador, para sempre perdido na Bastilha dos nomes, dos países (= territórios), dos signos ou do corpo, ou da família regular, ou da calúnia cidadina. Aí Vronne dispunha o seu segredo de amoroso e tímido, tímido e amoroso; o segredo era a sua persistência, e a alegoria narrava um eu-estilhaçado como um meteorito de encontro à realidade não desejada, e à ausência imposta e apenas deixada dizer, orficamente.

Antes que alhear-se dessa imagem plena de tão panorâmica de analítica, ainda Vronne ensaiou despojá-la da vida de Melville e empossá-la com a sua própria vida, referida ao presente mas sem vida ilusória e por isso já a imagem «Melville na Bastilha» era um retrato com pouca prisão e muito lixo (detritos, escamas, rumores) e ensejos declarados, de ilhas sem gente nos portos + sons a escutar num banco impro-

visado+ aer (= bronze ou ar? Cfr Dicionário Latim-Português). Um retrato instantâneo. Que Contradizia o duplo-escriptor e dizia o escritor pictográfico que Vronne exercitava.[...]

Jornal da exposição, Álvaro Lapa, Museu de Évora
18 de Maio a 25 de Junho de 1995

Schliemann (6 de janeiro de 1822, Neubukow, Mecklenburg-Schwerin - 26 de dezembro de 1890, Nápoles) - arqueólogo, fascinado pelas obras de Homero, acreditava que as ruínas de Tróia existiam mesmo...

Maurice Blanchot (Quain, Saône-et-Loire, França, 27 Setembro 1907 - 20 Fevereiro 2003) foi escritor, romancista, ensaísta, teórico e crítico de literatura.

É o apóstolo da inaparencia, do apagamento, éffacement, como uma resposta altamente moralizada aos compromissos, aos paradoxos da arte socializada.

Não é um esteta. Pode parecer, mas isso é um grande equívoco.

CONCLUSÃO

“Um retrato funciona como um espelho. E inclui o desconforto inerente a uma situação de “espelho”.

“O retrato é muitas vezes tratado como uma paisagem, é menos retrato.”²⁵

Retomando palavras do próprio autor, Álvaro Lapa procurou ao longo da sua obra, “informar da verosimilhança as suas pesquisas plásticas, situando-se de preferência numa experimentação das origens do fenómeno expressivo: grau ou ponto zero da visão, em que o pôs a sua liberdade de interpretação, e a cuja essencialidade se impõe organicamente a ideia e o acto de se referir. Entendeu, assim, a “nova figuração”, para cujas intenções privadas metodicamente confluía, como uma:

- nova (por inédita) autonomização da consciência do significante plástico;
- exaltação de um enriquecimento das hostes locais da não-forma e do metafísico reinantes.

²⁵ “Uma conversa com Álvaro Lapa”, excertos da entrevista a Manuel Castro Caldas in Catálogo da Exp. *Tríptico*, Museu Van Hedendaagse Kunst, Gent, 28 Setembro de 1991 a 5 de Janeiro de 1992.

Com o que crê poder agora propor o exemplo de:

- uma arte não portuguesa
- uma solidão não dividida
- um único limite ao acto, o do originário.²⁶

Se pretendermos assinalar um conceito agregador das substâncias filosóficas e poéticas em Álvaro Lapa, o *tempo* seria uma proposta plausível. A visão do mundo é dirigida pelo tempo vivido, numa constância ou disrupção que apenas cada um é capaz de assegurar e suprir. A realidade será concebida, reificada pela sucessão perceptiva do tempo fluindo, numa lonjura ou compulsividade em que as *horas que são as horas* estão *presidiariamente* em registo *auto*, devidamente guardado em *cadernos* - partilhado com os autores de eleição... e assim por diante.

“...essa visão da realidade vale a outra, e a outra, e a outra - o espetáculo dos olhos, dos pénis, dos ruídos, substituem o dos campos, se tos negam — *vaya adentro, en el mas próprio y íntimo y muy personal descubrimiento — hay que evadirse, vaya!* - (...)”²⁷

²⁶ Álvaro Lapa in “Catálogo da exposição *Álvaro Lapa*, Galeria 111, Lisboa, 1964

²⁷ Álvaro Lapa, *Raso como o chão*, Estampa, Lisboa, 1977, p.29

Cúmplices na Arte do Jogo

TRABALHO COLECTIVO, 2018

Antónia Santos, Fernanda Magalhães, Maria Helena Seabra,
Maria Augusta Naves, Helena Branco, Maria Corte Real,
Fernanda Alves Monteiro, Nelma Guimarães, Carlos Amaro,
Teresa Gomes, Albuquerque Mendes, Cândida Camossa Amorim,
Claro Sousa, Ana Amaro, Guilherme Ferreira, Laura Areias,
Beatriz Rangel, Teresa Lacerda, Aparício Farinha.









Oficina Livre de Desenho

~ Estudos ~ 2018 ~



Antonia Santos

Graca Godinho

M^{te} Cándida Amorim

M^{te} José Branco

M^{te} Ceu Guimarães

M^{te} José Besteira

M^{te} Laura Lima

M^{te} Teresa Gomes

M^{te} Lidia Coelho

M^{te} Helena Leão

Ana M^{te} Aparício

Prof. Dr. José M^{te} Maia





Graça Ribeiro da Silva Godinho, "Pelo Gerês"
Aquarela s/ papel 21 x 30 cm

Lídia Cochofel, "Arbustos".
Aquarela s/ papel





Maria José Pestana Vasconcelos, "A Partida"
Aquarela s/papel

Antónia Cruz Santos, "Árvore"
Aquarela s/ papel.





Maria José Branco, "As Flores de um quintal"
Pastel seco s/ papel, 30 x 20 cm



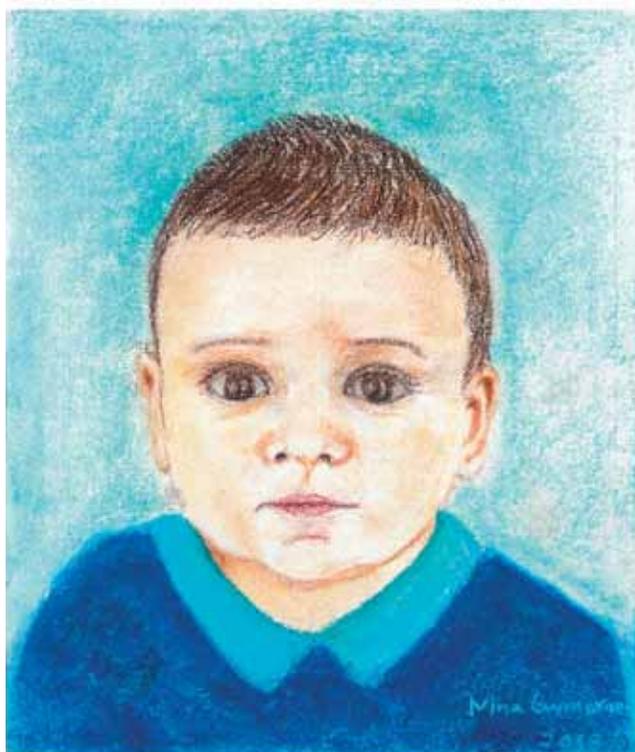
Maria Teresa Gomes, "Flores"
Pastel seco, 24 x 31,8 cm



Maria Helena Ponce de Leão, S/título
Pastel s/ papel 42 x 30 cm



Ana Maria Aparício, "Namoro"
Pastel s/ papel, 19 x 32 cm.



Nina Guimarães, "Retrato de meu neto"
Pastel s/ papel

Cândida Canossa Amorim, "Ramo de trepadeira"
Pastel s/ papel





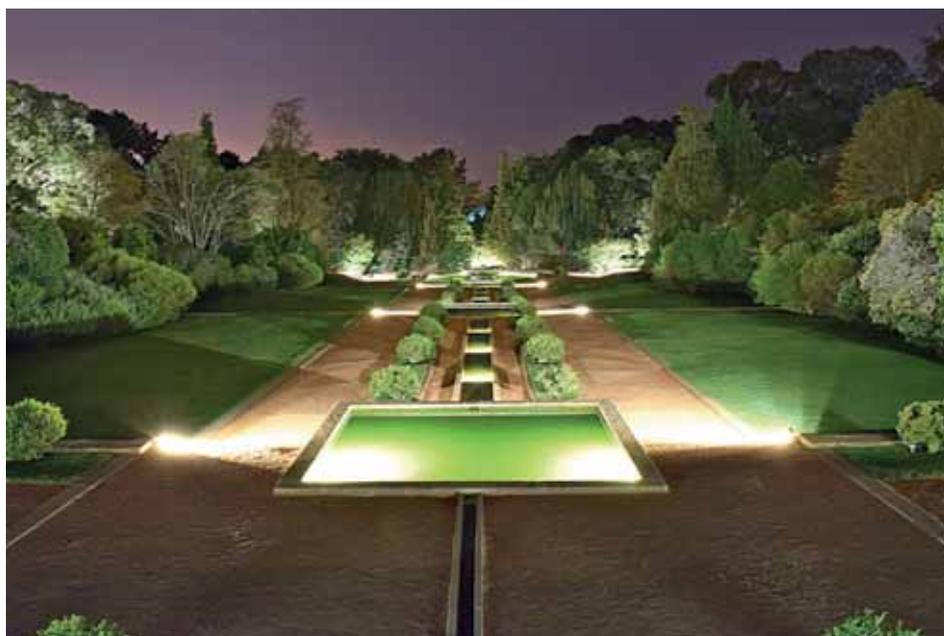
© Marília Costa



© José Marcilio Teles

© José Marcilio Teles





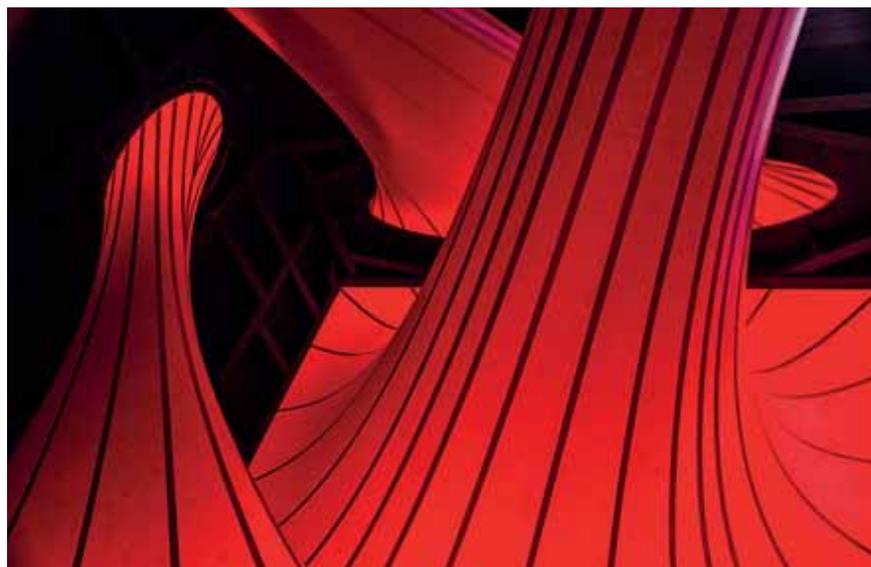
© António Girão



© António Girão



© Carlos Santos



© Carlos Santos



© António Martins Correia



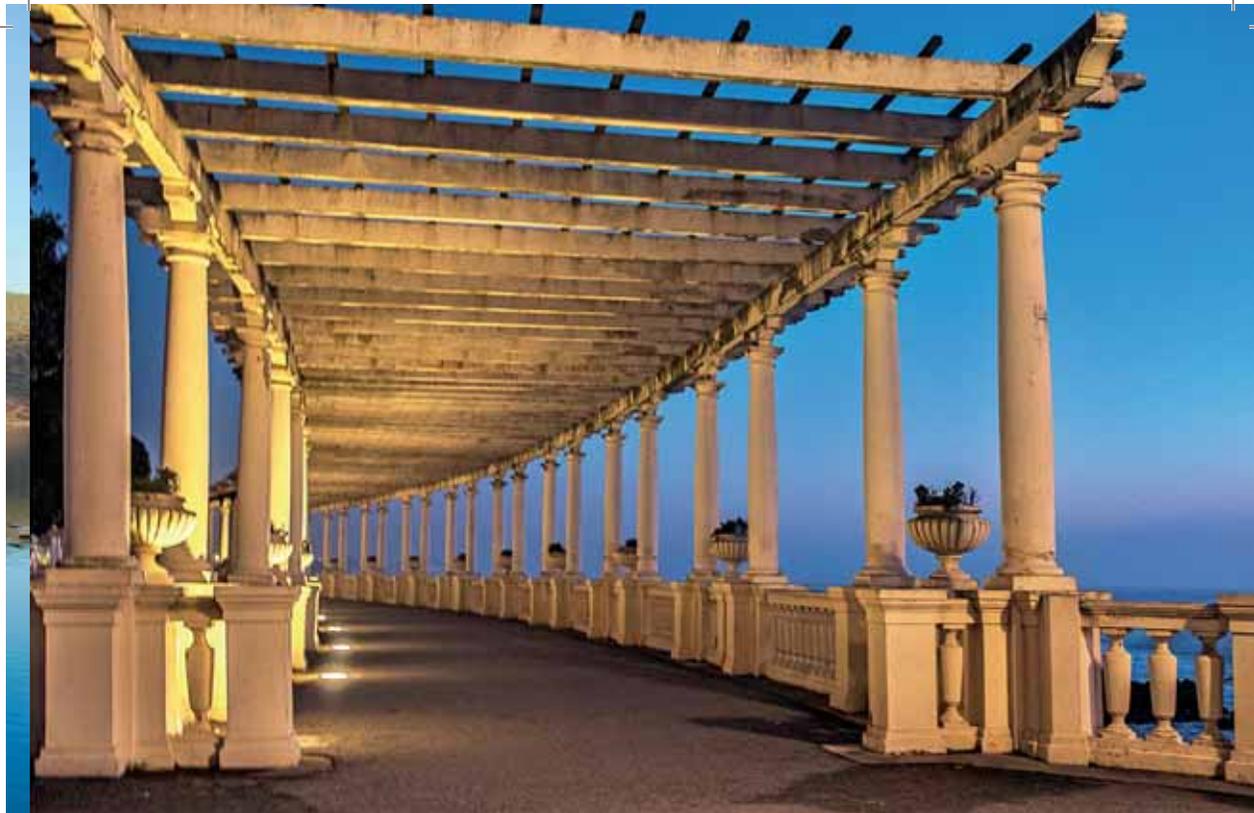
© António Martins Correia



© Jorge Mariano Pires



© Jorge Mariano Pires



© Ângela Magalhães



© Ângela Magalhães



© Eva Guimarães



© António Giesta



© Eva Guimarães



© António Giesta



© Maria da Luz Dias



© Maria da Luz Dias

Escultura de S. João Baptista da capela de S. João da casa Cabral Pinto em Cassurrães¹

Isabel Figueiredo, Jean Louis Albessard, Célia Marques

INTRODUÇÃO – OS MOTIVOS DO RESTAURO

Antes de identificar a peça e descrever a interferência que foi realizada é importante contar a história curiosa que levou à absoluta necessidade desta intervenção. Durante muitos anos, a pedido das pessoas da aldeia esta imagem costumava integrar a procissão que se realizava sempre no dia de S. João. Há cerca de vinte anos, os organizadores, entenderam que a imagem estava muito danificada e resolveram, por sua alta recreação e com a melhor das intenções, torná-la novamente digna de percorrer as ruas da aldeia. Esta intervenção popular consistiu em repintar com tinta plástica as carnações. Por sua vez, a pele de cordeiro que tinha folha de ouro foi nalguns pontos preenchida com purpurina!

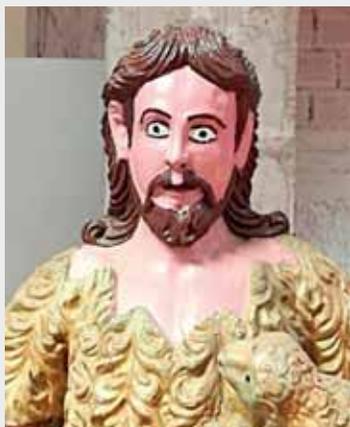


Figura 1 - Pormenor da estátua de S. João Baptista com o aspecto resultante da intervenção popular.

¹ Este trabalho teve a colaboração de vários elementos da disciplina de Restauro do Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes: Isabel Maria Cabral Figueiredo e Jean Louis Albessard sob a orientação da Sr^a Dr^a Célia Marques

IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA

Tipologia - Imaginária religiosa

Denominação - S. João Baptista

Datação - Fim do séc. XVII, início séc. XVIII

Proprietário - Particular

Localização - Cassurrães, freguesia de Santiago de Cassurrães, concelho de Mangualde.

Material de suporte - Madeira

Dimensões - Altura: 104 cm

DESCRIÇÃO DA OBRA

A imagem onde se concretizou o restauro seguidamente descrito, representa S. João Baptista (*filho do sacerdote Zacarias e Isabel, prima de Maria, Mãe de Jesus*). A importância do seu nome João advém do seu significado que é “*Deus é propício*” e apelidaram-no “*Baptista*” pelo facto de pregar *um baptismo de penitência* (*Lucas 3,3*). Baptizou muitos judeus, incluindo Jesus, no rio Jordão, e introduziu o baptismo de gentios nos rituais de conversão judaicos, que mais tarde foram adaptados pelo cristianismo).

A escultura é de vulto, caracterizando-se pois pela tridimensionalidade e representa S. João Baptista posicionado verticalmente, numa atitude estática embora tenha a perna direita ligeiramente avançada, característica da época, para dar ideia de movimento. A expressão do rosto é séria e os cabelos compridos caem sobre os ombros com um remate em caracol. Está coberto por uma



Figuras 2, 3 e 4 - Pormenor do cabelo, das mãos e objetos de referência e movimento do pé.

pele de cordeiro - O entalhe tenta imitar o encaracolado natural da pele do animal. Na mão esquerda segura um livro em cima do qual se encontra um cordeiro. Este livro simboliza toda a profecia do antigo testamento e o cordeiro é símbolo do sacrifício e de Cristo. A outra mão, a direita, está encostada à cintura e mostra lacuna do dedo indicador. Estes elementos são os atributos que permitem a identificação da peça como S. João Baptista.

INTERVENÇÃO

Começou-se por uma limpeza mecânica exaustiva executada a trincha.

Desinfestação - Eliminação de insetos xilófagos através da aplicação de produtos adequados.

Remoção do repinte - Processo moroso em que foram utilizados produtos químicos e em que previamente se fez uma sondagem

Fixação da policromia - **Tem** como objectivo fazer aderir ao suporte a policromia que apresenta destacamento. Fez-se o preenchimento de lacunas pictóricas com pigmentos reversíveis.

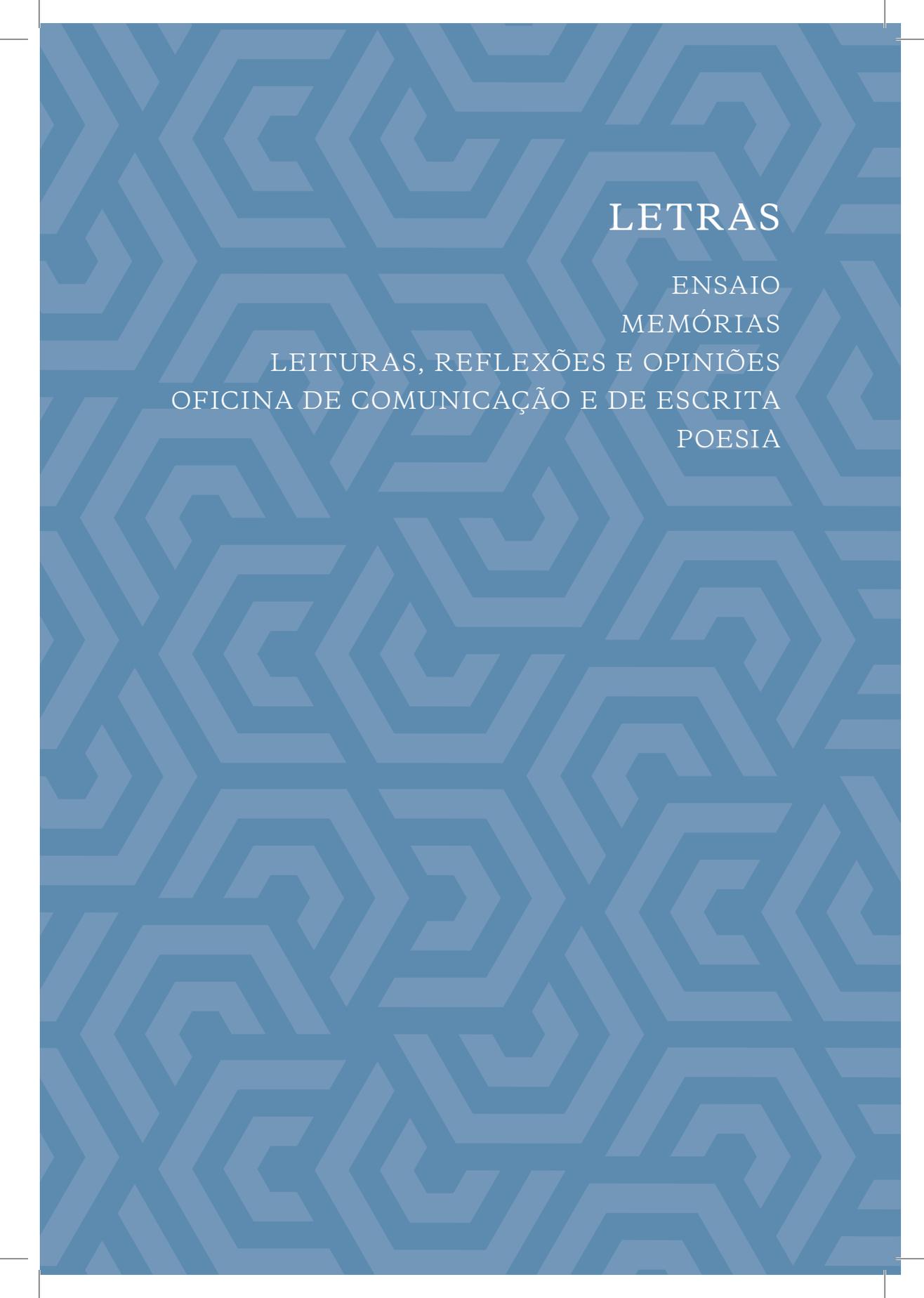


Figuras 5 e 6 - Processo de restauro de grupo e imagem de metade do rosto recuperado com os processos de limpeza.



Figuras 7 e 8 - A estátua antes e depois da recuperação.

O objectivo era o de dar uma aparência digna e consentânea com o seu uso.



LETRAS

ENSAIO

MEMÓRIAS

LEITURAS, REFLEXÕES E OPINIÕES

OFICINA DE COMUNICAÇÃO E DE ESCRITA

POESIA



A saga do busto de Camões em Paris (1912-2018): a sede dos deuses¹

Isabel Ponce de Leão

O nome de Camões não presume em França de um sentido decorativo e puramente retórico, antes se afirma nas letras e nas artes e erige-se símbolo/ mito de pensamentos e movimentos políticos, culturais e sociais. Seja para os camonólogos, seja para os simples leitores, o nome do poeta queda-se com um significado abrangente, uma espécie de ecumenismo prático de culturas.

Interessantemente, a obra e a personalidade de Camões, à medida que eram conhecidas,

foram também gerando contestações e adquirindo ressonâncias na alma popular. [...]. Mas as polémicas, as citações, os estudos, as críticas, os elogios e principalmente a produção de glosas e paródias de sua poesia [...], tudo isto ajudou a tecer a rede de elementos e de acontecimentos em que se foi entretecendo o *mito camoniano*. (Teles 2012: 64)

Se o mito se presentifica com maior acuidade no mundo lusófono, a verdade é que o nome de Camões em França não desmerece alguns trajectos enigmáticos, que oscilam entre a sacralização e a negatividade cómica, não só em textos literários como também noutras formas de arte como a música, a caricatura e, o que por agora mais nos interessa, a estatuária, por ventura um dos “pontos críticos” da recepção de Camões em França.

Precisamente em 1904 é inaugurada em Paris a Avenue Camoëns situada no 16^{ème}, bairro de La Muette, Île de France. Trata-se, muito provavelmente, da mais curta avenida de Paris - 115m - mas localiza-se numa das suas zonas nobres e, através de uma escadaria bifurcada, acede-se ao *boulevard* Delessert. Confrontamo-nos com um local apazível e belo onde o arvoredo se confunde com edifícios bem conservados de reminiscências neo-clássicas que se mesclam com a *art nouveau* emergente no final do século XIX; grinaldas, fustões, formas orgânicas, num escapismo para a natureza, decoram as suas fachadas;

¹ O conteúdo deste texto nasceu de uma ideia da Professora Cristina Marinho. Publico-o em sua memória.

Figura 1²

ao fundo, espreita a Torre Eiffel. O nome da avenida evoca o nosso Luís de Camões, vulgarmente denominado Camoëns em terras de França.

Naturalmente que não nos é indiferente a data em que esta avenida foi inaugurada tratando-se de um poeta do século XVI. Acontece que a França foi, até meio do século XX, o *locus* demandado quer por emigrantes quer por exilados políticos portugueses. Aí residiam republicanos que contestavam a monarquia vigente em Portugal e olhavam com um misto de desprezo e esperança o reinado agónico de D. Carlos. Acresce que o ambiente em Portugal não era pacífico. Em 1903 tinha ocorrido a demissão do governo de Hintze Ribeiro, ainda que este tivesse continuado como Presidente do Conselho do novo governo regenerador. As greves e manifestações sucediam-se: a *Revolta do Grelo* em Coimbra, a manifestação de 2.600 vicultores em Lisboa, as greves operárias no Porto e a dos metalúrgicos que teve origem na Empresa Industrial Portuguesa. A par disto, seis deputados progressistas dissidem e ganha força o Partido Nacionalista de matriz claramente católica.

Ainda em 1904, trabalhadores portuários e metalúrgicos de outras empresas juntam-se aos protestos e às greves da Empresa Industrial Portuguesa e houve motins de estudantes no seminário de Bragança. Apesar disto, as eleições gerais dão a vitória ao Partido Regenerador, que faz acordos com os progressistas. Este governo, liderado por Hintze Ribeiro, viria a cair e a ser substituído pelo do Partido Progressista, presidido por Luciano de Castro.

² (https://www.google.pt/search?q=avenue+camoes+paris&rlz=1C1AOHY_pt-PTPT7o8PT7o8&source=Inms&tbn=isch&sa=X&ved=oahUKEwiykZjnsHbAhVQ1xQKHRMOBl4Q_AUICy_gC&biw=1680&bih=854#imgrc=QMZ3iMQ7cE2COM:)

Estes e outros sucessos abriam caminho à manifestação republicana de Apoio a Bernardino Machado, que teria lugar a 4 de Fevereiro em Lisboa.

Por um lado, as incertezas de um país à deriva, por outro, a noção de portugalidade terão estado na génese da abertura desta Avenue Camoëns em Paris, que surge como um símbolo de esperança e afirmação de identidade para os portugueses residentes em França. Pouco interessava se Camões tinha servido reis no século XVI. Interessava, sim, o que ele simbolizava de amor pátrio, eivado de irreverência e de espírito combativo, albergue de republicanos que, no exílio, sabiam talvez mais do futuro que os residentes em Portugal. Quando o presente falha, o recurso é sempre a memória.

Teriam que passar 8 anos para que na Avenue Camoëns fosse erguida uma escultura do seu patrono. Durante esses 8 anos dá-se o regicídio em Portugal (1908) e, em 1910, é implantada a República. Conhecem-se os tempos conturbados que se seguem a qualquer revolução, mormente os que sucederam à implantação da I República. Sabemos dos excessos dos primeiros anos de um novo regime bem como do tempo necessário à reconquista da estabilidade.

Em 1912, ano da inauguração da estátua de Camões, assistia-se em Portugal a perseguições anticlericais, a greves gerais, ao encerramento de sedes sindicais pelas forças militares e pela carbonária, à fundação dos Partidos Evolucionista, por António José de Almeida, e da União Republicana, por Brito Camacho, começando também a ganhar consistência o grupo de Afonso Costa e o Partido Democrático.

No Brasil dá-se o bombardeio de Salvador; a Sérvia fomenta a guerra dos Balcãs; Marrocos assina um tratado com a França tornando-se num protectorado francês e decorre o que pode ser considerado o primeiro atentado terrorista pelas características de vitimização arbitrária - um grupo de macedónios, hostil à Turquia, detona bombas em comboios internacionais. Depois, toda a ebulição causada pelo Naufrágio do Titanic, pelo 1.º voo do hidroavião inventado por Gleen Curtiss realizado no estado de Nova York, faziam prever tempos conturbados. Tudo corroborava o advento da Primeira Guerra Mundial.

Estes e muitos outros acontecimentos precedem a inauguração do busto de Camões que tem lugar a 13 de Junho de 1912. Os republicanos, mesmo os exilados, passam de dominados a dominadores e expandem sem parcimónia os seus ideais.

A referida inauguração teve eco numa certa imprensa francesa. O *Mercure de France* anunciava no seu número de 1 de junho:

Le Monument Camoëns à Paris. — Le jeudi 13 juin prochain, à 3 heures de l'après-midi, aura lieu l'inauguration du monument élevé au glorieux poète portugais Camoëns, l'immortel auteur des *Lusiades*. La cérémonie sera présidée par un membre du gouvernement français ; MM. les Ministres du Portugal et du Brésil à Paris, ainsi que des délégations de l'Académie Française, de l'Académie Brésilienne et de l'Académie des Sciences de Lisbonne, seront présents à ces fêtes. Plusieurs poètes français et différents hommes de lettres des pays latins prendront la parole devant le monument ; des artistes de la Comédie-Française et de l'Odéon réciteront des vers.

Le buste, en bronze, est dû au sculpteur italien Luigi Betti. Les plans ont été dressés par l'architecte Raymond Magnin.

Le monument, élevé sur l'initiative de la Société des Etudes Portugaises, est une œuvre d'art remarquable ; il se dresse à l'angle même de l'Avenue Camoëns et du boulevard Delessert, près le Trocadéro ; sa hauteur est de quatre mètres.

Le *Mercure de France* est heureux de s'associer à cette manifestation de la pensée internationale, et invite ses amis à se rendre à l'inauguration, qui sera une grande fête intellectuelle.

A imprensa portuguesa também não foi insensível ao acontecimento embora os tempos fossem conturbados. Apesar do silêncio de alguns periódicos como o *Comércio do Porto*, outros houve que chamaram a notícia à primeira página. As dificuldades que tivemos em aceder a certas espécimes, que estavam em restauro ou indisponíveis, fez-nos circunscrever o *corpus*³ da investigação, que será oportunamente retomada.

O *Diário de Notícias* na sua edição de 12.06.1912, página 4, anunciou amplamente a inauguração do monumento situado ao lado do *Trocadero*, não longe da *Tour Eiffel*, que decorreria a 13. Ilustra a notícia uma fotografia do escultor Luigi Betti. Nela se informa que a sessão será presidida pelo grande poeta Richepin, estando também presentes muitos outros poetas. Prevê-se uma enorme festa com tribunas de honra e música, em que será lida uma mensagem enviada por Theófilo Braga. Refere que quase toda a imprensa francesa fez eco do aconte-

³ Apenas nos debruçámos nas publicações dos dias 12, 13 e 14 de Junho de 1912 por serem as datas mais previsíveis para encontramos notícias. Oportunamente continuaremos a pesquisa noutras datas bem como na imprensa francesa não só, mas também na referida nos jornais portugueses.

cimento destacando especialmente *Les Annales*, grande e popular revista parisiense dirigida por Monsieur Brisson, que consagrou 4 páginas a Camões. A apoteose de Paris a Camões foi transmitida pela agência *Havas* a todas as capitais e tem recebido aplauso universal. Notícia eivada de enorme subjectividade, não deixa de lançar umas farpas ao desinteresse de portugueses e brasileiros pelo acontecimento, informação não confirmada por outros periódicos. O *Diário de Notícias* foi, contudo, o único jornal, dos muitos que consultámos, que antecipa a informação da ocorrência com anterioridade.

Em *O Século* de 14.06.1912, na página 5, há uma notícia intitulada “Camões em Paris”. Refere os vários e aplaudidos discursos, enfatizando os de João Chagas e Jean Richepin. Também fortes aplausos mereceram o jornalista Xavier de Carvalho e o escultor Luigi Betti. Esta notícia dá mais importância ao banquete que se seguiu no Hotel Continental, presidido por João Chagas, que teve à sua direita o embaixador de Espanha, autor de um excelente discurso sobre os dois povos ibéricos. Seguiu-se um sarau em que tomaram parte artistas dos principais teatros de Paris. Informa ainda os múltiplos ecos que o acontecimento teve na imprensa francesa e refere que “*A Falange dos Poetas*, agrupamento de 200 homens de letras, dirigiu as suas saudações aos intelectuais portugueses em nome de todo o pensamento francês”. O periódico refere ainda que em Portugal o assunto não foi ignorado. Na sessão da Câmara de Lisboa do dia 13 de Junho, o vereador Nunes Loureiro propôs o envio de um telegrama ao Ministro de Portugal em Paris, pedindo que agraçasse à comissão promotora.

O *Jornal de Notícias* de 14 de Junho de 1912 dá à notícia honras de 1.^a página. Intitula-a “Carta de Paris” e ilustra-a com a mesma fotografia do escultor Luigi Betti que já tínhamos encontrado no *Diário de Notícias*. A notícia traz algumas curiosidades, como seja a justificação do atraso da inauguração da escultura prevista para o dia 10 de



Figura 2

Junho. Por um lado, aponta como causa o tempo chuvoso, por outro, refere que foi “para podermos ter aqui em Paris o nosso Junqueiro”. Interessantemente exalta a colónia portuguesa em Paris e a resposta dada à subscrição pública para pagamento do monumento, a que também deram boa resposta o *Diário de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro*. É ainda referido um artigo, publicado no *Diário de Notícias*, do romancista António de Campos Junior, que “foi mencionado por várias folhas francesas”. Depois apenas aponta laconicamente que o dia exacto é “13 - dia de Santo António - António, o pobre jau javanês. E a hora marcada é das 4 horas depois do meio dia, isto é, pelo novo horário, 16 horas”. Refere ainda a presença de individualidades já referidas noutros periódicos.

Sabemos que a *Ilustração Portuguesa* também registou a inauguração do busto mas, por se encontrar em restauro, não lhe pudemos aceder. Há contudo um artigo intitulado “Festa de Camões em Paris” que nos chamou a atenção e que investigaremos para a publicação deste trabalho.

Tratava-se de um busto em bronze, coroado de louros, com o poeta na pose tradicional como sempre foi retratado e esculpido - uma pena na mão direita, cego de um olho - da autoria do pouco conhecido escultor italiano Luigi Betti - que, depois de ter sido vandalizado, desapareceu menos de um ano depois tal como conta o jornal *Le Matin*:

C’était avant-hier l’anniversaire du poète. Des dames, des admirateurs qui entretiennent pieusement son souvenir, s’apprêtaient à déposer quelques fleurs au pied du monument, lorsqu’une stupéfiante rumeur circula dans la colonie portugaise: le Camoëns avait disparu tout soudain. D’abord, on ne voulut pas croire; mais il fallut bientôt se rendre à l’évidence. Buste et socle s’étaient volatilisés comme par l’effet de quelque sortilège...

Sobre esta ocorrência, vale a pena ler o que, com algum humor, escreveu Remy Gourmont (1925) atribuindo o desaparecimento do busto à fealdade do modelo que atraía a beleza do local em que tinha sido inserido:

Le buste de Camoens

Il y avait une statue, ou un buste, de Camoens. Il n’y en a plus. On l’enleva au moment même qu’en Portugal on célébrait sa mémoire en des fêtes populaires. C’est des histoires de rues dans le détail desquelles je n’entrerai pas. Camoens gênait le classement de son avenue. Voilà. C’est ici que cela devient amusant. Cet homme borgne, dit un conseiller municipal, ne s’harmonise pas avec la beauté de ces moellons sculptés et superposés en forme de cages à bipèdes.

Nous tenons à l'harmonie. Faites-lui un second œil et nous classons. Le sculpteur protestait de son respect pour l'histoire où Camoens perdit un œil. Les propriétaires, avides de classement, déménagèrent Camoens. Alors on va classer. Le Portugal ne sera pas content, mais l'harmonie régnera à Paris, à ce que dit le conseiller municipal de ce quartier heureux.

Naturalmente que o desaparecimento da escultura não se deve a questões de natureza estética, outrossim aos já referidos ventos de mudança que se faziam sentir por toda a Europa. O derrube da monarquia portuguesa foi trabalho de grupos com tendências anárquicas que, em 1919, fundaram a Confederação Geral do Trabalho, de tendência sindicalista revolucionária e anarco-sindicalista.

Quanto à França, estava embrenhada nos desígnios de Pierre-Joseph Proudhon que propunha a ordem espontânea, livre de uma autoridade central, surgida quando cada um faz o que pretende fazer, apontando para o mutualismo enquanto terceira forma da sociedade – perfeita união entre comunismo e propriedade. A defesa dos direitos fundamentais do indivíduo, a acção directa, a crítica aos preconceitos ideológicos e morais, a educação libertária, a auto-organização e a sociedade global coadjuvavam a formação da terceira forma de sociedade a que alude Proudhon.

A este nome há que juntar-se o do anarquista ilegalista Jules Bonnot, o primeiro ladrão de carros⁴ envolvido na organização anarquista criminosa denominada *Bando Bonnot* que conviveu com o grupo do jornal *l'Anarchie*, o do geógrafo Élisée Reclus⁵, o da professora e escritora Louise Michel⁶, o do terrorista Ravachol⁷ ou o do escritor, jornalista e crítico Octave Henri Mirbeau (1848-1917), grande entusiasta do anarquismo francês.

É justamente em 1912 que Anatole France publica o silenciado romance histórico *Les Dieux ont soif*, onde dá conta da enormidade ética e política do

⁴ A 14 de Dezembro de 1911, Bonnot, Garnier e Callemín roubam uma limousine de luxo – Delaunay-Belleville – que pretendiam usar nos seus projetos entre os quais o famoso assalto herói-cómico ao cobrador da *Société Générale*.

⁵ Jean Jacques Élisée Reclus (1830-1905), colaborador de inúmeros jornais e revistas e autor da notável obra de matriz geopolítica *Nova Geografia Universal: a Terra e os Homens*.

⁶ Louise Michel (1830 – 1905), fervorosa adepta do anarquismo, preocupada com princípios pedagógicos, foi a primeira a desfraldar a bandeira negra enquanto símbolo dos ideais libertários.

⁷ François Claudius Koëningstein (1859-1892) foi o arquétipo do anarquista que através de bombas agrediu a Terceira República Francesa.

tempo pós-revolução francesa em que a efervescência ideológica fazia com que os pormenores da vida quotidiana fossem ignorados. Através de um minucioso estudo ético, psicológico e histórico, o escritor chama a um primeiríssimo plano monstruosidades desse quotidiano, concebendo a personagem do jovem e pobre pintor Évariste Gamelin que, na luta pela sobrevivência, cria um baralho de cartas em que substitui o rei, a dama e o valete pelas cartas Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Ao opor-se à aristocracia, torna-se jurado dos tribunais revolucionários envolvendo-se na linguagem do terror e na crueldade da guilhotina. Na senda desta personagem surge a vida parisiense cinco anos após a tomada da Bastilha, dando relevância aos republicanos, que lutam contra o Antigo Regime em vigor por toda a Europa, sem deixar de observar os excessos e as contradições de qualquer revolução. A noção de verosimilhança, que declina qualquer grandeza épica, e mesmo o élan nacional, acontece com a intrusão de situações reais no universo ficcional, como o são os retratos de Marat e Robespierre, os juízos e as execuções de Maria Antoinieta ou o racionamento de alimentos básicos. Através do jurado Gamelin, que não hesita na traição a velhos amigos, passam cenas do tribunal Revolucionário, dos movimentos populares, da vida nas prisões; faz-se fila junto a uma padaria; acompanha-se à guilhotina um carro cheio de condenados. Por detrás deste suporte histórico emerge a existência medíocre e inquieta das pessoas do povo que crêem que “la Révolution fera pour des siècles le bonheur du genre humain” (France s/d: 96), ainda que para tal tenham que ser eliminados todos os anti-republicanos como é dito com alguma mordacidade pela voz do filósofo Jérôme Coignard: “Quando on veut rendre les hommes bons et sages, libres, moderés, généreux, on est amené fatalement à vouloir les tuer tous” (France s/d: 97). O horror do fanatismo e da intolerância plasma-se aqui na tentativa vã de satisfazer a sede dos deuses.

A violência do processo histórico, o cepticismo de Anatole France são metáforas vivas das catástrofes pós-revolucionárias em Portugal ou em França. Estavam pois criadas as condições para vinganças e ódios mesquinhos e para acções descontroladas de que o desaparecimento da estátua de Camões é mero símbolo.

Sobre estas ocorrências passaram mais de 100 anos, concretamente 106, e ficam-nos ainda muitas incertezas.

Contudo, em França, a Avenue Camões e o desaparecimento do Monumento não foram esquecidos. D’Agnés Pellerin, para além de recuperar parte de palavras acima transcritas de Gourmond, acresceenta:

Mais en 1981, Ruy da Silveira, chercheur de l’Institut de Physique nucléaire d’Orsay, s’empare de la question et multiplie les démarches pour que l’injustice envers Camões soit réparée. Grâce à ses efforts, un nouveau buste, rosâtre et rococo, signé Clara Meneres e Rui Matos, est inauguré le 19 octobre 1987 à l’emplacement de l’ancienne statue qui, elle, offerte par la Mazarine en 1968, scrute aujourd’hui de son oeil silencieux les visiteurs de la Fondation Gulbenkian... (Pellerin 2009: 164)

De facto, a 19 de Outubro de 1987, o busto desaparecido foi substituído por um outro da autoria⁸ de Clara Menéres⁹, inaugurado por Mário Soares e Jacques Chirac, à altura “maire” de Paris.



Figura 3¹⁰

⁸ Há fontes que dizem tratar-se de uma co-autoria com Rui Matos. Não conseguimos informações conclusivas.

⁹ Escultora contemporânea (1943). Estudou na Escola de Belas Artes do Porto (ESBAP) e doutorou-se em Etnologia na Universidade de Paris VII. Foi bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Luso Americana prosseguindo os seus estudos artísticos em Paris e nos Estados Unidos. É professora na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL) e na Universidade de Évora. É membro integrado do Centro de História de Arte e Investigação Científica (CHAIA). Como escultora, destacam-se as suas obras de cariz religioso com marcada inspiração bíblica com abertura para o diálogo entre a fé e a arte. Da sua produção destacamos o *Presépio* da Igreja da Santíssima Trindade em Fátima, o *Anjo* da Senhora do Sameiro, a *Nossa Senhora de Fátima* da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação em Olhalvo e o *Coincidentia Oppositorum* ou *Energia I* pertencente à Fundação C. Gulbenkian.

¹⁰ (https://www.google.pt/search?q=avenue+camoes+paris&rlz=1C1AOHY_pt-PTT7o8PT7o8&source=Inms&tbn=isch&sa=X&ved=oahUKEwiykZjnsCHbAhVQlxQKHRMOBl4QAUICy_gC&biw=1680&bih=854#imgrc=3AqaKldRxIvU-M:)

A dimensão estética do monumento é discutível, contudo o enquadramento é perfeito e confere solenidade à avenida; evoca uma data e uma época e é, sobretudo, a visão que do poeta têm os seus autores.

Trata-se de um monumento aparentemente monólito em mármore rosa com os tradicionais símbolos de Camões - “Numa mão sempre a espada e noutra a pena”. Apesar de erigido no século XX, não apresenta qualquer sinal de modernidade. É usado o estilo rococó, enquanto variação profana do barroco, dele se aproximando pela expressão plástica, mas opondo-se-lhe pelas formas, conteúdos e objectivos. No monumento de Camões são claros novos cânones estéticos; linhas curvas e contracurvas tornam-se mais precárias e estilizadas em C e S. A escultura de pequeno porte está integrada na arquitectura e reflecte uma nova maneira de sentir a arte. É clara a validação do modelo e apropriado o cenário, que não prescinde de ornamentos simbólicos. A semelhança, o reflexo da personalidade e do carácter, a imagem pública, o naturalismo humano são aqui por demais evidentes. Nela se reflecte uma consciência da mensagem e do papel da arte muito para além do tempo. Goste-se mais ou menos da obra é inegável a sua coerência relativamente ao modelo e ao enquadramento - tradução clara dos valores culturais e sociais de uma determinada época.



Figura 4 ¹¹

A arte pública expressa valores, ideias e convicções de diferentes culturas e revisita o passado que revitaliza o presente e o futuro. Faz parte do vocabulário estético da cidade e combate a impessoalidade do espaço público e a perda de

¹¹ (<https://www.google.pt/search?q=avenue+camoes+paris&rlz=1C1AOHYpt-PTPT708PT708&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=oahUKEwiykZjnschHbAhVQlxQKHRMOBl4QAUICygC&biw=1680&bih=854#imgrc=LXBdBc2gskcOkM:>)

identidade. O monumento a Camões em Paris continua a ser visitado por portugueses aí residentes. Lê-se no blog de Francisco Seixas da Costa, embaixador de Portugal em Paris, numa entrada escrita 11 de Junho de 2010: “Ontem, numa simples cerimónia evocativa, apenas acompanhado por funcionários da Embaixada, coloquei lá uma coroa floral, com as cores da nossa bandeira. Notei, com agrado, que alguém já tinha tido o cuidado de deixar um ramo de flores ao nosso poeta”. Para matar a sede aos deuses!



Figura 5 ¹²

BIBLIOGRAFIA

- France, Anatole (s/d). *Les Dieux ont soif*. Paris: Calmann -Lévy editeurs.
- Gourmont, Rémy (1925). *Le buste de Camoens, Dissociations*. Paris: Edition du Siècle.
- Pellerin, D’Agnés et alli (2009). *Les Portugais à Paris - au fil des siècles & des arrondissements*, Paris: ed Chandeigne, Paris.
- Sousa, José Manuel e Veloso, Lúcia Maria (1987). *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Teles, Gilberto Mendonça (2012). *O Mito Camoniano*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

¹² (https://www.google.pt/search?q=avenue+camoes+paris&rlz=1C1AOHY_pt-PTPT7o8PT7o8&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=oahUKEwiykZjnscHbAhVQlxQKHRMOBl4Q_AUICygC&biw=1680&bih=854#imgrc=AO457gHzca5IXM:)

NETGRAFIA

Costa, Francisco Seixas da. *Duas ou três coisas*. [Em linha]. Disponível em <<http://duas-ou-tres.blogspot.pt/2010/06/estatua-de-camoes.html>>. [Consultado em 13.05.2018].

Fontes, Carlos. *Anarquismo*. [Em linha]. Disponível em <<http://afilosofia.no.sapo.pt/11Anarquismo.htm>>. [Consultado em 13.05.2018]

Gourmont, Remy. *Échos*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.remydegourmont.org/rg/necrologies/camoens.htm>>. [Consultado em 11.05.2018].

Luso-Jornal. [Em linha]. Disponível em <http://www.lusojornal.com/archives/unefr_II_040.pdf>. [Consultado em 11.05.2018]

O Portal da História. Portugal Liberal. [Em linha]. Disponível em <<http://www.arq-net.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1890.html>>. [Consultado em 11.05.2018].

Urbanisme Parisien. [Em linha]. Disponível em <http://www.v2asp.paris.fr/v2/nomenclature_voies/Voieactu/1460.nom.htm>. [Consultado em 12.05.2018]

José Luís Peixoto

“Em Teu Ventre”

Da enunciação a enunciados deveras surpreendentes

Maria Manuela Maldonado

José Luís Peixoto, um dos novíssimos escritores portugueses, entre os melhores, pertença já deste milénio, foi reconhecido pelo seu talento em 2001 com a atribuição do Prémio Literário José Saramago pelo seu romance “Nenhum Olhar”.

Em 2007 com “Cemitério de Pianos”, vence o Prémio Cálamo Otra Mirada; segue-se o Prémio Libro d’ Europa com o romance “Livro”; com “Galveias”, de novo uma narrativa, é agraciado com o Prémio Oceanos. Foi finalista em outros concursos como Femina (França), Impac (Dublin) e Portugal Telecom (Brasil).

Traduzido em mais de vinte idiomas, foi convidado de honra para uma residência literária em New York.

Além de romancista, é autor lírico, tendo recebido o Prémio Daniel Faria com “Gaveta de Papéis” e o Prémio Sociedade Portuguesa de Autores com “A Criança em Ruínas”.

O texto dramático também consta do seu acervo autoral assim como, mais recentemente, a literatura de viagens o tenha ocupado: “Dentro do Segredo, uma viagem na Coreia do Norte e “Caminho Imperfeito, digressão pela Tailândia e Las Vegas”.

Refira-se, ainda, a sua incursão pela literatura infantil com “A Mãe Que Chovia”, em 2012; “Todos os Escritores do Mundo Têm a Cabeça Cheia de Piolhos”, em 2016.

Apesar da extensão da obra publicada e traduzida em inúmeras línguas e de recensões críticas em publicações internacionais como “The Guardian”, “Le Figaro”, “Le Monde”, “Le Corriere della Sera”, Folha de São Paulo”, entre outras, em Portugal não lhe tem sido concedida igual atenção. Talvez pela sua maneira de ser descomprometida...

Por outro lado, nesta nossa contemporaneidade em que proliferam os “escreventes” (lexema oriundo de um particípio presente que comunga com o pretérito imperfeito o aspecto verbal da continuidade sem garantia de qualidade), os escritores, pela diferença na substância do conteúdo, na forma que o presentifica e no modo de expressão utilizado, requerem um trabalho árduo do leitor que, só experimentando várias chaves textuais, chega à fruição da leitura.

Oriundo José Luís Peixoto de uma família funcional em que o caráter e os afetos se presentificam nas relações familiares interpessoais, o mundo de Galveias, Ponte de Sor, é um referente da sua obra, bem como o Alentejo em geral. Mas não se confunda este dado com a noção literária de Espaço. Neste caso deve entender-se configurado como “Lugar”, dado que o verdadeiro Espaço da obra é o da interioridade, resultando com as “circunstâncias” em várias e diferenciadas exterioridades. E é assim entendido que o Espaço se eleva ao Universal, dado que a alma humana, nas suas variadas pulsões, não depende das latitudes, ainda que a sua concretização seja influenciada pelas envolvências inerentes ao sujeito.

Dizia Milan Kundera, na sua “Arte do Romance”, que o trabalho do escritor, em cada obra, é adentrar-se, cada vez mais, na problemática da alma humana. E daí a poética dos afetos e das paixões se torne invasiva na escrita deste criador de mundos portugueses.

Malgrado uma introdução assaz longa que, todavia se impunha, o motivo desta recensão é o romance “Em Teu Ventre”, publicado em 2015, na Quetzal, sobre os acontecimentos de Fátima cujo centenário ocorreria em 2017.

Em 2016, João Barrento publica, na Bertrand, “As Chamas e as Cinzas” onde, como é seu timbre, faz um judiciosa análise da literatura portuguesa do último quartel do século passado. Referindo-se à forma do conteúdo de contos e novelas dos anos noventa, entre outros escritores de Rui Nunes, afirma que esses escritos são: “Fragmentários, igualmente impuros à luz dos géneros e pairando entre a narrativa, fragmento lírico e reflexão” (Barrento, 2016: 105). A miscigenação de géneros data a fase pós-modernista.

E é nesta nova estética que o romance a analisar se desenvolve numa enunciação surpreendente.

A narrativa ocupa-se dos acontecimentos que tiveram lugar em Fátima de maio a outubro de 1917. Alterna-se o narrador heterodiegético com o homodiegético. É então que Lúcia e a sua mãe, além de protagonistas, encarnam a versão dos acontecimentos, através de uma relação ora tempestuosa ora de

acalmia. Releve-se igualmente a figura de Maria da Capelinha, símbolo e condutora de uma coletividade de crença.

A lírica surge sob a forma salmódica, com versículos como na Bíblia, sendo o primeiro enunciador Deus Pai, orgulhoso da Sua Criação e depois Deus Filho, Jesus, num louvor à Virgem, Sua Mãe.

Por último, o discurso reflexivo ou reflexão, aparece num monólogo interior, de uma mãe para um filho que escreve, entre parêntesis, sempre, como resguardo de uma intimidade pessoalíssima.

Materialmente, o livro é dividido em partes, reconhecíveis pela aposição da letra X, ou não seja essa a representação de incógnita matemática. Outro estímulo motivante para o autor, já que esta sinalização pode ser só um passo narrativo, ou lírico ou reflexivo, ou a presença dos três tipos de escrita.

Ainda na materialidade do livro há que anotar traços horizontais no cimo da página, dentro do que se convencionou chamar capítulos, marcando mudanças ou de género textual ou de atores (por exemplo pp. 45, 79). De qualquer modo, podem ser interpretados como pausas do dizível convidando à escuta do indizível.

Retomando a substância do conteúdo da narrativa, as aparições da Virgem Maria em Fátima, numa abordagem literária, teria de ser pesado o que foi um ato de fé para os crentes, uma mistificação para os não-crentes, um aproveitamento político numa atmosfera europeia marcada pela primeira Grande Guerra e pela revolução russa; ou outro ângulo histórico válido como as aparições de Lourdes.

Surge, então, a surpresa do tratamento dos factos focalizados na relação Lúcia/Mãe. Ao optar o narrador pelo lado humano de duas personagens fulcrais, Fátima aparece configurada nas dúvidas de uma mãe perseguidora do concreto real e nas certezas inabaláveis da filha mais nova sobre os acontecimentos em curso, provocando confrontações ora amistosas ora truculentas, com recurso, preferencialmente, ao discurso indireto livre: um tipo de escrita que salvaguarda, pelo seu contínuo, a interioridade de quem comunica e se comunica. São estas duas personagens que, na verdade, lideram intensamente a narração, quer pela análise dos sentimentos, quer pela visão dos acontecimentos dentro da família, no dia a dia laboral.

Evidentemente que este protagonismo é relevado pelo recurso à envolvência familiar dos pastorinhos, porque Jacinta e Francisco também ocupam o seu lugar privilegiado; o vigário, intransigente, zelador de dogmas, é impor-

tante, assim como o administrador da circunscrição de Ourém, garante da ordem social republicana.

Em versões epocais descrevem-no como interrogador implacável dos pastores, prendendo-os em agosto, na data da costumada aparição da Senhora; nesta narrativa, após a inquirição, recebe as crianças em sua casa, onde pernoitam e brincam com os filhos do casal: um modo inteligente de tentar mudar os acontecimentos. Porém, sem resultado, dada a pertinácia de Lúcia na defesa das suas convicções. Uma outra personagem digna de registo, porque representante de uma coletividade crente, é Maria da Capelinha, numa mulher humilde da ruralidade local, ligada à família de Lúcia pelo marido ser seu assalariado. No entanto, o facto de ter um filho deficiente, a esperança de um milagre torna-a mentora das multidões que acorrem ao local, dividindo, no plano do imanente, um certo protagonismo com Lúcia. Desde a primeira hora enfeita a azinheira das aparições, impede a sua depredação, circundando-a com uns resguardos e permite-se sugerir a Lúcia perguntas para a “Senhora”, incluindo saber se é Seu desejo a construção de uma capela no local. Daí o nome por que é conhecida.

Um outro ângulo do coletivo crente tratado na narrativa consiste nas vagas de peregrinos que diariamente acorrem a casa de António Abóbora, progenitor de Lúcia, deteriorando a eira, invadindo o quintal, expressão de uma irracionalidade compulsiva; e tudo se materializa, para a família, num ruído ensurdecido, porque cada peregrino deseja um milagre na sua vida.

E se “Em Teu Ventre” é iniciado por um Salmo, de que adiante se falará, há de seguida uma introdução ao lugar e à casa de Lúcia, sob forma descritiva, verdadeiramente antológica criando atmosferas, e que noutros passos se concretizará também como, por exemplo na p. 15, um final de tarde de domingo.

Na tessitura narrativa, predominando o discurso indireto livre, há que referenciar, todavia, dois monólogos interiores da pastorinha mais velha, de grande significado: no primeiro (p. 27), ela aparece sentada “nas lages do poço” do quintal da sua casa e, cansada de tantas perguntas de toda a gente, fala com uma pena (neste caso de sentido real e simbólico): solta-a e deixa-a partir. Fez a catarse. No segundo (p. 148), durante uma conversa da mãe com o prior, no intervalo dos interrogatórios, abstrai-se e, sentada numa cadeira de pau, fala para um “lencinho” sobre cansaço existencial. É também um modo libertador.

Ao falar-se da estrutura geral da obra já se anunciara que parte do primeiro capítulo é um Salmo: é Deus quem fala sobre a esperança anterior à criação da Natureza e do Homem, declarando estes acontecimentos como um puro ato de Amor. Contudo, continua a falar-se de Esperança no Salmo 2, mudando-se de enunciador no terceiro, prolongando-se até ao Salmo 18.

O enunciador passa a ser o Filho de Deus, Jesus. Fala amorosamente de Maria no papel de “Mater Lacrimosa”, do seu silêncio, de como Ela é “...primeira e última Palavra”. A par dos Salmos sobre o Seu amor filial, o Filho fala também por parábolas a propósito do tempo indiviso, da Sabedoria como o maior legado aos filhos. E, antes dos Salmos finais de novo endereçados à Mãe, surgem dois grandes temas teológicos: “O Amor de Deus” (p. 113) e o “Absoluto e o Relativo” (p. 135).

Esta relação mãe/filho vai ser desenvolvida nos textos de reflexão, entre parêntesis. Mas, neste caso, as palavras são de uma mãe para um filho escritor. E são entre parêntesis para salvaguardar a intimidade relacional, muitas vezes expressa em prosa poética.

De que fala esta mãe ao filho?

De recordações da sua vida de criança que o filho desconhece, da sua maternidade; do filho escritor que, sonhador, despreza conceitos triviais do dia-a-dia; da força das mães que tudo aguentam sem aparentar fadiga; da dificuldade de entender os outros: “Aquilo que procuramos entender está fechado nos outros”; da desvalorização filial do seu trabalho doméstico, comparando o facto com o que ele sente com a crítica; do valor da disciplina que lhe inculcou e o tornou escritor; da sobrançeria cultural de quem escreve face a quem não sabe ler; do medo e da vontade: “O medo é uma lembrança de uma dor do passado. A vontade é a crença num sonho de futuro”; da privação de ser inteira porque nas páginas que o filho escreve ela é só aquilo que ele é capaz de escrever e de ver (o ato da criação estética); do perdão ao filho de não ter conseguido captá-la, na realidade, na sua escrita, com recurso a páginas adaptadas do Génesis. Porém, não se despede, esta mãe, porque, se o filho não a achar na sua cabeça, é sinal que ela também lá não está. Se uma mãe que fala entre parêntesis guarda a sua privacidade, eles também são um limite à incomensurabilidade da figura maternal.

“Em Teu Ventre” é um hino ao lugar primordial do ser humano, tratado em três situações de discursos diversificados. A mãe de Lúcia procura a verdade da relação maternal na razão intuitiva; a do escritor é a consciência poética do filho; a Mãe de Deus é a Senhora dos Caminhos do Silêncio e do Sim.

BIBLIOGRAFIA SELETIVA

- Barrento, João - *A Chama e as Cinzas*, Lisboa: Bertrand Editora, 2016.
- Barthes R. *et alii* - *Poétique du récit*, Paris Éditions du Seuil, 1977.
- Eco, U. - *Obra Aberta*, Lisboa : Difel, 1962.
- Eco, U. - *Os limites da interpretação*, Lisboa: Difel, 1990.
- Eco, U. - *Leitura do texto literário (Lector in Fabula)*, Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- Steiner, G. - *Gramáticas da Criação*, Lisboa: Relógio d' Água, 2002.
- Todorov, T. - *Poética da Prosa*, Lisboa: edições 70, col. Signos, 1979

Praia - contos exemplares - Sophia de Mello Breyner

Albertina Pinto Ribeiro

O conto PRAIA surpreende pelo despojamento da escrita, pelo fluir descritivo, pela presença impositiva do tempo, pela profusa fruição do lazer, pelo inominado das personagens, pelo discurso reflexivo, pela revisitação de tempos e lugares.

O acento é posto igualmente no contraponto de uma geografia exterior ao espaço nuclear de uma casa de veraneio social, com planta arquitectónica muito definida, geométrica, de portas e janelas de constante e intensa comunicação: “hall”, sala de jogo, a sala de baile, o bar, enfim, *uma espécie de clube de Verão*. Fora, *as ramagens dos plátanos, o leve estremecer da brisa e o ressoar do fundo do mar, uma casa com paredes brancas, as lâmpadas das ruas, os grandes, verdes e violentos espaços marinhos...*

O **tempo** é, diria, a grande personagem, não tanto na qualidade que lhe assiste de informante- *uma noite maravilhosa*- mas muito mais como entidade actuante e actante, dinâmica e transformadora. Não só percorre a linha da acção circunscrita ao acontecimento de *uma espécie de clube de Verão*, na sua gradualidade, como atravessa o tempo da memória e o tempo sem tempo, do passado das gerações jovens que frequentavam o clube, o tempo em que *o tempo era só tempo presente*, ausente de futuro ponderado: *Pois era o princípio da vida e nada ainda nos tinha acontecido. Ainda nada era grave, trágico, nu e sangrento*. O segmento temporal repetido *-ainda-* não é inócuo; apresenta-se dolorosamente proléptico, pontuando notas escuras, contrastantes com a gozosa e interrompida fruição de então. A partir daqui, concentram-se, espessamente, elementos morfológicos e reflexivos temporais, numa página nuclear que atinge significação universal. São notáveis as referências a um tempo expectante, *a espera, a espera das coisas fantásticas, visíveis e reais, a espera das coisas destinadas, prometidas, quase pressentidas (...), lucidamente alucinada*.

A condução autodiegética é assumida no feminino, mas não nominalmente identificada. Inominadas também todas aquelas que integram a diegese, quer grupais - os jogadores, os músicos -, quer individuais - o criado, o homem e, ainda, *a mulher da linha, que mostrava no extremo do seu braço estendido a lan-*

terna verde aos comboios. Ela marca o sentido e a viagem, o trânsito e o transitório, o lugar de passagem e de vigia. Ela parece estabelecer a transição para personagens longínquas, para o exterior distante.

Entretanto, *as páginas de uma ilustração aberta* mostraram *idades e cidades bombardeadas, navios, canhões, aviões, máquinas de guerra, e o ridículo Führer, capitão da estupidez, da bestialidade e da desgraça, conduzindo o seu povo.* É já a fuga ao anonimato, se bem que através de um entreposto cargo político-militar, não de um antropónimo. Todavia, essa transição ganha relevo nas notícias transmitidas pela rádio, na voz- personagem oculta e axial. E, então, sim... *Levantei-me e fui ouvir- diz a narradora-personagem.*

Rommel no deserto recuava, diziam as notícias.

E de repente, para mim, pelo poder de um nome, a guerra tornou-se real.

E tentei imaginar a noite azul do deserto onde os homens silenciosos recuavam. (...) Tentei imaginar os homens. (...) Os homens: lucidamente vencidos (...), sabendo a causa injusta e o combate perdido."

É a areia do deserto vs. a areia da praia, a guerra injusta vs. o lazer do clube de Verão. São temáticas antípodas que descrevem uma circularidade polar de realidades humanas. É a ausência de nomes de personagens em férias vs. os nomes da guerra em paragens distantes. A triste devolução às *invasões bárbaras.* Em suma, *a lanterna, vermelha agora, no extremo do braço estendido* de uma qualquer *mulher da linha.*

O texto é perfeito na sua urdidura plástica, na linguagem comunicante através da coordenação anafórica corredia, do verbo matricial - ser -, do processo comparativo visualizador - "como se" -, da forma modalizante - "parece", da qualificação binária, da séria solenidade do vocabulário, da descrição que, profusamente, apreende o mundo pelas múltiplas sensações e pelos contrastes. Da observação do particular ascende ao cume do universal. É assim que, a partir dos músicos, que deviam ser *ou resignados ou revoltados,* parte para a valoração dos resignados e dos revoltados. Assim, *a resignação passiva, a resignação por ensurdecimento progressivo do ser, é o falhar completo e sem remédio. (...) Mas os revoltados, (...) aqueles que se cortam no ar e nos seus próprios gestos, são a honra da condição humana.* É a narradora, porque do feminino se trata (*Eu estava sentada na frente dele*), que concebe esta elucubração, patente num extenso parágrafo humanista. E fá-lo desde a observação disjuntiva sobre os músicos.

PRAIA é verdadeiramente um Conto Exemplar.

Revisitar SOPHIA é uma lição e uma bênção.

No Yungfrauoch, a estação mais alta da Europa

António Vasconcelos

No final dos anos noventa, a minha mulher e eu fizemos uma viagem inesquecível na Suíça, de Interlaken até o Yungfrauoch (a estação ferroviária mais alta da Europa), a qual, apesar de serem passados muitos anos, ainda tenho na memória.

O Jungfrau (em alemão significa “donzela”), com altitude de 4158 m, é uma montanha dos Alpes Berneses, a sul do cantão de Berna na zona do Oberland bernês, dominando o vale de Grindelwald, na Suíça. Faz parte dos cumes dos Alpes com mais de 4000 m

Do mesmo maciço montanhoso fazem parte outros picos famosos como o Eiger - com a sua famosa vertente norte - e o Mönch, com altitude de 4099 metros. A sul do Jungfrau fica o Grande Glaciar Aletsch, que, com comprimento de quase 24 km e área de 118 km², é o maior e mais longo dos Alpes e da Europa.

Esta montanha foi escalada até ao topo pela primeira vez em 1811. Hoje a subida é facilitada pela existência de Caminhos-de-Ferro de cremalheira, o *Jungfraubahn*, que circula pelo interior da montanha até à estação de Jungfrauoch a 3454 metros, a mais alta da Europa.

O Jungfrau foi classificado pela Unesco, a 13 de dezembro de 2001, como Património da Humanidade

Chegámos na véspera a Interlaken, (567m de altitude), vindos de Lucerna usando o Lucerna-Interlaken Express.

Interlaken é uma pequena e encantadora localidade suíça, situada entre os lagos Brienz e Tune, num vale dominado por três altos picos, o Eiger, o Monch e o Jungfrau. O objetivo é subir por caminho de ferro de montanha até ao Jungfrauoch, (3454 m de altitude), a estação mais alta da Europa, perto do cume da montanha com o mesmo nome.

Iremos utilizar três diferentes caminhos de ferro de montanha, pertencentes ao Grupo privado **Bahnen der Jungfrauregion (BJ): (BOB; WAG e JB)**, com tração por cremalheira, dadas as fortes rampas do trajeto. O percurso total

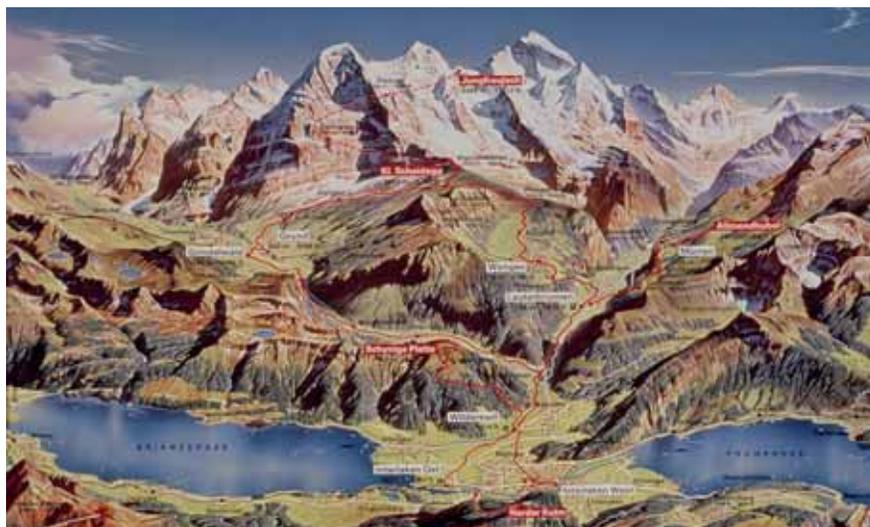


a percorrer entre Interlaken e Yun-fraujoch é de 32 km, vencendo um desnível de 2887m. Infelizmente, por razões históricas, os referidos três CF têm bitolas e sistemas de cremalheiras diferentes, o que irá obrigar a fazer dois transbordos. O dia estava com sol, o que aumentava as expectativas.

Uma novidade para a época era que se podia ver a paisagem e obviamente o tempo que estava no cume, na sede da BJ, através de um sistema de televigilância, com câmara TV instalada no referido cume.

Chegados de manhã cedo à estação Interlaken Ost, embarcámos na automotora do **BOB** (Bernese Oberland Bahnen) que nos vai levar até **Lauterbrunnenn**, primeira etapa desta bela viagem pelas montanhas da Suíça.

Temos o cuidado de ocupar uma das carruagens da frente, pois as da retaguarda seguirão até Grindelwald. A via férrea segue junto a cursos de água, muito revoltos, e a paisagem é variada com muita vegetação e relva muito verde, onde abundam os tradicionais e pitorescos chalés suíços, de madeira. Em **Zweilutschinen** o comboio separa-se em dois e seguimos para **Lauterbrunnenn**, enquanto a outra parte seguirá para **Grindelwald**. Começámos então



a subir moderadamente até que chegámos a **Lauterbrunn**, (796 m de altitude), onde mudámos de composição.



Esta estância alpina é o ponto de partida para muitas excursões na montanha e nela estavam muitos esquiadores, que iriam entrar na pequena automotora da **WAB**, (Wengernalpbahn), muito estreita (com 2,1 m de largura), e dotada de bancos de madeira, na qual iríamos fazer a segunda etapa da nossa viagem.

A pintura das carruagens é verde e amarela, que condiz muito bem com a paisagem. Entretanto foi atrelado na frente um pequeno vagão no qual foram carregados skis e também alguma bagagem. Começou então uma forte subida, cheia de curvas apertadas e pequenos túneis. Passámos por Wengen e Wengeralp, pequenas estâncias de ski, onde saem alguns esquiadores. A nossa automotora de cremalheira da WAB continua a subir, no meio de muita neve, até que chegámos a **Kleine Scheidegg**, estância de turismo de alta montanha, onde acaba esta etapa.

Já estamos em plena montanha a 2061m de altitude e é grande o movimento de turistas que esperam agora o embarque para a última etapa para o Yung-



fraujoch. Entre eles é notável a presença de muitos japoneses, que, segundo me disseram depois, têm uma especial atração por esta excursão.

A automotora do **JB (Jungfrau Bahn)** é agora bem mais confortável e espaçosa e nela iniciámos o assalto final à montanha. Depois dum pequeno trajeto à superfície, ladeado por muita neve, parámos em Eigergletscher, antes de entrarmos no longo túnel, (7122 m), em espiral, no interior da montanha e através do qual a via férrea se protege das neves eternas. Pelo caminho, a composição para duas vezes, (Eigerwand e Eismeer), onde muitas pessoas saem para observar os glaciares através de enormes janelas abertas na rocha. Finalmente a composição, após cerca de 50 minutos de viagem, chega à estação subterrânea do Jungfraujoch, a mais alta da Europa, a 3454 m de altitude. Embora suportável, sente-se bem a grande altitude do lugar, pela grande leveza do ar e um certo cansaço adicional ao andar.

Após sairmos do comboio foi então a grande surpresa de entrar no complexo turístico, edifício muito moderno, encastrado na montanha, bem aquecido e dotado de todo o requinte para atrair os turistas. Das suas enormes janelas avista-se o glaciér de Aletch, (o mais longo dos Alpes), todo branco a brilhar ao sol. Depois de apreciarmos as vistas, decidimo-nos a almoçar no *self-service*, um dos vários restaurantes que lá se encontram.

Tivemos, entretanto, a surpresa de ver alguns portugueses que trabalham nos restaurantes. Subimos depois num dos elevadores e dirigimo-nos para o Eispalast (palácio do gelo), um conjunto extraordinário de túneis e cavidades escavadas no gelo, nas quais artistas esculpiram figuras de animais no próprio gelo.

Depois fomos ao Plateau, assim chamada a saída para o meio exterior, onde, nesse dia, a temperatura era de seis graus negativos. O frio e o vento são tão intensos que só assomámos à respetiva porta, não nos aventurando mais. Por



último, fomos até ao miradouro do Sphinx, a 3571m de altitude, cujo acesso se faz por dois ascensores rápidos. Chegados lá acima saímos para o terraço ao ar livre, onde se tem uma fantástica vista de trezentos e sessenta graus sobre os glaciares. O sol brilha com força nessas altitudes e daí a necessidade imperiosa de trazer óculos de sol.

Depois foi o regresso. Chegados a **Kleine Scheidegg**, optámos por seguir por **Grindelwald**, (1.034 m de altitude), importante e belíssima estância de turismo, que merece bem uma visita, cheia de chalés suíços, construídos em madeira.



Refira-se que esta localidade é a única desta montanha que tem acesso rodoviário. Depois tomámos outra composição da **BOB** e, algum tempo depois, estamos novamente em Interlaken, onde termina esta inesquecível viagem pelos glaciares.

O complexo turístico do Yungfraujoeh é visitado anualmente por cerca de meio milhão de turistas. Tem vários serviços à disposição dos turistas, entre os quais se salientam restaurante, *self-service*, posto de venda de recordações e até um posto de correios. Também podemos ver uma Exposição relativa à construção do caminho-de-ferro do Yungfrau. A temperatura no interior do complexo é da ordem dos dez graus, não precisando de aquecimento, em resultado do sistema de poupança energética e do aproveitamento da energia solar.

Apesar da baixa da pressão atmosférica causada pela alta altitude, a adaptação é boa, por se ter feito a longa subida, lentamente, em cerca de duas horas desde o vale de Interlaken. De qualquer maneira se aconselha aos visitantes que se desloquem lentamente, sem fazer grandes esforços, assim como óculos escuros e roupa apropriada e recorrendo sempre aos elevadores, para se dirigirem aos diversos pisos.

São grandes as exigências ambientais deste Complexo. Assim, mais de metade da água consumida é transportada de comboio a partir do vale e todos os lixos e resíduos sólidos são expedidos também de comboio para o vale. As águas residuais são enviadas por uma conduta aquecida para uma estação de tratamento situada em Grindelwald.

Depois, no dia seguinte, fomos num confortável comboio dos Caminhos de Ferro Federais Suíços (CFF), para Genève, onde apanhámos um avião para Portugal, acabando assim esta maravilhosa viagem.

Um pouco de história dos três Caminhos de Ferro de Montanha do Yungfrau

O **Berner Oberland Bahnen (BOB)** entrou em serviço em 1890 e tem a particularidade de ter dois ramos distintos. Após um troço comum: Interlaken Ost/ Zweisimmen, bifurca-se em duas direções: uma em direção de Lauterbrunn e outra para Grindelwald. No início a tração era a vapor, mas em 1914 foi eletrificado em corrente contínua 1500 V. Este CF só utiliza cremalheira em curtos troços, totalizando apenas 4800 m. Em todo o restante percurso a tração é por aderência.

Características resumidas:

- Extensão - 23.600 m (via única)
- Bitola - 1.000 mm
- Rampa Max - 12%
- Cremalheira tipo Riggenbach
- Tração elétrica - 1.500 V cc
- Entrada em serviço - 1890

O **Wengernalpbahn (WAB)** entrou em serviço em 1893. Sobe de Lauterbrunn a Kleine Scheidegg e depois desce para Grindelwald. No início a tração era a vapor, mas em 1910 foi eletrificado em corrente contínua 1500 V. Este CF de montanha orgulha-se de ser a mais extensa via-férrea de cremalheira em toda a Suíça.

Características resumidas:

- Extensão - 19.000 m (via única)
- Bitola - 800 mm
- Rampa Max - 25% (troço Grindelwald/ Kleine Scheidegg)
- Cremalheira tipo Pauli - Riggenbach
- Tração elétrica - 1.500 V C

Velocidade max na subida - 28 km/ h

Velocidade Max na descida - 14 km/ h

Entrada em serviço - 1893

O **Jungfraubahn (JB)** foi inaugurado em 1912, após 16 anos de complexos trabalhos, pois foi necessário escavar um longo túnel em espiral com 7122 m, no interior da montanha, com uma única frente de ataque, em condições muito difíceis. Tendo apenas 9300 m de extensão, liga Klein Scheidegg a 2061m de altitude até à estação subterrânea do Jungfrauoch, à altitude de 3454 m. Este CF vence, assim, um desnível de cerca de 1400 m, recorrendo a fortes rampas com 25% de inclinação máxima, com auxílio do sistema de cremalheira tipo **Strub**.

A construção do JB deve-se a Adolf Zeller, abastado industrial suíço, que em 1883 teve a ideia genial de alcançar o cume da montanha através de um caminho-de-ferro, implantado num longo túnel dentro da montanha, ficando assim abrigado das neves eternas. Desde o seu início, a tração foi elétrica, gerada em central hidráulica, localizada em localidade próxima. Refira-se que este sistema de eletrificação em corrente trifásica obrigou a instalar uma catenária com dois fios de contacto independentes, ligados eletricamente em triângulo (os carris ligados à terra são um dos seus vértices) e 2 pantógrafos no material motor, um raríssimo sistema de eletrificação.¹

Atualmente circulam automotoras duplas construídas em 1993, facilmente reconhecidas pela típica cor avermelhada. O gigantesco custo desta linha foi rapidamente amortizado, dada a enorme procura de turistas.

¹ A escolha deste peculiar sistema de tração elétrica, raramente utilizado em caminhos de ferro, deveu-se ao facto de a tração a vapor não ser indicada devido à existência do extenso túnel. Além do mais, devido à sua forte inclinação, foi preciso assentar carris desde o início da construção e pôr em circulação comboios de serviço de apoio à construção. Por outro lado, na época da construção, no final do século XIX, não havia ainda grande experiência em sistemas de eletrificação em corrente contínua e o sistema trifásico era mais simples. As unidades motoras dispunham de motores trifásicos assíncronos, com dois conjuntos de polos, especialmente indicados para este tipo de trajeto com fortes rampas (25%); na subida, os motores trabalhavam à tração e, na descida, à frenagem, com ligação com o dobro de número de polos em regime híper-síncrono.

(Refira-se que este sistema de tração trifásica é também utilizado na Suíça, no CF de montanha do Gornergratt, que tem origem na famosa estância alpina de Zermat. Entrou em serviço em 1898, sendo assim o CF eletrificado mais antigo da Suíça).

Características resumidas:

- Extensão 9,300 m (via única)
- Bitola - 1.000 mm
- Rampa Max - 25%
- Cremalheira tipo Strub
- Tração elétrica trifásica - 1125 V/ 38 Hz
- Velocidade max na subida - 27 km/ h
- Velocidade max na descida - 14 km/ h
- Entrada em serviço - 1912



Mais tarde, em 2006, voltámos a visitar esta montanha numa viagem organizada por uma empresa turística. O trajeto foi mais curto, pois o autocarro levou-nos a GrindelWald e depois fomos até ao Yungfrauch, pelo WAB e JB, via KleineScheidegg e regressámos pelo mesmo caminho.

OS SISTEMAS DE CREMALHEIRA

O movimento dos comboios convencionais baseia-se na aderência roda / carril, que tem as suas limitações para subir rampas. Assim, em geral, nas composições formadas por locomotiva e carruagens, o limite prático é cerca de 2,5 %. Os comboios de alta velocidade constituídos por veículos motorizados já conseguem subir rampas de 3,5 %. (O CF de Flam/Mirdal, na Noruega, orgulha-se de vencer uma rampa de 5,5 %, um record mundial)

Para valores de inclinação superiores e até ao valor de 25 %, como é caso dos CF de montanha, impõe-se a utilização de cremalheira. Nestes sistemas,

a tração é obtida pela ação de rodas dentadas motoras que engrenam numa cremalheira fixada às travessas.

Nos comboios de cremalheira, a unidade motora segue sempre na cauda, na subida, e na frente, na descida. A razão é simples: trata-se duma questão de segurança, pois, com estes procedimentos, os engates trabalham sempre à compressão.

Em geral são utilizados três sistemas distintos de cremalheiras: **Riggenbach**, **Abt** e **Strub**, todos inventados e desenvolvidos na Suíça.

O sistema Riggenbach foi inventado por Nikolaus Riggenbach, que o aplicou pela primeira vez no CF do Riggi, em 1871 (primeira realização na Europa). A sua cremalheira é constituída por dois perfis metálicos afastados 130 mm, onde são cravados rolos metálicos com passo de 100 mm, onde, por sua vez, engrenam as rodas dentadas das unidades motoras. Esta cremalheira é muito rígida e assim torna complexa a construção e montagem dos aparelhos de agulhas (este tipo de cremalheira está instalado no nosso país no funicular do Bom Jesus do Monte, que foi construído por Riggenbach). Mais tarde, Arnold Pauli introduziu alguns aperfeiçoamentos a este sistema, tornando mais fácil a construção de aparelhos de agulha.

O sistema **Abt** foi inventado por Roman Abt e instalado pela primeira vez em 1885. O conceito é muito diferente, pois trata-se de duas ou três lâminas dentadas, paralelas e desfasadas entre si, com um passo de 120 mm, onde engrenam as rodas dentadas. O movimento é, assim, muito regular, dada a continuidade do engrenamento. Dada a flexibilidade das lâminas, os aparelhos de agulhas são fáceis de construir e instalar. Refira-se que este sistema é o mais utilizado em CF de cremalheira e está muito divulgado em todo mundo.

O sistema **Strub** inventado por Émile Strub é uma variante do sistema ABT, no qual é utilizada apenas uma lâmina, bastante espessa, soldada na cabeça de um carril. Os dentes têm uma forma trapezoidal, aumentando de espessura na parte superior, o que permite melhor contacto com as rodas dentadas. O passo é de 100 mm. Foi instalado pela primeira vez no CF do Jungfrau em 1898. Tal com o anterior sistema, os aparelhos de agulhas são fáceis de construir e instalar.

Sugestões de leitura

BELONCLE, Patrick (juillet de 1990). *Les chemins de fer de la Jungfrau, Les Editions du Cabri*.



“A arte de amar”

Considerações sobre o amor em Erich Fromm

Marina Prieto Afonso Lencastre¹

INTRODUÇÃO

O amor é um tema sempre presente nas preocupações humanas, desde as reflexões fundadoras dos filósofos que, desde a Antiguidade, se ocuparam com este assunto, até às mais recentes investigações neuropsicológicas que nos falam de neurotransmissores e de cérebro apaixonado. O amor está na ordem do dia, ele é apresentado como uma necessidade humana fundamental por diferentes correntes psicológicas e espirituais e é definido como um sentimento essencial para o bem-estar pessoal e social. Este início do século XXI assiste ao retorno espectacular do amor como valor e o debate sobre as suas condições de possibilidade é uma realidade social crescente. Mas será que amamos hoje melhor do que há uns séculos, ou até mesmo do que há uns anos, anteriores à revolução sexual e afectiva da segunda metade do século passado? Mais ainda, será que o discurso contemporâneo sobre o amor é mais informado e profundo do que o que era produzido antes destas importantes mudanças sociais, anunciadas pelos primeiros grandes estudos sobre as relações amorosas iniciados por Kinsey e Masters e Johnson²?

A progressiva apropriação pela ciência do fenómeno amoroso tornou obrigatórios um conjunto de procedimentos metodológicos que tiveram como efeito principal a focagem sobre os aspectos dos comportamentos amorosos suscetíveis de serem medidos. Por outro lado, a sexologia nascente do século

¹ Professora Catedrática da UFP; Docente do IDAFG; Psicoterapeuta Especialista da SPPC.

² Kinsey é considerado a primeira figura da sexologia norte-americana e a sua investigação sobre a sexualidade, realizada na década de 40 e 50 do século XX, sobretudo com entrevista e questionários em países diferentes, mudou grandemente as ideias tradicionais sobre os comportamentos sexuais. Masters e Johnson registaram alguns dos primeiros dados de laboratório sobre a anatomia e fisiologia da resposta sexual humana com base na observação directa de mulheres e homens, entre 1957 e 1965.

XX trouxe para o campo das preocupações sociais as questões e respostas para os problemas clínicos encontrados pelas pessoas nas suas relações amorosas, tendendo sobretudo a encontrar soluções práticas para esses problemas. Acresce, a este edifício nascente sobre o conhecimento do amor, sobretudo sexual, a praticamente inexistente pedagogia amorosa na cultura ocidental, o que não permitiu opôr ao funcionalismo científico as descrições e finalidades mais abrangentes das relações amorosas e do amor.

É esse sentido abrangente que apresenta a obra “A arte de amar”, escrita em 1956 por Erich Fromm, e que ainda hoje mantém toda a sua actualidade. É um livro de psicanalista mas, ao contrário da psicanálise freudiana, muito centrada nos aspectos pulsionais da natureza humana, é o livro de um psicanalista humanista, essencialmente optimista e com uma concepção multifacetada dessa mesma natureza humana. Encontramos o clínico Erich Fromm em muitos aspectos do livro mas, na sua generalidade, esta é uma obra aberta sobre as dimensões antropológicas, filosóficas e até espirituais do amor. Uma das suas originalidades consiste em não partir da sexualidade para definir o amor, à maneira de Freud, mas a sexualidade transforma-se numa das vertentes da relação amorosa a dois, que nasce do desejo mais fundamental de união.

A leitura, no século XXI, desta obra escrita há mais de 60 anos por Erich Fromm, ajuda-nos a compreender que o amor é um fenómeno transversal à História, definido por diferentes dimensões que abrangem a vida humana e os seus sentidos. Ele depende do nível de maturidade afectiva de quem ama, obriga a um afecto mais amplo e fraterno pela humanidade e pelos seres vivos em geral e, como a arte, necessita de disciplina, de treino e de inspiração. Esta deveria ser uma obra de leitura obrigatória para os programas de educação sexual das nossas escolas, tantas vezes centrados somente nos aspectos funcionais e higienistas da sexualidade e não sobre a actividade psicológica e existencial de amar.

O QUE É O AMOR?

A primeira novidade desta pequena obra sobre o amor é a ideia de que o amor é uma faculdade e não um afecto, ou um objecto para esse afecto. Com esta afirmação, Erich Fromm abre-nos um imenso horizonte de liberdades e de decisões pessoais para a arte de amar. Este horizonte torna-se existencial, quando o autor nos diz que o amor é a única resposta possível para a principal questão humana, a fundamental separação da natureza e dos outros seres

humanos, cuja metáfora principal, na nossa tradição, é a saída do Paraíso. Como psicanalista que é, Fromm radica o sentimento de felicidade e de bem-estar oceânico, típico do sentimento religioso, na relação do bebé com a sua mãe. Para ele, a ansiedade de separação também é experimentada nesta primeira relação. Como é uma experiência comum a todos os humanos, as pessoas de todas as idades e de todas as culturas confrontam-se com o problema trágico, por vezes heróico, sempre profundamente sentido, de superar essa separação e de realizar de novo a união, a um nível mais elevado e abrangente. Para o autor, esta questão é a mesma para “os homens primitivos que viviam em cavernas, para os pastores nómadas, para os camponeses egípcios, para os mercadores fenícios, para os soldados romanos, para os monges medievais e para os samurai japoneses como o é para os funcionários ou para os operários de hoje” (Fromm, 2002:19). A questão é a mesma porque tem a mesma raiz, mas a resposta varia. E é neste ponto que Erich Fromm nos desvela toda a originalidade do seu pensamento sobre o amor porque, sem temer perder-se nos detalhes das diversas práticas humanas, leva-nos sobriamente até às fomas como os humanos, vivendo em culturas e tempos históricos diferentes, tentaram colmatar o vazio da separação. A idolatria, os sacrifícios humanos, a guerra, as festas orgíacas, o alcoolismo e as drogas, o ascetismo, o trabalho, a arte, Deus ... em todas estas manifestações encontramos a raiz profunda do amor, que é a tentativa de ultrapassar a separação e reencontrar a união perdida.

Para o autor, nem todas estas soluções se equivalem ou têm valor psicológico e social semelhantes. Mas todas correspondem a momentos particulares do desenvolvimento individual e das sociedades e, ainda hoje, podemos encontrar a mesma motivação em algumas das suas manifestações contemporâneas. Mas, para os dias de hoje, o autor reserva uma forma muito própria de alívio para a ansiedade de separação, e esta forma é o conformismo e, com ele, a eliminação das diferenças. Sob a capa da igualdade abriga-se o desejo de não ser diferente e, portanto, o desejo de evitar a alteridade. Mas Erich Fromm insiste sobre a importância da diferenciação, particularmente a diferenciação entre homens e mulheres que, nas suas versões arquetípicas, mantêm a polaridade necessária ao nascimento do amor erótico. O amor sexual maduro inclui as diferenças, eliminando-as pela união, e permite também a reunião das polaridades masculinas e femininas dentro da própria pessoa. Algo de novo nasce dessa união, um terceiro criado pela actividade amorosa que se tornou fecunda e que se expande pela sociedade humana como um todo. Para Erich Fromm, o

amor erótico verdadeiro é também um amor fraterno e só se pode amar verdadeiramente uma pessoa se, nela, se amar toda a humanidade.

O amor é uma actividade e não uma passividade ou uma paixão. Sendo actividade, ele permite escolhas sobre as formas como se ama. O cuidado, o respeito, a responsabilidade, o conhecimento são qualidades inseparáveis da arte de amar. Mas só atinge estas qualidades quem amadureceu as formas mais infantis e primitivas de ligação e de procura da união com os outros. O cuidado é um interesse activo pela liberdade e pelo crescimento daqueles a quem amamos, a responsabilidade é a capacidade de responder às suas necessidades e às nossas próprias na relação com eles, e o respeito consiste na consciência da individualidade única dos outros e também da nossa única individualidade.

Mas o respeito só existe se houver liberdade, porque o respeito não é temor nem admiração. Respeito no outro aquilo que conheço dele e aqui Erich Fromm introduz um dos aspectos mais interessantes e profundos da sua concepção do amor, a idêia de conhecimento que dele advém. Este conhecimento é do próprio, e também do outro e, mais ainda, ele é sobretudo desejo de conhecimento, já que o outro, e eu próprio também, permanecemos um mistério. Ao contrário da psicanálise da sua época e da psicologia actual, Fromm reconhece a dimensão insondável da condição humana³, o carácter inefável do núcleo interior a cada um de nós, aquele que apela ao desejo de conhecimento no outro mas que permanece irreduzível a ele⁴. De forma original, mostra também que é no desejo de penetrar esse mistério, o segredo humano, que reside a motivação essencial da crueldade e da destruição, e também do controle e da posse. O sadismo, que é o oposto do amor, é para Fromm o estágio último desse desejo cruel de saber, forçando o outro, através da tortura, a revelar o seu segredo e recebendo, tristemente, a confissão daquilo que já sabe que vai ouvir.

Mas Fromm mostra que há uma maneira de conhecer o segredo do outro, e o seu próprio segredo, e essa maneira é através do amor. Já vimos que amar é uma faculdade activa e, no acto de amar, de que a relação amorosa é a expres-

³ A natureza humana pode ser conhecida com alguma objectividade, e é esse o objectivo da psicologia científica. Mais à frente Fromm aborda a questão do conhecimento objectivo e da racionalidade na ciência, sem cair na tentação de considerar que a ciência conhece totalmente a realidade.

⁴ Esta é uma razão essencial para a impossibilidade da consciência ou subjectividade nas máquinas. A sua superficialidade, a ausência de densidade histórico-genealógica, e o determinismo mecânico impedem a existência de mistério ou de subjectividade pessoal.

são mais tangível, eu conheço o outro e o outro conhece-me a mim, mas de facto não “sabe” nada sobre mim ou eu sobre o outro. A razão é porque não há “alguma coisa” a saber mas simplesmente uma relação a viver, através da qual sinto que me revelo e em que o outro se revela a mim. Este é o significado antigo do conceito bíblico de conhecer quando, através do acto amoroso, o homem conhece a mulher e a mulher conhece o homem. Não há nada de enciclopédico ou de científico neste conhecimento; ele é, na verdade, mais um re-conhecimento na profunda humanidade e fraternidade que une os dois amantes.

VARIEDADES DO AMOR

Para Erich Fromm, o desejo de conhecer foi a fonte da filosofia e da psicologia. Mas, para ele, este é um desejo sem fim, porque o enigma permanece para sempre inatingível pelos esforços da razão e somente acessível pelo acto de amar. Mas amar não permite ficar por fora, objectivando aquilo que se pretende conhecer desse modo; amar implica uma corajosa entrega à união com o outro, e amar de forma madura implica também o conhecimento racional da pessoa a quem amo, como o conhecimento racional de mim próprio, para evitar cair no que Fromm assinala, mais à frente, como os perigos do narcisismo no amor.

Para este autor, o amor fraterno é o tipo mais fundamental de amor. A exortação bíblica “ama o próximo como a ti mesmo” é a porta de entrada para a experiência da união solidária com a humanidade de que fazemos parte, e uma boa parte dos ensinamentos bíblicos e do direito nas sociedades democráticas assenta sobre esta realidade interna fundamental que é a identidade comum de todos os humanos. Esta identidade é também a base saudável para o amor erótico e Fromm mostra que não há amor a dois maduro que não implique o amor fraterno. O amor erótico, sendo exclusivo, ama na outra pessoa toda a humanidade, tudo o que está vivo, porque no essencial do seu mistério, todos somos semelhantes.

O amor materno é um pouco diferente destes dois tipos de amor, porque o amor de uma mãe pelos seus filhos assenta numa relação desigual em que um dos polos fornece o que é necessário para o desenvolvimento do outro, e o outro polo recebe o que precisa. Nesse sentido, aparentemente, o amor materno dá mais do que recebe; mas, na verdade, é a faculdade de auto-transcendência, para Fromm um traço essencial da condição humana, que estabelece a possibilidade da mãe amar na sua dimensão mais criativa, a de contribuir para o crescimento e para o desabrochar de um outro ser, essencialmente diferente de si. É no segui-

mento desta forma produtiva de amar que Fromm analisa o amor-próprio; longe de ser um egoísmo, que de facto se detesta a si próprio, a pessoa que se ama a si mesma ama a sua vida, a sua liberdade, a sua produtividade, a sua relação com os outros, porque o amor-próprio se enraíza na sua capacidade de amar com cuidado, com respeito, com responsabilidade e com conhecimento do essencial.

O amor a Deus é a última variedade de amor de que fala Erich Fromm. Começa por fazer uma afirmação contra-intuitiva mas que, quando ponderada, revela toda a sua importância: o amor a Deus, longe de ser uma realidade com características psicológicas universais, resulta da estrutura de carácter da pessoa e também do desenvolvimento das sociedades. Mas, em todos os casos, é uma forma de ultrapassar o isolamento individual e de encontrar o sentimento de reunião. Re-ligar a pessoa com o todo e com Deus é a origem e o horizonte de todas as religiões. Para Fromm, as religiões arcaicas dos grupos de caçadores-recolectores possuíam características femininas ligadas à natureza e à fecundidade, e as religiões mais tardias, típicas das sociedades sedentarizadas, com propriedade privada e estados reguladores, manifestaram características masculinas de que a ideia de Deus-Pai é a declinação judaica e cristã. As características de justiça, amor e verdade que Lhe são atribuídas deverão, para Fromm, incarnar nas pessoas individuais que deixarão, assim, de precisar da ideia reguladora de Deus porque passarão a agir como Ele. Comparando as religiões monoteístas do ocidente com as religiões panteístas do oriente, o autor mostra como o pensamento é insuficiente para chegar até à ideia de Deus; na verdade, o amor a Deus deve ser vivido na experiência de união e o que importa é agir correctamente e atingir essa unidade através da meditação. O autor termina dizendo que encontramos todas as fases do desenvolvimento da religião nas suas manifestações contemporâneas, do mesmo modo que as pessoas retêm em si, de forma inconsciente, todas as suas fases de desenvolvimento. Para Fromm, a natureza do amor a Deus é a mesma que se encontra no amor entre as pessoas, e este último amor está estreitamente associado ao tipo de sociedade em que as pessoas vivem.

A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A PRÁTICA DO AMOR

Os dois últimos capítulos questionam a possibilidade do amor nas sociedades contemporâneas e como desenvolver correctamente a sua prática. Apesar desta obra ter sido escrita em meados do século passado, mantém uma actualidade premonitória na era das redes sociais. Um dos aspectos em que Fromm mais insiste é a capitalização das trocas afectivas entre as pessoas assim como

o consumismo generalizado que alastrou também para o entendimento da intimidade. O capitalismo moderno afectou não só a organização do trabalho como a concentração anónima da riqueza e a generalização de dependências sociais de produtos que prometem uma felicidade fácil. Tudo isto alienou a pessoa de si mesma, dos outros e da natureza. A psicologia e as terapias de casal modernas conformam-se a este quadro de programação afectiva e de consumo, defendendo genericamente a ideia de que o amor é um trabalho de equipa que resulta da satisfação sexual. O amor moderno é concebido como refúgio para a solidão e segue o mesmo padrão da sociedade de consumo: o amor-objecto, anunciado pelas empresas de encontros românticos e disponível no mercado para a satisfação pessoal. Mas, para o autor, não é a satisfação das necessidades instintivas que traz a felicidade; é a capacidade de amar, vivida com maturidade, que arrasta o sentimento profundo de união com o outro e engendra a satisfação sexual e a felicidade amorosa. Para o homem ou para a mulher que se encontram fixados nas figuras da mãe e do pai, e que ainda procuram viver as suas emoções da infância durante a idade adulta, o amor será sempre uma necessidade infundável de segurança e de apoio, como nas crianças pequenas. Mas, para Fromm, o amor só é possível se as pessoas comunicarem a partir do centro das suas existências, isto é, a partir da profundidade e vivacidade de cada um. Só uma relação assente nesta verdade interna pode suscitar o amor verdadeiro.

Como dominar a arte de amar? Como para qualquer tipo de arte, amar exige disciplina, concentração e paciência. A disciplina abrange as variadas facetas da vida com os outros, e inclui uma boa organização dos comportamentos do dia-a-dia como levantar-se e deitar-se a horas razoáveis, dedicar tempo à meditação, à leitura, à música e a exercícios moderados, não abusar das actividades de evasão que cansam e deixam atrás de si uma sensação de vazio. Quando a disciplina se torna agradável, a concentração sobre os aspectos essenciais da vida torna-se mais fácil. Concentrar-se significa ser capaz de estar sozinho consigo mesmo e esta capacidade é uma pré-condição necessária para a capacidade de amar. Se me ligo a outra pessoa porque não consigo estar só, então essa relação não será de amor mas de necessidade: preciso do outro para resolver a minha ansiedade de separação. Mas a separação nunca será resolvida desta forma, porque ela marca a existência humana e só pode ser ultrapassada pela faculdade de amar.

Para Erich Fromm, o exercício da concentração permite também esvaziar a mente dos pensamentos perturbadores ou que distraem, e encontrar o Eu original que reside em cada um de nós. É a partir desse Eu que nos amamos a nós

mesmos, aos outros e a Deus. Neste ponto, Fromm inspira-se na antiga tradição oriental da meditação para propor cultivar a sensibilidade de si e encontrar a raiz da capacidade de amar. A paciência é o terceiro elemento para a arte de amar e ela implica a dedicação de toda uma vida à disciplina e à concentração, contrariando um dos valores mais destrutivos das sociedades contemporâneas e que é a velocidade. Para Fromm, as máquinas são concebidas para a velocidade, e ao submetermo-nos a uma civilização de máquinas estamos a subjugar-nos à lógica economicista da produção, a tornarmo-nos triviais e não a cultivar a nossa originalidade. A adopção generalizada das redes sociais parece cumprir esta observação feita no século passado, numa altura em que esta realidade ainda não existia. As redes sociais estão construídas de tal forma que permitem o desenvolvimento das tendências narcísicas da personalidade humana, isto é, das tendências para, em tudo, nos encontrarmos a nós próprios e não os outros, ou as coisas em si mesmas. A pessoa narcísica, que não se descentrou de si mesma, interpreta os outros como se fossem réplicas suas. Não as consegue enxergar para além do papel que lhes atribui. Para Fromm, o narcisismo é o oposto da objectividade, e a principal condição para a faculdade de amar é ultrapassar este narcisismo e ser capaz de perceber os outros, e a nós próprios, na nossa realidade psicológica e social. A razão permite-nos pensar com objectividade, e a humildade está na base do pensamento racional porque abre a razão a versões alternativas às suas próprias.

A obra termina com uma referência à capacidade de ter fé, fé em si mesmo, fé na razão, fé na capacidade humana de conhecer, fé na capacidade de amar. Só com esta atitude básica de confiança podemos acreditar na nossa competência para produzir uma sociedade em que impere a arte de amar e não somente a prática da justiça. Porque esta última baseia-se no respeito dos direitos, mas não necessariamente no amor ao próximo. Amar o próximo significa sentir-se responsável por ele, sentir-se unido a ele e o amor é a única resposta saudável e satisfatória ao problema essencial da vida humana. Uma sociedade em que impera o amor exige grandes mudanças para que este não seja somente um fenómeno individual e marginal. Como o amor corresponde à necessidade mais básica da natureza humana, ter fé na possibilidade do amor como um fenómeno social, viver a arte de amar, parece ser a única solução viável para a vida humana, e também para a vida em geral.

BIBLIOGRAFIA

Fromm, E. (2002). *A arte de amar*. Ed. Pergaminho SA.

O 13: Mistério, Magia, Mudança!

Maria Antónia Jardim

O 13 é formado pelos algarismos 1 e 3. O 1 simboliza coragem, iniciativa e disposição para correr riscos. Já o 3 representa a autoconfiança e o optimismo de acreditar no melhor da vida, além da reacção de leveza e liberdade que acompanha essa atitude positiva perante os desafios.

Na Antiguidade clássica, o número 13 recebia uma conotação positiva; poderia representar o mais poderoso e sublime. Assim, é dito que Zeus se juntou a 12 deuses num cortejo e, sendo o 13.º, se distinguiu pela superioridade. Ulisses, por sua vez, escapou de ser devorado pelo Ciclope e era o 13.º elemento do grupo.

Historicamente, a lenda da sexta-feira treze está relacionada com um facto histórico. Foi no dia 13 de Outubro de 1307, uma sexta-feira, que a polícia do rei Filipe, o Belo, invadiu a fortaleza dos Templários em Paris e botou todo mundo na cadeia. Uma boa parte desses chamados “Cavaleiros de Cristo” acabaram sendo queimados na fogueira. Por causa disso, a sexta-feira 13 se tornaria um dia amaldiçoado.

Na Índia o 13 é um número religioso muito apreciado; os pagodes hindus apresentam normalmente treze estátuas de Buda.

A Índia é uma das culturas que subverte a ordem e leva o 13 como um símbolo de prosperidade. Para os indianos, o número que apavora norte-americanos é visto como sagrado, como amuleto. Aliás, em um dialecto falado no norte da Índia, o número é pronunciado como ‘*tera*’, que é a palavra utilizada para se referir a Deus.

O outrora, na Provença, o Natal era festejado com treze sobremesas; na Romênia, com treze pratos de peixe.

Foram os treze primeiros Estados Unidos da América que tomaram a iniciativa histórica de uma “Declaração dos Direitos do Homem”. A primeira bandeira dos Estados Unidos tinha treze estrelas e treze listras vermelhas e brancas.

No Concílio Vaticano II, o famoso *Schéma XIII* foi considerado um dos documentos determinantes, que marcou, no que concerne aos debates e à entrada da Igreja em uma nova era, “a passagem para um outro plano”. Isto porque o número 13 sugere a morte da matéria e o nascimento do espírito:

a passagem para um plano superior de existência. O número treze representa a transformação.

O treze reduzido ao quatro ($1 + 3 = 4$), numa oitava superior, mostra um trabalho evolutivo. Tem sido temido como o número da morte, como é representado no Tarot, e, de facto, a representa, mas não no sentido comum, físico. A morte é uma simples alteração, necessária para um início inspirador, uma nova tomada de consciência. Quando nascemos nesta vida, morremos num outro nível de existência. Quando nos formamos, morremos como estudante e nascemos como profissional. No casamento, cada um morre como entidade isolada para renascer como dupla. Transformação é a palavra-chave do **13**. A décima terceira letra do alfabeto hebraico, *mem*, tem como valor numérico 40. O Quarenta está ligado à purificação: o povo judeu errou quarenta anos no deserto (Êxodo), Jesus jejuou quarenta dias, a Quaresma dura quarenta dias (e termina com a Ressurreição). Treze e quarenta estão ligados nessa noção de “morte a si mesmo” e de “renascimento espiritual”. Treze, $1 + 3 = 4$. Quarenta, $4 + 0 = 4$. Quatro é o ressurgimento para uma nova vida, a concretização e a matéria. Havia doze discípulos, e Jesus era o décimo terceiro, por isso alguns consideram de mau augúrio treze pessoas à mesa. Esquecem, no entanto, que a se acreditar nas Escrituras, a morte de Jesus foi seguida da Ressurreição. Há doze signos do zodíaco, com o Sol no centro. O número **13** é sagrado, assim como quaisquer de seus múltiplos. Identifica um iniciado ou alguém que renasceu através dos poderes mentais da transmutação. O número **13** é preservado nas medidas da Grande Pirâmide.

Astrologicamente, a carta treze do Tarot, a Morte, é vista por alguns como regida por Escorpião, que governa os órgãos de reprodução, o nascimento, a morte e a transformação. Representa um momento e não um processo. É o ponto entre o antes e o depois, o momento exacto do corte e da transformação. Nos passos da iniciação, é a morte do ego dando lugar a um outro ser. Destruí-se a personalidade para recriá-la sob um novo aspecto: a comunhão com o ego universal. A morte é um mistério que todos compreendemos, mas que precisamos de aprender a aceitar naturalmente.

A expansão (**3**) da força vital original (**1**) produz, com o passar do tempo, a forma (**4**), a Terra. E o número treze ensina-nos que a morte deve ser entendida, não temida. O **13** reduz-se ao 4, o número da Terra. Relembremos que a *Bíblia* diz que somos o sal da Terra.

Acima de tudo, o treze é capaz de provocar mudanças pacíficas, que poderão melhorar os padrões de vida do mundo. Os cortes são necessários para que se possa colher os frutos maduros.

Segundo as formas tradicionais que regulam o esoterismo do número, o doze representa o ciclo completo, não podendo ser transmutado senão por uma contribuição exterior, tendo uma mudança de princípio determinado originalmente o ciclo. Eis porque o **13**, isto é, **12 + 1**, sugere tradicionalmente a morte e um novo período na evolução cíclica.

Os astecas acreditavam em treze céus e sua semana tinha treze dias. E o calendário maia, também chamado Calendário do Novo Tempo ou Calendário da Paz, é composto por treze luas, cada uma de vinte e oito dias.

Quem tem medo do número treze sofre de triscaidecafobia.

13 são os capítulos do livro “Arte da guerra” de Sun Tzu e dos livros de geometria e matemática de Euclides “Os Elementos”.

E que dizer do décimo terceiro mês?

O **13** é um enigma encantador!



Preparando o futuro qualitativo

Frei Bernardo Domingues, OP

1. O tempo é democrático porque todos os vivos dispomos de vinte e quatro horas que medem a duração dos entes vivos situados no cosmos. A palavra eternidade implica imutabilidade, mesmo dos humanos que já estiveram no tempo cósmico, com liberdade e responsabilidade. A palavra e conceito de eternidade, em termos absolutos, implica a duração do Ser que exclui princípio e fim e portanto mudanças. Objectivamente, e em termos meta-físicos, a simultaneidade perfeita e definitiva é própria do Absoluto. De facto Deus é anterior e presente a toda a criação, pelo que dizemos, teologicamente, que Deus é criador, salvador em Jesus Cristo e inspirador pela acção do Espírito Santo, de quem honestamente busca a verdade, pratica a justiça e a solidariedade. Quando nos referimos a realidades “intemporais”, pretendemos exprimir a sua qualidade válida em qualquer situação da história.
2. Quando combinamos o discurso de “espaço e tempo” dos entes, pretendemos exprimir existentes com proximidade, extensão e respectiva avaliação significativa, de proximidade, influência, durabilidade e valor atribuído à combinação. Referindo o passado, o presente e o futuro, exprimimos a duração apurada, em que a ciência, a consciência e a memória “constroem” a história que inspira o futuro previsível. Assim no presente avaliamos a história e “inventamos” algo novo para o futuro, que sucede ao presente. Portanto a qualidade ou os erros do futuro estão confiados à nossa inteligência e diligência realista e criativa ou insensata e atrevida. Cada instante que estamos a viver não se repete; é nosso dever ético aproveitar bem o presente porque é irreversível. Medir o tempo e apurar, com realismo, as próprias capacidades e limites, é um dever que deve ser assumido com autenticidade e aplicado no presente, com responsabilidade diligente que implica reflexão para bem medir os riscos e os benefícios das decisões para o bem pessoal e comum dos próximos e dos concidadãos.

3. Tornou-se usual dizer que a “história” é mestra da vida presente, com perspectivas das consequências no futuro, resultantes das opções qualitativas de que estamos a desenvolver na actualidade. A expressão é repetida no presente, eventualmente sem suficiente explicitação da problemática das circunstâncias, imprevisíveis no futuro.

Com os erros do passado, ponderando a respectiva causalidade, poderemos evitá-los e desencadear alternativas positivas. Combinando a antropologia, a sociologia, a psicologia social, é possível promover “políticas” ajustadas à actual cultura, potencialidades e fragilidades, promovendo as opções ajustadas ao real possível, tendo em justa conta o bem comum das comunidades democráticas e participativas, com inteligência e diligência ponderada, pelo que passamos a propor um “inventário” fundamental.

4. Nós sabemos que, no que é essencial e evidente, devemos promover a unidade ou convergência; nos assuntos que são da ordem do opinável, somos livres de aderir ou recusar, porque cada opinião vale pela qualidade e consistência dos argumentos que a suportam e numa determinada circunstância; mas em termos genéricos, todos somos convidados a promover a efectiva fraternidade da complementaridade na promoção efectiva do bem comum objectivo, sem excluir ninguém e que promova a unidade, a verdade e a justiça comutativa e distributiva, sem parasitismo disfarçado.
5. Mas, porque não há repetição de “pessoas iguais”, todos somos vocacionados para descobrir, desenvolver e apurar a própria “vocação” de complementaridade, nos diferentes contactos da vida familiar, profissional e cívica, com a possível competência.

Nesta perspectiva englobante e complementar de pessoas de diferentes raças e religiões, é essencial aprender a dialogar sobre a metafísica do “impulso vital universal” verificado na dinâmica cósmica. É possível aprofundar o significado pessoal da “potência obediencial” para dialogar sobre o natural imanente e as “manifestações do sobrenatural” nas experiências honestas da vida ao longo da história, que se constrói no dia a dia, na hora a hora, assumindo a dinâmica de procurar “saber” com verdade, “julgar” com justiça e “agir” com complementar solidariedade e a adequada competência profissional, a desempenhar hones-

tamente, para promover efectivamente o bem comum na família e nas comunidades cívicas, ultrapassando o egocentrismo egoísta.

6. É sensato promover e combinar as “diferenças” e as “complementaridades” na proximidade solidária, distinguindo o que são direitos e deveres recíprocos na gestão pertinente da “propriedade privada” e o respeito pelos direitos da comunidade, promovendo a participação efectiva e colectiva. Tentando ultrapassar as tentações do “parasitismo”, é pertinente participar na vida cívica e comunitária, tentando a inclusão justa dos “insuficientes” sem culpa pessoal directa e culpada. Nunca devemos esquecer que todos os humanos somos “irmãos”, que se devem reconhecer, estimar e estimular ajustadamente, segundo as potencialidades recíprocas a actualizar e a aplicar na vida familiar e comunitária.
7. Porque cada pessoa é única, é essencial promover a complementaridade em vista dos objectivos ou metas a atingir, pela cooperação complementar na aplicação dos métodos e dos ritmos, acertados com critérios de autenticidade, as potencialidades e competências dos participantes leais ao projecto.

Temos o dever de promover a possível “autonomia” pelas competências adquiridas, postas ao serviço da comunidade e respeitar as diferenças legítimas para cooperar na promoção dos objectivos justos e possíveis a curto, médio e longo prazo. Mas isto não pode ser uma aventura insensata; exige medir bem os objectivos justos, ponderar e aplicar os meios adequados com recíproca solidariedade inteligente, responsável e ponderada.



Oficina de comunicação e de escrita

Alexandra Guedes Pinto

Na “Oficina de comunicação e de escrita” arregaçamos as mangas e pomos a farda para escrever. Todavia, não o fazemos por obrigação, mas sim por prazer... As palavras e as frases são os nossos legos e o ano inteiro o nosso prazo para montar e desmontar textos, em vários géneros e com vários pretextos.

Os textos que escolhemos para esta edição de *A Fonte* são uma pequeníssima amostra das construções que fizemos. Dentro de géneros ensaísticos, ressaltaram pequenas crónicas sobre o exercício da escrita; sobre a “capacidade de espanto” e o “elogio da sede”, para que exorta Tolentino de Mendonça; ou, ainda, sobre as razões por que cada um gosta de ser português/portuguesa. Porque de viagens se trata, ressaltam ainda textos sobre as “viagens que não acabam nunca”, nas palavras de Saramago. Já nos géneros de ficção, apontam-se narrativas breves “ao correr da pena”; fábulas com a natureza a ganhar contornos fantásticos e as palavras em processo de invenção pura ou experiências de escuta do fluxo da consciência. Contam-se ainda, num registo autobiográfico, “Memórias de África” ou descrições de “Almas perfumadas” que povoaram a vida de alguns. E registam-se também poemas, porque certos pretextos a isso inspiraram. Acima de tudo, muito fica por mostrar, mas as palavras são mesmo assim, ao mesmo tempo, transparentes e opacas e, sobretudo, infinitas...



Maria Teresa Gomes, “Lírios”.
Aguarela s/ papel

A magia de viver no tempo presente

Manuela Miguens

Dirigindo a nossa atenção para o aqui e o agora, esquecendo o passado que já não é real e o futuro que ainda não chegou, ficando plenamente no tempo presente, observando apenas aquilo que está à nossa frente no momento, conseguiremos um estado de ausência de mente consciente, sentiremos a nossa própria presença com mais intensidade, o que vai provocar um estado de profunda alegria e paz.

Na nossa vida diária, poderemos praticar isso a partir de uma atividade de rotina, dando-lhe toda a nossa atenção de modo que ela se torne um fim em si. Desde os tempos antigos que os mestres espirituais das diferentes religiões apontam para o Agora como sendo a chave de entrada para a dimensão espiritual, mas o facto continuou a ser um segredo não explorado.

Cansada do trabalho dentro de casa e aproveitando o primeiro dia de sol pleno desta primavera que não quer chegar, decidi ir para o jardim observar a natureza, que começa a despontar por todos os lados em flores coloridas, ervinha verde, rebentos tenros de vida a nascer. Quando reparo nas hastes floridas ou rebentos de hastes secas que já pareciam mortas e de repente começam novamente a brotar, fico maravilhada e sinto-me renovada. Gosto de jardinar, quando tenho tempo. Descontraí, ajuda a limpar a cabeça de pensamentos. Mas hoje estava ali apenas para observar, para ficar no momento e concentrei-me naquela haste de cerejeira florida, cheia de flores branquinhas, algumas plenamente abertas outras em botões cheios de força, a quererem despontar. Tentei usar cada um dos meus sentidos. Toquei-lhe, uma pequena pétala esvoaçou e caiu no chão já atapetado de branco. Procurei manusear com cuidado a pequena haste e senti na minha mão a dureza do caule de madeira e a suavidade das flores, todas abraçadas umas às outras a lutar pelo seu espaço e acomodando-se, respeitando-se mutuamente. Aspirei um aroma muito suave, quase impercetível e, depois, outro mais intenso, vindo talvez duma gardénia plantada ali perto cheia de jasmims, flores que são obras de arte da natureza, de forma harmoniosa e aroma muito intenso. Vi a luz, as formas, as cores. O contraste do verde da folhagem com o branco aveludado do jasmim. Senti a presença silenciosa de cada planta e ouvi o piar de melros e pardais que por ali vagueavam. Depois, concentrei-me na minha respiração, senti o ar a entrar

e a sair, observei-lhe o ritmo compassado. Senti energia dentro do meu corpo. Observei de perto a flor de jasmim, enquanto aspirava o seu perfume. Sentei-me num banco no meio da natureza e ali fiquei, deixando para trás o mundo ensurdecedor e complicado e esquecendo-me do tempo. Fiquei presente no momento, tentando sossegar a mente e sentindo, cada vez mais viva, a energia a percorrer-me.

Quando sinto a natureza a acordar/A poesia de uma flor a crescer/A azáfama dos pássaros a voar/ Quando o dia começa a amanhecer.../Eu acredito!

Quando consigo parar o pensamento/ Mergulhar no mais fundo do meu ser/ E no completo abandono do momento/ Sentir o mundo inteiro a acontecer.../ Eu acredito!

Eu acredito que existe/Algo de tão superior/Que tudo cuida e transforma/ Que não precisa de nome/ Nem cor, aparência ou forma/ Que se sente ao respirar/ Mas não se vê só de olhar/Que não é para definir/ Mas tão só para sentir/E é alegria de viver/ Se se deixa acontecer...

Quando sinto a ordem, o equilíbrio, a harmonia, a alegria...o transcendente...eu acredito...e confio!

Teclas companheiras

Maria Fernanda Bahia

Sempre assim foi. A manhã é a parte do dia em que sinto mais energia, porventura mais inspirada, guardadas as sugestões que avassalam a mente, antes do adormecer. É com este bolso recordatório que venho sentar-me à secretária, embora de infeliz herança, em frente ao monitor, para mergulhar na escrita, gozar a escolha das palavras ao palpar as teclas, feitas Íntimas companheiras, numa atmosfera do meu bem-estar. Umhas vezes, o barulho do silêncio, outras, uma música de fundo escolhida ou a orquestra do tempo lá fora e, acontece, também, ouvir o eco da vivacidade de certos intervalos de uma escola, perto.

- Sr^a Dr^a, já está há muito tempo no computador, tem que fazer um intervalo! Olhe que faz mal aos olhos!...Olhe essas costas!...

É a D. Carminda a interromper-me a frase ou a fazer fugir a palavra que ia escrever. Lá me levanto, vou beber um copo de água ou tomar um café, regar alguma planta e dar uns minutos de atenção à mulher, uma forma de lhe agradecer os alertas da razão. Os olhos riem-se de contente, quando lhe pergunto pelo filho que trabalha no Reino Unido.

E volto a sentar-me na cadeira do meu escritório, virado a poente, focada na ação do rumo da sequência do texto ou da poesia, ávida de prosseguir, rapidamente, antes que a musa se vá, ou quantas outras vezes, absolutamente desinspirada...Quando assim, dou descanso às teclas, levanto-me e sento-me, atrás, no pequeno sofá, com mais umas páginas de leitura do livro do momento ou viro a atenção para uma revista e faço pausas a olhar as queridas fotografias familiares dispostas na cómoda e na papeleira

Quem sabe, se aqueles rostos alegres e lindos não me segredam ideias criativas? Se consciente da inércia inspiradora, tento ver se descubro, porventura, algum pormenor ainda não apreciado, nas telas que decoram as paredes brancas, avivadas pela luminosidade que passa através da larga cortina bordada no linho oriundo de minha avó, ou então, faço revisão aos desenhos da Alice e da Inês, enganchados nas pinças de um suporte que elas me ofereceram. Sempre vem um sorriso doce embevecido de saudade. Às vezes e por instantes, adormeço, levemente.

Há estados de alma, dias de tudo e dias de nada, mas sinto-me bem neste aconchego, outrora, quarto de dormir que, paralelamente, me traz boas e dolo-

rosas recordações. São edifícios da história da minha vida que me transportam ao observatório humano a pequenas e grandes distâncias dos afazeres e emoções que, de algum modo, se espelham na construção da escrita.



Lídia Cochofel
Aquarela s/ papel

Quem me dera

Maria Fernanda Bahia

Quem me dera, Mundo, fragrar a tua vida
ser muralha repelente aos mal-amados
ser a mão que ampara a flor nascida
a doca dos amores lá ancorados

Quem me dera espalhar engenho e arte
da emoção testemunhar a sua essência
sentir de perto o fogo que é amar-te
de coração, alma, inteligência

Só prometo aqui ter um desejo
infindo de perfume inebriante
nota de fundo ancestral como arpejo

No tempo consumido lentamente
um líquido último gotejante
etéreo o topo, o corpo, a mente.



Lídia Cochofel
Técnica mista

Memórias ao correr da pena

Maria de Fátima Martins

Estação da Trindade. Gente parte e chega. Desorientada, procuro a linha, qual é a cor?

Foi há mais de cinquenta anos, neste local. Ouço o apito estridente da locomotiva e assusto-me, meu corpo estremece, choro convulsivamente, Avó Maria estreita-me num abraço protetor. Não chores, filha, é só o comboio, não faz mal. Íamos para a praia na Póvoa de Varzim.

Cala-te Bruno, já te disse que não comes gelado agora! Anda lá que perdemos o metro!... Estes miúdos!... diz a mulher, esperando minha resposta... Faço-me de surda. Mãe e filho sentam-se a meu lado. O Bruno começa um choro de birra. O metro arranca.

Regresso á viagem de comboio. Avó Maria senta-me no colo e começa a falar comigo. As palavras saem-me da boca aos tropeções.... Estava a gaguejar, eu que nos meus quatro anos já falava corretamente! Valha-me Deus, ficaste gaga por causa do comboio! Amigos nos esperavam na praia e aconselham uma ida ao médico no regresso ao Porto, caso a gaguez continuasse.

Olho pela janela do metro, túnel, casas, mais casas, túnel, casas, mais casas. O Bruno pára de chorar e entretém-se com o *tablet* que a mãe lhe passa para a mão. A mãe envia mensagens pelo telemóvel. Não falam.

A minha gaguez preocupou a família e pedem conselho médico. Foi do susto, isto vai passar, disse ele, mas há uma coisa que podem fazer. Acompanhem a menina a subir e descer escadas e a conta-las ao mesmo tempo até ela conseguir faze-lo sem gaguejar. Vai demorar algum tempo, mas vão conseguir



Lídia Cochofel
2-2016

S/t
Lídia Cochofel

tirar-lhe a gaguez. Vamos lá, diz comigo: um, dois, três, quatro, cinco... repete outra vez, e agora mais, seis, sete, oito, nove, dez.... a paciência da Avó Maria! Ao fim de três ou quatro dias já não falava aos tropeções e já contava até, sei lá, cem talvez.

O metro chegou ao fim do percurso: Póvoa de Varzim. O Bruno adormeceu com a cabeça encostada ao corpo da mãe. Olha-me este, agora não quer acordar. Ó Bruno, acorda, já chegamos, temos que sair, raça de rapaz! Pega na mão do filho e arrasta-o para a saída. O *tablet* cai em cima dos meus pés. O senhor desculpe, o que vale é que o metro não sai daqui, senão tinha mesmo que correr p'ra não ficar cá dentro...

Saio do metro e vejo-me a sair da carruagem pela mão da Avó Maria e o seu olhar preocupado por eu não conseguir falar direito. Mas também lembro mais tarde os seus lindos olhos de mar azul a sorrir para mim e a beber as palavras que eu já dizia sem gaguejar.

Nunca mais esqueci a Estação da Trindade.

A partida para África - Parte II

José Quinto Barcelos

A partida de um navio de passageiros para África era um espetáculo deslumbrante! Fosse pelo dramatismo de quem partia e de quem ficava, fosse pelo caudal de lágrimas vertidas, de gemidos soltos ao vento, fosse pelo ruído das máquinas dos monstros de metal, fosse por aquele aglomerado de gente compacta, ombro com ombro, gemidos com gemidos, braços erguidos acenando lenços que eram mãos procurando trepar pela ar e agarrar o pescoço, o rosto, o peito dos seres amados que o Atlântico, como uma faca de talhante, ia separar do lar e do chão de origem. Para sempre? Por alguns meses ou anos? Já não era a certeza do dia de amanhã vivido em família, Agora era a força e a generosidade ou não do Destino a dizer àqueles pais, àqueles esposas, aos que iam partir quando e se iriam retornar.

O que de imediato me impressionou ao mergulhar nos intestinos daquele colosso foram, o cheiro fresco a tinta que transpiravam as paredes do barco e o ruído cavo, poderoso e constante que nos acompanhava. Era como um enorme dragão adormecido à espera de ser acordado. Um oficial do navio guiou-me até ao 2º andar, onde me esperava um espaçoso camarote, só para duas pessoas, mesmo ao lado da zona dos banhos e situado na 2ª Classe A (imediatamente a seguir à 1ª Classe, em qualidade de serviços e de instalações.). Talvez, penso hoje, como funcionário já de um escalão médio da Diamang, já com o 7º ano dos liceus completo; contratado diretamente pela Direção do Pessoal; referenciado para Secretário da Direção Administrativa da Zona Mineira e, quem sabe, uma estima verdadeira do Diretor do Pessoal, permitiu o acesso a um alojamento assim tão confortável.

Depois de colocadas as malas no camarote, subi ao convés principal. Consegui um lugar apertado entre dois passageiros e, vi lá em baixo, a uns 20 ou 30 metros, a massa enorme e compacta dos familiares, num movimento convulso, como se fossem um órgão animal gigantesco em convulsões. À minha volta, apinhavam-se os que partiam, muitos deles trepavam para os varões da amurada, como se com esse gesto quase infantil ficassem mais próximos das almas amadas.

Um rouco e poderoso ronco anunciou a hora da partida, a hora do último adeus. Lentamente, o grande rebocador começou a afastar o Infante D. Henrique do seu encosto junto à muralha de granito. Pessoas corriam pelo pas-sadiço do cais como se quisessem emparelhar com o monstro até Luanda! E, no cimo do monstro, os que partiam corriam agora para a retaguarda, como se, com esse gesto, atrasassem a separação. Eu fiquei onde estava. Apenas os olhos se iam movimentando, fotografando aquela aflição, aquele amor imenso posto à prova. Para mim, tudo era neutro. Ninguém lá em baixo me pertencia, ninguém, familiar ou amigo me acenava com lenço ou mesmo com um dedo. Começava a sério a minha senda - sozinho e fora de portas.

Memórias de África - Parte IV

José Quinto Barcelos

O senhor Eduardo Luna de Carvalho¹ entrou no Laboratório de Investiga-ção Biológica adstrito ao Museu Etnográfico do Dundo². Aproximou-se com aquele andar deslizante de rinoceronte saboreando a erva fresca.

- Ó Barcelos, amanhã cedo desanda aqui do Dundo, com o Sanjinje, o André Combóio e mais dois empregados e vai estrear-se a peneirar o mato nos *muchitos* das margens do Luachimo³. O Sanjinje ensina-vos o que devem fazer. Leva a carrinha do Laboratório mas tenha cuidado em não ma estragar. Amanhã o Barcelos vai começar a aprender como encontrar, nas margens do Luachimo, a matéria-prima para o nosso tra-balho aqui no laboratório.

¹ Eduardo Luna de Carvalho, antigo desenhador e pintor da Vista Alegre. Contratado pelo Professor Doutor António Barros Machado, director do Laboratório de Investigação Bioló-gica da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang). Eduardo L. Carvalho tornou-se um reputado entomólogo e primoroso desenhador de insectos e seus órgãos contribuindo para um vasto conhecimento da fauna da Lunda Norte;

² Dundo: povoação da Lunda Norte e sede da Direcção da exploração diamantífera da Diamang;

³ Luachimo: rio que passava nos arredores do Dundo e em cujas margens se acumulavam detritos vegetais que eram recolhidos para deles se recolherem insectos para estudo ento-mólogo;

Às 6h30min José estava já espera da chegada do seu pessoal. O primeiro foi Sanjinje, sobeta Quiôco, chefe do pessoal local do Laboratório. Vestia como sempre a bem alinhada farda de caqui cinzento com um cinto apertando o casaco. Apesar dos seus 50 ou 60 anos (nos africanos a idade exata é difícil de determinar) era muito magro, de baixa estatura e com um vigor e uma agilidade fora do comum, mesmo em pessoas muito mais jovens. Talvez o facto de ter três mulheres contribuísse para esse desusado vigor.

Na cabine da Ford FK-100, azul claro ia José ao volante, André Combóio no meio e Sanjinje à janela, com a caçadeira Remington de canos reforçados e cartuchos de zagalote para caça grossa de quatro patas. Pousava a arma entre as pernas como se fosse um ser vivo. Sanjinje era um caçador afamado entre os Quiôcos, fama que transpirara da sua juventude, quando a Lei dos Brancos era mais permissiva e os caçadores africanos tinham mais liberdade de caçar nas terras ancestrais. André Combóio era o encarregado da alimentação dos animais no pequeno zoo que a Diamang⁴ construíra para entretenimento das crianças filhas dos seus empregados.

Na caixa aberta sentavam-se os outros dois *quiôcos*.

José, em umas três semanas trocara o seu quarto na Travessa das Merçês, em pleno Bairro Alto, pelas funções de supervisionar a gestão desse espaço lúdico com babuínos, chimpanzés, macacos de nariz azul, filhotes de javali e porcos-espinhos, além de ser “investido” fundamentalmente, como recolector biológico e aprendiz de entomólogo. Agora, conduzindo pela primeira vez uma carrinha de caixa aberta por uma picada de terra sem fim à vista, José vivia dias de quase total hipnose nesse período necessário de quase instantânea adaptação a um ambiente e a tarefas completamente diferentes das que jamais pensara vir a executar.

José que tirara a carta há pouco tempo nunca conduzira um veículo daquele tamanho e peso por uma “estrada” totalmente em terra, de aderência perigosa e numa hipnótica linha reta de quilómetros. José agarrava o volante com a determinação duma velha beata presa à macieza do terço. Aquela condução estranha exigia tanto de prudência como de medo.

- «Mwata”, o sol”!

⁴ Diamang (Companhia de Diamantes de Angola) - empresa multinacional dedicada à exploração de diamantes na “área protegida”, (concessão) autorizada da Lunda Norte;

O alerta de Sanjinje foi uma lufada de ar fresco no estado de quase pânico do mwata branco.

A infinita picada, aberta sobre espessa camada de terra avermelhava-se agora ainda mais como que repentinamente acesa.



Lídia Cochofel, S/t

Pela primeira vez o Sol de África dava-se a conhecer, vestido a rigor, numa imponência de luz sanguínea e de um tamanho que obstruía todo o horizonte da estrada de terra. José assistia pela primeira vez a um fenómeno não europeu. Aquele sol não era o sol macio do Algarve ou de Trás-os-Montes. Era um monstro de força, de luz e de calor! A intensidade do seu vermelho e a envergadura visual do seu tamanho, como que pousado na terra, fez José parar a viatura e sair para a

frescura ainda quase fria da manhã inicial. E o perfume da terra húmida do cacimbo misturado com a imagem daquele sol fez José ficar imóvel, enquanto Sanjinje, saindo também para o exterior, perguntava numa curiosidade divertida: “Mwata, no “puto” o sol é igual a este”?

- Não, Sanjinje, no putu o sol é meio amarelo e é mais pequeno.
- Retomaram a marcha, sempre ao encontro da luminescência solar até que Sanjinje esclareceu:
- É aqui, Mwata, é aqui que deixamos a carrinha. À entrada daquele mar de capim quase da altura humana dois imbondeiros marcavam o sítio certo para parar e mergulhar mato adentro. E assim foi feito.

À frente Sanjinje num passo de agilidade desconhecida, tratando a savana por tu sempre com a caçadeira pousada nos braços; atrás lá ia José, procurando emparelhar o passo e nas suas costas, o André Combóio e os dois outros. E José pensando: “se me limparem o sebo aqui, ninguém mais me encontra. E o Congo⁵ é já ali adiante”.

E visionou-se a jogar *snooker* no café do Rossio.

⁵ O Dundo ficava a poucos quilómetros da fronteira com o Congo Kinshasa (antigo Congo Belga).

“Patriota, não: só português” – Alberto Caeiro

Maria de Fátima Martins

Sim, gosto de ser português. Gosto de ser português e é minha convicção que ser português é algo que nos é intrínseco, é ser muita coisa.

O português pode não ser organizado, pontual, rigoroso, mas é desenrascado, é capaz de encontrar o caminho sem pedir ajuda e quando alguém tem um problema, logo ele encontra milhentas soluções para o resolver.

O português vive entre o mar e a terra mas foi e é para o mar que ele sempre olhou e olha e, por isso, sonha e inventa.

Quando alguém pergunta “como vai isso?” responde: “Vai-se andando” porque “andando” é sempre para a frente.

O português diz-se de brandos costumes mas se lhe falam mal da família, da sua terra ou do seu clube, “manda às malvas” os brandos costumes e transfigura-se: é HUMANO. E sendo humano, oferece ajuda ao vizinho com quem estava zangado, ao saber que este teve um infortúnio.

Vai ao fundo dos bolsos descobrir uma moeda para dar a quem precisa, mesmo que a ele lhe faça falta.

Ser Português é ter feito uma revolução sem violência e de cravo na mão.

Ser português é ser poeta e ter poesia na voz e no coração.



Lídia Cochofel. S/t,
Tinta-da-china
e aguarela s/papel

Aprender o espanto

Maria Fernanda Bahia



S/t

A imagiologia do interior revela-nos o esperado e o inesperado. Avalia o estado normal segundo as referências convencionadas e as situações desviantes, patológicas ou não.

Por translação, a apreciação espiritual necessita de momentos reflexivos suportados numa sede de crer sair do rotineiro, de aprendizagem, de absorção do que temos diante dos olhos e não vemos verdadeiramente, porque

só olhamos, porque faz parte do hábito da nossa “vidinha”, porque insistimos no “assim é que está certo”, porque sempre nos demos bem e não precisamos de mais, porque é o dito “normal”...

Sacudir, virar de página, acordar e pensar em refazer a agenda quotidiana, dar mais atenção ao tempo, ou melhor, ao passar do tempo e, melhor ainda, como passar o tempo não o perdendo, utilizar vazios, adormecimentos.

Em liberdade, se se conseguir detetar as nossas diferenças e semelhanças nas distâncias e aproximações aos outros, aos empáticos e aos estranhos, ultrapassar a dificuldade da autocrítica e chegar à meta do desprendimento, estaremos no caminho do espanto. Em vez de debitar palavras de receita na oração, oferecer-nos o pensamento sobre a dúvida do dia, posta em causa a mensagem da notícia que se julga bem compreendida, reverter para nós a reação dos outros já ajuizada e habilitarmo-nos a outra nova hipótese de comportamento. Equacionar filtrar o nosso interior destacado do automatismo mecânico da classificação severa de bom e de mau. E, ainda assim, aprender a dar conta própria da multiplicação das divisões, do somatório das diferenças, nos perfis pessoal e social.

Quão difícil é sair da galeria e entrar na ilha, mudar da luz para focar na sombra, cheirar o ar pesado depois do passeio no jardim fresco. Aproximar dos fracos, tolerar amarguras, praticar voluntariado, despojar de vaidade são exercícios deveras custosos porque desconfortam, mas talvez capazes de conduzir à visão de muitos espantos.

“Há almas perfumadas...”

Maria de Fátima Martins

Quando chega,
traz no olhar o brilho de quem sonha,
no rosto, a travessura dum sorriso,
na pele, o cheiro a Primavera,
nas mãos, a ternura do toque,
na voz, a doçura de um Cantar de Amigo,
no corpo, o desejo de um abraço,
na mente, a vontade de ficar.
... e parte.
Talvez um dia...

Abril de 2018



Maria Teresa Gomes
Aquarela, s/papel

“Almas perfumadas”

José Quinto Barcelos

Ele há almas com perfume. O perfume da doçura do trato, o perfume do aconchego do carinho, o perfume da ternura do cuidado; o perfume do amor que transpira dessa avó abençoada cujo sorriso meigo, a voz doce, os olhos de flor. Avó que educa, avó que protege. E, curiosamente, o nevoeiro das décadas não embaciou as memórias desse perfume que se desprende dos retratos antigos como se esse rosto sereno nos falasse ainda.

Olho com estes olhos que tanto viram e tanto viajaram esse rosto parado no tempo à espera que eu chegue. E há uma doce cumplicidade nesta troca de olhares. Afinal nunca estiveram separados porque a saudade desse amor doce é perfumada pela necessidade de lembrar a tonalidade da voz, o cheiro da roupa, a macieza das mãos que seguravam as nossas ao atravessar uma rua ou descer uma escada. Mas é o perfume desses Natais infantis, longínquos como a luz do farol que se perde no mar, esse perfume que emana das mãos que se estendem para nós segurando travessas de doces que reacendem a açúcar queimado e a canela doce. As mãos da avó Alice, fada santa que nos abençoa na noite mais bela de todas as noites, a Noite de Jesus. E é das memórias dessa noite feita do calor da lareira e de vozes num alvoroço das alegrias gémeas de adultos e crianças que o perfume do Passado brunido pelo Tempo nos embala e adormece connosco no berço da Vida

Abril de 2018

“Gosto de Ser Portuguesa”

Manuela Miguens

Quando somos ainda jovens não temos consciência da importância daquilo que nos rodeia e que sempre fomos habituados a tomar como certo. Mas, à medida que os anos passam, parece que ganhamos uma nova forma de olhar e de apreciar. Será sabedoria de vida? Terá a ver com vivências, com personalidade ou com genes? O facto é que algumas pessoas tornam-se mais exigentes e pessimistas, com tendência a reparar no que há de mal e de negativo, enquanto outras ficam mais recetivas, tolerantes e agradecidas e o mundo à sua volta transforma-se num lugar de magia que parece só mostrar o que há de belo e onde até o menos belo, aparece valorizado.

Portugal é um país cheio de encantos e não são apenas os portugueses a dizê-lo mas os estrangeiros, que aparecem cada vez em maior número para nos visitar e descobrem coisas que nós, por vezes, ainda nem tínhamos reparado.

O país tem uma individualidade muito própria e características únicas: é mediterrânico mas está virado para o Atlântico, é ibérico sem ser espanhol, é europeu mas concentra-se mais no mar, é latino mas de temperamento mais reservado que outros povos latinos.

Talvez devido à sua longa e convidativa costa nunca se conformou com os limites das suas fronteiras e plantou um pouco da sua cultura em todos os cantos do mundo; como resultado disso, tem o mais vasto património mundial da Unesco espalhado pelo mundo - existem fortes, igrejas e outros monumentos portugueses em locais inesperados como a China, Irão, Marrocos, Índia, Malásia, Quénia...

Se quiséssemos escolher uma cor para Portugal seria em primeiro lugar o azul porque azul é a cor do Atlântico que o banha e a cor do céu que o cobre, e são azuis as deslumbrantes lagoas dos Açores (há uma verde) e azul é a cor dos azulejos que decoram o país de norte a sul. Mas, em segundo lugar, a cor de Portugal seria o ouro porque é a cor do sol que brilha grande parte do ano, e a cor das falésias no Algarve e das joias usadas pelas bonitas vianesas do Minho quando desfilam nos cortejos de verão, “de chieira sem igual / vestem seu traje a preceito/e tem o coração bem guardado / pelo ouro que têm no peito!” Dourada é também a cor da filigrana fabricada no norte e transformada em caravelas e



Lúcia Cochofel
S/t, aguarela

corações que são levados por nacionais e estrangeiros para o mundo. Também é cor de ouro a talha das igrejas espalhadas de norte a sul e que dão conta da religiosidade de um povo que nunca menosprezou a importância do espírito.

Mas não podemos esquecer a gastronomia senão Portugal ficava incompleto: o bacalhau, as tripas, o cozido, a doçaria conventual - o pão-de-ló é altamente apreciado no Japão - e os pastéis de Belém fazem as delícias de muita gente por esse mundo fora e ajudam a mitigar o tão português sentimento de saudade quando há portugueses que estão a trabalhar longe da sua terra.

Portugal pode ser pequeno mas não é um país menor porque, além de tudo o que ficou dito tem um povo trabalhador, acolhedor e simpático que, de chinelos no pé ou de casaco de peles, se junta para ouvir o Fado, a canção nacional, acompanhada à guitarra - um instrumento nobre e único que, bem tangida, estremece e conforta o coração de quem a ouve.

E em Portugal ficam pequenas cidades que foram reconstruídas, recuperadas e trazidas para a vida como Óbidos, tão antiga que tem um maravilhoso castelo do século XII, mas que entretanto se modernizou e realiza, anual-

mente, uma feira de chocolate que é única no mundo; e em Dezembro a cidade transforma-se completamente em “Vila Natal” para encanto de miúdos e graúdos. E há outras cidades maiores como o Porto, segunda cidade do país, considerado hoje grande destino europeu, que renasceu das cinzas e transformou a baixa da cidade numa sala de visitas para turistas e nacionais que fazem fila em restaurantes, esplanadas e lojas ou para visitar umas das mais antigas livrarias do mundo, a Livraria Lello.

Banhada pelo Rio Douro, a Cidade do Porto tem um encanto e características muito próprias, como conta o poema que se segue:

Há tantas cidades, construídas junto ao rio
Com casas simples e antigas, com pontes e casario
Com gaivotas sobre a água e vielas estreitinhas
Com monumentos que falam, de passado, pelas esquinas...

Mas o Porto...ah! O Porto! O que tem esta cidade
Que mexe tanto com a gente?
Que nos toca, nos comove, nunca nos deixa indiferentes?
É por ser lindo e ser pobre?
É pelo brilho do rio que parece um manto nobre
A enfeitar o casario?

E então quando anoitece, a noite cai e escurece
Tudo ali ganha mais vida
Aparecem diamantes a adornar a paisagem
E a cidade modesta por esses breves instantes
Parece até que enobrece
Envolta em mantos de luzes, que amorosamente e sem pressa
O rio tece...

Libelinha

À maneira de Mia Couto

Manuela Miguens

Libelinha, menina de oito anos, alegre e esvoaçante em sonhadora e imaginativa infância, vivia num desmadeirado e miserável casebre junto dum rio bem comportado, que descia da montanha sem incomodar ninguém. Chegado ao seu leito, o estafado rio quase adormecia deixando-se conduzir, sonecendo, em águas mansas até à foz.

Quando os primeiros fiapos de brilhante e amarelada luz penetravam pelas frestas do casebre, Libelinha deslizava para fora do seu despobretável leito e abria as portadas de par em fora e essa visita matutina e inesperada de luz enchia a menina de preciosos oiros e pratas, que os verdadeiros não conseguiriam igualar.



Lídia Cochofel
S/t.

A manhã alteava-se e agigantava-se e a menina apequenava-se diante da vastimensidade do rio...e afilava o ouvido para o cantrinado dos pássaros que saltitavam de ramo em pedra. Em breve soltava um fino grito, como que uma chamada aflita e esperava a resposta que nem sempre vinha imediata.

Havia um mistério naquelas matas...

Libelinha deixou que seu corpo deslizesse pela correnteza dos prados e rechamou, mas a resposta dos bosques era mais que nada. Porém, ela desentristeceu e esperançou quando percebeu ao longe um abanar de verdes e frondosos ramos: a sua sonhada fada amiga ali se mostrava, desgrenhada e bela criatura, como um pequeno ser humano, alada como uma libélula ou uma borboleta. Ali fica e ali vive, no chão húmido e fértil da floresta, no enublado ar que a esconde de sábios e mágicos olhares.

O coração de Libelinha ficou fora do peito, dos olhos saiu água que correu como a do rio: uma eternidade passara desde o seu último encontro e ela já pensava que a sua mente lhe pregara uma partida...mas não! Ali estava ela: via-a com os olhos de fora e não apenas com os olhos de dentro, como tanto lhe acontecia... Ficou um pouco barafundida...falava, não falava?

Aproximou-se e uma música começou a soar nos seus ouvidos, vinda não conheceu donde, mas era mais e mais alta e pegava nela e fazia-a mover braços e pernas, pernas e braços e cavalgar no ar...e estava a dançar com a sua amiga que lhe sorria e a transvoava para um sublime e paralelo mundo de paz e harmonia.

“Sim, gosto de ser portuguesa”

Maria Fernanda Bahia



Maria Fernanda Bahia
Acrílico em papel reciclado

O meu país é bonito, tem bafo de sorte da Natureza. Nesta pequena superfície terrestre encontra-se uma variedade paisagista incomum, com altíssima densidade de variação à escala mundial. Num mesmo dia e sem cansar, viajamos dos montes às planuras, do mar com as areias douradas às florestas, de aldeias e lugarejos escondidos até às urbes. Se sobrevoarmos o vizinho Atlântico, encontramos os arquipélagos com as suas belezas que deixam qualquer um apaixonado! Apura-se cada um dos nossos cinco sentidos em qualquer trajecto coberto por um céu de claro azul onde brilha o sol ou em noite estrelada com a lua a sorrir. De lés a lés, em cada visita, breve ou mais demorada há uma surpresa para notar, em paralelo na vivência de um quotidiano com segurança e com prazer. Como são deslumbrantes os trajes de Viana enriquecidos com as jóias em filigrana, as botachas debaixo das vivas saias listadas e a carapuça a encimar o típico vestuário madeirense. Para acompanhar os coloridos ouvimos

música de folclore bem diferente, seja o fandango das lezírias do Ribatejo ou o corridinho do Algarve. Durante o passeio neste jardim à beira mar plantado, encontramos as delícias dos sabores dos salgados e dos doces, dos vinhos e dos espirituosos. Não se encontram em nenhum país o cozido à portuguesa, o leitão à baírrada, o bacalhau cozinhado de mil maneiras bem regado com o nosso azeite, o queijo da serra, o pastel de Belém, o pastel de Tentúgal, doces conventuais sem conta, grandes vinhos do Douro e do Alentejo, o Vinho do Porto e o Vinho da Madeira. E cada iguaria tem o seu paladar junto com o aroma capaz de nos aumentar o ritmo salivar numa roda dos cheiros fumados, fermentados, frutados, herbáceos, picantes, madeirados e outros. Palpando as composições das rendas e bordados portugueses, damos conta da suavidade nos de Castelo Branco, a harmonia no Tibaldinho, o cruzado oblíquo nos tapetes de Arraiolos, o primor no bordado da Madeira, o crivo no de Barcelos, a candura dos lenços dos namorados...

Portugal é um país de tolerância, de cravos nas espingardas com significado espalhado pelo mundo fora como exemplo a seguir. Marco que deixou raiz histórica, a muitos toca uma emoção, nunca a indiferença. Encerra a solidariedade de um povo, digna de honra e louvor. São outros a reconhecer o povo português acolhedor, que convida a trazer outro amigo também e lhe presta atenção e simpatia com simplicidade, com autenticidade, sem sofismas ou hipocrisia, com humildade sem humilhação. Mais do que impõe a geografia, Portugal afirmou-se um país europeu contemporâneo. Foi-se a época em que só alguns, muito poucos, conheciam outros países para lá da vizinha Espanha e, ao contrário, eram numerados, tipo conta-gotas, os que nos visitavam de propósito. Hoje somos queridos, despertamos curiosidade e interesses, no tradicional e no actual. As regiões cobrem os gostos gerais e os selectivos. Há sempre uma recordação gravada, seja um passeio pelo Douro entre os socalcos enquanto se degusta um vinho, a alegria da noite de S. João no Porto com o deslumbre do conjunto iluminado da Serra do Pilar em fundo, um café no Magestic, a visita a Serralves, a pureza de som ouvido na sala Suggia da casa da música, o barroco das igrejas de Braga, a viagem de moliceiro na ria de Aveiro, os pitorescos da bacia Tejo-Sado, as paletas das lagoas açorianas, a Biblioteca Joanina em Coimbra, a riqueza dos mosteiros da Batalha e dos Jerónimos, palácios e casas senhoriais de Queluz, Sintra, Mafra, Monção e Guimarães, entre muitas outras. São estas relíquias as embaixadoras, capazes de aliviar a diplomacia e a publicidade, é a realidade que habita nestas paredes centenárias admiradas cada

vez com mais atenção e aprendizagem. E que dizer da nossa querida Lisboa? Cidade sempre cobiçada, é uma capital que disputa lugares cimeiros para se viver, reúne fantásticas atracções históricas, um charme antigo e a efervescência cultural. A diversidade não se esgota na panorâmica do Castelo de S. Jorge, no calcorrear o Chiado ou a Avenida da Liberdade e dar uma volta em eléctrico. Se se usar o metro, pode admirar-se a arte nos painéis começados já na década de cinquenta pelos Keil e continuados mais recentemente com obras dos consagrados Júlio Pomar, Vieira da Silva, Cargaleiro e Eduardo Nery, que fazem esquecer o ambiente subterrâneo. A nossa capital tem o carisma do fado e do pregão, das escadinhas nas calçadas e das sardinheiras nos vasos nas janelas. A Lisboa antiga, modernista e contemporânea tem os seus selos no museu de arte antiga, na Gulbenkian, no museu colecção Berardo e no MAAT.

Também ficou para trás o tempo em que era necessário uma infinita insistência para um artigo científico ser publicado numa revista de impacto e, quantas vezes em vão, porque não se inscrevia um nome estrangeiro entre os autores. Hoje, produzimos ciência como os demais, a Universidade do Porto figura nos rankings das melhores universidades. Os estudantes portugueses obtêm altas classificações em instituições de ensino estrangeiras, são tidos como organizados e trabalhadores e, ao contrário de outros, são capazes de contornar obstáculos surgidos inesperadamente na experimentação laboratorial ou de terreno. Os alunos universitários estrangeiros requisitam as nossas universidades para os programas de intercâmbio e os nossos professores são convidados a integrarem elencos docentes internacionais e a proferirem conferências em temas da especialidade.

Não fazendo tábua rasa das falhas, na literacia, na cultura geral e ainda alguma mesquinhez herdada, podemos contrapor os nossos humanistas, cientistas, escritores e poetas, os artistas plásticos, músicos, cantores e desportistas. Cresci a ser ensinada a ir buscar D. Afonso Henriques, Camões, Vasco da Gama e outras figuras de primeira grandeza histórica. Hoje, verifico não ser necessário ir tanto atrás e fico contente. Somos identificados e entendidos quando evocamos Mário Soares, António Guterres, Sobrinho Simões, António Damásio, Alexandre Quintanilha, António Pinho Vargas, Maria João Pires, Saramago, Sofia de Mello Breyner, Paula Rego, Siza Vieira, Joana Vasconcelos, Manuel de Oliveira, Amália, Rosa Mota, Ronaldo.

Portugal tem muito a mostrar e dá muito boa conta de si, dentro e fora de portas deste país maravilhoso.

Ao correr da pena

Maria de Fátima Martins



Lídia Cochofel
S/t, aguarela s/papel

Mais uma manhã de domingo. Este é o meu tempo, só meu. Cerca de hora e meia. Estaciono o carro no parque do *Shopping Centre* Cidade do Porto, subo ao segundo piso, compro o jornal e lentamente dirijo-me para a livraria onde percorro os olhos pelas estantes, que conheço de cor. Por vezes, não resisto e compro mais um livro - tenho ainda vários que não comecei a ler - esta minha mania de ler mais que um ao mesmo tempo e depois o que acontece? Corro o risco de misturar os enredos, será a memória que me está a atraiçoar? É melhor não pensar nisso. Compro o livro porque me apeteceu e porque sim. A seguir peço um café e... sempre a mesma coisa, «*um café e uma “margarida de chocolate preto”*», E isso tornou-se tão habitual que há umas semanas atrás, abei-me do balcão e pedi: «*um café e um pãozinho de cereais com manteiga, por favor!*» A jovem olhou para mim e perguntou: «*a senhora hoje não quer a margarida de chocolate?*» É nestas alturas que nos apercebemos quão previsíveis podemos ser!

Depois sento-me e olho em redor, pois gosto de observar as pessoas, e lá estão os mesmos do costume – eu não disse que ltuas que nos apercebemos quão previsíveis podemos ser! Éramos todos previsíveis? O casal na casa dos setenta, pouco falam, sentam-se frente a frente, ele lendo o jornal, ela lendo a revista incluída no jornal de domingo. De vez em quando, ela comenta algo que acabou de ler e fala para ele. Ele raramente responde, acena com a cabeça e, por vezes, esboça um sorriso. Começo a ler o meu jornal mas não consigo concentrar-me porque aqueles dois que, como eu, todos os domingos de manhã mantêm o mesmo ritual, chamam a minha atenção e fazem trabalhar a minha imaginação. Será que são mesmo um casal, será que arrastam consigo o peso dos anos em que têm vivido juntos e não encontram assunto para conversar? Se for assim, por que razão continuam a vir aqui todas as semanas para cumprir um ritual? **“Mas afinal Maria, que tens tu a ver com eles? Tu também vens aqui quase todos os domingos...”** Na verdade, nada, absolutamente nada. Desvio o olhar e mergulho nas notícias à minha frente. E quando a minha atenção se centrava no jornal vejo a figura dum jovem inclinar-se e perguntar-me: *“posso usar esta cadeira?”* Tinha uns olhos de uma cor difícil de definir, talvez azul, talvez cinzento, na verdade uns olhos lindos, mas um olhar triste. Acenei afirmativamente e reparei que se dirigiu para outra mesa donde tinham retirado as respetivas cadeiras. Mais um personagem do meu domingo para eu analisar e as notícias voltaram a ser relegadas para segundo plano. O jovem ali ficou, com uma chávena na frente e o olhar fixo, não sei onde, despertando a minha atenção até que o seu telemóvel toca e ele atende, pondo a mão na frente da boca, possivelmente para que ninguém ouvisse a sua conversa. Passado um minuto levanta a voz e diz: *“já te disse que não”* e desliga. Apercebendo-se de que todos o tinham ouvido, levanta-se e sai apressadamente. E é então que outra história começa na minha cabeça. Ter-se-ia zangado com a namorada e por isso tinha o olhar triste? Ou seria uma zanga com os pais, irmãos ou amigos? Só ele sabe.

“Ó Maria, deixa-te de histórias, acaba de ler o jornal e vai para casa que são quase horas de almoço”

O grilo falante que há dentro de mim chamara-me à realidade. Só tinha lido uma página do jornal.

Para a semana volto.

Visto e revisto

Maria Fernanda Bahia

Era seu único objetivo e aconteceu. Foi ver sete vezes “O Bom, o Mau e o Vilão” para sincronizar o preciso momento de gritar << foge! >> a um dos personagens e proporcionar o enorme gozo de pôr a plateia às gargalhadas...

Não havia os avisos de desligar os telemóveis, era no tempo em que se esperavam os improvisados impulsos da assistência que serviam para aliviar a progressão dramática ou desconstruir o intenso da cena. “Na noite de núpcias, enquanto o noivo fazia as suas abluções na casa de banho, a noiva, constrangida, metia-se depressa na cama...De uma qualquer cadeira, um espectador erguera a voz << Atão Glória, tu num mijas?...>>”.

Não entravam pipocas, mas pode dizer-se que cada bilhete pagava dois espetáculos: o da tela e o da plateia, comparando o primeiro a uma personagem “plana” e o segundo talvez a outra “modelada”, dada a surpresa e em conformidade com as sessões, candidatando-se a permanecer na memória. Geralmente eram ditos jocosos, argutos, cómicos ou então, politicamente encapotados, serviam de mote para animação da conversa à mesa do café, após a matinée. Viviam-se a década de 60 e início de 70 do século XX. Os não ingénuos buscavam metáforas, paradoxos e outras figuras de linguagem para as mensagens codificadas que, para defesa, deveriam ser bem precavidadas. A fim de não levantar suspeita de revirinho político, evitava-se a frequência de certas palavras como vermelho, seara, foice, papoila, greve, liberdade, povo, passador, resistência, capital, revolução, reunião, associação, sindicato, entre mais. Nunca se sabia quem “poisava” ao lado, sabia-se sim que alguém monitorizava com encargo de delator. Os assuntos das tertúlias tornavam-se briquetes de tentativas da “cubicagem da esfera”, apesar da revisita aos lugares comuns; nunca se ficava igual, aprendia-se mais alguma coisa, um pouco mais de esclarecimento ou mais dúvidas ainda eram levantadas. Importante era aproveitar os motivos para insistir na crítica, na discussão, no pensar as questões e no alargamento do convívio, forma de captar simpatizantes ao “inocular o micróbio”...

Ouvir um mesmo tema por outra orquestra ou um novo arranjo instrumental, sem dúvida que dá maior amplitude de conhecimento musical, mais hipóteses de escolha e afinamento do gosto. Tal como o voltar à mesma praia, uma, outra e outras vezes, de manhã, de tarde ou de noite, refina a observação:

apanha-se outra maré, as rochas ora estão desnudas ora encobertas, o areal mais largo ou mais estreito, as arribas mais esboroadas, os barcos estão em terra e os pescadores não compõem as redes? É de questionar. Que medidas de proteção para a costa? Não há peixe para a lota? Já foi atingido o máximo da quota? Haverá outras opções para a pescaria? Deixou de ser misticismo a vida dos homens do mar? Porquê?

Ah! Como dá vontade de voltar ao Alentejo! É magnífico na primavera. O calor não aperta, a monotonia morena das searas de verão dá lugar ao esplendor das cores vibrantes e o cheiro seco dos restolhos são tornados odores silvestres que perfumam o ar picotado de cítrico. E porque não ser viajante no inverno? É outra imagem, há outros programas, experimentam-se outros sabores que aquela gente boa tem para oferecer. Quando se abala mas se pensa voltar, não se olha para trás, chorando...



Lídia Cochofel, técnica mista

Gostar de Portugal - aspetos para a sustentabilidade

José Quinto Barcelos



Maria José Vasconcelos Pestana
"Portugal - Farol do Mundo"
Aguarela s/papel

Portugal é um país atrativo, porque é um país equilibrado em aspetos que seivência humana sustentável.

Comecemos pela geomorfologia e fauna selvagem. Sendo relativamente pequeno, noventa e poucos mil quilómetros quadrados, é um território com várias cadeias montanhosas que, embora de curta altitude (entre os 1.000 e os 2.000 metros), são de grande beleza e de ampla variedade quer botânica quer de espécies animais, do javali à víbora, nas zonas do Gerês, por exemplo; do abutre africano que nidifica nas arribas do Douro ao coelho bravo ou às rolas e perdizes. A par da beleza selvagem das cordilheiras e vales profundos,

temos rios cuja beleza do seu percurso inspirou ao longo da nossa história poetas e escritores. O majestoso estuário do Tejo, um dos mais deslumbrantes da Europa, o caudal raivoso do Douro galgando as gargantas profundas rumo ao oceano, rio medonho nas invernias de antanho e cujo poder de destruição e a voz irada aterrorizavam as populações ribeirinhas. E chegado ao seu destino repousava alargando-se pelas ruas do Porto e Gaia onde o homem provava a força do seu caudal.

Uma riqueza enorme que contempla o nosso país e de pouco se fala é a variedade, quantidade e elevado valor medicinal das muitas águas termais cujo número é dos mais elevados do mundo. Desde as Caldas da Felgueira, às famosíssimas águas das termas do Gerês, Vidago ou Chaves e Monfortinho; há por todo o País, do Minho ao Algarve (com as preciosas águas de Monchique) uma enormíssima variedade de águas termais para as mais diversas moléstias, do fígado à asma brônquica.

No que concerne às áreas não montanhosas, Portugal tem lindíssimas paisagens, quer rurais, quer na orla marítima. Merecem relevo os verdes campos do Minho onde as ramadas tradicionais se cobrem de um verde intenso duma folhagem luxuriante, que, pelos finais de Agosto, é colorida pelo tom de “quase púrpura” dos cachos de uvas tintas e pelos tons pérola dos cachos de uva branca. (...)

Novembro de 2017

O devir...

Laura Aroso

“Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do Mundo...” (Fernando Pessoa)

O mundo é redondo
E a bola rola e desenrola
Desenrola e rola sem parar
E sem ponta.
Os olhos do Almada encavalitados nas órbitas
Coscuvilham o sempre novo.
Criatividade. Olhos/mãos/desenho/traço
É meu. É teu.
É nosso
Herdei
Criei
Deixarei
Caravela
Avião
O mundo é global
Figura/não figura
Génio
Geometria
Rigor
Precisão
Saturação
Novidade
Expressionismo/impressionismo
O mistério está dentro do mistério
Quem dorme que acorde
O que foi ontem
Pode não ser hoje
E o ontem e o hoje
Poderão ser o amanhã.

Natal

Manuel José Almeida e Silva

Inclemente, o longo Estio queimou todas as árvores, as grandes e as pequenas Não há Árvore do Natal ...

Numa dança louca, as chamas devoraram toda a casa, não poupando o sótão, onde se guardavam, numa caixa de cartão, as figurinhas de barro.

Não há Presépio ...

Mas enquanto houver uma criança

Com seu ar inocente e bisonho

Há sempre uma esperança,

Há sempre um sonho!

E há Natal!

Senhor, fazei que no deste ano

Volte a soar a voz do sino

E renasça o Deus Menino

No coração de cada ser humano.

L'amistat

Alicia Pando Bahia

L'Amistat és bonica

com una rosa

Ajudar és bonic

com un ram de flors

ple de colors

Amistat, amistat

És tan bonica...

Que a mi em fa sentir

Feliç i en pau.



Barcelona, 23 de abril de 2018

Concurso de Quadras de S. João 2018

O júri do concurso (Dr.^a Maria Celeste Alves, Dr. Helder Pacheco e Dr. José Valle de Figueiredo) entendeu “de entre o número apreciável de concorrentes e da inegável qualidade poética de muitas das quadras apresentadas a concurso”¹ distinguir as quadras que se apresentam a seguir.

RESULTADOS DO CONCURSO

1.º Prémio

Acordei no Cabedelo
na manhã de S. João
com um cravo no cabelo
e amor no coração.

Maria de Fátima Silva Martins

2.º Prémio

Vem, meu amor, está na hora
de embarcarmos na folia!
Vamos brincar, noite fora,
até a noite ser dia...

Maria Estefânia Marques

3.º Prémio

No verde do teu olhar
Quis plantar uma flor
Não quiseste ser meu par
Desprezaste o meu amor.

Ângela Magalhães

¹ Acta da reunião do Júri do Concurso de Quadras de S. João 2018.

MENÇÕES HONROSAS

Mandei-te um beijo embrulhado
na folhagem da cidreira,
ao chegar tão perfumado,
ateou tua fogueira.

Maria de Fátima Silva Martins

É quase noite e à cidade
vai chegando um mar de gente.
Não importa de que idade,
o que importa é estar contente.

Maria Estefânia Marques

Sobe, meu balão, no ar!
Levas lá dentro meu grito...
Por favor, não vás queimar
O nome lá dentro escrito!

Albertina Pinto Ribeiro

Na noite de S. João
Fiquei sozinha sem par,
Dei asas ao coração
P'ra que te fosse encontrar.

Maria de Fátima Silva Martins

Não te ponhas à janela
de manjerico na mão...
Sai p'ra rua, porque é nela,
que se vive o S. João.

Maria Estefânia Marques

Ofereci-te um manjerico,
deste-me em troca um abraço,
mas depois, no bailarico,
dançaste sempre a compasso

Maria de Fátima Silva Martins

“Poesia e Dizer”

Maria Celeste Alves

Tímidas embora, as composições poéticas que se seguem, escritas pelos alunos da Unidade Cultural “Poesia e Dizer”, são verdade. Procedem daquele impulso que se desprende livre do mais fundo de nós e se transforma em palavra. Palavra que, na sua particularidade indizível, consegue instituir vários sentidos da realidade da vida e conceber novas formas de entender o mundo.



Maria José Pestana Vasconcelos. “Coberto por Céu Claro”. Aguarela s/papel.

A Mesa de Potsdam

Carlos A Silva Santos

A casa comum era um palco de tragédia
de gritos, lágrimas, vidas desfeitas,
o silêncio de todos os horrores inimaginados,
que só uma voz forte e poderosa venceria.
Calaram-se os megafones e as sirenes
arriadas as bandeiras, flâmulas e pendurais,
e eis que emergia dos escombros o que restava de vida,

olhares receosos que só podem esperar castigo e ira, e uma vingança ilimitada.

O que doía aos vencedores era o silêncio dos justos, a aparente ignorância das câmaras dos horrores, a crueldade de todo um povo que perdeu o respeito por si vergado à tirania do seu líder -
- que o mundo nunca deverá esquecer.

E agora ali estavam os novos e poderosos senhores do mundo à volta de uma mesa em Potsdam, ensaiando um primeiro esboço das novas regras de uma nova ordem, como é apanágio de vencedores decididos. Foram tempos cruciais para a humanidade, a definição de estratégias de poder, o esgrimir de razões baseados em sofisticados argumentos, onde se arquitectavam planos decidindo o futuro de todos. Cá fora ainda se ouviam choros e se viam fumos, gemidos de crianças órfãs que abriam de novo os olhos para um espaço irreconhecido e triste.

Àquela mesa continuavam a reunir-se os decisores agora rodeados de especialistas de economia e finanças, de geoestrategos e teóricos da ciência política todos procurando abocanhar o que julgavam para si ser a maior e melhor parte do que entendiam ser justo obter.

Estavam agora ali como vencedores magnânimos a dar espaço aos negócios.

Uns realizados por cima, outros por baixo daquela mesa, mas todos certamente cerzindo desde logo os caminhos do futuro, os caminhos de paz e prosperidade que a humanidade deveria trilhar. Alguns dos participantes terão estado a outras mesas igualmente redondas, com ou sem pés de galo e terão procurado o seu futuro nos astros, na bola de cristal e noutras artes isotéricas.

Àquela mesa não se repartiu o pão nem o vinho, mas soprou uma brisa de generosidade e clemência e abriram-se portas a Marshall.

A mesa do parque

Maria de Fátima Martins

É domingo. Tarde de Verão.
As minhas tábuas rangem
pelo calor do sol
que com força me abraça.
Os meus pés refugiam-se
na sombra do meu corpo.
Mas o gato gosta do sol e
espraia o seu corpo sobre mim
na sua languidez habitual.

É domingo. Tarde de Verão.
Há risadas de crianças em meu redor
e o gato foge. Sinto a sua falta.
O som de outras vozes sobrepõe-se
ao riso das crianças.
O sol está mais fraco.
As minhas tábuas rangem
agora ao peso
de caixas, cestos, sacos e sacos...
Começou o piquenique.

Desejo o dia de amanhã.
O sol e o gato vão voltar.

A mesa

Manuela Miguens

Histórias antigas, vidas já passadas
Tempos maus de guerra, de dificuldade
E tempos de paz, de mais serenidade
Por tudo passou e sempre ali ficou
Ela tudo sabe, tudo sabe e cala
Não pode falar, a mesa da sala

Risos, gargalhadas, conversas fiadas
Explosões alegres de crianças felizes
Cantos afinados, sopros calculados
Bolos coloridos, lindos, enfeitados
Ela tudo viu, tudo ouviu e cala
Não sabe falar, a mesa da sala

Nos quarenta anos do dono da casa
Ela abriu os braços, esticou, cresceu
Encheu-se de iguarias e dois cestos de flores
Veio muita gente, de perto e de longe
E houve discursos, histórias, louvores
Ela tudo viu, tudo vê e cala
Nem fez um discurso, a mesa da sala

E houve uma festa, era um batizado
Muita gente em volta, a comer e a rir
Havia um peru, não estava trinchado
Fizeram então força para o partir
A mesa coitada, de tão maltratada
Cedeu mesmo a meio - foi tudo a cair
Ela sofre tudo, tudo sofre e cala
Já se recompôs a mesa da sala

Hoje ela é feliz, sempre bem tratada
Aos fins-de-semana, a família em volta
Muita barafunda, conversas à solta
Dos mais pequeninos, o balbuciar
E dos mais crescidos os últimos feitos
Ela a tudo assiste, tudo aceita e cala
Quase que tem alma a mesa da sala

Cerimónia Hindu

Carlos A Silva Santos

São brancas as vestes dos vultos de mulheres
na contraluz escoada de um fim de tarde.
Eram imagens de um qualquer palácio de deuses,
quais figuras esguias saídas das panateneias
ou de um templo de veneração de um ídolo.
Circulam em torno, soltando pétalas rosadas,
entoando repetidos cânticos ritmados
de uma musicalidade incipiente e triste,
ecos de lonjura
sons que vêm de labirínticas e remotas origens,
espécie de ladainha de exaltação de valores,
de pedido de graças e agradecimentos.
São brancas as vestes de homens cor de terra
que sussurram cânticos abafados, monocórdicos,
gemidos compungidos, sem raiva,
uma espécie de oração de despedida.
Movem-se também compassadamente em torno,
ao ritmo evocativo do testemunho de deuses
que lhes parecem tão próximos e tão familiares,
que alimentam com oferendas, gestos de gostos e prazeres
e promessas de reencontro no paraíso.

Evocação de Manuel Bandeira

Carlos A Silva Santos

Não te vás embora
são novas e amargas as cores deste outono
de uma estiagem dorida, de tardes abafadas,
de trágicas “doenças” que persistem
quando estão longe ainda os arco-íris que tardam.

Não te vás embora
fica a cuidar das poucas flores que restam,
a dar a tua energia que as horas más reclamam, e
não dês ouvidos ao chamamento de sereias
que sempre faróis sinalizam nos dias incertos.

Não te vás embora
Pasárgadas é já uma ruína no deserto imenso,
já não há rei nem prostíbulos, nem se servem alcaloides.
As mulheres andam agora cobertas com albornozes e véus
e não as podes ter na cama em que te deitas.

Não te vás embora
podem perder-se os segredos que aqui moram,
as vidas que se escondem em cada recanto,
pedaços de sonhos e de poemas deixados ao acaso,
e isso, hoje, será provavelmente o mais importante para ti.
Não te vás embora.

O Sonho

José Marcílio Teles

Nenhum sonho.
Nenhum pranto
Esvaziado de mim
num canto de sereia,
ao sabor das ondas
de um Mar que é meu
e é dentro de mim...

Nenhum plano.
Nenhuma mágoa.
Meus *ais* contidos
às portas do Éden.
Meus olhos fechados,
meus braços abertos
num voo redentor...

Nenhum beijo.
Nenhuma pedra na mão.
Só eu, despido de mim;
cheio do que sou
quando sorrio...
Do coração às mãos,
da cabeça aos pés...

Nos braços de Deus.

Casa

Manuela Miguens

Tenho uma casa secreta que “mora” dentro de mim
Não precisa de paredes, nem de janelas ou portas
Ela existe mesmo assim

O que ela precisa mesmo para se manter bem erguida
É de carinho e abraços e muita gente por perto
Para emprestar cor à vida

Não precisa de mobílias nem sofás, pratas, jarrões
Mas precisa de presenças, de virtudes, sentimentos
De partilha e emoções

A minha casa secreta é toda simplicidade
Não tem nada acumulado, não sabe o que é o futuro
Valoriza muito o presente, não tem cheiro de passado

Quando estou nela adivinho o que é mais importante
Nesta vida de aventura
É percorrer o caminho, praticar o desapego
Encontrar paz na procura

Para comprar a minha casa andei pelo mundo inteiro
Subi ao cimo do monte, fui para a beira do mar
Vi no campo e na cidade
Não consegui encontrar

Finalmente então compreendi que para ter uma casa
Em que goste de morar
Preciso do essencial para poder sobreviver e depois...

Aceitar o que vier, alimentar a minha sede
Sentir-me pacificada

Valorizar a alegria, criar espaços de amor
Ficar à espera de nada

O Cheiro das algas

Maria Fernanda Bahia

Deitada no meu chão sinto teu vento
 Louco de paixão num mar de amor
 Que ao beijar a praia sente a dor
 Desfeita em espuma e desalento

É teu o frio olhar que mais me queima
 O prazer de te levar e de fugir
 Não sei para onde, ter que partir
 Ir àquele lugar que a mente teima

Presa a ti, nas ondas mais vizinhas
 Apanho as algas rasteirinhas
 Que junto e guardo a um canto

O fresco irradiado tem teu cheiro
 Que vem e me afaga por inteiro
 Me inunda as entranhas por encanto.

Frases em “Poesia e Dizer” ou homenagem poética à Dr.^a Celeste

Maria Fernanda Bahia

Numa das sessões de “Poesia e Dizer”, sugeriu-se uma atividade: escrever frases contendo pelo menos uma palavra começada pela letra **C**.

Recolheram-se as frases:

- poderá haver poesia sem **criatividade**?
- a **criatividade** dá mais cor à vida;
- o **campo** verde pintado de papoilas,
- o **carinho** e o amor são o sustentáculo da vida;
- com **clemência** ele ouviu as queixas daquela infeliz rapariga;
- **confortei** a criança **crescida** e dei-lhe asas;
- **ciciar** ao ouvido a vontade de viver;
- **como** nos tornamos grandes;

- **cantar** dá alegria à alma;
- **cantar, cantar** o amor;
- de paz e amor se faz o **céu**;
- **céu claro** e dias azuis;
- **cada** dia cada poema;
- **caminhamos** para ser felizes;
- queria ter para sempre dentro de mim a inocência do olhar duma **criança**;
- delicia-me o **carinho** dos meus netos;
- do **céu** vem a luz do sol e descem as estrelas;
- o **céu** encheu-se de estrelas para festejar a alegria da vida.

Recolhidas as frase, organizei-as, e produzi um texto.

“Queria ter para sempre dentro de mim a inocência do olhar duma criança, deliciar-me com o carinho dos meus netos que me ciciam ao ouvido a vontade de viver com criatividade para dar mais cor à vida como o campo verde pintado de papoilas com céu claro e dias azuis.

Assim nos tornamos grandes a caminhar para ser felizes, a cantar, cantar o amor e dar alegria à alma - o sustentáculo da vida com a paz do céu donde vem a luz do sol e descem as estrelas cada dia, cada poema.

Poderá haver poesia sem criatividade?

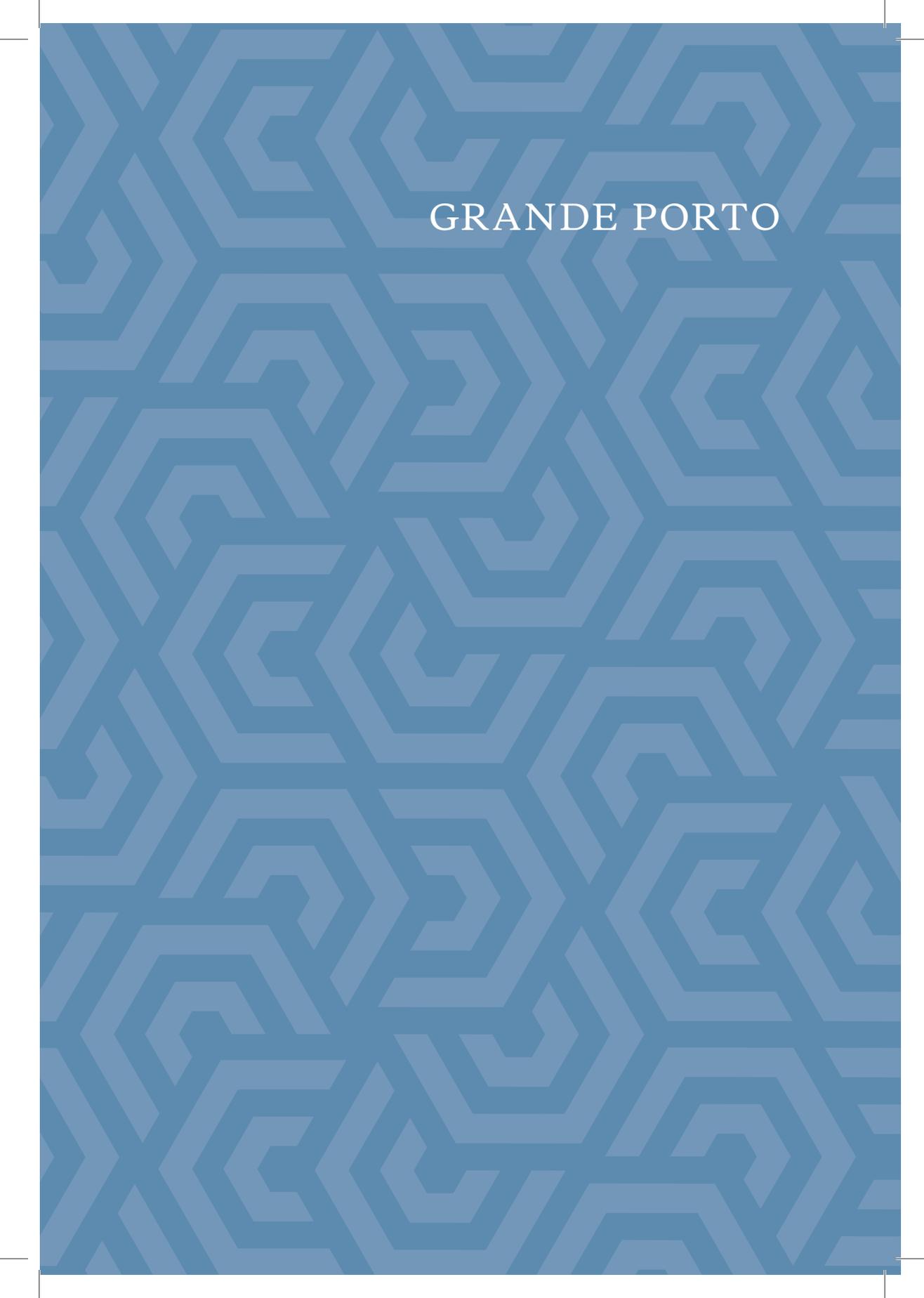
Com clemência, ele ouviu as queixas daquela infeliz rapariga confortou a criança crescida e deu-lhe asas o céu encheu-se de estrelas para festejar a alegria da vida.”

Criei um poema usando as palavras começadas por **c**:

criatividade, cor, campo, carinho, clemência, confortei, criança, crescida, ciciar, como, cantar, céu, cada, caminhamos, criança,

Confortei a criança
 e por amor caminhamos
 a cantar a alegria de viver
 crescida em cada momento
 com vontade de ciciar ao céu
 a criatividade da poesia
 plena de cor em dia claro
 de sol imenso e carinho doce
 no gotejo dos espinhos do campo
 transfigurados pela luz celeste
 da suprema clemência.

Maria Fernanda Bahia



GRANDE PORTO



A casa dos vinte e quatro/ casa-torre da câmara do porto

Francisco Ribeiro da Silva
ICAFG/SCMP/FLUP

1 - A INSTITUIÇÃO CASA DOS VINTE E QUATRO¹

O objectivo principal deste pequeno ensaio é o de coligir informação sobre as funções e atribuições que foram cometidas à instituição jurídico-político-profissional da cidade do Porto, que se chamou a Casa dos Vinte e Quatro. Contudo, como a *vox populi*, que nem sempre é a voz da verdade, chama «Casa dos Vinte e Quatro» à Casa-Torre da Rua de São Sebastião com frente para o Largo da Sé, consagraremos também alguma atenção ao referido monumento, erguido na Idade Média mas que, durante a sua longa vida, foi objecto de várias intervenções, a última das quais em 2002, segundo traço do Arquitecto Fernando Távora.

A Casa dos Vinte e Quatro foi uma instituição urbana, de fundação régia, imaterial, resultante das corporações dos ofícios «mecânicos» e que passou a superintender na organização desses mesmos ofícios. Sendo representativa dos Mesteres nas Câmaras Municipais, teve grande intervenção político-social-cultural e económico-financeira na organização da vida das cidades e vilas mais importantes de Portugal, com destaque para Lisboa e Porto. Embora a presença dos mesterais junto da governança destas duas cidades remonte à Idade Média, a sua participação activa, no Porto, fez-se notar sobretudo no período que vai dos inícios do séc. XVI ao fim do primeiro quartel do séc. XIX.

No início de cada ano, os oficiais mecânicos reuniam-se para eleger os Vinte e Quatro, ou seja, dois representantes de cada uma das doze corporações em que inicialmente se tentaram agrupar os ofícios «mecânicos». Os oficiais assim eleitos constituíam a Casa dos Vinte e Quatro. Mais do que um edifício a Casa dos Vinte e Quatro eram as pessoas que a animavam. Nas vilas em que o

¹ O essencial do que aqui fica escrito poderá encontrar-se, mais desenvolvidamente, em Francisco Ribeiro da Silva, *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, I vol., Porto, Arquivo Histórico Municipal, 1988, p. 517-550.

número de mesterais era menor, por exemplo, em Guimarães, chamava-se-lhe Casa dos Doze, a qual, à sua escala, desempenhava o mesmo papel.

Lisboa foi a cidade onde a instituição se organizou mais precocemente (desde os tempos de D. João I) e de modo mais perfeito. Foi também em Lisboa que a instituição dispôs de poderes mais alargados e legalmente mais estruturados. Por isso aí a Casa dos Vinte e Quatro foi muito interventiva e influente, não só em assuntos da vida da cidade como também da Coroa e do reino.

No caso do Porto, pelo menos desde o séc. XV os mesteres eram chamados à Câmara Municipal para votarem na eleição dos governantes municipais (juizes ordinários e vereadores) e para darem parecer nas decisões sobre matérias respeitantes à plebe, sem ainda constituírem juridicamente a Casa dos Vinte e Quatro. Mas em 1518 D. Manuel I reorganizou e estruturou a participação do povo no governo municipal, mandando que na cidade se constituíssem efectivamente os Vinte e Quatro dos Mesteres, como os havia em Lisboa. O papel que lhes cabia era inicialmente o de eleger em cada ano um Procurador que, em seu nome e em sua representação, comparecia nas reuniões da Câmara Municipal para requerer o que fosse conveniente para o bem do povo e também para ir à Corte de Lisboa, para, em nome do mesmo povo, requerer as coisas convenientes para o bem comum da plebe. Em breve o mesmo Monarca elevou para dois o número de Procuradores do Povo em todas as reuniões da Câmara Municipal (metade dos de Lisboa que eram quatro) e neste número se manteve até à extinção da Casa dos Vinte e Quatro, após a vitória do Liberalismo. De permeio, em 1668, o Rei concedeu à cidade do Porto um Juiz do Povo, como o havia nas cidades de Coimbra e de Lisboa, mas os representantes do povo na Câmara Municipal continuaram a ser os dois Procuradores.

Mais ordenou o Rei, em 1518, que se acabasse com a participação generalizada do povo na eleição dos Juizes, Vereadores e demais Oficiais da governança da cidade. Porquê? Porque a concessão do direito de voto à generalidade da plebe provocava quase sempre confusão e escândalos no decurso do sufrágio eleitoral, em virtude dos interesses envolvidos e de parcialidades derivadas de eventuais compadrios. Pelo que o monarca impôs que a participação do povo nessa eleição fosse delegada nos Vinte e Quatro e, eventualmente, em mais outros Vinte e Quatro eleitos pelos primeiros - o que daria os Quarenta e Oito eleitores do povo.

Até ao final da existência da Casa dos Vinte e Quatro nem sempre foi efectiva e raramente foi pacífica a participação dos «Quarenta e Oito» nos actos

eleitorais municipais porque os Fidalgos e Cidadãos objectavam junto do rei que tão elevado número de plebeus eleitores podia exceder a quantidade dos eleitores da nobreza e da fidalguia. Se, apesar das objecções e por causa delas, o normal foi comparecerem nas eleições apenas os Vinte e Quatro, nunca se extinguiu de todo a participação dos Quarenta e Oito. Às vezes convinha: por exemplo, quando a cidade, em 1631, quis proibir e encerrar as «aulas de latim dos Jesuítas», nenhum nobre ousou criar dificuldades a que votassem os Quarenta e Oito

Acrescente-se que a chamada dos Vinte e Quatro (ou Quarenta e Oito) para actos eleitorais não se limitava às eleições trienais dos oficiais da governança municipal convocadas e lideradas pelo Corregedor da Comarca, mas incluía também as eleições para Procurador às Cortes bem como a eleição dos Repartidores das Sisas e assuntos de natureza económica interessantes para a vida da cidade.

Que profissões estavam representadas na Casa dos Vinte e Quatro? Teoricamente todas poderiam estar representadas. Mas tendo em conta dados que pudemos recolher, há quatro ofícios dominantes e quase sempre presentes que provavelmente eram também o de maior número de profissionais: sapateiros, tanoeiros, alfaiates e barbeiros. No final do séc. XV os mercadores e ourives também faziam parte dos representantes dos ofícios mecânicos na Câmara. Mas nos finais do séc. XVI os mercadores mais poderosos e os ourives de ouro já tinham conseguido integrar os grupos sociais superiores da sociedade portuense e, por isso, deixaram de aparecer nas listas dos Procuradores do Povo.

Qual o papel da Casa dos Vinte e Quatro? A Casa dos Vinte e Quatro foi fundamental na organização da vida quotidiana dos vizinhos do Porto. Primeiro através dos dois Procuradores do Povo que assistiam a todas as reuniões da Vereação municipal (quartas-feiras e sábados), embora com direito de voto apenas nas matérias de natureza económica e fiscal. Acreditamos, porém, que a sua influência nas decisões da Câmara, ia muito para além daquelas matérias e excedia o seu estatuto aparentemente menor na Câmara, significado nos seus bancos rasos e separados fisicamente do Juiz de Fora e dos Vereadores os quais que se sentavam em cadeiras de espaldar à volta da Mesa.

Por outro lado, a Casa dos Vinte e Quatro, no seu todo, interferia nos assuntos correntes da vida da cidade. Quando tinham dúvidas sobre a melhor decisão a tomar, ou quando a matéria em causa era sensível, os dois Procuradores do Povo convocavam e ouviam os Vinte e Quatro. Sempre se entendeu que os

dois Procuradores eram emanção da Casa dos Vinte e Quatro. A matriz era a dita Casa. Quando o povo se amotinou contra medidas gravosas do poder central, tais como o aumento da carga fiscal no final do período filipino, o novo imposto do papel selado em 1661 ou limitação à venda livre de vinho que a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro impôs em 1756, a plebe saiu à rua em tumultos e motins, violentos mais de palavras do que de actos, motins pelos quais a Casa dos Vinte e Quatro e o Juiz do Povo eram sempre responsabilizados pelo poder central como se fossem os culpados finais dessas turbulências sócio-políticas e fiscais. Inclusive por essa razão, o poder central suspendeu a Casa dos Vinte e Quatro por duas vezes, a primeira entre 1661 e 1668 e de novo mais tarde entre 1757 e 1795. Durante esses períodos de castigo e suspensão, a primeira grande consequência era o agravamento dos preços e a deterioração da qualidade dos bens de consumo corrente, por falta de fiscalização que os Vinte e Quatro, juntamente com os Almotacés, garantiam. Mas, por outro lado, a reacção heroica do povo do Porto contra a ocupação francesa resultante da primeira invasão em 1807, deveu-se muito à acção da Casa dos Vinte e Quatro, como o Príncipe Regente reconheceu.

Olhando de modo mais fino para a acção dos Procuradores do Povo na Câmara Municipal, em resumo podemos afirmar que apareceram sempre na primeira linha da defesa dos privilégios da cidade quando estes eram ameaçados por qualquer ordem ou despacho do poder central. Por outro lado, foram ouvidos pelos decisores políticos que eram os Vereadores em questões importantes como a reactivação da feira franca semanal, em 1586, primeiro na Praça de S. Domingos, depois em frente ao Largo das Freiras de S. Bento da Ave Maria, ou quanto às exigências de criteriosa eleição dos Almotacés, que eram os oficiais encarregados do abastecimento e da fiscalização dos preços e da qualidade dos produtos de consumo. Foram muito úteis na guarda das portas da cidade aquando dos surtos de peste. Ou seja, a defesa do consumidor, a luta contra a fraude, a vigilância contra as extorsões dos poderosos, a oposição à política fiscal régia abusiva constituem campos de actuação notoriamente importante dos Procuradores do Povo e da Casa dos Vinte e Quatro. Convém, por último, não esquecer que, teoricamente, nem um ceitel do Cofre dos Crescimentos das Sisas foi retirado sem sua concordância. O Cofre dos Crescimentos era uma reserva da Câmara (considerada do povo) que financiou uma parte das obras públicas da cidade. Uma das cinco chaves desse Cofre estava em posse do Procurador do Povo mais velho.

A Casa dos Vinte e Quatro do Porto nunca dispôs de instalações próprias e exclusivas. As reuniões que obrigatoriamente convocavam, tinham lugar no primeiro sobrado ou sala de audiências da Torre da Câmara, edificada na Rua de São Sebastião, com comunicação directa para a Sé através de um lanço de escadas de pedra, visível em fotografias anteriores a 1940. Era daí também que os Vinte e Quatro ou os Procuradores do Povo partiam, envergando as suas varas, quando participavam em procissões rituais que partiam da Catedral, como a Procissão do Corpo de Deus ou as procissões quaresmais e da Semana Santa. Por isso, o povo começou a chamar Casa dos Vinte e Quatro à Casa-Torre que, em rigor, foi feita para Paços do Concelho e não para uso dos Mestrais.

A sua extinção em 7 de Maio de 1834 obedeceu aos novos ventos de mudança trazidos pelo Liberalismo e foi provocada mais pela ideia de que o espírito fechado das Corporações, avesso à criatividade e à inovação, contrariava o ideal de Liberdade (que era a nova palavra de ordem que os portuenses tanto prezavam), do que propriamente por se considerar nocivo, desnecessário ou inútil o seu papel em favor do povo.

2 – A CASA-TORRE, EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO²

Como afirmamos acima, o edifício conhecido por «Casa dos Vinte e Quatro» na verdade era a Casa-Torre do Município ou Paços do Concelho. O início da sua construção terá sido antes dos meados do séc. XV. A Torre, construída estruturalmente com blocos de cantaria, coroada de ameias, tinha de altura cerca de 22 metros para a Rua de São Sebastião e cerca de 15 metros para o lado da Sé. Dispunha interiormente de dois andares ou dois sobrados, e um rés-do-chão voltado para a Rua de São Sebastião. Um lanço de escadas de granito ligava o sobrado ao largo da Sé, largo que não tinha nada a ver com as dimensões e o desenho dos dias de hoje.

No sobrado de cima, efectuavam-se as sessões ordinárias da Vereação Municipal, às quartas e sábados de manhã, muito cedo. No piso inferior, tinha a sua sede o auditório das audiências da cidade, no qual o Juiz de Fora e os Juizes Ordinários (na sua ausência, impedimento ou inexistência) cumpriam as funções judiciais que lhe competiam, dando audiências em dias conhecidos,

² Para vários aspectos da história do edifício, socorremo-nos aqui de Artur de Magalhães Basto, «Os diversos Paços do Concelho da Cidade do Porto» no livro *Vereações, anos de 1390-1395*, reedição, Porto, Gabinete de História da Cidade, s/d, pp. 253 e ss.

de acordo com o prescrito nas Ordenações do Reino. Também o Corregedor/Provedor da Comarca aí fazia julgamentos. Até o Tribunal da Relação e Casa do Porto, fundado por Filipe II em 1582, aí funcionou por breve tempo, em 1583, até ser instalado mais a norte, na Cidade, no Palácio dos Conde de Miranda do Corvo, do qual hoje nada resta visível.

A história da segurança de construção da Casa-Torre é uma história de sobressaltos repetidos. Construída em 1433, cem anos depois, em 1536, «estava aberta e em risco de cair». As fissuras deviam causar medo a qualquer um que tivesse que permanecer dentro do edifício. Depois de ouvidos os pedreiros mais credenciados da cidade, a Vereação municipal pediu um parecer técnico ao arquitecto italiano Francisco de Cremona que trabalhava então na construção da Igreja renascentista que D. Miguel da Silva, Bispo de Viseu e Donatário do Couto de São João da Foz, mandava edificar no interior do Castelo. O parecer do artista italiano, coincidente com o dos mestres de pedraria da cidade, era que o alicerce, assente num botaréu do antigo muro da cidade, era demasiado frágil e, em consequência, a derrocada podia ser iminente. O remédio estava em demolir a torre de alto a baixo e voltar a erguê-la, com base mais sólida e utilizando boa cantaria.

Perante tais pareceres, os magistrados da cidade recusaram-se a fazer mais audiências naquele edifício.

O rei D. João III a quem o problema fora colocado aceitou a ideia da demolição e oficiou no sentido da sua reconstrução. Mas, entretanto, um outro afaçado mestre de pedraria, Diogo Castilho, casado com uma filha do cidadão do Porto, Gonçalo de Ilharco, e irmão do arquitecto João de Castilho, encontrava-se no Porto em trabalho e logo foi consultado.

Ora o seu parecer foi completamente contrário aos anteriores. Que não, que não era preciso demolir a Casa-Torre, bastando reformar o alicerce velho do botaréu. Em vez de uma despesa de 200.000 reis, quaisquer 40.000 reis eram suficientes. Tal diagnóstico alegrou os Camaristas. Exposta a opinião de Castilho ao Rei, este leu mas manteve as ordens que tinha dado anteriormente: demolição e nova construção. A verdade é que as obras não foram feitas de imediato e até se afirmou que as audiências judiciais podiam continuar a ser realizadas sem perigo porque havia sítios dentro do edifício que não ofereciam qualquer risco. Mas alguns Vereadores, pelo sim, pelo não, recusaram-se a reunir no sobrado de cima e arranjam para o efeito outras casas dignas e menos perigosas. Mas depressa a Casa-Torre continuou a ser utilizada como a casa dos

Paços do Concelho. Assim aconteceu durante o período filipino durante o qual a maior parte das sessões da Câmara ali ocorreram.

Durante o reinado dos Filipes, a atenção voltou-se para o interior do edifício. Assim em 1604, os dois sobrados foram beneficiados e até pude averiguar alguns pormenores muito curiosos. Vejamos:

A sala das sessões da Câmara Municipal, no segundo sobrado, foi dividida transversalmente por um tabuado de 90 cms, encimado por grades trabalhadas. Da parte de dentro do tabuado e ao longo da parede fez-se um longo banco com seu encosto para aqueles que ali tinham que comparecer. No topo poente da sala colocara-se a Mesa Grande do Senado, de madeira de nogueira, coberta com um pano verde, que de três em três anos, era substituído, sendo dado o velho, por costume antigo, ao guarda da Câmara. Ao lado da Mesa, mas separados dela, ficavam os assentos dos Procuradores do Povo. Nobreza e plebe não se sentavam lado a lado. As paredes eram revestidas de cal. Na que ficava sobre a Mesa Grande, naquele ano foi substituído o painel de Nossa Senhora, que devia ser muito antigo, dado que a madeira se achava velha e podre, por um novo por cujo desenho foi paga a um debuxador, cujo nome não ficou registado, a quantia de 400 reis. O novo painel constituía um tríptico que corria em volta da Mesa em quadros distintos, separados por duas janelas e media 5,20 mts. de comprimento por 4 mts. de altura. No quadro do centro, entre as torres, a figura central era a de Nossa Senhora com o menino, pintada a óleo, assistida por dois anjos com uma coroa. Curiosamente no Foral manuelino do Porto, a Senhora aparece rodeada não apenas por dois anjos, mas por quatro. Nos quadros laterais pintou-se um anjo em cada um, um deles segurando o escudo e o outro uma esfera³. Num outro quadro pintou-se S. Pantaleão. O pintor de todos estes quadros foi o cidadão Inácio Ferraz de Figueiroa que cobrou 25.000 reis pelo trabalho. Posteriormente foi-lhe adjudicada a pintura de S. Sebastião que ficou num painel na parede virada a norte.

Existia um outro painel de Nossa Senhora, colocado sobre a escada que subia para a Sala das Sessões. Achava-se em mau estado e, por isso, foi restaurado. As molduras foram executadas pelo carpinteiro Baltasar Gonçalves

³ Estas informações foram publicadas em 1988, no livro acima citado, I vol, p. 359, mas, a meu ver, nunca ninguém prestou grande atenção a essas notícias. Estamos a falar do interior dos Paços do Concelho.

a quem foi paga a importância de 18.000 reis. Algures nessa sala estavam instalados os armários do Cartório Municipal que se reformaram na mesma altura.

As obras de beneficiação de 1604 estenderam-se ao primeiro sobrado, onde, como dissemos, se realizavam as audiências das justiças da cidade. Sabemos que o soalho novo, que foi colocado, era de pinho.

A sala dividia-se em dois corpos: o dos juízes, advogados, tabeliães e escrivães. E o das testemunhas e réus.

No topo da sala ficava a cadeira do Juiz de Fora, com encosto guarnecido e com descanso para os braços. Diante dele estendia-se a Mesa que era dotada com dobradiças na junção dos módulos, para a aumentar ou encolher, conforme as necessidades.

De um lado desta parte da sala ficavam os assentos dos advogados, em madeira de castanho, bastante largos para que os letrados se pudessem sentar comodamente. Do outro, ficava a mesa dos tabeliães cujas medidas eram de 4 X 0,80 m com assentos de um e outro lado do tamanho da mesa. O espaço era iluminado pela luz solar que entrava por janelas e postigos. Na parede por atrás da cadeira do Juiz existia uma pintura cuja temática a documentação não esclarece.

Este corpo era isolado do resto da sala através de grades torneadas do meio das quais os réus e as testemunhas respondiam aos juízes e advogados. Num canto, existia uma pia para o urinol.

O acesso pela Rua de São Sebastião fazia-se por uma porta que, em 1608, foi feita de novo de madeira de castanho, «forte e limpa, lavrada e seca». A porta dava entrada para um armazém onde se guardavam armas e munições. Esse armazém fora aforado em 1485 por prazo fateosim ao honrado cavaleiro Afonso Ferraz por 120 reis. Nessa altura teria duas portas. Na posse daquela família se manteve até 1604, altura em que a Câmara, por compra, recuperou a posse do armazém.

Contudo, nos inícios da Restauração, mais precisamente durante os anos de 1642 e 1643, dadas as dificuldades financeiras que a guerra com Castela provocava no Reino, esse armazém funcionou como Casa da Moeda, não para nela se cunhar moeda nova, mas para contramarcar, com maior valor facial, as moedas de prata que então circulavam. Assim a moeda de tostão que valia cem reis foi contramarcada para 120, o meio tostão que valia 50 passou a valer 60, a moeda de quatro vinténs que valia 80 passou a valer 100 e a de dois vinténs passou de 40 para 50 reis. Numa segunda fase, as moedas castelhanas de pataca e meia pataca, que circulavam livremente em Portugal, foram tam-

bém remarcadas, a primeira de 400 passou para 480 reis e a segunda de 200 para 240⁴.

Em finais do séc. XVII, 1684, voltou a soar o alarme do perigo de queda iminente da Casa-Torre, pediram-se novos pareceres a mestres-pedreiros e até a um engenheiro, Manuel Pinto de Vilas Boas, mas as opiniões continuaram a não ser coincidentes. Uns opinavam que a Torre estava segura, outros que não, que se devia demolir. O Dr. Magalhães Basto pensa que, por essa altura, terão inserido na estrutura do edifício várias varas de ferro que terão garantido que a Torre se mantivesse de pé. Aliás, em 1783, quando de novo se reuniram peritos que acordaram unanimemente que se devia demolir tudo antes que viesse a derrocada, alguns dos peritos opinaram que, não fossem esses ferros e a Torre já teria vindo abaixo. A verdade é que só em 1794 é que um aviso régio mandou demolir a Casa da Câmara. Mesmo assim só uma parte do edifício é que foi apeada, ficando de pé o andar ao nível do Largo da Sé, que veio a ser utilizado por várias entidades. Sabemos que em 1875, a loja estava alugada a um inquilino que nela fundara uma pequena fábrica de refinação de açúcar. O primeiro andar fora alugado à Associação dos Latoeiros, que aí instalara a sua Secretaria. Sabemos isso por uma notícia de «O Comércio do Porto» publicada em 25 de Abril de 1875, domingo, em que se informava a população de que pela uma da madrugada, um incêndio devorara a Casa-Torre, deixando apenas no ar as paredes de pedra. A causa do incêndio teria sido o calor da chaminé da refinaria que teria pegado o fogo ao tabique a ela encostado. Creio que as ruínas se mantiveram até que já no séc. XXI Fernando Távora sonhou em ressuscitar a velha Torre, conferindo-lhe um novo e interessante significado simbólico.

⁴ Sobre o assunto, ver Francisco Ribeiro da Silva, *A casa da Moeda do Porto durante a Restauração* in «O Tripeiro», série nova, ano IX, Porto, Março, 1990, p. 66-72.



S. João da Foz do Douro: Uma Vila na Cidade

Helder Pacheco



Farolim (MEM)

Ao fim da tarde sento-me no paredão do farolim. O mar calmo, a Outra Banda verde, a costa perdida na bruma violeta e o Cabedelo entre o rio azul e o mar azul. Atrás de mim acende-se o farol, e na areia um bando de gaivotas aninhadas grasna baixinho. A felicidade é aquilo.

Raul Brandão, *Os Pescadores*

E atingir a felicidade nem é difícil. Quero dizer, a felicidade terrena e possível de se ver, quase ao nosso lado, do farolim das Felgueiras, com o descer da noite sobre o Atlântico. Basta meter os pés ao caminho ou ir sentado no *sofá* do vício mecanizado, de quatro rodas, devorador de cidades. Ou ainda - o que, acho eu, continua a ser o modo democrático, natural e, já agora, mais requintado (embora barulhento) de viajar para a Foz - de eléctrico, até ao Passeio Alegre. E assim, para quem se contentar com aspirações e prazeres leves, breves e comezinhos, sem ou com pouca metafísica, a felicidade está, pois, ao alcance da mão. E do olhar.

Todavia, o mais complexo não é escolher o itinerário. Custa, sim, é desfazer-mo-nos dos mitos, equívocos e preconceitos que por aí pululam. Por exemplo: pensar que ao pé da porta há poucos motivos de interesse. Que lá fora é que é bom. Que, do Porto, já conhecemos tudo. Que ir longe, viajar no estran-

geiro (nem que seja aos Dubais de Torremolinos) é o sumo cosmopolitismo e promoção social, etc.. Ou, o limite, não saber encontrar os atractivos e segredos da realidade mais próxima, que nos parece demasiado habitual. No fundo, a questão é simples: trata-se de viajar ou não, segundo outros conceitos, fazer de estranho na nossa própria cidade e ficar atento ou desatento ao lugar onde se vive (que, segundo Agustina, é aquele que menos se conhece).

Por mim, nestas coisas, não há como ser descobridor deliciado e dedicado das coisas (e dos factos) da santa terrinha e da envolvimento de que somos testemunhas e participantes. Aqui, ali, em qualquer lugar, como dizia Garrett: «... com este clima, com este ar que Deus nos deu, onde a laranjeira cresce na horta e o mato é de murta, o próprio Xavier de Maistre [Nota: autor do famoso livro “Voyage autour de ma chambre”, 1794], se aqui estivesse, ia até ao quintal». Ou, ainda, citando Antero de Figueiredo, que viveu e morreu na bem fozeira Rua de Diu: «Para que havemos de ir procurar, longe, o convívio frio das almas estrangeiras, se temos aqui, perto, o trato sincero das terras que foram dos nossos, onde nasceram e morreram os nossos, onde pessoas e coisas nos são chegadas pelo sangue, pelo coração, pelas alegrias, pelas dores, pelos desastres, pelas glórias?» (*Jornadas a Portugal*, 1918) E, já que estamos em maré de confissões, também declaro - embora possa parecer exagerado - que, dos muitos sítios conhecidos do país que percorri, evocadores e fascinantes, a Foz (velha, oitocentista, vitoriana, burguesa esquecida no tempo, com tanto de *snob* como de popular) continua a manter o carácter de um espaço urbano gerador de sentimentos. E, mais ainda, de afectos e referências. Construídos de lembranças e memórias.

Porque, afinal, sentir o vento perfumado de maresia nos cais do Adeus (também chamado das Palmeiras) ou do Marégrafo, deambular pelas ruas, travessas e vielas estreitas, secretas, sossegadas, perpendiculares ou paralelas às ruas Central e do Alto da Vila, assistir ao correr das estações do ano (ah! estes Outonos incomparáveis...) no Passeio Alegre, não é experimentar aquela forma interior e subtil de contentamento e satisfação - no instante ou no minuto -, das horas significantes? Visitar a Foz Velha é, assim e ainda, a oportunidade de reencontrar a *vila* minhota e mareira, à escala dos nossos passos. Onde pairam evocações transcritas em palavras irresistíveis de Camilo, Ramalho, Raul Brandão, Arnaldo e Augusto Gama, M. Pinheiro Chagas, D. António da Costa, Júlio César Machado, José Augusto Vieira, Eduardo Sequeira, Gomes de Amorim, Faustino Xavier de Novais, Guilherme Braga, Luís Miguel Novais, João de Araújo Correia, José Gomes Ferreira, Antero de Figueiredo, Vasco Graça

Moura, Pedro Baptista, Rebordão Navarro ou Magalhães Basto. E outros mais, muitos mais. Evocações do velho espírito portuense, requintado e *européu*:

«Foz! Saudosa Foz! Residência querida da minha infância tão afastada já - ai de mi! destes anos duros! Com que terno prazer eu te saúdo, sempre que te avisto, ou penso em ti!

Estamos bem mudados ambos - velha amiga! - tu do que foste, eu do que era! No tempo em que eu ia de chapéu de palha e de bibe, à tarde, apanhar conchinhas na costa, pela mão da minha avó, tu eras grave, simples, burguesa, recolhida e silenciosa como uma porta em pleno campo.»

Desta maneira, saudosa e comovida, descreveu Ramalho (“*As Praias de Portugal*”) a sua lembrança desta vila dentro da cidade. E dificilmente outro lugar portuense poderia, muito mais de um século passado, provocar idênticas imagens e recordações. Mas a Foz provoca-as. Porquê? Qual o motivo? Melhor do que as tentativas de explicação é ir - enquanto é tempo - revisitando esquinas e recantos adoçados por sombras e silêncios que a transformam em espaço ímpar, sentimental e (por que não?) sedutor. Especialmente para quem acredite que a cidade - mais do que um conjunto de infraestruturas, equipamentos e serviços - é, antes de tudo, comunidade construída por laços, visíveis e invisíveis, pretéritos, presentes e sentidos do quotidiano. E agires. De cidadãos, seus usufrutuários, obviamente. Vamos, pois, à Foz.

Vamos, então, e na minha viagem preferida, entrando na *vila*, como dantes, pela *estrada* de Sobreiras e logo encontrando a Cantareira. Viajando no herdeiro (ou no fantasma?) do *Um*, sobrevivente da morte paulatina dos eléctricos (enquanto S. Francisco -, isto para falar numa cidade verdadeiramente cosmopolita, como agora está na moda alegar -, os conserva, ciosa, como ex-libris, nós, muito mais espertos, modernos, audaciosos e empreendedores, tratámo-los, há uns anos atrás, como vergonhas indesejáveis e obsoletas e, como se fossem algo vergonhoso, quase os deixámos desaparecer). Mas como, ainda assim, há que aproveitar a oportunidade da experiência única, a ocasião de reencontrar - quem sabe? - os ecos divertidos das deslocações oito e novecentistas do burgo até aos seus subúrbios mais apetecíveis:

«Era da Porta Nova que partia uma das caleches para a Foz - a oitenta reis cada passageiro. Nos que saíam do Largo do Carmo o transporte era mais caro: seis vinténs por pessoa. A não ser o barco e o carroção, não havia outro meio de condução para a Foz.» Alberto Pimentel (“O Porto na Berlinda”)



Marégrafo (JCV)

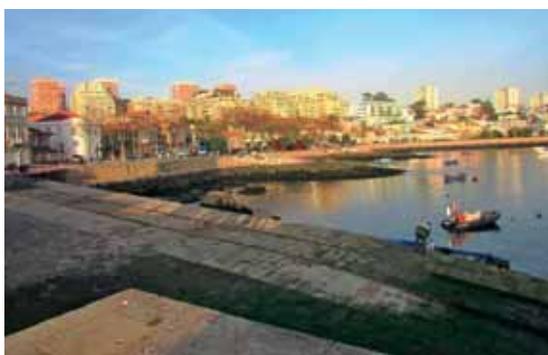
Ir de eléctrico, a partir do Infante, é, portanto, a oportunidade de reviver as peripécias atrás sugeridas. E quem quiser manter a fidelidade à tradição mais profunda pode entrar no *Um*, na paragem um pouco abaixo das Escadas do Caminho Novo, na Rua Nova da Alfândega, no sítio mesmo onde ficava a Porta Nova da entrada no Burgo. Depois do percurso ao longo da marginal do Douro, agora, infelizmente, temos de sair na Cantareira (os responsáveis pela reabilitação do local entenderam que a linha deve acabar aqui, fazendo *términus* à porta da casa do meu saudoso amigo Rebordão Navarro). O sítio, abrigado na pequena baía formada pelo Cais do Marégrafo, mantém as últimas práticas pesqueiras artesanais da cidade. Herdeira e depositária das fainas

na boca da barra e no mar próximo, à vista da costa, a Cantareira, outrora assinalada pela ermida - farol de S. Miguel-o-Anjo, permanece igual à Foz do tempo do aterro do Passeio Alegre.

Só mudaram as cores dos barcos e a sua energia motriz - não já o vento ou o pulso humano, mas motores fora-de-borda. Todavia, com excepção da Adega da Cantareira, que vai sobrevivendo, evolaram-se todas as demais que animavam a convivialidade desta póvoa de gente do mar. Do outro lado do rio, dizimados os pinheirais e bosques de Canidelo e soterrados em betão os campos

verdejantes da Alumiara e de Lavadores, o horizonte intocado é quase só o Cabedelo (agora integrado, milagrosamente, na Reserva Natural do Estuário do Douro). No infinito de areia onde as ondas morrem.

Na Cantareira, o desafio (desconhecido para quem não andar a pé) é penetrar, pela Rua dos Olivais (ou pela travessa - quase escondida - do mesmo nome),



Cantareira (CRP)

num dos recantos mais surpreendentes da *vila marinheira*. Além da toponímia não deixar dúvidas acerca da vegetação que, há não sei quantos séculos, ali existia, nas terras do Couto de S. João da Foz, encontramos um caminho em calçada rodeada de muros antigos erguidos, pedra a pedra, escondendo quintais caseiros. Como os gastadores de gasolina não cabem nestas vias, o sossego é repousante e a passada faz pano de fundo musical. E o vento. Ou os risos de crianças brincando. (Convém não perder tempo e ir depressa à Rua dos Olivais. Enquanto algum *empreendedor* não avançar com os seus planos de *desenvolvimento*, o sítio é um encanto!)

Na Foz velha as ruas são, na maioria, estreitas e esconsas. Modestas, simples, mas repletas de espírito, carácter, intimidades. Enfim, como não têm grandes ouropéis e alardes de esplendor, os toponimicidas não lhes desvirtuaram o significado. Não as rebaptizaram com designações de políticos, gerais e afins. Felizmente. Por tal motivo, nas proximidades dos Olivais permanecem - vejam! - as ruas de Santa Escolástica (em alusão ao Couto Beneditino, já que esta santa, irmã de S. Bento, foi a fundadora daquela Ordem, no seu ramo feminino), de Santo António, do Bom Jesus e da Santa Senhorinha (também pertencente à mesma Ordem). E vai-se ter à da Beneditina (referente ao senhorio do Couto pelo mosteiro beneditino de Santo Tirso). Depois é só escolher o caminho: Travessa Alegre (onde permanece, intocada, com azulejo na fachada, lampião de gás fronteiro, janelas de grade de ferro e jardim de japoneiras, uma das mais belas casas do lugar) ou ruas de Montebelo e do Sacramento. E, em seguida, é questão de andar às voltas. Ir e vir. Descer e subir. Tudo em redor da Igreja matriz de S. João (beneditina pura aparentada, no desenho depurado, à casa-mãe tirsense). Por aqui é só ver, contemplar e extasiar o olhar pelas pequenas casas térreas ou apenas de um andar, com varandas assentes em granito, suportadas pelas típicas volutas em espiral, maciçamente robustas e usuais da arquitectura portuense do século XVIII (aqui estendidas a oitocentos), lavradas, diria, pelos canteiros que construíram Miragaia, Vitória e S. Nicolau. Varandas com grades de ferro forjado, janelas de guilhotina, beirais de telha, tintas ocres, esverdeadas, vermelhas e brancas. Ou azulejos cobrindo as fachadas.



Casa de Raul Brandão (JCV)

À Rua da Bela Vista - mostruário de excelente arquitectura - mudaram-lhe o nome para Raul Brandão. Sempre discordei de tal mudança, embora com ela tivessem homenageado o escritor que lá viveu, na casa da lápide que o recorda (para consolação da memória do lugar, deixaram o nome da Travessa da Bela Vista - esquecimento ou distração?). A consagração até devia ser maior, mas em rua nova e ampla, e deixavam em paz a Bela Vista (sobre, obviamente, o Cabedelo e o mar, tão magistralmente retratados em algumas das páginas mais brilhantes e poéticas escritas acerca da Foz - e do estuário do Douro:

«Olho... A Outra Banda, violeta, desapareceu no norte. O rio azul, depois diáfano e cor de cinza, desfez-se em violeta, um resto de poalha vai sumir-se na bruma, onde só a jóia do farolim cintila. Os tons violeta afogaram tudo e a paisagem desfalece. O mundo não existe - o mundo é a luz». “Os Pescadores”).

Descendo a rua que o escritor deve ter calcorreado continuamente, chegamos ao Passeio Alegre, através da Calçada da Serrúbia - alguém viu nome mais estranho? - Onde morou Eugénio de Andrade.



Calçada da Serrúbia (MEM)

Para conhecer o melhor espírito daquele urbanismo sensível, bem adaptado ao meio e humanizado que caracterizava a Foz anterior a algumas malfeitorias que por lá ocorreram, parte-se do adro da Igreja Paroquial, passando pela Fonte dos Frades, e entra-se na Calçada e Travessa das Laranjeiras. Fora do mundo, fora do tempo, fora do bulício. Não há dúvida: esta gente de antigamente sabia muito! Sabia, por exemplo, que as construções próximas do oceano e suas ventanias ou tempestades deviam ser baixas. Deviam ser discretas. Sabia que residências, jardins e quintais floridos constituem *fortalezas* da qualidade de vida. Sabia que os materiais e objectos podem ser belos por si próprios, quando utilizados com sabedoria - como os aparelhos graníticos das paredes, as portas fortes de madeira e os gradeamentos. Sabia alterar o ambiente e intervir sobre a Natureza sem a agredir. Sem subverter os horizontes do nosso olhar e da nossa apetência da comodidade

e da economia possíveis. Da sobriedade e da intimidade necessárias e tão caras à burguesia portuense.



Calçada das Laranjeiras (CRP)



Calçada dos Ingleses (MGM)

Passeando neste fascínio, vai-se ter à Rua das Laranjeiras (belas casas, a maioria, outras já atacadas pelo vírus da arquitectura terceiromundista dos anos 60 e 70). Ao meio da rua, para quem ruma a Norte, está a Calçada dos Ingleses. É subir, é subir - que vale a pena - até à Rua Alegre. Alegre, apropriadamente. Cheia de referências *fin-de-siècle* nos *chalets* desenhados a primor, onde as famílias veraneavam. No final da Rua das Laranjeiras está o largozinho, que parece de brincar, chamado do Rio da Bica. Nele se fazia a feira semanal, aos sábados, que chegou ao século XX (que *vila minhota* como esta não podia dispensar). Seria destronada pelo novo Mercado, local agora recomendável pelo atractivo das suas lojas - incluindo uma, útil, do Cidadão - que o transformou em mistura de modernidade e tradição. No Largo desemboca a Rua das Motas, outro repositório de arquitectura. Nela viveu o delicado aguarelista Manuel Rodrigues (a casa que habitava, em lugar de uma lápide, sofreu transformações contra o aspecto fino e inteligente da habitação fozeira e do seu ilustre antigo morador). No princípio da Rua das Motas encontramos o casarão oitocentista onde funcionou a Pensão Mary Castro (nas horas do cair do dia, caras aos apaixonados, nela pairam os vultos de Camilo e Ana Plácido) e, quase fronteira, a notável e persistente instituição chamada Orfeão da Foz.

O nome da Rua do Padre Luís Cabral, em terra antiga, nortenha e portuguesa, só poderia surgir de gente que perdeu o rumo do génio dos lugares (sem desprimor para o homenageado, que muito admiro e não tem culpa

do dislate). O povo, esse, sempre lhe chamou Rua Central da Foz ou, então, Rua Direita. Ouvi-o muitas vezes aos velhos naturais e moradores - que têm memória e amor aos sítios. Vinha em direitura dos pinhais do alto da Pasteleira, atravessava o povoado de ponta a ponta e morria a dois passos da praia. A Rua Central (chamar-lhe-ei assim até à minha eternidade) é estreita e simples, como convém às maneiras de gente comedida. E empedrada, conforme o original (enquanto algum génio esclarecido não resolver, para contento dos automobilóides, que asfaltá-la é melhor). Nela, as residências eram austeras, alinhadas e abrigadas. E, sobrevivente da tonalidade oitocentista que resistiu às mudanças, existe a farmácia (dantes, para os homens, havia um centro de cavaco literário, justamente na «farmácia de Manuel José da Silva Rosa Júnior, na Rua Central, (...) onde se reuniam escritores, poetas e jornalistas. Era, por assim dizer, uma sucursal do café Águia d'Ouro, no tempo dos banhos.» Augusto Gama, “Dois escritores coevos”). E a rua ainda mantém janelas gradeadas, mostrando belas cortinas de renda nos interiores, vasos de plantas e, por vezes, gatos espreitando. Além da sede da centenária Banda Marcial da Foz (única sobrevivente na cidade!). E tinha muitas outras coisas, antes dos pequenos negócios personalizados serem destruídos na voragem da morte lenta dos comércios de proximidade. Ao menos, actualmente, conserva alguns restaurantes intimistas de qualidade e referência. E da Rua Central ao Passeio Alegre desce a Rua Bela. É-o verdadeiramente. Belíssima e cheia de personalidade. Nunca encontrei nome tão apropriado (já tentaram dar-lhe outro, mas os autores da ideia foram impedidos de a concretizar pela Comissão de Toponímia).

O Passeio Alegre! Para cidadãos encafuados no Burgo, assemelha o éden terreal. Oásis. Sonho tornado realidade. Encantamento. Para visitantes de gostos não subvertidos pela adulteração dos *habitats* urbanos, onde nos encaixotamos, é o reencontro inesperado do Passeio Público romântico: lagos com repuxo, coreto, alameda, retretes públicas (pasmem! com interiores *art-nouveau* requintadamente conservados), obeliscos nazonianos, vindos da Quinta da Prelada, e fonte granítica (vinda do Claustro de S. Francisco, *obra graciosa, filigranada, verdadeiro poema em granito* - assim a definiram).

E, dos primórdios do jardim, o *Chalet Suíço* ou do Carneiro, para refrescar e retemperar da jornada, ler o jornal e conversar. Ou simplesmente para não fazer nada - o que acontece desde o século XIX com quem se preza do bom gosto («estávamos *uma tarde sentados junto do Chalet do Carneiro, no passeio*



Passeio Alegre (JLPR)



Coreto (JLPR)

Alegre, eu, o doutor Pedro Vitorino, o António Guedes Infante, quando apareceu Camilo Castelo Branco. O romancista cumprimentou e olhou para mim um pouco.» Augusto Gama, *idem*). O entardecer no Passeio Alegre embrulha os lusco-fuscos nas silhuetas das árvores e das pessoas. As maresias aromáticas - a sal e mar com algas e não as do dicionário - impregnam os lugares. E as neblinas, poalhas de irrealidade, finíssimas e transparentes, apagam do nosso olhar o farol das Felgueiras e o longo perfil arquitectónico dos novos molhes da barra do Douro.

Rente ao Castelo (também lhe chamaram fortaleza, mas castelo sempre deu mais categoria) seguia o eléctrico. E da Esplanada do Castelo avista-se a costa por inteiro até ao Senhor da Pedra e a Espinho. Ou além, em dias claros. Quando chegava a Primavera, o jardim inclinado junto da Esplanada atapetava-se com as cores de uma paleta evoluindo dos tons amarelos aos rosas e carmins. Pela Travessa do Castelo,



O Castelo (JLPR)



Capela de Santa Anastácia (JCV)

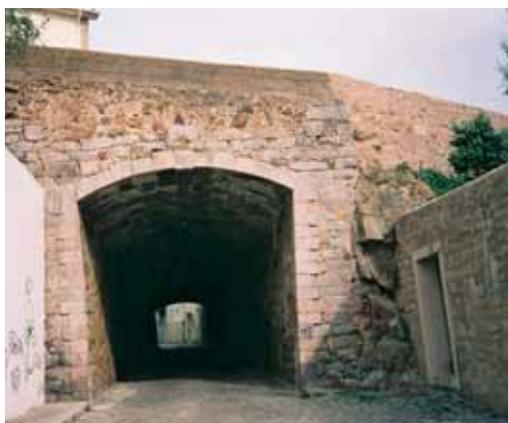
ao lado do Hotel Boa Vista, vai-se até ao pequeno largo, na Rua Central, que mantém a Capela de Santa Anastácia (à qual, numa *brilhante* operação de destruição de património, o antigo pároco retirou os graciosos azulejos que a revestiam) e o prédio onde funcionou a Câmara do efémero Município da Foz do Douro (a veleidade só durou dois anos). Daqui sobe, íngreme, a Rua de Miguel de Sousa Guedes. Foi rebaptizada em honra do dono daquele majestoso palacete que, do alto, dominava o universo completo. Porém, depois de certos interesses substituírem o nome antigo, outros arrasaram o palacete e os seus jardins. Para que conste: a rua chamava-se da Florida. Carinhoso e simples. No fim da subida é o Alto de Vila, ligando as ruas do Paraíso da Foz e da Senhora da Luz.

Também ao meu gosto (muito subjectivo), o Alto de Vila é uma pedra preciosa (em granito, é bom de ver, como o resto) a persistir no espaço urbano da Foz. Os atacantes da cidade, munidos de todos os projectos modernizadores, se não forem travados por quem de direito, devem arrasá-lo um dia destes. A visão que dali se descortina, tão fabulosa e recatada, dominadora do casario, da boca da barra até ao oceano, vale fortunas. Quem quiser conhecer um pedaço de bairro subtil, característico e delicado, só tem que a percorrer. Apressem-se, apressem-se. Vão ao Alto de Vila, à minha preferida Viela do Caminho Novo e à Rua da Trinitária (lembrando a ordem religiosa da Santíssima Trindade da Redenção dos cativos. Fundada em 1198, até ao séc. XVIII, que se ocupou da libertação, mediante resgate, dos mareantes da Foz, Leça e Matosinhos aprisionados pela pirataria e feitos escravos nos portos norte-africanos).

Passando a Rua da Cerca, cortando a *vila* de alto a baixo, do castelo à Ervilha, vai-se pelas travessas da Cerca e de Cadouços (à escolha) até ao largo que tinha o mesmo nome da Rua da Estação de Cadouços. Eram sobrevivências toponímicas da estação do pequeno comboio, puxado por máquina a vapor, que trazia os veraneantes da Boavista até às praias do Ourigo, do Caneiro e da Senhora da Luz, nos tempos áureos da Foz, em 1877. A seguir, em 1882, a Companhia Carris de Ferro levaria o comboio de Cadouços - por Gondarém

e Castelo do Queijo - até Matosinhos e a Leça. Por estes lados, vá lá, a toponímia antiga mantém-se: a Rua do Teatro - onde a par de residências oitocentistas há algumas comprovando que o moderno pode ser inteligente - evoca o Teatro de Vasco da Gama que ali funcionou, tão elegante como os da cidade, de 1887 até ao aparecimento do cinema mudo. Eclipsou-se, tal como o popular Cine Foz, modernidade primeiramente designada *Au rendez-vous d'élite*. Depois, a Rua do Túnel é autêntica relíquia industrial esquecida. Furando o (que para a *máquina* parecia) *intransponível* Monte da Luz, por ele circulava o comboio. O túnel, espaço estranho e sombrio, evoca uma época de iniciativas cidadinas para agarrar o progresso segundo o espírito da época.

À Rua da Agra não trocaram o nome. Vai lembrando os tempos em que nestes sítios havia - não mais do que isso - ermas solidões e alguns campos rodeando o monte da Senhora da Luz. Nele, em 1758, foi instalado o farol mantido em funcionamento até meados do séc. XX. O edifício ainda existe, oferecendo agora, depois do que, em redor e em baixo, foi construído, mais do que a visão do mar, ao longe, sobretudo a dos telhados de fibrocimento (tão cheios daquela *cultura* que nós sabemos!) das novas construções (tão *sabiamente* adaptadas ao *génio* do sítio!) que submergiram o casario da Rua (que era) de Carreiros. Ali morreu António Nobre e ali viveu Ramalho Ortigão («... *tomam-se banhos de mar em toda a linha da costa, desde a barra até ao molhe de Carreiros. É inumerável a quantidade de banhistas. As praias coalham-se de barracas de lona branca...*») E, noutro passo: «*Defronte da casa que habito, em Carreiros, fica o paredão do quebra-mar, destinado a fazer na costa um pequeno porto de abrigo das lanchas de pesca em dias de mau tempo e para o serviço das catraias que vão levar pilotos a bordo dos navios que demandam a barra.*» *As Farpas Vol.1*). Nas lonjuras finais da Avenida do Brasil, o Molhe de Carreiros subsiste. É marca permanente da cidade oitocentista. Perene? Talvez. Ao menos nas recordações da beira-mar descritas em algumas pági-



O túnel (MB)



Rua do Monte da Luz (JCV)

nas literárias. O caminho do Carreiro já ficava em Nevolgilde mas, para toda a gente, é apenas a continuação da Foz.

Pela Rua do Monte da Luz subimos da beira-mar até à Praça de Liège - cuidada e florida e até agora protegida das intempéries urbanas:

(«... uma colectividade disposta ao redor de uma praça quadrangular, de chão de saibro, com canteiros de erva pisada, uma concha de pedra, bancos corridos entre pilares graníticos, para onde incidiam oito ruas, seis das quais rampantes, com todas as casas às faces dos passeios.» A. Rebordão Navarro, “A Praça de Liège”).

De todas as ruas mais ou menos requintadas, ou mais ou menos adulteradas, que irradiam da Praça, a minha favorita - mais requintada e menos adulterada - é a que designavam do Monte da Foz «*posteriormente denominada do Dr. Sousa Rosa, em homenagem a um vereador camarário que transformara carreiros, uns caminhos tortuosos entre areias, escórias, em duas avenidas...*» idem. Por acaso, digo eu, o Dr. Rosa não era vereador, mas Vice - Presidente e, depois, Presidente da Câmara - mas perdoamos o engano ao António.) Não obstante, ainda que rebaptizada, é um fascínio... Chalets, villas, casinhas de veraneio, ar lavado, árvores frondosas (céus, árvores frondosas!). Calmas tranquilidades (só alteradas por estapafúrdias posturas de trânsito que a transtornaram). Estaremos sonhando? Sim, é esta a realidade que a Foz tem para nos dar. A Foz *interior* que morava nestes lugares, separados por alguns quilómetros -falavam em léguas, os antigos - de quintas, campos e pinhais do centro da cidade.

Mas, em terra atlântica, o melhor remate da viagem será junto ao litoral. Descendo pela Rua do Padrão, vamos ao encontro do mar. Entardece. O horizonte inunda-se de tonalidades laranjas e violetas. Carmins e púrpuras. O horizonte é um clarão luminoso antecedendo a noite que aí nos chega. A Rua de S. Bartolomeu, no lusco-fusco, conserva o ambiente do tempo dos banhos quentes do Claudino, das *charretes* e dos *char-à-bancs*. O tempo em que um semanário fozeiro dizia em “*Crónica*” local:

«e apenas pela tarde, lá quando o sol numa agonia de ouro, manda os últimos raios a tua casa da mais exótica escultura, é que tu desces, envolta nos crepes do teu luto recente, à linda avenida de Carreiros.» (O Echo, domingo, 5 de Agosto de 1900).

Eis o ambiente dos bailes do Casino, dos serões de poesia ou dos concertos de piano e violino na Assembleia. Das noites no casino. O ambiente da iluminação a gás e das serenatas estivais às meninas cidadinas, bons partidos e casadoiras, a banhos na Foz. O ambiente amável do *bouquet* de flores enviado com um cartão dobrado no canto, convidando para a festa em casa de..., na Rua do Farol. Ou o ambiente dramático das levas de emigrantes do Douro, desterrados da pátria, que, indiferentes e já ausentes, passavam no eléctrico, ainda a madrugada vinha longe, no caminho de Leixões, onde os esperava o pacote da linha do Brasil... Memória viva. Memória construída de regressos. Evocações, reencontros e, sobretudo, referências de gentes e lugares. («*A Foz sobredoura os seus encantos com a posse deste mistério absolutamente insondável.*» Ramalho, *ibid.*).

Créditos fotográficos: Carlos Raul Pinto (CRP), Francisco Mesquita Guimarães (FMG), José Carvalho Ventura (JCV), Manuela Graça Moura (MGM), José Luís Pérez Romero (JLPR), Maria Estefânia Marques (MEM), Maurício Branco (MB) e Rui Ferreira (RF).

